



**Plano Territorial**  
**Desenvolvimento Rural**  
**Sustentável**  
**Território**  
**METROPOLITANO**  
**JOSÉ DE ALENCAR**



PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Afonso Florence

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Jerônimo Rodrigues Souza

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

Francisco Nelsieudes Sombra de Oliveira

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

José Nelson Martins de Sousa

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ

Francisco Celso Crisostomo Secundino

GRUPO TÉCNICO PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO CEARÁ - GTT

Amelia Carmelita Gurgel dos Anjos	Técnica do Instituto Agropolos
Graça Duarte de Almeida	Coordenador CODET/MDA
Antonio Lacerda Souto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Antonio Marcos Vieira de Castro	Secretario - CEDR
Cleber Leite Pereira	Técnico – SDA/ Agropolos
Josafá Martins	Coordenador do Instituto Agropolos
Luis Carlos dos Santos	Agente Desenvolvimento Econômico - SDT/MDA
Maria de Fátima Costa Fernandes	Assessora EMATERCE
Olimpio Ferreira Queiroga Neto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho	Assessor - CEDR

B823p Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território  
Metropolitano Jose de Alencar – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto  
Agropolos do Ceará, 2011.  
356p.:v 1. il

1. Territorialidade. 2. Desenvolvimento Sustentável I. Instituto  
Agropolos do Ceará II. Título

CDD: 304.2

Catálogo na fonte: Ruth Helena Linhares Leite, CRB<sub>3</sub>- 403.

**MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO  
TERRITORIO DE IDENTIDADE RURAL**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E  
SUSTENTAVEL DO TERRITÓRIO METROPOLITANO JOSE DE  
ALENCAR**

**CEARA  
2011**

## **COORDENAÇÃO NACIONAL**

Carlos Umberto Osório Castro - SDT/MDA

Carleuza Andrade da Silva - SDT/MDA

## **COORDENAÇÃO TERRITORIAL**

Plenária Geral Territorial do Território Metropolitano José de Alencar

Núcleo Dirigente do Território Metropolitano José de Alencar

## **EQUIPE PROPOSITIVA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS: COMITÊS TEMÁTICOS E SETORIAIS**

Comitê da Cultura e Turismo

Comitê da Educação

Comitê da Gestão Territorial

Comitê da Infraestrutura

Comitê da Organização Sustentável da Produção

Comitê da Saúde

Comitê do Meio Ambiente

Comitê dos Direitos e Desenvolvimento Social

## **ASSESSORA TÉCNICA TERRITORIAL**

Carla Galiza dos Santos

Eng<sup>a</sup> Agrônoma

## **EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos

Antonio Lacerda Souto

Aurélio Magno Lopes de Oliveira

Catarina Maria Rabelo

Elisângela Maria de Oliveira Sousa

Fabiola de Lima Gonçalves

Florencia Furlotti

Francisca Sinhá Moreira Evangelista

Francisco Eugênio de Oliveira Costa

Geórgia Medeiros Paiva

Janaina Carla Farias

Jefferson Gonçalves Américo Nóbrega

João Batista Vianey Silveira Moura

Leilamara do Nascimento Andrade

Maria Clara Gonçalves de Castro e Silva

Maria Inês Mapurunga de Miranda

Maria Lucia Vitoriano de Lima

Mauricio Lima de Oliveira

Nahyara Estevam Marinho

Renato Araujo Bezerra

Rosangela Maria Lucas Teixeira

Ruth Helena Linhares Leite

Vânia Margareth Rodrigues Bonfim

Pedagoga

Pedagogo

Eng<sup>o</sup> Agrônomo

Ms Sociologia

Ms Políticas Públicas

Enfermeira

Pedagoga

Ms Geografia

Eng<sup>o</sup> Agrônomo

Esp. Saúde da Família

Turismóloga

Ms Engenharia Agrônômica

Geógrafo

Ms. Engenharia de Pesca

Esp Saúde da Família

Geógrafa

Pedagoga

Acadêmico de Agronomia

Ms Sociologia

Administrador

Esp. Meio Ambiente

Bibliotecária

Ms Políticas Públicas

## **A G R A D E C I M E N T O S**

A todos que participaram deste processo, que privilegia as práticas humanas, aprendizagens que contemplam os saberes sociais, com o ideal de criar as condições sócio ambientais para conhecer, avaliar e agir sobre a realidade e ao mesmo tempo possibilitar as mudanças de comportamentos e transformações na construção de um plano territorial participativo nascido de uma nova concepção de gestão social.

E neste processo registramos aqueles e aquelas que foram precursores desta estratégia territorial em especial

*Luiz Inácio Lula da Silva*

*Guilherme Cassel*

*Jose Humberto Oliveira*

*Camilo Sobreira de Santanna*

*Antonio Rodrigues Amorim*

*Marcelo Souza Pinheiro*

*José Bartolomeu Cavalcante*



## LISTA DE SIGLAS

<b>APA</b>	Área de Proteção Ambiental
<b>ADAGRI</b>	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará
<b>APRECE</b>	Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará
<b>ASA</b>	Articulação do Semiárido
<b>BB</b>	Banco do Brasil
<b>BNB</b>	Banco do Nordeste
<b>CAGECE</b>	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CEU</b>	Condomínio Espiritual Uirapuru
<b>CMDS</b>	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável
<b>CODET</b>	Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate a Pobreza
<b>COFINS</b>	Contribuição Financeira para a Seguridade Social
<b>COGERH</b>	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CONPAM</b>	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
<b>COOPANEI</b>	Cooperativa de Produção, Assistência Técnica, Comercialização e Núcleo.
<b>COOTAP</b>	Cooperativa Tecnológica de Assessoria e Projetos
<b>CVT</b>	Centro Vocacional Tecnológico
<b>DER</b>	Departamento de Estradas de Rodagem
<b>DETR</b>	Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes.
<b>DNOCS</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
<b>EE</b>	Escolas Estaduais
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>EM</b>	Escolas Municipais
<b>EMATERCE</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FAFIDAM</b>	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
<b>FETRAECE</b>	Federação dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura do estado do ceará
<b>FME</b>	Fundação Municipal de Educação
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>FPM</b>	Fundo de Participação dos Municípios
<b>FUNCEME</b>	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
<b>FUNDEB</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
<b>IAC</b>	Instituto Agropolos do Ceará
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICMbio</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<b>IDACE</b>	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
<b>IDEB</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IFCE</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>IPECE</b>	Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação.
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
<b>NIT</b>	Núcleo de Informação Tecnológica
<b>ONG</b>	Organização não governamental
<b>pH</b>	Potencial Hidrogênico
<b>PM</b>	Prefeituras Municipais
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## LISTA DE SIGLAS

<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PTDRS</b>	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>REP</b>	Reserva Ecológica Particular
<b>R.H</b>	Recursos Hídricos
<b>SAEB</b>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
<b>DAS</b>	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
<b>SDT</b>	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
<b>SEESP</b>	Secretaria de Educação Especial
<b>SEMACE</b>	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
<b>SINE</b>	Sistema Nacional de Emprego
<b>SPE</b>	Saúde e Proteção nas Escolas
<b>SUDEC</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará



## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	Representação do Mapa do Território Metropolitano José de Alencar	<b>39</b>
<b>FIGURA 2</b>	Tipos climáticos encontrados no território Metropolitano José de Alencar	<b>160</b>
<b>FIGURA 3</b>	Compartimentação geoambiental do Território Metropolitano José de Alencar	<b>162</b>
<b>FIGURA 4</b>	Bacias Hidrográficas do Território Metropolitano José de Alencar	<b>167</b>
<b>FIGURA 5</b>	Principais classes de solos encontrados no território.	<b>170</b>
<b>FIGURA 6</b>	Unidades fitoecológicas encontradas no território Metropolitano Jose de Alencar.	<b>174</b>
<b>FIGURA 7</b>	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Global, período de 1991-2000	<b>194</b>
<b>FIGURA 8</b>	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Educação, período de 1991-2000	<b>194</b>
<b>FIGURA 9</b>	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Longevidade, período de 1991-2000	<b>195</b>
<b>FIGURA 10</b>	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Renda, período de 1991-2000.	<b>195</b>
<b>FIGURA 11</b>	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)-Global, período de 2006-2008	<b>200</b>
<b>FIGURA 12</b>	Distribuição percentual do PIB do Território Metropolitano José de Alencar, 2008	<b>204</b>
<b>FIGURA 13</b>	Distribuição percentual do valor da produção de lavouras temporárias e permanentes do Território Metropolitano José de Alencar, 2010	<b>218</b>
<b>FIGURA 14</b>	Distribuição percentual do número de propriedades por classificação de áreas do Território Metropolitano José de Alencar, 2005	<b>233</b>
<b>FIGURA 15</b>	Distribuição percentual da área ocupada pelas propriedades por classificação de áreas do Território Metropolitano José de Alencar, 2005	<b>269</b>
<b>FIGURA 16</b>	Consolidado dos mandatos de vereadores 1997/2012	<b>278</b>
<b>FIGURA 17</b>	Comparativo entre os micros territórios do Resumo das transferências governamentais anos 2004 a 2009 (FPM + FUNDEF (até 2006) e FUNDEB + ICMS COTA-PARTE	<b>282</b>
<b>FIGURA 18</b>	Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 – 2009	<b>294</b>
<b>FIGURA 19</b>	Resumo da Arrecadação Orçamentária dos Municípios	<b>297</b>
<b>FIGURA 20</b>	Nível de Atuação das Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada	<b>309</b>
<b>FIGURA 21</b>	Relações dos Municípios com a Atuação das Instituições	<b>311</b>
<b>FIGURA 22</b>	Diagrama Organizacional do Colegiado para a Gestão Social do Território	<b>314</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	Distribuição da população do Território Metropolitan José de Alencar por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento	<b>27</b>
<b>TABELA 2</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Metropolitan José de Alencar - 2010	<b>30</b>
<b>TABELA 2.1</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Metropolitan José de Alencar - 2010	<b>31</b>
<b>TABELA 2.2</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Metropolitan José de Alencar - 2010	<b>32</b>
<b>TABELA 2.3</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Metropolitan José de Alencar - 2010	<b>32</b>
<b>TABELA 2.4</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Metropolitan José de Alencar - 2010	<b>34</b>
<b>TABELA 2.5</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Metropolitan José de Alencar - 2010	<b>35</b>
<b>TABELA 3</b>	População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Metropolitan José de Alencar, 2010.	<b>35</b>
<b>TABELA 4</b>	Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Metropolitan José de Alencar, 2010.	<b>36</b>
<b>TABELA 5</b>	Vias de Acesso ao Território Metropolitan José de Alencar	<b>40</b>
<b>TABELA 6</b>	Morbidade Proporcional por Doenças Crônicas Território Metropolitan no Ano de Maior Número de Cadastros	<b>80</b>
<b>TABELA 7</b>	Morbidade Proporcional por Doenças Transmissíveis no Território Metropolitan em 2009	<b>82</b>
<b>TABELA 8</b>	Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas no Território Metropolitan em 2008.	<b>87</b>
<b>TABELA 9</b>	Informações Sobre Condições de Nascimento no Território Metropolitan em 2008.	<b>90</b>
<b>TABELA 10</b>	Tipos de Estabelecimentos Atenção Básica e Especializada no Território Metropolitan Dados de 2008, 2009 e 2010.	<b>102</b>
<b>TABELA 11</b>	Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade/ 1000 Habitantes no Território Metropolitan em 2008.	<b>104</b>
<b>TABELA 12</b>	Oferta de Profissionais de Saúde por Categoria Profissional/ 1000 Habitantes no Território Metropolitan em 2008.	<b>106</b>
<b>TABELA 13</b>	Percentual de Domicílios com Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Território Metropolitan em 2008	<b>108</b>
<b>TABELA 14</b>	Taxa de Analfabetismo da População Cearense por Gênero e Zonas de Localização	<b>109</b>
<b>TABELA 15</b>	Taxa de Analfabetismo da População do Território Metropolitan José de Alencar por Faixa Etária	<b>109</b>
<b>TABELA 16</b>	População Alfabetizada no Ceará por Sexo e Grupos de Idade	<b>110</b>
<b>TABELA 17</b>	População Alfabetizada no Ceará por Faixa Etária e Zona de Moradia	<b>111</b>
<b>TABELA 18</b>	Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária nos Municípios do Território Metropolitan José de Alencar	<b>111</b>
<b>TABELA 19</b>	Número Médio de Séries Concluídas da População de 15 Anos ou Mais Nos Municípios do Território Metropolitan José de Alencar	<b>112</b>
<b>TABELA 20</b>	Educação Infantil- Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de	<b>115</b>

## LISTA DE TABELAS

	Localização	
<b>TABELA 21</b>	Ensino Fundamental: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização	<b>120</b>
<b>TABELA 22</b>	Ensino Fundamental: Caracterização dos Estabelecimentos Escolares	<b>123</b>
<b>TABELA 23</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ensino Fundamental	<b>124</b>
<b>TABELA 24</b>	Grau de Formação dos Docentes do Ensino Fundamental	<b>126</b>
<b>TABELA 25</b>	Ensino Médio: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização	<b>128</b>
<b>TABELA 26</b>	Ensino Médio: Caracterização dos Estabelecimentos Escolares	<b>129</b>
<b>TABELA 27</b>	EJA: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização	<b>131</b>
<b>TABELA 28</b>	Educação Especial: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização	<b>133</b>
<b>TABELA 29</b>	Aspectos climáticos dos municípios do Território Metropolitano José de Alencar	<b>137</b>
<b>TABELA 30</b>	Recursos hídricos superficiais dos municípios do Território Metropolitano José de Alencar	<b>164</b>
<b>TABELA 31</b>	Caracterização hidrológica dos municípios do Território Metropolitano José de Alencar	<b>165</b>
<b>TABELA 32</b>	Principais reservatórios localizados no Território Metropolitano José de Alencar	<b>165</b>
<b>TABELA 33</b>	Tipos de solos, características gerais e distribuição nos municípios	<b>168</b>
<b>TABELA 34</b>	Unidades geoambientais do Território Metropolitano e potencialidades	<b>180</b>
<b>TABELA 35</b>	Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	<b>189</b>
<b>TABELA 36</b>	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global e dimensão-educação do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 1991-2000.	<b>190</b>
<b>TABELA 37</b>	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dimensão-longevidade e renda do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 1991-2000	<b>190</b>
<b>TABELA 38</b>	Classificação da tendência de recuo de posições no <i>ranking</i> estadual referente ao Índice de Desenvolvimento Humano	<b>192</b>
<b>TABELA 39</b>	Taxas de crescimento dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)-Global/Educação/Longevidade/Renda e tendências de recuo de posições no <i>ranking</i> estadual referente ao IDH do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, para o período de 1991-2000.	<b>193</b>
<b>TABELA 40.1</b>	Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2006-2008.	<b>198</b>
<b>TABELA 40.2</b>	Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2006-2008.	<b>199</b>
<b>TABELA 41</b>	Produto Interno Bruto a preços de mercado, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2004-2008.	<b>201</b>
<b>TABELA 42</b>	Produto Interno Bruto por setores produtivos, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2007-2008.	<b>202</b>
<b>TABELA 43</b>	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2004-2008	<b>205</b>
<b>TABELA 44</b>	População Economicamente Ativa (PEA), segundo o Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 1991-2000	<b>206</b>
<b>TABELA 45</b>	Taxa de Participação da PEA em relação a população total, segundo o Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 1991-2000.	<b>207</b>
<b>TABELA 46</b>	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero,	<b>208</b>

## LISTA DE TABELAS

	segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2009.	
<b>TABELA 47</b>	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2009.	<b>209</b>
<b>TABELA 48</b>	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2009.	<b>210</b>
<b>TABELA 49</b>	Renda <i>per capita</i> e taxa de crescimento da renda <i>per capita</i> , segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 1991-2000.	<b>212</b>
<b>TABELA 50</b>	Evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes, segundo o Território Metropolitano José de Alencar, 2006-2009.	<b>217</b>
<b>TABELA 51</b>	Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.	<b>221</b>
<b>TABELA 52</b>	Efetivo dos rebanhos caprinos e ovinos, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.	<b>222</b>
<b>TABELA 53</b>	Efetivo de aves, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.	<b>223</b>
<b>TABELA 54</b>	Número de vacas ordenhadas, produção de leite e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.	<b>224</b>
<b>TABELA 55</b>	Produção de ovos e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.	<b>225</b>
<b>TABELA 56</b>	Produção de mel e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.	<b>226</b>
<b>TABELA 57</b>	Produção do pescado marítimo e estuarino, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2007-2008.	<b>228</b>
<b>TABELA 58</b>	Produção e valor da produção dos principais produtos extrativos, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.	<b>231</b>
<b>TABELA 59</b>	Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, em 2005.	<b>232</b>
<b>TABELA 60</b>	Cadastro técnico e regularização fundiária de imóveis rurais, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.	<b>235</b>
<b>TABELA 61</b>	Assentamento de trabalhadores rurais, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, implantados em 2008 e 2009.	<b>235</b>
<b>TABELA 62</b>	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008.	<b>239</b>
<b>TABELA 63</b>	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2009.	<b>240</b>
<b>TABELA 64</b>	Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008.	<b>244</b>
<b>TABELA 65</b>	Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2009.	<b>245</b>
<b>TABELA 66</b>	Cooperativas ativas, por classes, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.	<b>246</b>
<b>TABELA 67</b>	Oferta nos meios de hospedagem, segundo o estado do Ceará, Território	<b>247</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 68</b>	Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009. Atrativos turísticos, segundo o Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios.	<b>248</b>
<b>TABELA 69</b>	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009	<b>249</b>
<b>TABELA 70</b>	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009	<b>249</b>
<b>TABELA 71</b>	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009	<b>250</b>
<b>TABELA 72</b>	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009	<b>250</b>
<b>TABELA 73</b>	Empresas industriais ativas, por tipo, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.	<b>252</b>
<b>TABELA 74</b>	Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008.	<b>253</b>
<b>TABELA 75</b>	Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2009	<b>254</b>
<b>TABELA 76</b>	Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008	<b>255</b>
<b>TABELA 77</b>	Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2009.	<b>255</b>
<b>TABELA 78</b>	Capacidade, cota e volume dos principais açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais, segundo as bacias hidrográficas/açude do Território Metropolitano José de Alencar, agosto de 2010.	<b>257</b>
<b>TABELA 79</b>	Barragens construídas, em construção e projetadas no Território Metropolitano José de Alencar, 1996-2009.	<b>257</b>
<b>TABELA 80</b>	Eixos de integração construídos, em construção e projetados no Território Metropolitano José de Alencar, 2001-2010.	<b>258</b>
<b>TABELA 81</b>	Adutoras construídas, em construção e projetadas no Território Metropolitano José de Alencar, 1996-2008	<b>259</b>
<b>TABELA 82</b>	Poços construídos pela SOHIDRA no Território Metropolitano José de Alencar, 2009	<b>259</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b>	Número de famílias beneficiárias e repasses do Programa Bolsa Família- Ano 2010	<b>54</b>
<b>QUADRO 2</b>	Estimativa de famílias pobres no CadÚNICO e famílias pobres enquadradas no perfil do Programa Bolsa Família (PBF)	<b>54</b>
<b>QUADRO 3</b>	Programas Complementares articulados em nível federal	<b>57</b>
<b>QUADRO 4</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	<b>59</b>
<b>QUADRO 5</b>	Ações, beneficiários e repasses da Assistência Social – Ano base 2010	<b>62</b>
<b>QUADRO 6</b>	Comparativo entre benefícios sociais com cobertura via Assistência Social(BPC e PETI) e bolsa Família com repasse direto aos beneficiários- 2010	<b>64</b>
<b>QUADRO 7</b>	Quantidade de benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009	<b>66</b>
<b>QUADRO 8</b>	Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009	<b>67</b>
<b>QUADRO 9</b>	Quantidade e Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS –Urbano e Rural 2007 e 2008	<b>68</b>
<b>QUADRO 10</b>	Número de promotores de justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos nos municípios - 2010	<b>119</b>
<b>QUADRO 11</b>	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	<b>145</b>
<b>QUADRO 12</b>	Unidades fitoecológicas existentes no território Metropolitano José de Alencar.	<b>173</b>
<b>QUADRO 13</b>	Municípios com iniciativa de implantação de agendas 21 e respectivos responsáveis	<b>182</b>
<b>QUADRO 14</b>	Análise do Ambiente interno e externo da Dimensão Ambiental	<b>184</b>
<b>QUADRO 15</b>	Análise do ambiente interno e externo da Dimensão Socioeconômica	<b>263</b>
<b>QUADRO 16</b>	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 1997- 2000	<b>269</b>
<b>QUADRO 17</b>	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2001- 2004	<b>270</b>
<b>QUADRO 18</b>	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2005-2008	<b>270</b>
<b>QUADRO 19</b>	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2009-2012	<b>270</b>
<b>QUADRO 20</b>	Predominância de mandatos dos partidos, período 1997 a 2012	<b>271</b>
<b>QUADRO 21</b>	Predominância de mandatos de vereadores, período 1997 a 2000	<b>273</b>
<b>QUADRO 22</b>	Predominância de mandatos de vereadores, período 2001 a 2004	<b>274</b>
<b>QUADRO 23</b>	Predominância de mandatos de vereadores, período 2005 a 2008	<b>276</b>
<b>QUADRO 24</b>	Predominância de mandatos de vereadores, período 2009 a 2012	<b>277</b>
<b>QUADRO 25</b>	Consolidação dos quatro mandatos de vereadores 1997/2012	<b>279</b>
<b>QUADRO 26</b>	Serviços Prestados pelas Instituições com Potencial de Integração	<b>283</b>
<b>QUADRO 27</b>	Tipos de Serviços Prestados pelos Municípios no Território	<b>285</b>
<b>QUADRO 28</b>	Tipos de Ações e Serviços Prestados por Entidades e Organizações da Sociedade Civil com Potencial de Integração	<b>296</b>
<b>QUADRO 29</b>	Transferências governamentais FPM	<b>290</b>
<b>QUADRO 30</b>	Transferências governamentais ICMS - COTA DO FUNDEF (até 2006) e FUNDEB	<b>290</b>
<b>QUADRO 31</b>	Transferências governamentais ICMS COTA-PARTE	<b>291</b>
<b>QUADRO 32</b>	Resumo das transferências governamentais anos 2004 a 2009 (FPM + FUNDEF (até 2006) e FUNDEB + ICMS COTA-PARTE)	<b>291</b>
<b>QUADRO 33</b>	Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009	<b>293</b>
<b>QUADRO 34</b>	Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 - 2009	<b>294</b>
<b>QUADRO 35</b>	Arrecadação Orçamentária dos Municípios	<b>296</b>
<b>QUADRO 36</b>	Resumo da Arrecadação Orçamentária dos Municípios	<b>296</b>
<b>QUADRO 37</b>	Ações Ofertadas por Macrorregiões e por Territórios de Identidade para o Exercício 2010	<b>299</b>
<b>QUADRO 38</b>	Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada	<b>308</b>
<b>QUADRO 39</b>	Nível de Atuação das Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada	<b>309</b>
<b>QUADRO 40</b>	Relações dos Municípios com a Atuação das Instituições	<b>311</b>
<b>QUADRO 41</b>	Representações de Abrangência Municipal	<b>315</b>
<b>QUADRO 42</b>	Representações de Abrangência Micro Territorial	<b>318</b>
<b>QUADRO 43</b>	Representações de Abrangência Territorial	<b>318</b>
<b>QUADRO 44</b>	Análise do Ambiente interno e externo da Dimensão Político Institucional	<b>320</b>
<b>QUADRO 45</b>	Objetivos Estratégicos	<b>329</b>
<b>QUADRO 46</b>	Eixo Educação	<b>331</b>
<b>QUADRO 47</b>	Eixo Saúde< Saneamento Básico, Acesso a Agua e Segurança Alimentar	<b>333</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 48</b>	Eixo Cidadania e Desenvolvimento Social	<b>335</b>
<b>QUADRO 49</b>	Eixo Segurança Pública	<b>336</b>
<b>QUADRO 50</b>	Eixo Meio Ambiente	<b>337</b>
<b>QUADRO 51</b>	Eixo Agropecuária, Artesanato e Turismo	<b>338</b>
<b>QUADRO 52</b>	Eixo Infraestrutura	<b>341</b>
<b>QUADRO 53</b>	Eixo Ação Fundiária	<b>341</b>
<b>QUADRO 54</b>	Eixo Gestão Territorial	<b>343</b>
<b>QUADRO 55</b>	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	<b>344</b>





## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>17</b>
1	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
2	<b>PROCESSO HISTÓRICO E METODOLOGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO</b>	<b>23</b>
<b>PARTE I</b>	<b>O TERRITÓRIO</b>	<b>25</b>
3	Aspectos Sociodemográficos	27
4	Características Estratégicas	39
5	Formação Histórica	41
<b>PARTE II</b>	<b>O DIAGNÓSTICO</b>	<b>43</b>
<b>PARTE II a</b>	<b>DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL</b>	<b>47</b>
6	Aspectos Sociais	49
7	Aspectos da Saúde	78
8	Aspectos Educacionais	109
9	Aspectos Culturais	137
10	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	144
<b>PARTE II b</b>	<b>DIMENSÃO AMBIENTAL</b>	<b>147</b>
11	Aspectos Geoambientais	149
12	Aspectos Antrópicos	175
13	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	182
<b>PARTE II c</b>	<b>DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA</b>	<b>185</b>
14	Aspectos Socioeconômicos	187
15	Aspectos do Setor Produtivo	213
16	Situação Fundiária	232
17	Financiamento e Comercialização	236
18	Serviços, Turismo, Comércio e Indústria	243
19	Infraestrutura Elétrica, Hídrica e de Estradas	253
20	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	262
<b>PARTE II d</b>	<b>DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL</b>	<b>265</b>
21	Territorialização e Gestão Pública	267
22	Infraestrutura Institucional	288
23	Governabilidade e Gestão Social	313
24	Análise Territorial da Dimensão Político Institucional	320
<b>PARTE III</b>	<b>PLANEJAMENTO</b>	<b>323</b>
25	Visão de Futuro	326
26	Objetivos Estratégicos	327
27	Diretrizes Principais	329
28	Eixos do Desenvolvimento, Programas e Projetos	331
29	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	344
<b>PARTE IV</b>	<b>GESTÃO DO PLANO</b>	<b>345</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>351</b>
	<b>REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS</b>	<b>353</b>



## APRESENTAÇÃO

As últimas décadas repercutem, até os dias de hoje, a centralização das políticas públicas implementadas pelo governo federal, que tratou sempre o Brasil como um todo homogêneo, impedindo com que essas políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no início desse século XXI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável – Condraf apresenta uma nova concepção do rural brasileiro e de uma abordagem territorial através de três características básicas: o espaço de produção, o espaço de relação com a natureza e o espaço de (re) produção de modos de vida diferenciados. Portanto, um novo projeto, uma nova abordagem territorial ancorada no desenvolvimento sustentável que busca entre outras diretrizes estratégicas, uma gestão social, o fortalecimento do estado e o protagonismo dos atores institucionais, constituída a partir de instâncias colegiadas que possam nesses espaços exercerem o controle e a gestão das políticas públicas.

O desenvolvimento dessa gestão social é articulada no âmbito federal pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT e no âmbito estadual pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA em parceria com o Instituto Agropolos do Ceará. Esta gestão vem se caracterizando como um modelo de gerenciamento que caminha de forma democrática nos processos construídos nos colegiados dos treze territórios cearenses.

O principal instrumento de apoio a gestão social que estimula a construção do modelo de desenvolvimento sustentável é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS elaborado com base na experiência de planos já existentes ou em implementação em cada território.

O PTDRS tem entre outros objetivos ser um documento de negociação e concertação da diversidade de pensamentos, interesses, práticas e sonhos existentes no território; um instrumento que possibilita o acesso qualificado as

políticas públicas, a inclusão dos diversos públicos existentes no território, enfim proporciona condições necessárias para a ampliação e o fortalecimento da coesão social dos territórios.

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS consiste em apoiar à gestão social sustentável, baseado na experiência de um planejamento participativo do território. Este planejamento é desenvolvido através das etapas: elaboração, execução, monitoramento e avaliação contínua de forma reflexiva, crítica e criativa, da gestão, do diagnóstico e de seus programas, projetos e ações, no exercício do controle social realizado através de um sistema de gestão comprometido com a eficiência e eficácia das atividades.

O PTDRS reúne as informações coletadas e organizadas do Território referenciadas pelo documento Guia de Planejamento Territorial: Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS (MDA, Janeiro 2010) que possibilitou estruturar a partir da negociação e concertação os interesses, práticas e sonhos existentes, os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios e a realidade das pessoas e os dados objetivos que se materializaram neste plano.

Os principais componentes do Plano Territorial são expressos a partir dos aspectos gerais do território, de um diagnóstico territorial em suas múltiplas dimensões da sustentabilidade: sociocultural e educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, da prospecção desta realidade direcionada pela visão de futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes e eixos de desenvolvimento que reúnem os programas, projetos e ações e o sistema de gestão do plano para o desenvolvimento rural e sustentável deste espaço.

O sistema de gestão do plano encontra-se nesse documento como uma proposição ainda preliminar, dado que precisa ser discutido, aprofundado e concretizado como um instrumento de gestão propriamente dito, já que as instancias colegiadas ainda se encontram em processo de construção em caráter provisório.

O PTDRS do Território Metropolitano José de Alencar não é um documento estático, mas um plano em constante busca de aperfeiçoamento, de atualização permanente em espaços de tempo programados, dada a dinâmica global do mundo em que se insere.

## **2 PROCESSO HISTÓRICO E METODOLOGICO DE ELABORAÇÃO DO PLANO**

A construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Centro do Sul e Vale do Salgado, utilizou-se da metodologia participativa, cuja premissa assegura a participação de todos os atores institucionais do território, para que sejam ouvidos, tenham as suas opiniões respeitadas e os dados sejam o mais aproximado possível da realidade.

Os passos metodológicos para a construção do plano seguiram as orientações estabelecidas pelo MDA. A primeira etapa consistiu em cinco fases: a primeira na preparação da ambiência de planejamento que teve como marco inicial a disseminação da estratégia de desenvolvimento territorial que culminou com a realização de um Seminário Territorial no período de dezembro de 2008 em cada Território.

A segunda fase consistiu na sensibilização dos atores estaduais realizada na Oficina Estadual onde foi firmado o Pacto Social pela territorialização do Ceará em fevereiro de 2009.

A terceira fase, em julho de 2009, resultou na mobilização dos atores territoriais em Plenárias Territoriais para constituição dos Colegiados.

A quarta fase objetivou a implantação do Colegiado, a Posse da Plenária, a Eleição do Núcleo Dirigente e a contextualização do Plano Territorial, em outubro de 2009 durante as Oficinas Territoriais.

Na quinta fase ocorre a formação de duas equipes: a primeira de ordem multi institucional responsável pelo acompanhamento técnico da elaboração do PTDRS, constituída de técnicos entre as instituições parceiras: SDT, SDA e Instituto Agropolos do Ceará; a segunda equipe formada por três consultores e o assessor técnico territorial, responsáveis por todos os elementos constituintes do plano, ou seja, desde o diagnóstico até a visão de futuro, eixos territoriais, programas e projetos estratégicos; o primeiro consultor residente no território e os outros dois no município da sede do Instituto Agropolos do Ceará (Fortaleza) e ainda com a atuação do Assessor Técnico Territorial (antigo articulador territorial) responsáveis pela elaboração do PTDRS.

A 2ª etapa teve como objetivo a construção do diagnóstico territorial fruto de pesquisas realizadas por meio da sistematização de dados secundários provenientes de livros, sites oficiais de informações, documentos acadêmicos, artigos, pesquisas e outros, numa primeira fase. Como segunda fase foi realizado o levantamento de dados primários, coletados nos municípios, oriundos das respostas ao instrumento elaborado, fundamentado no documentador do MDA, para discussão dos dados nas diversas reuniões realizadas nos territórios, através da matriz de planejamento denominada FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e de outras metodologias de Diagnostico Rápido Participativo. A apresentação e debate no Colegiado territorial consistiu na 3ª fase onde foi apresentado o diagnóstico territorial através do relatório contendo a versão do diagnóstico; A 4ª e ultima fase foi a sistematização das contribuições da oficina em documento contendo a versão do diagnóstico para preparação do planejamento.

A 3ª etapa consistiu na elaboração dos demais elementos do plano: visão de futuro, eixos territoriais, programas, projetos estratégicos, cuja síntese foi apresentada ao Colegiado e validada e posteriormente sistematizada na versão de Resumo Executivo Preliminar divulgado no início de julho de 2010.

A 4ª etapa ocorre a reformulação da equipe técnica para a elaboração do plano, constituindo-se em uma equipe, de caráter multidisciplinar, dividida em duplas, cada qual responsável por um dos seis eixos temáticos: educação e cultura, saúde saneamento e água, ações sociais, meio ambiente, organização sustentável da produção e comercialização e gestão territorial, dos treze territórios. Esta etapa consistiu na apresentação da versão preliminar do PTDRS em Plenária Territorial para inserção de novas contribuições e priorização dos projetos estratégicos de todos os eixos com a eleição dos três primeiros a serem executados, bem como a validação deste documento como versão final do PTDRS.

Cabe ressaltar que a gestão social do plano ainda esta em fase de maturação para que na implementação deste plano possa ser definida a forma que servirá de base ao acompanhamento e monitoramento dos programas, projetos e ações a serem executadas ao longo do período de curto, médio e longo prazo firmado pelo Colegiado.





**Parte I**  
**O TERRITORIO**

**Aspectos Sociodemográficos**  
**Características Estratégicas**  
**Formação Histórica**



## O TERRITORIO

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

No âmbito territorial o enfoque de planejamento, e, sobretudo para uma política que vislumbra o Brasil como espaço urbano e rural, permite uma visão mais integrada de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas.

Esta política de planejamento prevê cooperação entre os territórios, micro territórios e seus municípios, uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável para a construção de arranjos sócio-produtivos locais, com ações e projetos viáveis, uma iniciativa que possibilita reconhecer territórios, constituídos nestas bases para articularem-se em torno de projetos comuns. O fortalecimento da coesão social de seu espaço, portanto é ampliado e cria-se as condições necessárias para melhor resolver seus problemas em torno do desenvolvimento territorial.

A missão de promover o planejamento territorial para fomentar iniciativas locais de desenvolvimento sustentável a partir da participação efetiva dos atores locais na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o ano de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial através do Programa Territórios da Cidadania.

A coordenação dessa estratégia esta sintonizada pelo governo federal em parceria com o governo estadual através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a execução das ações é realizada pelo Instituto Agropolos do Ceará.

As orientações estratégicas de descentralizar as políticas públicas no governo do estado do Ceará nortearam a SDA a adotar os territórios como Território Rural de Identidade como referência estratégica no apoio a organização dos atores

na gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável e solidário, respeitando as potencialidades locais e valorizando a diversidade.

É importante ressaltar que o conceito de ruralidade adotado pelo MDA para os municípios reside no fato desses possuírem menos de 50.000 habitantes e uma densidade demográfica de até 80 hab./km<sup>2</sup>.

A estratégia de planejamento e acompanhamento ocorre desde o ano de 2003, em seis territórios, inseridos no Programa iniciados pelo MDA/SDT: Cariri, Inhamuns/Crateus, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral, Vales do Curu e Aracatiaçu e os sete outros em processo de implantação pela SDA: Centro Sul Vale do Salgado, Litoral Extremo Oeste, Litoral Leste, Maciço do Baturité, Metropolitano Jose de Alencar, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe, conforme acordado durante o Encontro Estadual de Construção participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) realizado em 2007 e reforçado durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I CNDRRA) em 2008.

Nesse contexto de “Território Rural de Identidade” a SDA assumiu o compromisso de acompanhar conjuntamente com o MDA/SDT a implantação integrada de políticas públicas em 13 Territórios, incluindo os territórios participantes no âmbito federal acompanhados pelo Programa Territórios da Cidadania.

### 3 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

O conhecimento dos aspectos sociodemográficos de uma população é um instrumento que subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social, bem como tomadas de decisão no planejamento e desenvolvimento do PTDRS, tornando possível a prospecção futura.

Para tanto, selecionou-se informações relativas à distribuição da população do território, outras relativas à estrutura da população residente, ou seja, a repartição geográfica da população por área rural e urbana considerando-se gênero, faixa etária, zona de moradia, a densidade demográfica e percentual urbano-rural e a taxa geométrica total distribuída nos espaços urbanos e rurais.

Na Tabela 1, os dados demográficos do Território Metropolitano José de Alencar correspondem à população total nos quatro últimos anos: 2007 a 2010 (com a taxa de crescimento, calculada entre os anos de 2007 e 2010 – anos censitários). Esses dados possibilitam a gestão e controle social de municípios que têm um crescimento demográfico positivo ou negativo de sua população, que a partir desta constatação podem servir de investigação quanto às ações e serviços que colaboram ou não com este crescimento.

**Tabela 1:** Distribuição da população do Território Metropolitano José de Alencar por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento

MICRO TERRITÓRIO I					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento (%)
Caucaia	316906	326811	334364	324738	2,47
Guaiuba	22405	23502	23853	24091	7,53
Itaitinga	31107	32382	32678	35838	15,21
Maracanaú	197301	199808	201693	209748	6,31
Maranguape	102982	108525	110523	112926	9,66
Pacatuba	65772	70018	71839	72249	9,85
<b>TOTAL</b>	<b>736473</b>	<b>761046</b>	<b>774950</b>	<b>779590</b>	<b>5,85</b>

MICRO TERRITORIO II					
Aquiraz	67265	70439	71400	72651	8,01
Chorozinho	18261	18770	18759	18920	3,61
Eusébio	38189	40426	41307	46047	20,58
Horizonte	48660	52488	54362	55154	13,35
Pacajus	54881	58281	59689	61846	12,69
<b>TOTAL</b>	<b>227256</b>	<b>240404</b>	<b>245517</b>	<b>254618</b>	<b>12,04</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

As informações selecionadas sobre os dados demográficos e indicadores populacionais do Território Metropolitano José de Alencar destacam a população residente fracionada segundo a faixa etária e gênero, dados importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades específicas segundo as especificidades de cada faixa etária.

A Tabela 2 e as tabelas subseqüentes fracionadas por faixa etária apresentam o número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em cada espaço geográfico, seja por micro território ou por município. Possibilitam dimensionar a população-alvo de ações e serviços, analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades e ainda, contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos segmentos de idade.

A Tabela 2 apresenta o fracionamento relativo a faixa infanto-juvenil do Território Metropolitano José de Alencar

**Tabela 2:** População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Metropolitano José de Alencar - 2010

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>									
Caucaia U	23307	11997	11310	24799	12526	12273	30294	15200	15094
Caucaia R	2981	1555	1426	3286	1678	1608	4113	2123	1990
Guaiuba U	1535	784	751	1666	829	837	2055	1028	1027
Guaiuba R	407	207	200	492	240	252	607	312	295
Itaitinga U	2967	1501	1466	2862	1467	1395	3678	1818	1860

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Itaitinga R	26	14	12	26	9	17	31	17	14
Maracanaú U	16263	8290	7973	16569	8505	8064	20487	10576	9911
Maracanaú R	110	55	55	113	56	57	165	89	76
Maranguape U	6761	3542	3219	6726	3455	3271	8384	4305	4079
Maranguape R	2275	1194	1081	2754	1483	1271	3457	1937	1520
Pacatuba U	5152	2612	2540	5361	2731	2630	6243	3242	3001
Pacatuba R	1021	537	484	1020	526	494	1187	633	554
<b>TOTAL U</b>	<b>55985</b>	<b>28726</b>	<b>27259</b>	<b>57983</b>	<b>29513</b>	<b>28470</b>	<b>71141</b>	<b>36169</b>	<b>34972</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>6820</b>	<b>3562</b>	<b>3258</b>	<b>7691</b>	<b>3992</b>	<b>3699</b>	<b>9560</b>	<b>5111</b>	<b>4449</b>
MICRO II									
Aquiraz U	5277	2722	2555	5480	2797	2683	6801	3386	3415
Aquiraz R	318	137	181	401	186	215	512	260	252
Chorozinho U	870	453	417	866	458	408	1146	597	549
Chorozinho R	559	267	292	666	368	298	843	412	431
Eusébio U	3795	2025	1770	4058	2102	1956	4936	2509	2427
Eusébio R	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horizonte U	4318	2214	2104	4401	2183	2218	5156	2555	2601
Horizonte R	367	211	156	362	200	162	506	261	245
Pacajus U	4035	2049	1986	4210	2099	2111	5157	2548	2609
Pacajus R	921	468	453	1015	537	478	1327	674	653
<b>TOTAL U</b>	<b>18295</b>	<b>9463</b>	<b>8832</b>	<b>19015</b>	<b>9639</b>	<b>9376</b>	<b>23196</b>	<b>11595</b>	<b>11601</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>2165</b>	<b>1083</b>	<b>1082</b>	<b>2444</b>	<b>1291</b>	<b>1153</b>	<b>3188</b>	<b>1607</b>	<b>1581</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>74280</b>	<b>38189</b>	<b>36091</b>	<b>76998</b>	<b>39152</b>	<b>37846</b>	<b>94337</b>	<b>47764</b>	<b>46573</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>8985</b>	<b>4645</b>	<b>4340</b>	<b>10135</b>	<b>5283</b>	<b>4852</b>	<b>12748</b>	<b>6718</b>	<b>6030</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.1 apresenta o fracionamento relativo a faixa dos jovens do Território Metropolitano José de Alencar

**Tabela 2.1:** População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Metropolitano José de Alencar - 2010

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>									
Caucaia U	30252	15196	15056	29562	14634	14928	26504	12979	13525
Caucaia R	3924	2032	1892	3522	1967	1555	3049	1666	1383
Guaiuba U	2112	1081	1031	1947	1000	947	1660	870	790
Guaiuba R	590	293	297	486	274	212	455	236	219
Itaitinga U	3731	1905	1826	3961	2157	1804	3482	1879	1603
Itaitinga R	21	11	10	20	7	13	18	13	5
Maracanaú U	21017	10495	10522	22158	10873	11285	20541	10130	10411
Maracanaú R	160	80	80	159	74	85	136	71	65
Maranguape U	8883	4453	4430	9565	4720	4845	8279	4103	4176
Maranguape R	3008	1580	1428	2744	1459	1285	2223	1161	1062
Pacatuba U	6139	3016	3123	6622	3247	3375	6280	2972	3308
Pacatuba R	990	521	469	1029	524	505	933	440	493
<b>TOTAL U</b>	<b>72134</b>	<b>36146</b>	<b>35988</b>	<b>73815</b>	<b>36631</b>	<b>37184</b>	<b>66746</b>	<b>32933</b>	<b>33813</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>8693</b>	<b>4517</b>	<b>4176</b>	<b>7960</b>	<b>4305</b>	<b>3655</b>	<b>6814</b>	<b>3587</b>	<b>3227</b>
<b>MICRO II</b>									
Aquiraz U	6758	3430	3328	6649	3413	3236	6303	3204	3099
Aquiraz R	581	295	286	599	363	236	655	458	197
Chorozinho U	1261	647	614	1136	570	566	1037	531	506
Chorozinho R	881	462	419	725	370	355	652	323	329
Eusébio U	4621	2298	2323	4812	2367	2445	4406	2149	2257
Eusébio R	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horizonte U	5233	2559	2674	6227	3168	3059	5610	2852	2758
Horizonte R	472	247	225	398	222	176	334	166	168
Pacajus U	5049	2467	2582	5344	2659	2685	5133	2516	2617
Pacajus R	1154	572	582	1076	583	493	958	492	466
<b>TOTAL U</b>	<b>22922</b>	<b>11401</b>	<b>11521</b>	<b>24168</b>	<b>12177</b>	<b>11991</b>	<b>22489</b>	<b>11252</b>	<b>11237</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>3088</b>	<b>1576</b>	<b>1512</b>	<b>2798</b>	<b>1538</b>	<b>1260</b>	<b>2599</b>	<b>1439</b>	<b>1160</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>95056</b>	<b>47547</b>	<b>47509</b>	<b>97983</b>	<b>48808</b>	<b>49175</b>	<b>89235</b>	<b>44185</b>	<b>45050</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>11781</b>	<b>6093</b>	<b>5688</b>	<b>10758</b>	<b>5843</b>	<b>4915</b>	<b>9413</b>	<b>5026</b>	<b>4387</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.



A Tabela 2.2 apresenta o primeiro fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Metropolitano José de Alencar

**Tabela 2.2:** População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Metropolitano José de Alencar - 2010

Municípios	População residente								
	30 a 34 anos			35 a 39			40 a 44		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>									
Caucaia U	23336	11203	12133	21412	10215	11197	20299	9626	10673
Caucaia R	2631	1357	1274	2380	1237	1143	2135	1108	1027
Guaiuba U	1497	795	702	1250	591	659	1167	581	586
Guaiuba R	345	174	171	287	161	126	315	162	153
Itaitinga U	3125	1655	1470	2584	1320	1264	2251	1151	1100
Itaitinga R	22	16	6	19	13	6	8	5	3
Maracanaú U	17271	8455	8816	15036	7123	7913	14027	6607	7420
Maracanaú R	118	62	56	90	50	40	88	43	45
Maranguape U	6712	3301	3411	5858	2789	3069	5975	2713	3262
Maranguape R	2046	1074	972	1629	853	776	1540	811	729
Pacatuba U	5327	2619	2708	4458	2213	2245	4055	1943	2112
Pacatuba R	863	429	434	629	331	298	696	364	332
<b>TOTAL U</b>	<b>57268</b>	<b>28028</b>	<b>29240</b>	<b>50598</b>	<b>24251</b>	<b>26347</b>	<b>47774</b>	<b>22621</b>	<b>25153</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>6025</b>	<b>3112</b>	<b>2913</b>	<b>5034</b>	<b>2645</b>	<b>2389</b>	<b>4782</b>	<b>2493</b>	<b>2289</b>
<b>MICRO II</b>									
Aquiraz U	5578	2825	2753	4859	2484	2375	4481	2281	2200
Aquiraz R	537	373	164	425	286	139	376	228	148
Chorozinho U	872	443	429	865	420	445	743	348	395
Chorozinho R	554	303	251	471	240	231	458	231	227
Eusébio U	3841	1853	1988	3558	1811	1747	2964	1438	1526
Eusébio R	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horizonte U	4588	2322	2266	3591	1774	1817	2959	1456	1503
Horizonte R	314	179	135	247	121	126	256	133	123
Pacajus U	4361	2127	2234	3835	1824	2011	3253	1624	1629
Pacajus R	835	433	402	726	383	343	655	347	308
<b>TOTAL U</b>	<b>19240</b>	<b>9570</b>	<b>9670</b>	<b>16708</b>	<b>8313</b>	<b>8395</b>	<b>14400</b>	<b>7147</b>	<b>7253</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>2240</b>	<b>1288</b>	<b>952</b>	<b>1869</b>	<b>1030</b>	<b>839</b>	<b>1745</b>	<b>939</b>	<b>806</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>76508</b>	<b>37598</b>	<b>38910</b>	<b>67306</b>	<b>32564</b>	<b>34742</b>	<b>62174</b>	<b>29768</b>	<b>32406</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>8265</b>	<b>4400</b>	<b>3865</b>	<b>6903</b>	<b>3675</b>	<b>3228</b>	<b>6527</b>	<b>3432</b>	<b>3095</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

Tabela 2.3 apresenta o segundo fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Metropolitano José de Alencar

**Tabela 2.3:** População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Metropolitano José de Alencar - 2010

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54 anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>									
Caucaia U	17618	8322	9296	12420	5802	6618	8978	4125	4853
Caucaia R	1724	872	852	1267	674	593	1083	535	548
Guaiuba U	906	455	451	756	345	411	572	264	308
Guaiuba R	288	160	128	231	122	109	175	92	83
Itaitinga U	1734	860	874	1241	611	630	1002	479	523
Itaitinga R	17	10	7	12	7	5	8	5	3
Maracanaú U	12142	5743	6399	9253	4341	4912	7039	3341	3698
Maracanaú R	65	31	34	49	21	28	41	20	21
Maranguape U	5099	2503	2596	3413	1602	1811	2537	1130	1407
Maranguape R	1313	675	638	974	540	434	815	387	428
Pacatuba U	3420	1642	1778	2818	1258	1560	1948	943	1005
Pacatuba R	470	246	224	326	169	157	256	115	141
<b>TOTAL U</b>	<b>40919</b>	<b>19525</b>	<b>21394</b>	<b>29901</b>	<b>13959</b>	<b>15942</b>	<b>22076</b>	<b>10282</b>	<b>11794</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>3877</b>	<b>1994</b>	<b>1883</b>	<b>2859</b>	<b>1533</b>	<b>1326</b>	<b>2378</b>	<b>1154</b>	<b>1224</b>
<b>MICRO II</b>									
Aquiraz U	3626	1848	1778	2690	1341	1349	2227	1125	1102
Aquiraz R	268	155	113	202	101	101	159	92	67
Chorozinho U	668	328	340	453	210	243	362	174	188
Chorozinho R	402	222	180	295	154	141	261	145	116
Eusébio U	2473	1229	1244	1712	859	853	1383	671	712
Eusébio R	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horizonte U	2304	1128	1176	1649	763	886	1339	642	697
Horizonte R	209	120	89	132	58	74	141	69	72
Pacajus U	2629	1267	1362	1863	871	992	1516	684	832
Pacajus R	506	256	250	448	220	228	378	185	193
<b>TOTAL U</b>	<b>11700</b>	<b>5800</b>	<b>5900</b>	<b>8367</b>	<b>4044</b>	<b>4323</b>	<b>6827</b>	<b>3296</b>	<b>3531</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1385</b>	<b>753</b>	<b>632</b>	<b>1077</b>	<b>533</b>	<b>544</b>	<b>939</b>	<b>491</b>	<b>448</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>52619</b>	<b>25325</b>	<b>27294</b>	<b>38268</b>	<b>18003</b>	<b>20265</b>	<b>28903</b>	<b>13578</b>	<b>15325</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>5262</b>	<b>2747</b>	<b>2515</b>	<b>3936</b>	<b>2066</b>	<b>1870</b>	<b>3317</b>	<b>1645</b>	<b>1672</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.4 apresenta o fracionamento relativo a faixa final da idade adulta e início da faixa considerada como início (65) etário representativo da idade considerada para fins de aposentadoria do Território Metropolitano José de Alencar

**Tabela 2.4:** População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Metropolitano José de Alencar - 2010

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>									
Caucaia U	6942	3212	3730	4940	2200	2740	4087	1754	2333
Caucaia R	915	458	457	748	380	368	602	327	275
Guaiuba U	515	236	279	395	172	223	341	151	190
Guaiuba R	171	96	75	116	70	46	97	53	44
Itaitinga U	884	401	483	659	324	335	563	249	314
Itaitinga R	9	6	3	6	3	3	7	6	1
Maracanaú U	5393	2429	2964	3625	1654	1971	2857	1198	1659
Maracanaú R	44	27	17	43	21	22	22	13	9
Maranguape U	2304	981	1323	2065	977	1088	1579	735	844
Maranguape R	735	382	353	568	294	274	459	257	202
Pacatuba U	1409	653	756	987	464	523	788	355	433
Pacatuba R	259	144	115	182	94	88	152	83	69
<b>TOTAL U</b>	<b>17447</b>	<b>7912</b>	<b>9535</b>	<b>12671</b>	<b>5791</b>	<b>6880</b>	<b>10215</b>	<b>4442</b>	<b>5773</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>2133</b>	<b>1113</b>	<b>1020</b>	<b>1663</b>	<b>862</b>	<b>801</b>	<b>1339</b>	<b>739</b>	<b>600</b>
<b>MICRO II</b>									
Aquiraz U	1924	962	962	1483	731	752	1243	611	632
Aquiraz R	133	77	56	131	68	63	98	41	57
Chorozinho U	295	128	167	256	124	132	240	114	126
Chorozinho R	213	114	99	166	82	84	118	63	55
Eusébio U	1105	548	557	785	378	407	596	283	313
Eusébio R	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horizonte U	1073	487	586	905	417	488	681	323	358
Horizonte R	117	62	55	74	43	31	77	38	39
Pacajus U	1275	583	692	980	443	537	770	323	447
Pacajus R	305	148	157	260	135	125	235	130	105
<b>TOTAL U</b>	<b>5672</b>	<b>2708</b>	<b>2964</b>	<b>4409</b>	<b>2093</b>	<b>2316</b>	<b>3530</b>	<b>1654</b>	<b>1876</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>768</b>	<b>401</b>	<b>367</b>	<b>631</b>	<b>328</b>	<b>303</b>	<b>528</b>	<b>272</b>	<b>256</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>23119</b>	<b>10620</b>	<b>12499</b>	<b>17080</b>	<b>7884</b>	<b>9196</b>	<b>13745</b>	<b>6096</b>	<b>7649</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>2901</b>	<b>1514</b>	<b>1387</b>	<b>2294</b>	<b>1190</b>	<b>1104</b>	<b>1867</b>	<b>1011</b>	<b>856</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.5 apresenta o fracionamento relativo a faixa de idade considerada com atenção especial aos idosos existentes no Território Metropolitano José de Alencar e que por sua vez merecem políticas públicas específicas voltadas para a qualidade de vida e estudos que possibilitem verificar como vivem esta faixa da população e quais os fatores que possibilitam sua existência com saúde e longevidade.

**Tabela 2.5:** População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Metropolitano José de Alencar - 2010

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>						
Caucaia U	2511	1054	1457	2959	1165	1794
Caucaia R	391	201	190	470	218	252
Guaiuba U	222	101	121	281	131	150
Guaiuba R	75	37	38	77	36	41
Itaitinga U	371	159	212	470	210	260
Itaitinga R	-	-	-	2	-	2
Maracanaú U	1772	749	1023	2173	845	1328
Maracanaú R	13	5	8	18	6	12
Maranguape U	929	402	527	1240	483	757
Maranguape R	305	139	166	407	199	208
Pacatuba U	513	221	292	575	229	346
Pacatuba R	83	40	43	108	43	65
<b>TOTAL U</b>	<b>6318</b>	<b>2686</b>	<b>3632</b>	<b>7698</b>	<b>3063</b>	<b>4635</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>867</b>	<b>422</b>	<b>445</b>	<b>1080</b>	<b>502</b>	<b>578</b>
<b>MICRO II</b>						
Aquiraz U	750	360	390	954	416	538
Aquiraz R	68	32	36	82	42	40
Chorozinho U	150	74	76	206	106	100
Chorozinho R	99	53	46	126	66	60
Eusébio U	438	207	231	550	224	326
Eusébio R	-	-	-	-	-	-
Horizonte U	464	233	231	551	259	292
Horizonte R	59	37	22	73	30	43
Pacajus U	511	216	295	754	320	434
Pacajus R	150	83	67	214	104	110

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
TOTAL U	2313	1090	1223	3015	1325	1690
TOTAL R	376	205	171	495	242	253
<b>TOTAL URBANO TERRITÓRIO</b>	<b>8631</b>	<b>3776</b>	<b>4855</b>	<b>10713</b>	<b>4388</b>	<b>6325</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITÓRIO</b>	<b>1243</b>	<b>627</b>	<b>616</b>	<b>1575</b>	<b>744</b>	<b>831</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 3 apresenta as informações relativas a população rural e urbana, a densidade populacional, a taxa de urbanização e a taxa de ruralidade que permitem orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, o financiamento de serviços em base per capita; perceber o processo migratório da população, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbano e rural.

**Tabela 3:** População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Metropolitano José de Alencar, 2010.

Municípios	População Total	Urbana	Rural	Densidade Demográfica	Urbano %	Rural %
<b>MICRO I</b>						
Caucaia	324738	289918	34820	264,5	89,3	10,7
Guaiuba	24091	18877	5214	90,2	78,4	21,6
Itaitinga	35838	35586	252	237,7	99,3	0,7
Maracanaú	209748	208848	900	1984,4	99,6	0,4
Maranguape	112926	86873	26053	191,1	76,9	23,1
Pacatuba	72249	62061	10188	545,6	85,9	14,1
<b>TOTAL</b>	<b>779590</b>	<b>702163</b>	<b>77427</b>		<b>90,1</b>	<b>9,9</b>
<b>MICRO II</b>						
Aquiraz	72651	67103	5548	151,0	92,4	7,6
Chorozinho	18920	11427	7493	68,0	60,4	39,6
Eusébio	46047	46047	-	601,3	100,0	-
Horizonte	55154	51016	4138	344,8	92,5	7,5
Pacajus	61846	50681	11165	243,1	81,9	18,1
<b>TOTAL</b>	<b>254618</b>	<b>226274</b>	<b>28344</b>		<b>88,9</b>	<b>11,1</b>
<b>TOTAL/MEDIA DO TERRITÓRIO</b>	<b>1034208</b>	<b>928437</b>	<b>105771</b>		<b>89,8</b>	<b>10,2</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 4 apresenta a taxa geométrica total, tanto a urbana quanto a rural no ano de 2010 que expressam em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado espaço e período de tempo. Considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.

**Tabela 4:** Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Metropolitano José de Alencar, 2010.

Municípios	Taxa Geométrica Total 2010	Taxa Geométrica Urbana 2010	Taxa Geométrica Rural 2010
MICRO I			
Caucaia	2,6	2,5	3,6
Guaiuba	1,9	1,9	2,0
Itaitinga	2,1	3,0	-21,0
Maracanaú	1,6	1,5	4,8
Maranguape	2,5	2,9	1,3
Pacatuba	3,4	2,8	8,1
TOTAL			
MICRO II			
Aquiraz	1,9	2,1	-0,4
Chorozinho	0,1	1,9	-2,1
Eusébio	3,9	3,9	-
Horizonte	5,0	6,1	-3,1
Pacajus	3,4	4,0	1,3

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

Outros indicadores de análise importantes segundo órgãos como o IBGE e o IPECE, à gestão, planejamento e avaliação do Território podem ser extraídos e considerados a partir dos dados acima explicitados, em estudos e projetos futuros que considerem em seu delineamento a análise da/o:

#### RAZÃO DE DEPENDENCIA

Considera a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de

idade), na população residente em determinado espaço. Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva geográfica, no ano considerado. A razão de dependência pode ser calculada, separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependentes. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Sinalizam como indicadores utilizados para acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população; sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

### TAXA DE FECUNDIDADE

Considera o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos. Ressalte-se que no mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher, Nos países mais desenvolvidos esta taxa era de 1,5, e nos países menos desenvolvidos, em torno de 3,2.

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 49 anos de idade.

As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo. O cálculo das taxas específicas de fecundidade é feito diretamente, relacionando, para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos. Indiretamente, as taxas específicas de fecundidade por idade são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais. Adota-se o método direto para as Unidades da Federação onde o número de nascidos vivos

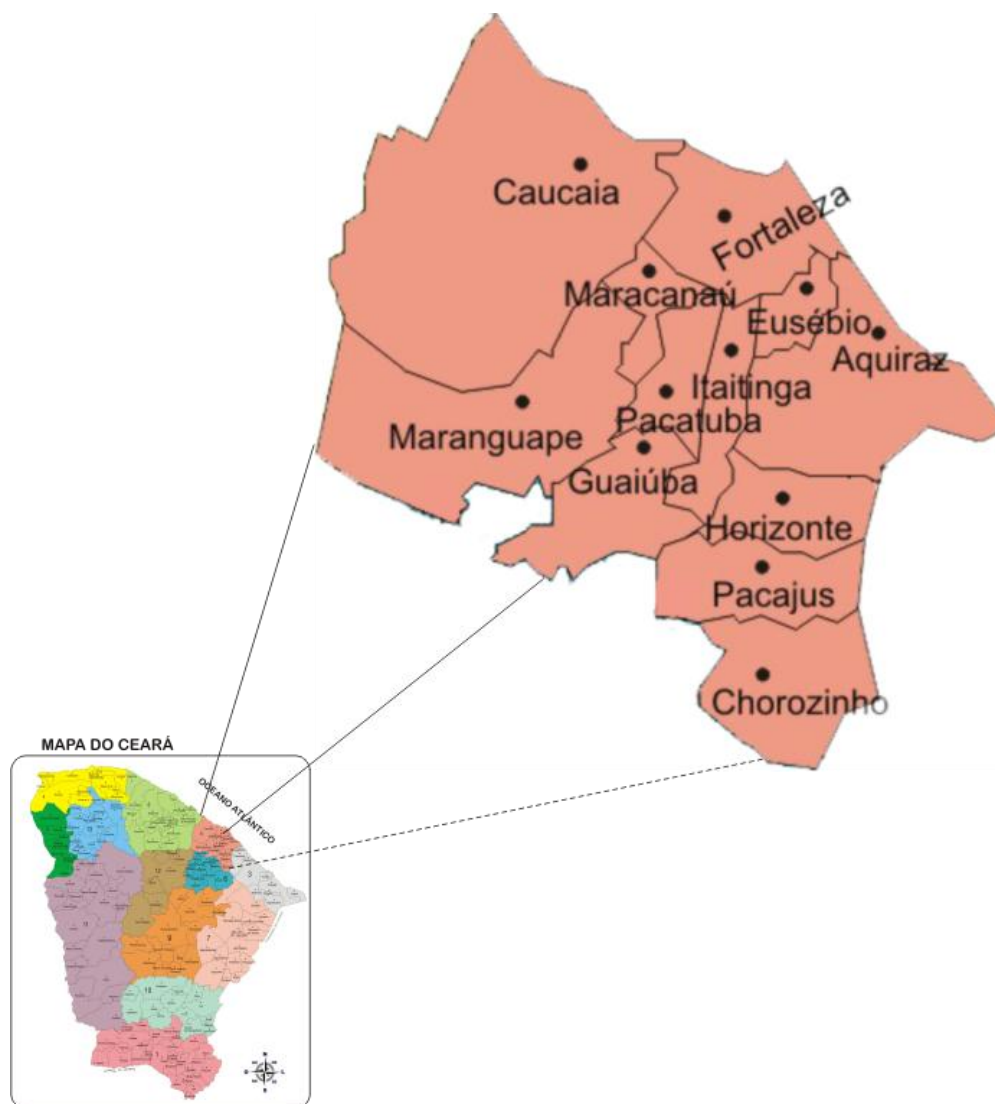
informado no Sinasc é igual ou superior a 90% do número de nascidos vivos estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado.

### INDICE DE ENVELHECIMENTO

Considera o número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. Os valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.



#### 4 CARACTERÍSTICAS ESTRATÉGICAS



**Figura 1** - Mapa do Território Metropolitano José de Alencar  
Fonte: Adaptação IPECE, 2010

O Território Metropolitano José de Alencar é composto por 11 municípios divididos em 2 micro territórios: Micro 1, formado por: Caucaia, Itaitinga, Guaiúba, Maranguape, Maracanaú, Pacatuba; Micro 2: Eusébio, Aquiraz, Chorozinho Horizonte, e Pacajus.

O Estado do Ceará está localizado na região Nordeste do Brasil. Possui uma área de 146.817 km<sup>2</sup>, representando 9,6% do território do nordeste, com população de 6.900.000 habitantes.

Limita-se a norte com o oceano Atlântico; a sul, com os municípios de Caridade, Palmácia, Redenção, Acarape, Pacajus e Horizonte; a leste, com o município de Pindoretama e com o oceano Atlântico, e a oeste, com os municípios de São Gonçalo do Amarante e Pentecoste.

As rodovias integram os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza constituindo o sistema rodoviário, principal transporte utilizado pelas populações dos municípios, com especial atenção para o transporte "alternativo". As principais estradas estaduais são: CE-040 e CE-025 passando por Eusébio, Aquiraz e seu litoral, onde existe um complexo turístico, com destaque para o Beach Park; CE-060 passando por Maracanaú e Pacatuba; CE-065 até Maranguape; a CE-090 com acesso ao litoral de Caucaia; a CE-085 até o município de São Gonçalo do Amarante; a estrada CE-350 liga Pacatuba a Itaitinga; a CE-422 que dá acesso ao Porto do Pecém.

As rodovias federais presentes no território são: BR-116, que está sendo duplicada do Anel Viário de Fortaleza até o município de Horizonte; BR-222 que dá acesso a Caucaia; Anel Viário ou BR-020 que faz a interligação da CE-040 com a BR-116, a CE-060, a CE-065, a BR-020 e a BR-222 (ver Tabela 02).

**Tabela 5-** Vias de Acesso ao Território Metropolitano José de Alencar

Municípios	Vias de acesso	Distância de Fortaleza (Km)
<b>Micro Território I</b>		
Caucaia	BR-020/BR-222/CE-085	15,8
Guaiúba	CE - 060	38
Itaitinga	BR 116	27,1
Maracanaú	CE-065/251	24,6
Maranguape	CE- 065	30
Pacatuba	CE - 060	32
<b>Micro Território II</b>		
Aquiraz	CE - 040	32,3
Chorozinho	BR 116	64,1
Eusébio	CE - 040	25,9
Horizonte	BR 116	40,1
Pacajus	BR 116	49,41

**Fonte:** Governo do Estado do Ceará. Municípios Cearense, 2010.

## 5 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO

O município de Caucaia surgiu de um aldeamento indígena. Neste município habitavam nações indígenas das tribos: Potiguares, Tremembés, Cariris e Anacés. Os índios potiguares ficavam localizados na região onde hoje está circunscrita o centro da cidade, onde era o coração da Aldeia.

Maranguape, por sua vez, remonta suas origens aos estágios da pré-colonização, com o nome de Maragoab, conforme cartografia antiga. O processo definitivo de povoamento das terras de Maranguape somente ocorreu no despertar do século XIX, com a chegada do português Joaquim Lopes de Abreu. Com Abreu nasceu o núcleo original da atual cidade de Maranguape, um arruado à margem esquerda do riacho Pirapora, ao lado de uma capelinha, a Nossa Senhora da Penha, erguida pelo colonizador lusitano para que os moradores das suas terras pudessem rezar. O aglomerado recebeu o nome de Alto da Vila, hoje denominado Outra Banda. Em 1760 foi rebatizado como Maranguape. Em 1869, Maranguape ganhou o status de Cidade, emancipando-se de Fortaleza.

Etimologicamente, Maracanaú é uma expressão tupi que significa “lugar onde bebem as maracanãs”, referindo-se à lagoa de mesmo nome, onde se iniciou o povoamento naquela região. As araras maracanãs eram aves típicas e abundantes no local. Possui população atual de 179.732 habitantes, dos quais 99,69% habitam a zona urbana.

Pacatuba está localizada na porção nordeste do Estado do Ceará na Região Metropolitana de Fortaleza. Com o desmembramento do município a sede municipal conservou os traços urbanos de formação rural. Apesar da estagnação econômica, esta mesma foi responsável pela conservação da ambiência agradável e bucólica de sua sede municipal, sem que houvesse o costumeiro processo de descaracterização das edificações e espaços mais antigos.

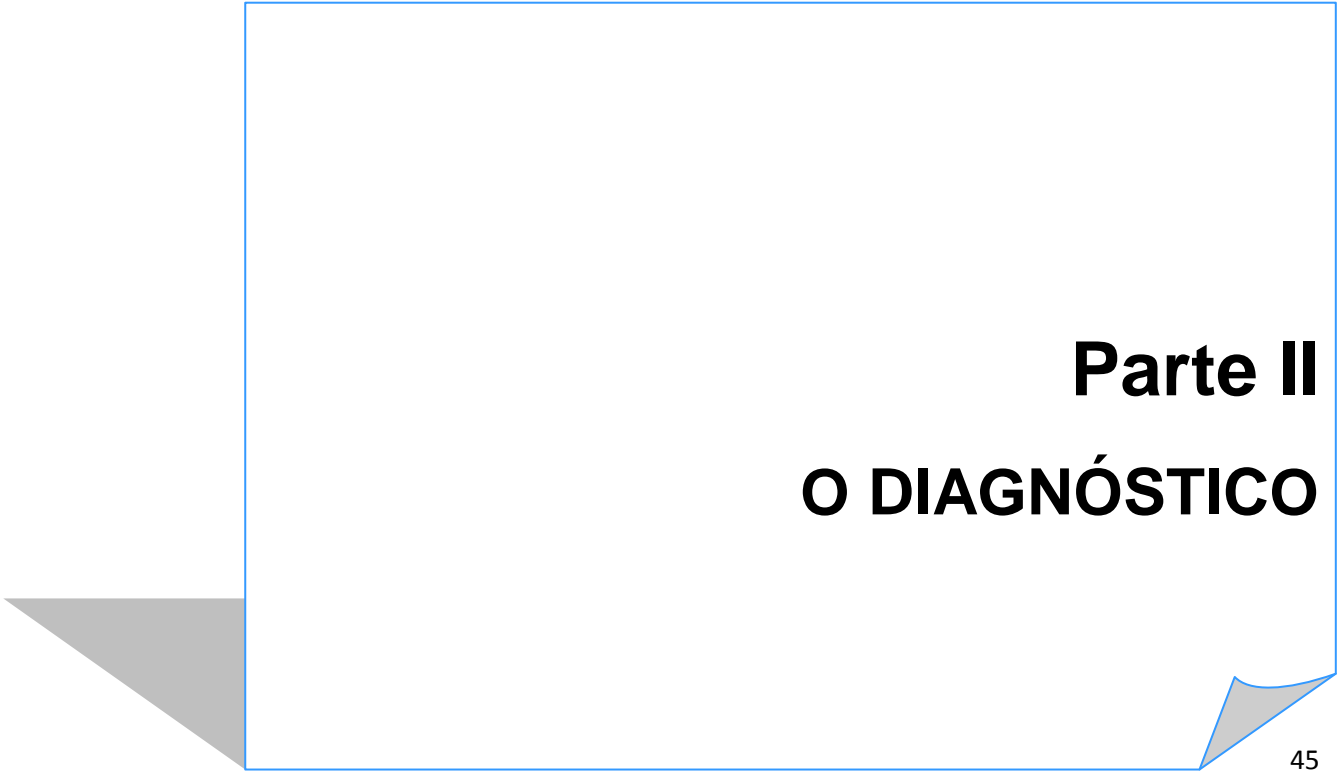
O município de Itaitinga foi desmembrado de Pacatuba e sua emancipação política ocorreu em 27 de Março de 1992, através da Lei de Criação n.º 3338/92. O nome, Itaitinga, tem origem Tupi, que significa (Ita + y + tinga) Rio das Pedras Brancas. Na década de 1930 foram chegando a Itaitinga as primeiras famílias que habitaram nossas terras.

Eusébio tem 78 Km<sup>2</sup> de extensão e uma população estimada em 37 mil habitantes, segundo o último censo do IBGE. Originalmente uma área verde de muitos sítios de fortalezenses, o município tem recebido, em vários condomínios fechados de luxo, pessoas que estão fixando residência na cidade em busca de qualidade de vida. A via de acesso é a CE-040.

Embora não haja consenso entre os especialistas, acredita-se que Aquiraz deriva do vocabulário tupi, significando “gente da terra”. Esta localidade sediou a primeira vila da capitania, por ordem régia de 13 de fevereiro de 1699. Tendo por nome São José de Ribamar do Ceará Grande, a instalação definitiva da vila foi alvo de muitas disputas entre o capitão-mor e os grandes proprietários de terra.

As origens do município de Pacajus remontam ao início do Século XVIII (provavelmente no ano de 1707) quando nestas terras foi instalada a Missão dos Paiacu. No local no qual foi construída uma capela de taipa cuja padroeira foi Nossa Senhora da Conceição e passou a ser chamado sítio Monte-Mor.

Chorozinho está localizada às margens do Rio Choró, habitada por índios de etnias como os: Jenipapo, Kanindé, Choró e Quesito. No Século XVIII, nestas terras foi instalada a Missão dos Paiacu. É um núcleo urbano que surgiu devido aos projetos de combate a seca entre 1932 e 1934. No lugar denominado Currais Velhos foi construída a ponte da BR 116 sobre o Rio Choró. Do acampamento dos engenheiros do DNOCS e dos operários empregados desta construção surge o povoamento, que cresceu ao redor desta base de apoio e da capela de Santa Terezinha, que depois transformaria-se em município.



# **Parte II**

## **O DIAGNÓSTICO**



## O DIAGNÓSTICO

O diagnóstico, componente fundamental na elaboração e qualificação do PTDRS, retrata a leitura participativa da realidade na amplitude territorial, composto a partir de quatro dimensões de sustentabilidade: sociocultural educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, que analisadas a partir da matriz de planejamento FOFA geram o instrumento força motriz do desenvolvimento territorial.

A Dimensão Sociocultural Educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios a partir dos aspectos sociodemográficos, da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios.

A Dimensão Ambiental consiste na valorização e avaliação da situação dos aspectos geoambientais e as influências antrópicas sobre o meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a diminuição dos passivos ambientais visando o resgate socioterritorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

A Dimensão Socioeconômica procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioprodutiva.

A Dimensão Político Institucional consiste na análise das estruturas de poder nos territórios, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade sócio-territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.





**Parte II a**

**DIMENSÃO SOCIOCULTURAL**

**EDUCACIONAL**

**Aspectos Sociais**

**Aspectos da Saúde**

**Aspectos Educacionais**

**Aspectos Culturais**



## 6 ASPECTOS SOCIAIS

A Constituição Federal de 2008, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, art. 6º consigna como direitos a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Estabelece, ainda, no artigo 7º (inciso IV), o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Mais importante, foi que se determinou o princípio da vinculação entre o salário mínimo e o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (artigo 205), da saúde (art. 196) e da Assistência Social (art. 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

No caso da Assistência Social, o inciso V, do art. 203, estabelece “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família”.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas – da Previdência Social (RGPS), da Assistência Social (LOAS), da Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação continuada (BPC), da Lei orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Este formato das principais políticas sociais de vinculação de impostos para a Educação e à seguridade social funciona como salvaguardas jurídicas porque protegem o gasto público vinculado a direitos sociais contra cortes orçamentários.

É importante destacar, que esse arcabouço jurídico da proteção social e que constitui o núcleo central da política social brasileira, fundamentada em direitos da cidadania, precisa realmente estar amparado constitucionalmente, no sistema das vinculações de impostos e das contribuições sociais e no princípio do salário mínimo como piso dos benefícios e não em leis ordinárias. Este formato funciona como uma espécie de blindagem e proporciona segurança jurídica/institucional

contra cortes orçamentários, não ficando à mercê da vontade de governos, que poderia ser substituído a qualquer momento, até mesmo, por medida provisória.

## **6.1 Direitos Fundamentais E Ações Sociais Públicas**

### **6.1.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**

O acesso à alimentação é um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Como direito fundamental do ser humano e, segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cabe ao poder público assegurá-lo.

Dentro desse propósito, as políticas públicas implantadas nos territórios devem garantir o acesso regular e permanente a alimentos (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Essas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e aos povos de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade. Citamos como exemplos:

#### *.6 1.1.1 Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva – P1MC*

Resultado da parceria iniciada entre julho de 2003 entre o ministério do Desenvolvimento Social - MDS do Governo Federal e a Articulação do Semi-Árido (ASA), organização que reúne 750 entidades sociais no nordeste e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) esse programa tem como meta construir no final de cinco anos um milhão de reservatórios de água no semi-árido assegurando dessa forma, condições básicas de saúde e higiene, de aprendizagem e cidadania para milhares de famílias.

A construção de cisternas visa a captar água da chuva que irá servir para o consumo próprio. São necessários editais para que estados e municípios firmem convênios com o MDS para a construção dessas unidades. Além de instalá-las, o MDS financia a formação da mão-de-obra para a construção e também a qualificação das famílias beneficiadas para a manutenção das cisternas.

A atuação do MDS também se estende ao acesso à água para produção de alimentos com o Programa Segunda Água. Tecnologias de captação de água da chuva são construídas para possibilitar ao sertanejo a criação de pequenos animais e o cultivo de quintais produtivos.

Unindo os acessos à água para beber e para produzir, o MDS desenvolveu o Programa Cisternas nas Escolas. O projeto-piloto foi realizado em parceria com o Governo da Bahia. A partir desse projeto-piloto, o Ministério firmou termo de parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) para a construção de 110 cisternas nas escolas.

O público beneficiado pela ação Acesso à Água, além de morar no Semiárido, precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais.

No território, foram construídas no município de Chorozinho quatrocentos e quinze cisternas via Articulação do Semiárido (ASA), beneficiando muitas famílias em várias comunidades rurais, tendo sido repassados mais de seiscentos mil reais. Em todo o Estado do Ceará foram construídas 56.402 cisternas, cujos repasses do MDS ultrapassaram 83 milhões de reais. Fazendo a relação com o Estado do Ceará, no Território em termos percentuais, estão 0,8% das cisternas construídas. Em valores repassados pelo MDS significa, em termos percentuais, 0,8%.

#### *6. 1.1.2 Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição*

A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição compõe uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e contribui para a redução dos índices de insegurança alimentar da população. Ela conta com uma estrutura operacional composta por Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos (em centros urbanos com mais de 100 mil

habitantes), Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares. Desenvolve, ainda, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Rede atua estrategicamente no estímulo e na promoção da alimentação, produzindo e ofertando refeições gratuitas ou a preços acessíveis e combatendo o desperdício. Estimula, ainda, a comercialização da produção dos agricultores familiares e a adoção de hábitos alimentares regionais saudáveis, visando ao consumo seguro de alimentos e à melhoria das condições gerais de saúde da população.

No Território foram instaladas cozinhas comunitárias nos municípios de Aquiraz (1), Caucaia (5), Horizonte (1), Maracanaú (5), Maranguape (1), Pacatuba (3) cujos repasses do MDS somaram R\$ 1.226.129,78. Em Caucaia e Maracanaú foram instalados restaurantes populares, sendo um em cada município, que receberam recursos do MDS no valor de mais de R\$ 2 milhões de reais.

Para a instalação de Feira/mercado popular foram destinados recursos nos valores de R\$ 961.396,56 para os municípios de Caucaia (1), Chorozinho (1), Horizonte (1), Itaitinga (1), Maracanaú(1), Maranguape(1) e Pacajus(1).

Em Aquiraz (1), Caucaia (4), Maracanaú (1) e Pacatuba (1) foram instalados projetos para a população indígena (carteira indígena) com repasse de R\$ 994.337,08.

Para projetos de banco de alimentos foram destinados recursos do MDS, no valor de R\$ 850.238,10 para os municípios de Caucaia (1) e Maracanaú (1) e projetos de agricultura urbana em Maracanaú (1) e Horizonte (1) no valor de R\$ 397.619,00.

Não foram repassadas informações acerca do funcionamento destes equipamentos; quantas pessoas atendem por dia e que público é beneficiado; a relação destes com a agricultura familiar (no sentido de fortalecê-la); se há integração com os produtos da agricultura familiar para o abastecimento (cereais frutas e verduras oriundas da AF).

### 6.1.1.3 Programa Bolsa Família (PBF)

Tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O Bolsa Família atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22 a R\$ 200. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza.

O Bolsa família associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140/mês.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O PBF está desenhado da seguinte forma no Território, conforme número de famílias beneficiárias e volume de recursos repassados às famílias:

Município	Nº de Famílias	Repasse Mensal	Repasse até Nov/2010
Aquiraz	8.516	765.463,	8.685.893,
Caucaia	29.054	2.853.227,	30.790.309,
Chorozinho	2.800	280.801,	3.323.772,
Eusébio	4.691	447.551,	5.337.003,
Guaiúba	3.587	356.795,	3.987.251,
Horizonte	6.128	531.926,	6.226.656,
Itaitinga	3.784	344.687,	3.793.578,

Município	Nº de Famílias	Repasso Mensal	Repasso até Nov/2010
Maracanaú	21.465	1.997.459,	23.727.313,
Maranguape	14.703	1.446.707,	16.208.269,
Pacajus	6.723	671.586,	7.200.095,
Pacatuba	7.242	668.856,	7.563.244,
<b>Total do Território</b>	<b>108.693</b>	<b>10.365.058,00</b>	<b>116.843.383,00</b>
<b>Total do Estado</b>	<b>1.022.259</b>	<b>101.079.328</b>	<b>1.174.401.644</b>

**Quadro 1** :Número de famílias beneficiárias e repasses do Programa Bolsa Família- Ano 2010

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético - 2010

O volume de recursos do PBF repassados ao Território no ano de 2010 considerando o mês de referência novembro de 2010 ultrapassou R\$ 116 milhões de reais. Somente no mês de novembro/2010 esses repasses giraram em torno de mais de R\$ 10 milhões de reais. Para a grande maioria das famílias que são atendidas pelo programa, esse benefício tem um significado especial, pois representa a única fonte de renda que tem garantido o sustento e a sobrevivência delas, principalmente no meio rural. No Território, o número de famílias atendidas com o benefício aproxima-se de 109 mil beneficiários.

Mas o benefício está longe de atender às famílias do Território em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional inscritas no CadÚnico, conforme se vê no Quadro 2:

Município	Estimativa de famílias pobres- Cadastro Único		Estimativa de famílias pobres no perfil do Bolsa Família		
	Nº	Cobertura em %	Nº no perfil	Nº atendidas	Cobertura em %
Aquiraz	12.919	65,92	9.057	8.516	94,03
Caucaia	48.504	59,90	32.463	29.054	89,50
Chorozinho	3.100	90,32	2.041	2.800	137,19
Eusébio	6.540	71,73	4.374	4.691	107,25
Guaiúba	4.627	77,52	3.412	3.587	105,13



Município	Estimativa de famílias pobres- Cadastro Único		Estimativa de famílias pobres no perfil do Bolsa Família		
	Nº	Cobertura em %	Nº no perfil	Nº atendidas	Cobertura em %
Horizonte	8.719	70,28	5.751	6.128	106,56
Itaitinga	5.305	71,33	3.549	3.784	106,62
Maracanaú	29.684	72,31	19.192	21.465	111,84
Maranguape	19.329	76,06	13.759	14.703	106,86
Pacajus	9.715	69,20	6.463	6.723	104,02
Pacatuba	11.142	65,00	7.305	7.242	99,14
<b>Total do Território</b>	<b>159.584</b>	<b>71,77</b>	<b>107.366</b>	<b>108.693</b>	<b>106,18</b>
<b>Total do Estado do Ceará</b>	<b>1.376.048</b>	<b>74,21</b>	<b>960.379</b>	<b>1.021.127</b>	<b>106,33</b>

**Quadro 2: Estimativa de famílias pobres no CadÚNICO e famílias pobres enquadradas no perfil do Programa Bolsa Família (PBF)**

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético, 2010.

No CadÚnico devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios.

No CadÚnico devem constar as informações das famílias cadastradas sobre características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de componentes, existência de pessoas com, deficiência); identificação e documentação de cada componente da família; qualificação escolar dos componentes da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; remuneração; e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

No território há uma estimativa de mais de cento e cinquenta e nove mil famílias pobres cadastradas com cobertura de atendimento em programas sociais em média de 72%. Sendo que destas famílias que constam do CadÚnico, mais de cento e sete mil, ou seja 67% estão enquadradas no perfil do bolsa família. Mas, o

número de famílias atendidas é bem maior, ou seja a cobertura do PBF ultrapassa os 100%, em torno de 6%.

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que no Território estão 11,59% destas famílias cadastradas de todo o Estado.

Com relação ao Bolsa Família o Estado do Ceará tem uma estimativa de 960.379 famílias pobres no perfil do Bolsa Família, mas atende a 1.021.127, com cobertura de 106.33%.

Programas que utilizam o CadÚnico: Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Carteira do idoso, Tarifa Social e Minha Casa Minha Vida.

Essas famílias pobres, na estimativa do CadÚnico, apesar de não enquadradas no perfil do PBF enfrentam dificuldades no acesso aos bens de toda natureza e precisam ter a cobertura de outros programas sociais, que atendam às suas necessidades Essenciais.

Para oferecer programas complementares às famílias beneficiárias do PBF a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família em nível federal desenvolve uma estratégia de articulação com diversos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais para atender as necessidades das famílias em áreas como acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais.

Essa articulação leva em conta o perfil das famílias atendidas pelo PBF, suas vulnerabilidades e potencialidades, e as ações e serviços já existentes. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade.

No que se refere à articulação de programas complementares em nível federal, a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família apresenta contribuições em diferentes fases de cada programa, como mostra o Quadro 3:

Programa	Categoria	Objetivo	Agente Executor
Programa Brasil Alfabetizado	Acesso a conhecimento	Alfabetização	MEC
Próximo Passo	Acesso a trabalho e renda	Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo	TEM
Programa de Qualificação Profissional Continuada – Acreditar	Acesso a trabalho e renda	Qualificação e inserção profissional em obras da construtora	Construtora Norberto Odebrecht
PROMINP	Acesso a trabalho e renda	Reforço escolar para seleção para cursos de qualificação profissional	Governos estaduais e municipais
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B)	Acesso a trabalho e renda	Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar	MDA
Crediamigo e Agroamigo	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado para população rural	BNB
Programa Nacional de Microcrédito orientado	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado	TEM
Territórios da Cidadania	Acesso a cidadania	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania	Casa Civil e Ministérios
Assentamentos rurais	Acesso a cidadania	Promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e priorizar inserção no PBF	MDA INCRA

**Quadro 3:** Programas Complementares articulados em nível federal

Fonte: mds *on line*, 2010

Essas iniciativas complementares são importantes e precisam ser colocadas em prática pelos gestores e em cooperação pelas esferas governamentais, no sentido de se caminhar para a busca da autonomia dessas famílias, porque passam a ter capacidade através de políticas de acesso à cidadania, ao conhecimento e acesso ao trabalho e renda de trilharem sozinhas o seu próprio caminho.

#### 6. 1.1.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em suas cinco modalidades, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) adquire alimentos da agricultura familiar. Os alimentos são disponibilizados para o

atendimento de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional assistidas pela Rede de Proteção e Promoção e Social.

A ação Distribuição de Alimentos a grupos populacionais específicos é outra forma de garantir o direito humano à alimentação adequada. Política pública de caráter emergencial e complementar, a ação beneficia grupos sociais que apresentam mais dificuldades para produzir ou obter alimentos.

Uma parte significativa dos alimentos disponibilizados a esses grupos é originada da agricultura familiar por meio do PAA. Entre os grupos assistidos, estão indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, acampados e pescadoras artesanais.

#### *6.1.1.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O referido Programa tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

As ações de SAN no PNAE possibilitam assegurar aspectos importantes, entre eles, destacam-se (1) a promoção do crescimento e desenvolvimento das crianças; (2) a dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar, onde 30% dos produtos da alimentação escolar são oriundos dos

agricultores e agricultoras familiares e (3) o respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar da localidade.

Outro elemento a considerar refere-se ao exercício do controle social por parte da comunidade escolar e instituições por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem caráter deliberativo e autônomo, composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

O Quadro 4 indica que o Território recebeu 9,8% do montante dos recursos do Programa destinados ao estado do Ceará, no valor total de R\$ 97.542.324,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 9,8 do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente a 10.778 agricultores/as familiares, o que representa 3,15% do total de agricultores/as do Estado do Ceará.

Município	Valor do Repasse do FNDE(1)	Alunad o (2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultore s Familiares <sup>(3)</sup>	Nº de DAPs <sup>(4)</sup>	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30% <sup>(5)</sup>
Aquiraz	654.148	14.739	196.244	1.913	416	PAA Leite	22
Caucaia	3.181.156	71.901	954.347	2.651	1.995	PAA Leite	106
Chorozinho	240.504	5.466	72.151	624	576	PAA Leite	8
Eusébio	553.564	12.581	166.069	567	1	-	18
Guaiúba	235.664	5.356	70.699	720	587	PAA Leite/DS	8
Horizonte	611.644	12.634	183.493	194	610	CDLAF	20
Itaitinga	361.988	8.227	108.596	64	198	-	12
Maracanaú	1.897.544	42.931	569.263	151	194	CDLAF	63
Maranguape	806.432	18.328	241.930	2.589	1.904	PAA Leite/DS/CDLAF	27

Município	Valor do Repasse do FNDE(1)	Alunad o (2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares <sup>(3)</sup>	Nº de DAPs <sup>(4)</sup>	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30% <sup>(5)</sup>
Pacajus	588.148	13.264	176.444	366	701	FE/PAA Leite/DS/CD	20
Pacatuba	471.504	10.716	141.451	939	468	PAA Leite	16
Total do Território	9.602.296	216.143	2.880.689	10.778	7.650		320
Total do Estado	<b>97.542.324</b>	<b>2.209.826</b>	<b>29.262.697</b>	<b>341.510</b>	<b>167.337</b>		<b>3.251</b>

**Quadro 4:** Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

**Fonte:** FNDE e SAF/MDA – Organização das informações SAF/MDA 2009

\*\*\* Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

(1) 2010 com base no censo escolar de 2009

(2) Total de alunos em 2010 com base no censo escolar de 2009

(3) Censo da Agricultura Familiar 2006 – IBGE.

(4) Declaração de Aptidão ao PRONAF de 14/07/2010.

(5) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

DS: Doação Simultânea

CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar

FE: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar

CD: Compra Direta da Agricultura Familiar

Leite: Programa de Incentivo ao Consumo do Leite

## 6.2 Seguridade Social

A instituição da Seguridade Social pela Constituição de 1988 produziu importantes efeitos de transferência de renda para indivíduos e famílias. Neste sentido, o texto constitucional ampliou consideravelmente a cobertura previdenciária para os trabalhadores rurais, consignando-lhes benefícios iguais aos dos trabalhadores urbanos; estabeleceu um piso para os benefícios previdenciários, no valor de um salário mínimo; e garantiu a cobertura via assistência social do Benefício da prestação Continuada (BPC), que destina um benefício monetário no valor de um salário mínimo a idosos(65 anos ou mais) e pessoas com deficiência que vivem em famílias com renda *per capita* de até ¼ de salário mínimo. Compõem a Seguridade Social a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

### 6.2.1 Assistência Social

Política pública não contributiva, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Marco legal: CF/88 e LOAS.

### 6.2.1.1 Proteção Básica

- Centros de Referência Social (CRAS) – responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

- Centros de Atendimento á criança e ao adolescente, juventude e ao idoso.

### 6.2.1.2 Proteção Especial

- Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetora. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

- Benefício da prestação Continuada (BPC)

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Município	CRAS	CREAS	Repasse Mensal Ações Até Nov/2010	Repasse Total Ações Até Nov/2010
Aquiraz	4	1	907.728,14	10.196.956,14
Caucaia	7	2	3.720.398,55	40.196.578,90
Chorozinho	1	0	140.162,54	1.625.089,96
Eusébio	3	1	558.249,21	6.172.021,81
Guaiúba	2	1	164.908,06	1.825.522,52

<b>Município</b>	<b>CRAS</b>	<b>CREAS</b>	<b>Repasse Mensal Ações</b>	<b>Repasse Total Ações</b>
Horizonte	2	1	478.946,67	5.131.713,47
Itaitinga	2	1	313.490,65	3.332.858,47
Maracanaú	5	1	2.418.531,89	26.737.667,95
Maranguape	5	1	2.216.954,53	24.028.684,97
Pacajus	3	1	871.125,05	9.205.349,86
Pacatuba	3	1	570.912,07	6.230.283,72
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>11</b>	<b>12.361.407,36</b>	<b>134.682.727,77</b>
<b>Total do Estado do Ceará</b>	<b>349</b>	<b>105</b>	<b>104.825.581,37</b>	<b>1.145.425.113,37</b>

**Quadro 5** Ações, beneficiários e repasses da Assistência Social – Ano base 2010

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010

No território, todos os municípios oferecem atendimento de proteção básica aos grupos e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, através dos CRAS. Quanto à oferta de serviços de proteção especial somente o município de Chorozinho ainda não implantou o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Relacionando estas informações com o Estado do Ceará, no Território estão 10,6% dos CRAS e 10,4% dos CREAS.

Com relação ao funcionamento dos CRAS e dos CREAS alguns municípios têm boa infraestrutura, mas em outros funcionam em péssimas condições físicas e com poucos profissionais para desempenhar as ações. Ainda há o problema da alta rotatividade dos profissionais, em razão dos baixos salários e das condições de trabalho. Todos os municípios adotam programas como o Projovem, PETI, Idoso e em alguns municípios, há programas específicos para trabalhar o artesanato com grupos de mulheres e ou grupos de gestantes.

Para o atendimento de serviços/ações como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas portadoras de deficiência; Serviços Específicos de Proteção Social Básica (Idosos e/ou Crianças de 0 a 6 anos); Projovem Adolescente Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias; Ações Sócio-educativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho (PETI) e Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-educativa até novembro de 2010, foram repassados



ao Território mais de R\$ 134 milhões de reais. Relacionando esses repasses para o Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que até nov/2010 significou em termos percentuais, cerca de 11,75%.

A participação das transferências têm tido rebatimentos significativos na vida das famílias e produzido efeitos, sobretudo, nos rendimentos familiares, segundo estudos do IPEA (2010). A ampliação de benefícios e beneficiários e no volume total das transferências Monetárias da previdência e assistência social têm repercutido na vida destas pessoas, principalmente entre os idosos, graças às políticas previdenciárias (aposentadoria rural - na condição de segurado especial) e ao Benefício da prestação Continuada (BPC).

No Território, para o BPC foram destinados mais de 115 milhões de reais para o atendimento de 21.329 idosos e pessoas com deficiência que comprovarem não ter condições e nem a sua família de prover o seu sustento. O PETI destina pouco mais de 480 mil reais para a retirada de crianças e adolescentes que de qualquer forma foram submetidas a algum tipo de trabalho degradante. Não foram encontrados números de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no Território. Quando juntamos com o PBF, estes recursos juntos chegam a mais de 233 milhões de reais (Quadro 6), o que pode significar que estas transferências, mesmo que consideradas assistencialistas por alguns analistas da política social brasileira, como é o caso do PBF sejam responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade.

Comparando as informações relativas ao Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que para o PETI foram destinados em termos percentuais 6,15%; atende 15,67% de idosos do BPC, cujos valores de repasses significam 15,84%; enquanto pessoas com deficiência são atendidas 10% e os repasses chegam a 10%.

Município	PETI		BPC				Bolsa Família	
	Nº	Repasso	Idoso		Pessoa Com Deficiência		Nº	Repasso
			Nº	Repasso	Nº	Repasso		
Aquiraz	-	63.000	633	3.561.328,25	927	5.177.572,89	8.516	8.685.893,
Caucaia	-	35.500,	4.025	22.425.430,92	2.651	14.225.117,61	29.054	30.790.309,
Chorozinho	-	33.500	42	245.310,	194	1.062.680,54	2.800	3.323.772,
Eusébio	-	-	470	2.653.528,48	502	2.783.653,53	4.691	5.337.003,
Guaiúba	-	73.500	68	408.180,23	200	1.044.122,03	3.587	3.987.251,
Horizonte	-	51.500	287	1.507.042,48	558	3.001.324,19	6.128	6.226.656,
Itaitinga	-	41.000	152	833.696,	396	2.043.405,35	3.784	3.793.578,
Maracanaú	-	74.500	2.464	13.427.921,47	1.814	9.557.874,30	21.465	23.727.313,
Maranguape	-	31.000	1.757	9.501.712,94	1.920	10.317.760,92	14.703	16.208.269,
Pacajus	-	54.000	482	2.570.378,57	907	4.661.439,47	6.723	7.200.095,
Pacatuba	-	26.000	378	2.080.643,48	502	2.611.031,59	7.242	7.563.244,
<b>Total do Território</b>	-	483.500	10.758	59.215.172,82	10.571	56.485.982,42	108.693	116.843.383,00
<b>Total do Estado do Ceará</b>	-	<b>7.861.500,00</b>	<b>68.620</b>	<b>373.676.544,56</b>	<b>105.218</b>	<b>563.387.384,48</b>	<b>1.022.259</b>	<b>1.174.401.644</b>

**Quadro 6:** Comparativo entre benefícios sociais com cobertura via Assistência Social(BPC e PETI) e bolsa Família com repasse direto aos beneficiários- 2010

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010

## 6.2.2 Previdência Social

A previdência social, juntamente com a saúde e a assistência social, compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. É uma espécie de seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência; visa cobrir riscos sociais como acidentes, morte, velhice, deficiência, maternidade, reclusão e desemprego. Tem como leis básicas: a Constituição Federal de 1988, Leis N.º 8.212/91 e N.º 8.213/91 e Decreto N.º 3.048/99.

É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceber direitos aos seus segurados.

Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; auxílio-reclusão; pensão por morte; salário-maternidade; salário-família; auxílio Acidente.

O Quadro 7 trata da quantidade de benefícios emitidos que corresponde a quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela (urbana ou rural). Dos anos de 2000 a 2009 aumentou no Território, o número de benefícios em cerca de 35.310 mil, significando em termos percentuais, 40%.

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Aquiraz</b>	4.410	4.463	4.682	4.734	4.817	4.812	5.037	5.261	5.358	5.591
<b>Caucaia</b>	12.703	13.153	14.340	15.371	17.440	18.702	19.882	21.391	22.414	23.577
<b>Chorozinho</b>	1.359	1.383	1.453	1.122	1.158	1.211	1.363	1.477	1.614	1.796
<b>Eusébio</b>	1.939	1.958	2.158	2.249	2.354	2.402	2.477	2.566	2.648	2.726
<b>Guaiúba</b>	767	932	1.154	1.114	1.206	1.216	1.334	1.436	1.577	1.786
<b>Horizonte</b>	1.749	1.936	2.268	2.459	2.707	3.118	3.259	3.503	3.873	4.207
<b>Itaitinga</b>	763	944	1.221	1.523	1.960	2.119	2.181	2.291	2.508	2.675
<b>Maracanaú</b>	7.577	8.094	9.125	9.846	10.932	11.820	12.308	12.755	13.428	14.223
<b>Maranguape</b>	8.891	9.008	9.945	11.451	13.191	14.012	14.608	14.490	14.543	14.887
<b>Pacajus</b>	6.911	7.080	7.567	8.422	8.888	9.021	9.216	9.463	9.928	10.413
<b>Pacatuba</b>	6.035	6.066	6.060	6.076	6.213	6.068	6.106	6.240	6.459	6.533
<b>Total</b>	<b>53.104</b>	<b>55.017</b>	<b>59.973</b>	<b>64.367</b>	<b>70.866</b>	<b>74.501</b>	<b>77.771</b>	<b>80.873</b>	<b>84.350</b>	<b>88.414</b>

**Quadro 7:** Quantidade de benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

**Fonte:** Ministério da Previdência Social – Estatísticas Municipais 2000 a 2009.

O Valor dos benefícios emitidos corresponde ao valor líquido (diferença entre valor bruto e descontos) dos créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela. Em percentuais, houve um aumento significativo de 77% e em recursos atingiu os 396 milhões de reais, conforme mostra o Quadro 9.

Município	VALOR DOS BENEFÍCIOS EMITIDOS NO ANO									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Aquiraz	8.719.796	10.541.375	12.177.181	14.771.369	16.605.184	18.287.813	21.433.407	24.172.969	27.426.873	31.416.190
Caucaia	28.412.664	34.613.752	41.461.810	52.192.834	63.635.686	75.253.840	88.795.172	101.708.203	116.489.099	136.982.616
Chorozinho	2.487.220	3.124.656	3.639.345	4.230.076	3.745.888	4.355.946	5.345.452	6.442.475	7.491.247	9.358.192
Eusébio	3.909.279	4.731.875	5.621.117	7.169.574	8.257.797	9.410.198	11.037.364	12.296.080	13.823.398	16.028.466
Guaiúba	1.385.359	1.954.550	2.777.608	3.650.361	4.009.590	4.623.530	5.403.682	6.222.840	7.395.426	9.328.735
Horizonte	3.175.792	4.405.446	5.588.939	7.500.819	9.023.533	11.211.105	13.781.533	15.707.846	18.533.284	22.564.174
Itaitinga	1.312.860	2.095.356	2.994.212	4.567.857	6.317.786	7.974.081	9.335.486	10.325.429	12.133.205	14.782.174
Maracanaú	17.823.836	22.966.510	28.530.703	37.000.037	44.993.330	52.714.908	59.999.512	66.854.355	75.680.193	89.366.615
Maranguape	18.950.719	22.741.069	26.624.758	35.511.070	45.571.363	53.750.140	62.731.347	68.485.012	74.567.197	84.767.218
Pacajus	13.944.944	16.604.356	19.794.817	25.262.811	30.343.332	34.564.632	39.153.335	42.773.661	48.391.003	57.279.341
Pacatuba	11.834.916	14.215.629	15.973.542	18.823.461	21.131.548	23.030.026	26.134.121	28.336.874	31.894.908	36.612.140
<b>Total</b>	<b>111.957.384</b>	<b>137.994.575</b>	<b>165.184.033</b>	<b>210.680.270</b>	<b>253.635.038</b>	<b>295.176.220</b>	<b>343.150.412</b>	<b>383.325.744</b>	<b>433.825.834</b>	<b>508.485.862</b>

**Quadro 8:** Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

**Fonte:** Ministério da Previdência Social – Estatísticas Municipais 2000 a 2009.

Municípios	Quantidade (1)						Valor acumulado (R\$ 1.000)					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Aquiraz	5.261	5.358	2.813	2.808	2.448	2.550	24.173	27.427	13.773	15.299	10.400	12.127
Caucaia	21.391	22.414	13.707	14.287	7.684	8.127	101.708	116.489	69.666	79.393	32.043	37.096
Chorozinho	1.477	1.614	382	416	1.095	1.198	6.442	7.491	1.916	2.109	4.526	5.382
Eusébio	2.566	2.648	1.442	1.534	1.124	1.114	12.296	13.823	7.361	8.469	4.935	5.355
Guaiúba	1.436	1.577	426	483	1.010	1.094	6.223	7.395	2.046	2.509	4.177	4.886
Horizonte	3.503	3.873	1.288	1.432	2.215	2.441	15.708	18.533	6.314	7.544	9.394	10.989
Itaitinga	2.291	2.508	772	873	1.519	1.635	10.325	12.133	3.863	4.736	6.463	7.397
Maracanaú	12.755	13.428	10.294	10.916	2.461	2.512	66.854	75.680	56.370	64.109	10.484	11.571
Maranguape	14.490	14.543	7.504	7.565	6.986	6.978	68.485	74.567	38.612	42.259	29.873	32.308
Pacajus	9.463	9.928	2.891	3.038	6.572	6.890	42.774	48.391	14.982	16.945	27.791	31.446
Pacatuba	6.240	6.459	1.956	2.153	4.284	4.306	28.337	31.895	9.687	11.477	18.650	20.418
<b>Total</b>	<b>80.873</b>	<b>84.350</b>	<b>43.475</b>	<b>45.505</b>	<b>37.398</b>	<b>38.845</b>	<b>383.326</b>	<b>433.826</b>	<b>224.590</b>	<b>254.849</b>	<b>158.736</b>	<b>178.977</b>

**Quadro 9:** Quantidade e Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS –Urbano e Rural 2007 e 2008

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará - 2009

Pesquisas mostram que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos contribuiu para a elevação importante elevação do nível de renda no meio rural e conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir da população que vive no campo. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias; no acesso a bens de consumo e liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola (essa realidade tem mudado também, graças à implementação de outros programas sociais – Bolsa família, PETI...).

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para termos uma idéia do impacto gerado na economia dos pequenos municípios, basta verificar o montante dos recursos repassados ao território no ano de 2008 que se aproximou dos R\$ 434 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 178 milhões de reais.

### 6.1.3 Direito à Segurança Pública

A Constituição Federal, no art. 144, se refere aos municípios apenas para lhes atribuir competência para constituírem *guardas municipais* destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. A Guarda Municipal tem a função de *guarda patrimonial*. Não se trata de órgão policial. Não é atribuição das guardas municipais, segundo a Constituição Federal, realizar nem investigação criminal nem policiamento ostensivo

Além dessa prerrogativa de instituírem guardas municipais, os municípios podem atuar na segurança pública através da imposição de restrições administrativas a direitos e liberdades. O município pode, por exemplo, delimitar o horário de funcionamento de bares e restaurantes, ou os locais da venda de bebidas alcoólicas. Tais restrições, de caráter administrativo, exercem importante função na segurança pública, prevenindo a prática de delitos.

A CF/88, ao caracterizar a segurança pública como “direito e responsabilidade de todos” e ao positivar o princípio democrático, estabelece o fundamento jurídico dos arranjos institucionais que permitem a participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas de segurança. É o que ocorre, por exemplo, nas experiências de *policimento comunitário* ou, ainda, na dos *conselhos de segurança pública*. Tais experiências, particulares ao campo da segurança pública, se inserem no contexto atual de ampliação dos espaços de participação popular, no sentido da superação dos limites da democracia meramente representativa.

Sabe-se que alguns municípios têm problemas relacionados com drogas, principalmente entre o público mais jovem. Há adoção de políticas educativas nas escolas, no sentido de ajudar esse público mais vulnerável, mas no âmbito preventivo. Mas, não tem em nenhum município equipamentos públicos para atendimento aos usuários que necessitam de tratamento e recuperação de drogados.



#### 6. 1.4 Direito ao Acesso à Justiça

Do ponto de vista da Justiça Global, o acesso à justiça não se resume a que a população chegue às instâncias jurisdicionais do Estado, mas também diz respeito ao direito à investigação adequada, às garantias judiciais e a um julgamento imparcial. O alto índice de impunidade no Brasil é um fator determinante para a continuidade das violações de direitos humanos no país. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública indicam que somente 7,8% de aproximadamente 49.000 (quarenta e nove mil) homicídios cometidos no Brasil a cada ano são investigados e processados com êxito, fato que demonstra uma evidente falha do Estado em exercer a devida diligência no funcionamento da justiça.

Isto pressupõe, que os municípios para garantir esse direito consagrado constitucionalmente, devam ter uma polícia judiciária/investigativa qualificada e de alto nível; defensores públicos para assegurar que aqueles que não tem condições para contratar um advogado e nem arcar com as custas judiciais possam litigar com equilíbrio na relação processual e serem asseguradas as garantias judiciais do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, bem como a presença de promotores de justiça para acompanhar os casos envolvendo família, criança e adolescentes, idosos, populações indígenas. O Ministério Público, no Brasil, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

É fundamental a existência de instituições e/ou órgãos municipais de defesa dos direitos humanos e exercício da cidadania, a exemplo do direito do consumidor onde a população tenha informações sobre os seus direitos/ conhecimento da lei.

<b>Município</b>	<b>Promotores De Justiça</b>	<b>Delegacias</b>	<b>Defensores Públicos</b>
Aquiraz	2	Metropolitana	2
Caucaia	7	Metropolitana Especializada da	6

Município	Promotores De Justiça	Delegacias	Defensores Públicos
		Mulher	
Chorozinho	1	-	0
Eusébio	1	Metropolitana	2
Guaiúba	1	Metropolitana	0
Horizonte	1	Municipal	2
Itaitinga	1	Metropolitana	1
Maracanaú	7	Metropolitana Especializada da Mulher	7
Maranguape	2	Metropolitana	2
Pacajus	1	Municipal	1
Pacatuba	1	Metropolitana	2
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>12</b>	<b>25</b>

**Quadro 10:** Número de promotores de justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos nos municípios - 2010

**Fonte:** sites oficiais Ministério Público do Ceará, Defensoria Pública Geral do Ceará e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) - 2010

No Território são vinte e cinco promotores de justiça para o atendimento aos onze municípios. Todos os municípios têm promotores públicos, sendo os municípios de Caucaia e Maracanaú os que possuem mais promotorias públicas, sete promotores públicos atuando em cada comarca.

A defensoria pública está presente em nove municípios, sendo eles: Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajús e Pacatuba. Nas comarcas de Caucaia e Maracanaú são seis defensores públicos e sete defensores públicos, respectivamente. Mas, o número total de defensores públicos no Território, vinte e cinco, ainda indica a impossibilidade do acesso à justiça dos declarados pobres que necessitam da tutela jurisdicional.

Há oito delegacias metropolitanas em Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba e duas municipais em Horizonte e Pacajús.

Os municípios de Caucaia e Maracanaú instalaram as Delegacias de Defesa da Mulher. Apesar da obrigatoriedade da lei (municípios com mais de 60 mil habitantes) e do aumento dos casos de violência contra a mulher, como tem sido constatado no Território, os municípios de Aquiraz, Maranguape e Pacatuba ainda não instalaram as Delegacias de Defesa da Mulher.

A não criação da Delegacia de Defesa da Mulher traz conseqüências no âmbito da violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica porque acaba não obrigando aos municípios a instalar outros equipamentos públicos, como casas abrigo; centros de referência e não formação de profissionais multidisciplinares para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

A não existência de estatísticas do número e tipologia dos crimes praticados contra as mulheres favorece a impunidade porque os casos de violência contra a mulher não são denunciados, e, portanto, não computados, o que acaba não revelando a real situação da violência contra as mulheres.

Não há estatísticas da tipologia dos crimes praticados no Território (n<sup>o</sup> de homicídios, violência contra a mulher, exploração de crianças e adolescentes e outros).

No Território estão as seguintes unidades prisionais:

- Instituto Presídio Professor Paulo Oliveira (IPPOO II) em Itaitinga
- Instituto Penal Paulo Sarasate em Aquiraz
- Hospital Geral e Sanatório Penal Professor Otávio Lobo(HGSPPOL) em Itaitinga
- Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes em Itaitinga
- Casa de Privação Provisória de Liberdade Desembargador Francisco Adalberto de Oliveira Barros Leal (CPPLDFAOBL) em Caucaia
- CPPL I - Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Luciano Andrade Lima (CPPLAPLAL) em Itaitinga
- CPPL II - Casa de Privação Provisória de Liberdade professor Clodoaldo Pinto (CPPLPCP) em Aquiraz
- CPPL III - Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto em Aquiraz
- Colônia Agropastoril do Amanari em Maranguape.

### 6.1.5 Direito à Moradia

O Estatuto das Cidades criou uma série de instrumentos para que o administrador pudesse buscar o desenvolvimento urbano, sendo o principal o plano diretor. O Estatuto atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

Além de definir uma nova regulamentação para o uso do solo urbano, o Estatuto prevê a cobrança de IPTU progressivo até 15% para terrenos ociosos, a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a aumentar a oferta de lotes, e a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano.

De acordo com a própria lei, o Plano Diretor é "*o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana*", obrigatório para municípios:

- Com mais de vinte mil habitantes ou conurbados;
- Integrantes de "área de especial interesse turístico" ou área em que haja atividades com significativo impacto ambiental;
- Que queiram utilizar de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

Em virtude da complexidade da tarefa, dentre outros motivos, muitos municípios deixaram de cumprir o prazo original de cinco anos dado pelo Estatuto para criarem seus planos diretores. Diante dessa situação, foi promulgada a lei 11.673 em 2008, adiando o fim do prazo para 30 de junho de 2008.

A maioria dos municípios não elaboraram seus planos diretores, adotando em alguns casos, as regras do Código de obras e Postura do Município. A obrigatoriedade da lei chama os municípios de Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus e Pacatuba para instituir este instrumento importante de política urbana.

Os municípios não possuem órgãos específicos de atuação no setor habitacional, nem possuem programas na área de habitação, apenas fazem o

cadastro de famílias sem moradias para solicitar recursos federais e incluir essas famílias em programas habitacionais de moradia popular.

#### 6. 1.6 Direito à Acessibilidade

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SeMob foi instituída no Ministério das Cidades com a finalidade de formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, entendida como “a reunião das políticas de transporte e de circulação, e integrada com a política de desenvolvimento urbano, com a finalidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável”. As atuais condições de mobilidade e dos serviços de transporte público no Brasil direcionam a atuação da SeMob em três eixos estratégicos que agrupam as questões a serem enfrentadas, quais sejam:

1. Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana;
2. Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor; e
3. Coordenar ações para a integração das políticas da mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.

A Acessibilidade se configura então, como o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, mas também de acessar a rede de informações.

Dizem as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade que formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas:

I - a priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações e

II - o planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

Não há informações do número de deficientes nos municípios e com relação às políticas de acessibilidade, algumas escolas construíram rampas e adaptaram as portas dos banheiros.

#### 6. 1.7 Direitos Humanos das Mulheres

O Brasil no âmbito internacional assumiu diversos compromissos, tendo sido a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres - /CEDAW(ONU) de 1979 o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado para as demandas das mulheres. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a discriminação. Outros instrumentos se somaram a esse no sentido de se garantir os direitos das mulheres: Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência de Viena) (ONU); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará) (OEA); Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo) (ONU); Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (BEIJING) (ONU).

Esses instrumentos representam a luta histórica dos movimentos feminista e de mulheres para incluir na agenda internacional os direitos das mulheres como direitos humanos. Estes devem ser garantidos pelo Estado e observados pela sociedade, sendo de competência dos Estados e governos implementar políticas públicas orientadas por estes instrumentos internacionais, e da sociedade através de suas organizações e instituições acompanhar seu cumprimento e colaborar com sua reflexão e crítica para seu aprimoramento.

No sentido, de se garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres, promovendo a inserção das mulheres urbanas e rurais no contexto

do desenvolvimento territorial e sustentável, algumas iniciativas//ações/projetos estão sendo desenvolvidos, a exemplo:

#### *6.1.7.1 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)*

Promoção da cidadania e autonomia das mulheres do campo com a realização de mutirões para a emissão gratuita de documentação civil. Sem contar sequer com uma certidão de nascimento, muitas mulheres não são reconhecidas como cidadãs perante o Estado. Portanto, estão impedidas de acessar direitos básicos da cidadania: a aposentadoria rural e auxílio maternidade; o crédito e outras políticas de apoio à agricultura familiar; os programas sociais como o Bolsa Família e programas de apoio à reforma agrária.

Quem executa: MDA/DFDA, INCRA, INSS, Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Superintendências Regionais do Trabalho E Emprego, CEF, BNB, MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, em articulação com os movimentos locais de mulheres e STTRS. (articulação/integração de políticas públicas)

#### *6.1.7.2 Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher*

As mulheres trabalhadoras rurais têm acessado o crédito do Pronaf, principalmente na modalidade B, e para elas foi destinado um crédito especial, o Pronaf Mulher. No entanto, não se têm os dados oficiais do número de mulheres que acessaram o crédito e para qual atividade produtiva foi destinado, porque não foram fornecidas as informações pelas instituições de crédito.

## 7 ASPECTOS DA SAUDE

A avaliação sobre a saúde do território requer o conhecimento de algumas variáveis que vão além das específicas da saúde, as informações sócio demográficas, interferem diretamente nos resultados na saúde de uma população.

O planejamento participativo, discutido e vivenciado é uma planificação da democracia política. Ressalta-se aqui a importância do caráter do Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, que institui um marco no Estado pela proposta de construção e elaboração com os diversos olhares e atores que constroem essa história. Outro ponto de destaque é a sustentabilidade aliada ao desenvolvimento, que vai de encontro à proposta da Agenda 21, que faz recomendações detalhadas para a mudança dos padrões de comportamento e desenvolvimento causadores de condições precárias de saúde, afetando o meio ambiente. Portanto, pensar uma nova atitude de desenvolvimento sustentável em saúde é pensar em um PTDRS ascendente, dialogando com as especificidades do território e sua realidade.

O conceito de território tem sua importância na concepção dos sistemas públicos de saúde desde sua origem na primeira metade do século XX no intuito de se organizar as redes regionais de atenção à saúde, essas redes e definições dos territórios das Coordenadorias Regionais de Saúde são concebidas em uma lógica diferente da configuração dos territórios trabalhados no PTDRS, tornando-se, portanto, um desafio avaliar a situação de saúde a partir da organização dos territórios discutidos.

Faz-se necessária uma colocação sobre algumas dificuldades encontradas, como a de especificar os dados relacionados à saúde da população rural, diferenciando e comparando às condições de saúde da população urbana, portanto os dados apresentados referem-se a situação de saúde dos municípios que perfazem o Território Metropolitano.

A construção da matriz de indicadores baseou-se nos critérios de: relevância para a compreensão da situação de saúde, bem como de suas causas e conseqüências; validade para orientar decisões de política e apoiar o



controle social do SUS; identidade com processos de trabalho próprios à gestão do sistema de saúde; e disponibilidade de bases de dados, sistemas de informação ou estudos nacionais. Esses critérios vêm sendo mantidos no processo de revisão e atualização periódicas da matriz, ainda que sujeito a acréscimo e exclusão de indicadores.

A produção de cada indicador é de responsabilidade da instituição-fonte melhor identificada com o tema, a qual fornece anualmente os dados brutos utilizados no cálculo, em planilha eletrônica padronizada, preparada pelo DATASUS.

### **7.1 Morbidades Crônicas**

Avaliou-se as informações referentes à morbidade onde priorizamos alguns dados do território, primeiro sobre as duas doenças crônicas que mais se correlacionam às causas de mortalidade geral, que são as doenças do aparelho circulatório. Quando se pesquisou os dados nos sites referidos, observamos que estes estavam disponíveis desde o ano de 2002 ao ano de 2009. Como não há alimentação freqüente das informações decidiu-se por utilizar para avaliação o ano de maior número de cadastros.

Outro fato preocupante é que as pessoas portadoras de uma doença crônica geralmente desenvolvem outras morbidades associadas, como doenças oculares, cardíacas, circulatórias, renais e obesidade. Estas morbidades demandam demasiado gasto público para seu controle, tratamento e reabilitação, pois causam várias e sérias complicações e limitações que vão interferir diretamente na qualidade de vida das pessoas.

A prevalência estimada de hipertensão no Brasil atualmente é de 35% da população acima de 40 anos. Isso representa em números absolutos um total de 17 milhões de portadores da doença, segundo estimativa de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Cerca de 75% dessas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para receber atendimento na Atenção Básica.

Para atender os portadores de hipertensão, o Ministério da Saúde possui o Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus. O programa compreende um conjunto de ações de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento dos agravos da hipertensão. O objetivo do Programa é reduzir o número de internações, a procura por pronto-atendimento, os gastos com tratamentos de complicações, aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos portadores.

**Tabela 6** - Morbidade Proporcional Por Doenças Crônicas Território Metropolitano No Ano De Maior Número De Cadastros

Nº DE PESSOAS ACOMETIDAS POR MORBIDADES CRÔNICAS				
Municípios	Ano	Hipertensão Arterial *	Diabetes*	
MICRO TERRITORIO I				
Caucaia	2002	1109	503	
Guaiuba	2002	-	-	
Itaitinga	2002	340	163	
Maracanaú	2002	3233	1413	
Maranguape	2002	1411	546	
Pacatuba	2002	506	242	
<b>TOTAL</b>		<b>6599</b>	<b>2867</b>	
MICRO TERRITORIO II				
Aquiraz	2008	577	273	
Chorozinho	2007	421	98	
Eusébio	2007	918	384	
Horizonte	2005	377	131	
Pacajús	2008	433	163	
<b>TOTAL</b>		<b>2726</b>	<b>1049</b>	
<b>TOTAL DO TERRITORIO</b>		<b>9325</b>	<b>3916</b>	

Fonte: CADERNOS DE INFORMAÇÃO EM SAUDE - MS

\*Portadores de hipertensão arterial e diabetes mellitus cadastrados no Hiperdia no ano de maior numero absoluto

Observa-se na Tabela 1 que os municípios que tem maior número de pessoas com hipertensão e diabetes são: Maracanaú, Caucaia e Maranguape. Apesar dos números elevados, estes índices não correspondem a estimativa esperada, comparando-se ao Brasil pois, estima-se que 35% da população

acima de 40 anos é hipertensa. Vale ressaltar que estas informações foram extraídas dos cadastros constantes do Sistema Nacional de Hipertensão e Diabetes – HIPERDIA, neste sistema os cadastros são realizados e devem ser permanentemente atualizados para que haja melhor planejamento de insumos como medicamentos.

Uma situação preocupante destaca o município de Guaiuba, pois não há registro de cadastro de hipertensão e diabetes no município em nenhum dos anos pesquisados. Comparando-se os dois Micro Territórios, percebeu-se que o Micro Território I tem um número de cadastros muito superiores ao Micro Território II, este fato pode ocorrer devido ao primeiro Micro Território ter municípios populosos como Maracanaú e Caucaia.

De acordo com os representantes do comitê o cadastro do HIPERDIA é realizado de forma contínua nos municípios, entretanto, consideramos que as informações ainda não são suficientes para que haja o pleno uso dos dados para o planejamento das necessidades dos usuários que são portadores de diabetes ou hipertensão.

Também foi relatado que existe muita falta de orientações e ações educativas para a população, principalmente as comunidades rurais, pois há falta de vários profissionais principalmente médicos. Outro ponto apontado foi a forma de contratação dos profissionais de saúde que geralmente é por indicação política e não por competência técnica ou habilidade em trabalhar com a comunidade.

A situação com relação às morbidades crônicas, diabetes e hipertensão é complicada também, devido a organização do processo de trabalho das equipes de saúde da família, pois segundo os participantes do comitê muitas trabalham com pronto atendimento, deixando a premissa da longitudinalidade e vínculo a desejar, o que pode comprometer a abordagem e a adesão aos cuidados e medicamentos prescritos pela equipe. Especificamente em um dos municípios foi citado que existe na unidade no centro da cidade que atende a toda a população da zona rural, pois as unidades não tem condições de abrigar os profissionais e pela falta de profissionais. Portanto são situações distintas, pois foi citado em outros municípios um bom trabalho das equipes.

## 7.2 Morbidades Transmissíveis

Outras morbidades analisadas foram relacionadas a doenças como a dengue, por ser uma zoonose diretamente relacionada com o manejo ambiental, a tuberculose por ter relação com as condições sócio econômicas e existirem várias iniciativas para o controle do avanço desta doença por vezes, com pouco êxito, avaliamos também a sífilis em gestantes que é uma morbidade de notificação compulsória e está intimamente ligada ao processo de trabalho das equipes de saúde, sua resolutividade e na qualidade da atenção ao pré-natal. E por fim, avaliamos os dados de hanseníase, outra morbidade relevante para a avaliação em saúde, os dados citados e comparados podem ser visualizadas na Tabela 7:

**Tabela 7** - Morbidade Proporcional Por Doenças Transmissíveis No Território Metropolitano Em 2009

Nº DE PESSOAS ACOMETIDAS POR MORBIDADES TRANSMISSÍVEIS						
Municípios	Dengue	Tuberculose	Sífilis *Congênita	Hanseníase	Leishmaniose Visceral	
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>						
Caucaia	100	165	6	65	42	
Guaiuba	1	8	0	5	1	
Itaitinga	3	22	2	12	3	
Maracanaú	156	153	13	78	37	
Maranguape	9	33	0	19	3	
Pacatuba	39	49	0	21	1	
<b>TOTAL</b>	<b>308</b>	<b>430</b>	<b>21</b>	<b>200</b>	<b>87</b>	
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>						
Aquiraz	7	13	2	5	3	
Chorozinho	7	3	2	3	0	
Eusébio	6	20	3	7	2	
Horizonte	3	21	3	9	2	
Pacajús	21	21	5	8	1	
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>78</b>	<b>15</b>	<b>32</b>	<b>8</b>	
<b>TOTAL DO TERRITÓRIO</b>	<b>352</b>	<b>508</b>	<b>36</b>	<b>32</b>	<b>95</b>	

Fonte: CADERNOS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE - MS 2009

\*Sífilis Congênita em gestantes

Avaliando os índices das doenças transmissíveis nos municípios, observou-se quanto aos dados da dengue na Tabela 2 observamos os casos de dengue dentro do período totalizaram 352, temos que os municípios de Maracanaú e Caucaia se destacam com os maiores números absolutos de casos, quando avaliamos a incidência do território observou-se um resultado de 23,2 casos para cada 100.000 habitantes, este índice caracteriza uma situação controlada da endemia no território. É importante destacar que os municípios de maior número de casos são eminentemente urbanos, o que vem de encontro ao resultado descrito no ano de 2009.

Sobre a tuberculose, o Território apresentou 508 casos de Tuberculose, com o maior número de casos da doença permanecem em destaque os municípios citados anteriormente Caucaia com 165 e Maracanaú com 153 casos da doença, somente os dois municípios concentram o maior quantidade de casos, juntos representam mais da metade do total do território o que nos remete uma preocupação com relação ao controle, tratamento e cura destes pacientes. Taxas elevadas de incidência de tuberculose estão geralmente associadas a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico, que certamente não é o caso do município de Maracanaú que é um pólo de industrialização do estado.

Sobre as questões relativas ao trabalho na busca de sintomáticos respiratórios foi descrito que existe essa preocupação na atenção básica e que o problema maior é os pacientes que fazem tratamento por vezes deixam de tomar a medicação para continuarem o tratamento devido a entrega de uma cesta básica mensal o que existe em alguns municípios, portanto uma dificuldade a ser enfrentada pois se trata de um tipo de resistência devido a um problema social a ser encarado pelas Equipes de Saúde da Família

Os representantes dos municípios presentes citam ou outro ponto forte que é a mobilização social que atua no combate a dengue, pelo menos nesses municípios é um problema de menor.

Quando se avaliou a sífilis em gestantes observamos na Tabela 2 que o território totaliza 36 casos notificados, em destaque o município de Maracanaú concentrando mais de um terço do total de casos descritos em 2008. Este indicador pode nos revelar as deficiências na atenção à saúde da mulher, especialmente no período pré-natal, quando as gestantes infectadas poderiam ser oportunamente identificadas e tratadas, demonstra também a situação de

acesso a exames, consultas e tratamento, necessários para um atendimento resolutivo, pois a sífilis é uma doença sexualmente transmissível – DST, portanto envolve uma abordagem ampla estendendo-se ao(s) parceiro(s) e a sensibilização sobre as diversas complicações que podem ser acarretadas a criança, se não for tratada adequadamente. Caso não seja possível o tratamento durante a gravidez, deverá ser realizado o acompanhamento das crianças infectadas após o nascimento.

A eliminação da sífilis congênita como problema de saúde pública requer a redução de sua incidência a menos de um caso por mil nascidos vivos, meta a ser alcançada mediante a busca ativa de casos de sífilis materna e congênita, em serviços de pré-natal e em maternidades, paralelamente a ações de prevenção e tratamento.

Com relação à hanseníase observa-se na Tabela 2 que o Micro Território I apresenta 200 casos, e o Micro Território II apenas 32, uma diferença bastante significativa entre os municípios que perfazem o Território. Os municípios em situação preocupante são Maracanaú com 78 casos e Caucaia com 65. A hanseníase é uma doença com um período de incubação que pode ser longo, portanto, durante a investigação a avaliação dos comunicantes é essencial para o controle e eliminação desta doença. Outro ponto a ser destacado é que se há muitas pessoas com esta doença nos território e por ela ser uma doença milenar de difícil aceitação social, é importante sabermos como estão as ações educativas para se evitar as situações de constrangimento e preconceito que cotidianamente vivem os portadores deste agravo.

Sobre as ações educativas para o combate e diminuição do preconceito sobre a hanseníase os participantes informaram que não há ações educativas dessa natureza, apenas são dispostos nas unidades de saúde cartazes com conteúdo informativo sobre a doença.

## 7.3 Mortalidade Proporcional

### 7.3.1 Taxa de mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil é o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em *altas* (50 por mil ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20). Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Atualmente, vários países apresentam valores abaixo de 10 óbitos por mil nascidos. No território Metropolitano, a taxa média de mortalidade infantil no ano de 2008 foi de 16,5 óbitos infantis por 1000 nascidos vivos, conforme podemos observar na Tabela 3.

Avaliando a partir do parâmetro referido anteriormente, constatou-se que o território classifica-se em relação a mortalidade infantil como uma taxa baixa, cabendo aos municípios que fazem parte deste território o empenho de criar condições que favoreçam minimamente a manutenção e melhoria do resultado alcançado.

Quatro municípios destoam da classificação do território e com os resultados obtidos classificam a sua taxa de mortalidade infantil como médias, temos Itaitinga (23,8), Aquiraz (23,7), Chorozinho (20,7), Pacatuba (20,3), portanto é necessária a intensificação de estratégias de monitoramento e busca das causas para tais resultados.

De 1991 a 2007 o Ceará teve redução de 58,23% na taxa de mortalidade infantil. Foi o Estado com a maior queda do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1991, a média de mortes de crianças com até um ano de idade era de 71,1% e, em 2007, a taxa ficou em 29,7% por mil nascidos vivos. No ano passado, em 2009, segundo a Secretaria da Saúde do Estado, a taxa foi ainda menor. Ainda sujeita a revisão, está em 16,2% por mil nascidos vivos um resultado correspondente ao encontrado no Território Metropolitano.

Enfatiza-se que este indicador está diretamente relacionado às condições de nascimento e qualidade da saúde de uma população, além de estar intimamente ligados ao desenvolvimento e perfil socioeconômico e de estarem relacionados aos níveis de saneamento os quais serão abordados mais adiante neste documento. É relevante considerar as causas de mortalidade em menores de um ano para avaliar a consolidação da mudança no padrão da mortalidade infantil.

Quando questionado sobre as consultas de pré-natal e a qualidade do atendimento as gestantes foi dito que há uma boa cobertura inclusive municípios que tem maternidade separada do hospital geral. Entre outros benéficos foram citados a entrega de quites para as gestantes, como também foi citado que existe a visita puerperal por parte da Equipes de Saúde da Família.

Vale ressaltar que a redução das mortes por doenças parasitárias e infecciosas ocorridas nas Regiões Nordeste e Norte atingiram proporções inferiores a 8%, em 2008. Portanto, é importante o acompanhamento pré-natal, após o nascimento como a visita de puerpério, o acompanhamento da criança nos dois primeiros anos de vida, observando seu crescimento e desenvolvimento. Segundo (SUCUPIRA, 2003), na Estratégia Saúde da Família, toda criança deve ser visitada pela enfermeira nos primeiros sete dias de vida após a alta hospitalar. A ênfase nesses atendimentos deve ser o processo de acolhimento da mãe e criança, além de avaliação clínica, exame físico, orientação sobre o aleitamento materno e cuidados com a mãe e o recém-nascido.

#### **7.4 Mortalidade proporcional por grupos de causas**

A mortalidade proporcional por grupos de causas é a distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, o indicador mede a participação relativa dos principais grupos de causas de morte no total de óbitos com causa definida. De modo geral é influenciado pela participação de fatores que contribuem para aumentar ou diminuir determinadas causas, alterando a distribuição proporcional das demais: condições socioeconômicas,



perfil demográfico, infraestrutura de serviços públicos, acesso e qualidade dos serviços de saúde.

Com a avaliação deste indicador podemos contribuir no conhecimento dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causas.

Avaliamos as causas relativas a mortalidade pelos grandes grupos de causas no ano de 2008: neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório, doenças infecciosas e parasitárias, doenças do período perinatal, as causas externas onde são incluídos os acidentes e violências, e por fim as demais causas.

Outro indicador avaliado foi número de óbitos por 1000 habitantes, que é calculado através da taxa bruta de mortalidade: Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador expressa a frequência anual de mortes, taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total, além de contribuir para estimar o componente migratório da variação demográfica, correlacionando-se o crescimento vegetativo com o crescimento total da população.

**Tabela 8 - Mortalidade Proporcional Por Grupos De Causas No Território Metropolitano Em 2008.**

Municípios	MORTALIDADE PROPORCIONAL GERAL 2008									
	Total 2008	Nº Óbitos P/ 1000 Habitantes	Infantil P/ 1000 Nascidos Vivos	% Doenças Infecciosas	% Neoplasia	% Aparelho Circulatório	% Aparelho Respiratório	% Período Perinatal	% Causas Externas	% Demais Causas
<b>MICRO TERRITORIO I</b>										
Caucaia	1283	3,9	13,1	5,5	14,7	28,7	11,2	2,9	18,9	19,2
Guaíba	109	4,6	13,5	5,7	11,3	36,8	7,5	2,8	18,9	17,0
Itaitinga	160	4,9	23,8	7,0	15,3	34,4	9,6	5,1	16,6	12,1
Maracanaú	889	4,4	12,4	5,0	16,1	26,2	8,2	3,0	20,4	21,2
Maranguape	5,3	4,6	12,8	4,6	16,5	30,1	9,4	1,9	13,2	24,4
Pacatuba	241	3,4	20,3	6,0	18,5	26,6	7,3	3,4	16,7	21,5
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>2687</b>	<b>4,3</b>	<b>16,0</b>	<b>5,6</b>	<b>15,4</b>	<b>30,5</b>	<b>8,9</b>	<b>3,2</b>	<b>17,5</b>	<b>19,2</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>										
Aquiraz	326	4,6	23,7	2,6	11	26,1	16,5	4,5	18,1	21,3
Chorozinho	-	-	20,7	2,2	16,5	31,9	14,3	2,2	14,3	18,7
Eusébio	181	4,5	8,6	5,3	17	31,6	6,4	1,8	24,0	14,0
Horizonte	226	4,3	14,6	5,3	16,4	27,4	7,5	3,1	20,4	19,9
Pacajús	254	4,4	17,7	7,5	13,1	33,3	10,3	3,2	13,5	19,0
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>987</b>	<b>4,5</b>	<b>17,1</b>	<b>4,6</b>	<b>14,8</b>	<b>30,1</b>	<b>11,0</b>	<b>3,0</b>	<b>18,1</b>	<b>18,6</b>
<b>TOTAL/ MEDIA DO TERRITORIO</b>	<b>3674</b>	<b>4,4</b>	<b>16,5</b>	<b>5,1</b>	<b>15,1</b>	<b>30,3</b>	<b>9,9</b>	<b>3,1</b>	<b>17,8</b>	<b>18,9</b>

**Fonte:** SIM - Sistema de Informação de Mortalidade situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

\* Considerando óbitos coletados no SIM e SINASC

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), das doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%) e no Território Metropolitano (30,3%), mesmo concentrando um percentual um pouco inferior.

Ressalta-se a importância deste indicador especificando as grandes causas de morte na comunidade rural o que direciona atenção nas proposições

a serem apontadas no Plano – PTDRS, a partir desta situação de mortalidade para este segmento da população.

Podemos observar que a média das mortes relacionadas ao período Perinatal (3,1%), tem menos impacto diante das causas seguidas das doenças infecciosas(5,1%). As causas com maior representatividade foram as relacionadas ao aparelho circulatório (30,3%) das causas de morte neste território, o resultado pode estar associado a vários fatores que contribuem para as complicações e por vezes levam ao óbito como: o sedentarismo, o tabagismo, a hipertensão arterial, estilo de vida, ao acesso e consumo de produtos industrializados e a outra característica demográfica que é a tendência ao envelhecimento da população, conseqüentemente o aumento da expectativa de vida. De acordo com a Tabela 2, o percentual de óbitos por doenças do aparelho respiratório no território foi de (9,9%) estando estatisticamente o mesmo do Estado do Ceará(10,1%). Alguns municípios têm contribuído em maior proporção com este resultado como Aquiraz(16,5%); Chorozinho (14,3%) e Caucaia (11,2%). Estes municípios tem demonstrado um percentual acima da média do território e do resultado do Estado do Ceará. Uma recomendação necessária é a investigação mais detalhada sobre os tipos de doenças respiratórias que tem atingido estas comunidades.

Visualizamos uma alteração nas causas de mortalidade no território que é a substituição progressiva de óbitos por doenças infecciosas e transmissíveis por doenças crônicas, degenerativas e causas externas ligadas a acidentes e a violência, o que condiz com o perfil tanto do Estado do Ceará como do Brasil atualmente. Outro ponto no Território Metropolitano é um percentual de mortalidade no período Peri natal baixo onde o município que tem maior percentual apresenta 4,5%, pouco acima da média do Território que foi de 3,1%.

Com relação às causas externas para o percentual de mortalidade dentre as causas gerais temos que do total de óbitos 17,8% estão ligadas a acidentes e violências, já no Estado do Ceará temos um percentual bem inferior de acordo com a Figura 2, corresponde a 13,9% em 2008. Direcionamos o nosso olhar para os municípios de Eusébio(24,2%), Maracanaú e Horizonte respectivamente com 20,4% do total de óbitos no período, uma

situação que pode revelar o risco de acidentes e violência nestas cidades. Segundo o estudo do IBGE, a mortalidade masculina por causas externas afetam um segmento populacional em fase produtiva, reduzindo, em termos de anos de vida, os ganhos obtidos com a redução da mortalidade ocorrida na infância.

Durante a discussão dos dados apresentados foi verbalizado pelos componentes do grupo que existem poucas estratégias de enfrentamento das principais causas de mortalidade, foi citado que existem dificuldades com relação ao acesso a exames de rotina, para o monitoramento das doenças cardiovasculares, além de poucos NASF que poderiam trabalhar a prevenção de agravos ao sistema circulatório, outra crítica relevante é sobre a falta de medicamentos de uso contínuo para doenças como a hipertensão e o diabetes. Mas algumas iniciativas da própria comunidade como projetos Viver a vida, e Grupos da melhor idade, que trabalham com alongamentos, atividades de lazer e sociais são uma realidade.

Já com relação aos óbitos por causas externas, alguns municípios já têm um departamento municipal de trânsito em funcionamento e foi explicitado que existem bons resultados desde o início do funcionamento deste serviço, pois estes trabalham em campanhas educativas de trânsito junto à comunidade. Outro fato preocupante é a precária investigação das causas de óbito e dos crimes na região. Uma experiência de sucesso tem sido o comitê pró-vida que tem reuniões sistemáticas e são de composição intersetorial. Ainda com relação às mortes por causas externas somam-se, segundo os participantes, as ocorrências de violência contra as mulheres, portanto o conselho de saúde de alguns municípios tem levado essa pauta às discussões sobre a construção de uma delegacia da mulher na região, para que possam ser resolvidas na forma da lei as situações de agressões contra as mulheres deste território.

#### **7.4. Condições de Nascimento**

As variáveis sobre as condições de nascimento trabalhadas inicialmente foram o total de nascidos, o percentual de partos vaginais e cesáreos, o percentual de crianças nascidas com baixo peso, o percentual de prematuros e

o percentual de mães adolescentes que compreendem a faixa etária de 10 a 19 anos, de acordo com a Tabela 9:

**Tabela 9** – Informações Sobre Condições De Nascimento No Território Metropolitano em 2008.

MUNICIPIOS	INFORMAÇÕES SOBRE CONDIÇÕES DE NASCIMENTO					
	Total Nascidos 2008	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
<b>MICRO TERRITORIO I</b>						
Caucaia	4901	44,8	55,2	7,4	6,6	23,0
Guaíba	371	45,8	54,2	5,6	4,0	23,2
Itaitinga	505	43,0	57,0	10,7	6,7	24,8
Maracanaú	4192	49,7	50,3	6,4	4,3	20,2
Maranguape	1333	47,0	53,0	8,2	5,0	22,9
Pacatuba	836	43,6	56,4	7,5	4,2	19,6
<b>TOTAL</b>	<b>12138</b>	<b>45,65</b>	<b>54,35</b>	<b>7,6</b>	<b>5,1</b>	<b>22,3</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>						
Aquiraz	844	47,2	52,8	10,2	8,3	22,7
Chorozinho	242	44,4	55,6	7,5	7,1	25,6
Eusébio	818	49,9	50,1	7,0	4,9	23,0
Horizonte	956	30,9	69,1	9,4	6,4	23,6
Pacajús	963	45,3	54,7	5,3	5,2	22,5
<b>TOTAL</b>	<b>3823</b>	<b>43,5</b>	<b>56,5</b>	<b>7,9</b>	<b>6,4</b>	<b>23,5</b>
<b>TOTAL/ MEDIA DO TERITORIO</b>	<b>15961</b>	<b>44,6</b>	<b>55,4</b>	<b>7,8</b>	<b>5,8</b>	<b>22,9</b>

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

Ao avaliar os índices da Tabela 4, percebe-se que o percentual de partos cesáreos em relação aos partos vaginais está acima do percentual recomendado pelo Pacto pela Saúde no Estado que é de 30% em todos os municípios, o percentual alcançado pelo Ceará em 2008 foi que 42,7 % do total dos partos, foram cesáreos. Praticamente todos os municípios encontram-se acima da média do território e da meta estabelecida, sendo o município de Horizonte(30,9%) o que obteve um resultado bastante próximo a meta. Os

municípios em situação mais preocupante são Eusébio (49,9%); Maracanaú (49,7%) e Aquiraz (47,2%).

Percentuais elevados podem significar, entre outros fatores, a concentração de partos considerados de alto risco, em municípios onde existem unidades de referência para a assistência ao parto. Este indicador é útil para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção à saúde da mulher e da criança. Devido às restrições impostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) limitando os partos cesáreos ao máximo de 30% do total de partos financiados, os excessos que sejam encontrados podem estar relacionados principalmente aos partos não - SUS (por planos de saúde ou privados). De fato, pequena amplitude e variabilidade desse indicador são observadas entre os partos SUS.

Sobre a maternidade entre as mães adolescentes (10 a 19 anos), se atesta que 22,9% das mulheres que pariram em 2008 (Gráfico 2) eram adolescentes, o objetivo de conhecer esta variável é que esta se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez.

Apenas dois dos municípios apresentam um percentual acima da média encontrada dos que fazem parte do Território são eles Chorozinho(25,6%) e Itaitinga(24,8%). Relaciona-se este indicador a uma condição socioeducacional que é a escolaridade destas mães, o acesso ao mercado de trabalho, ao padrão familiar entre outros fatores importantes.

Sobre a prematuridade e o baixo peso ao nascer encontramos que a média do Território Metropolitano foi de 5,6,% dos nascidos vivos foram prematuros, este percentual encontrado, foi o mesmo para o Estado do Ceará (5,6%).

Sobre o baixo peso ao nascer temos que em média, 7,8 % dos partos são de crianças que nascem nesta situação. Destaca-se aqui municípios como Itaitinga e Aquiraz onde mais de 10% das crianças nascem com baixo peso, percentual acima da média do território.

O indicador serve como preditor da sobrevivência infantil: quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce. Valores de baixo peso ao nascer em torno de 5-6% são encontrados em países desenvolvidos.

Convenções internacionais estabelecem que essa proporção não deve ultrapassar 10%.

Proporções elevadas de nascidos vivos de baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno-infantil.

A idade materna pode estar associada a condições de risco para o recém-nascido, tais como a prematuridade e o baixo peso ao nascer, que tendem a ser mais freqüentes nos nascidos de mães adolescentes e idosas.

Quando questionamos a abordagem durante a consulta de pré-natal para o parto, os representantes não tinham certeza de como isso acontecia, mas acreditam que é precário. Sobre o funcionamento dos grupos de gestantes. Outro questionamento foi sobre o acesso dos adolescentes às unidades de saúde ou a ida dos profissionais de saúde nas escolas discutir a sexualidade e o planejamento familiar, foi citado que há ainda, muito preconceito tanto dos profissionais como dos adolescentes, porém em um dos municípios existe um projeto que trabalha estas questões.

## **7.5 .Infraestrutura**

### 7.5.1 Atenção Básica

#### *7.5.1.1 Numero de equipes de saúde da família e cobertura*

Sobre o total de Equipes de saúde da Família e a cobertura do percentual da população temos que o território tem 228 equipes e um percentual de cobertura que corresponde a 85,9. Existem alguns municípios que tem um percentual de cobertura de atenção básica abaixo da média do território como Caucaia onde a população coberta não *passa* de 65,4%, Maracanaú(72,5%) e Horizonte(72, 0%). Enquanto a cobertura não corresponder ao total da população os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, Universalidade, Equidade e Integralidade não estarão sendo cumpridos de forma plena.

Foi colocado pelos colaboradores do comitê que nos municípios onde não há boa cobertura da saúde da família as pessoas recorrem a emergência do

hospital do município e alguns chegam a ter unidades básicas funcionando como pronto atendimento o que compromete todo um esforço de estruturar a atenção básica como porta de entrada para o Sistema Único de Saúde.

#### *7.5.1.2 Núcleo de apoio à Saúde da Família – NASF*

Percebeu-se uma boa cobertura no que se refere aos núcleos de apoio/atendimento à Saúde da Família - NASF que totalizam apenas 22 dentre os 11 municípios que fazem parte deste território. O município de Maracanaú tem o maior número de núcleos com 6 equipes. Existe ainda uma situação de possível equívoco sobre o papel desta estrutura representada nos municípios, pois atualmente os NASF se ligam às equipes de Saúde da Família completas com o objetivo de apoiá-las em suas limitações das categorias de saúde que fazem parte da equipe mínima ( Enfermeiros, Dentistas e Médicos, além dos Agentes Comunitários de Saúde). Atualmente o que deve haver é uma parceria de atendimento em conjunto, de planejamento de ações entre as equipes do NASF e de Saúde da Família, uma atendimento diferenciado para casos específicos, não pelo encaminhamento como se a atenção dispensada pelo profissional do NASF fosse a outro nível, mas compartilhada e discutida pela equipe de atenção básica. Descrevemos a seguir as modalidades e os tipos de núcleos possíveis para atuação.

**MODALIDADES** - Os núcleos são divididos em duas modalidades, de acordo com o número de equipes de saúde da família atuantes em cada estado. O NASF 1 é voltado para os municípios com equipes de até cinco profissionais de nível superior. Eles recebem R\$ 20 mil por mês para manutenção a partir do início de suas atividades. O NASF 2 funciona em cidades com equipes de até três profissionais e recebem R\$ 6 mil mensais para custeio. Todos os NASF autorizados no Ceará são do tipo I.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, as cidades têm até dezembro deste ano para implementar os núcleos. Cada cidade beneficiada é responsável por escolher os profissionais que irão compor o núcleo, de acordo com a realidade de suas comunidades.



No entanto, a recomendação é para que os municípios do Nordeste e da Amazônia Legal, cujo objetivo é priorizar ações dos núcleos para a redução da mortalidade infantil, como parte do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil nos municípios prioritários.

**NÚCLEO** - Para implantar o NASF, o município deve elaborar um projeto, informando o território de atuação e as atividades que serão desenvolvidas. Além disso, é preciso especificar os profissionais e sua forma de contratação com número de carga horária, identificação das equipes da saúde da família vinculadas ao NASF e a unidade de saúde onde os núcleos serão credenciados. Esse projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e pelas Comissões Intergestoras do Estado.

## 7.6.2 Atenção Especializada

### 7.6.2.1 Número de leitos hospitalares por habitante

Número de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador mede a relação entre a oferta de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS, por tipo de vínculo (público, privado e universitário), e a população residente na mesma área geográfica. Não inclui os leitos privados sem vínculo com o SUS.

O indicador é influenciado pelas condições socioeconômicas, epidemiológicas e demográficas da população, bem como pelas políticas de atenção à saúde no SUS. Entre essas últimas, destacam-se a oferta de serviços especializados (doenças crônico-degenerativas, agravos à saúde mental etc.) e a cobertura da atenção básica à saúde.

Este Indicador serve para analisar variações geográficas e temporais da oferta de leitos hospitalares pelo SUS (públicos, privados e universitários), identificando situações de desequilíbrio que podem demandar a realização de estudos especiais, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a assistência médico-hospitalar de responsabilidade do SUS.

Encontramos que no Território Metropolitano uma média de 1,1 leitos para 1000 habitantes. Quando compararmos este dado com o resultado do Estado do Ceará para o ano de 2008, temos que existem 1,7 leitos-SUS para cada 1000 habitantes e 2,2 leitos em geral.

#### *7.6.2.2 Centro de Apoio Psicossocial – CAPS*

Seu objetivo é oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Os CAPS, entre todos os dispositivos de atenção à saúde mental, têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Com a criação desses centros, possibilita-se a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país. Os CAPS são serviços de saúde municipais, abertos, comunitários que oferecem atendimento diário.

Função dos CAPS: prestar atendimento clínico em regime de atenção diária, evitando as internações em hospitais psiquiátricos; acolher e atender as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território; promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais por meio de ações inter setoriais; regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental na sua área de atuação; dar suporte a atenção à saúde mental na rede básica; organizar a rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios; articular estrategicamente a rede e a política de saúde mental num determinado território; promover a reinserção social do indivíduo através do acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

Destacamos que as situações que interferem diretamente do processo de adoecimento da população devem ser identificadas e prevenidas pelos Profissionais da Estratégia de Saúde da Família, pelos profissionais que atuam nos Núcleos de apoio à Saúde da Família - NASF e pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. Estas estruturas devem tanto identificar agravos e morbidades impactantes na situação de saúde e social do

Território, bem como prevenir estas diversas situações. No caso de tratamento e reabilitação de pessoas drogaditas/ usuárias de drogas, o CAPS-AD (álcool e drogas) é a referência para acompanhar as pessoas usuárias de drogas que desejam uma nova perspectiva de vida. Vale ressaltar que existem algumas limitações para instalação deste serviço, por necessitar de especialistas na área de saúde mental, além de aprovação nas Comissões Intergestoras Regionais e Estaduais.

O perfil populacional dos municípios é sem dúvida um dos principais critérios para o planejamento da rede de atenção à saúde mental nas cidades, e para a implantação de centros de Atenção Psicossocial. O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulado com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde mental de seu município.

Com relação ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS existem 12 estabelecimentos de saúde deste tipo em funcionamento de acordo com a pesquisa nos sites referidos, uma situação diferenciada encontramos no município de Maranguape e Caucaia, o primeiro com quatro unidades em funcionamento, e o segundo com duas. As modalidades de CAPS são: infantil, geral, álcool e outras drogas. Destacamos que as situações que interferem diretamente do processo de adoecimento da população devem ser identificadas e prevenidas pelos Profissionais da Estratégia de Saúde da Família, pelos profissionais que atuam nos Núcleos de apoio à Saúde da Família - NASF e pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. Estas estruturas devem tanto identificar agravos e morbidades impactantes na situação de saúde e social do Território bem como a prevenir estas diversas situações. No caso de tratamento e reabilitação de pessoas drogaditas/ usuárias de drogas, o CAPS-AD(álcool e drogas) é a referência para acompanhar as pessoas usuárias de que desejam uma nova perspectiva de vida. Vale ressaltar que existem algumas limitações para instalação deste serviço, por necessitar de especialistas na área de saúde mental, além de aprovação nas Comissões Intergestoras Regionais e Estaduais.

### 7.6.2.3 Centro Especialidade Odontológicas – CEO

Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços: Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca; Periodontia especializada; Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; Endodontia e Atendimento a portadores de necessidades especiais

Os centros são uma das frentes de atuação do Brasil Sorridente. O tratamento oferecido nos Centros de Especialidades Odontológicas é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de atenção básica e no caso dos municípios que estão na Estratégia Saúde da Família, pelas equipes de saúde bucal. Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas casos mais complexos. Além da implantação de CEO's, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/ intrarradiculares e fixas/ adesivas.

Os CEO são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços:

- >|Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca.
- >|Periodontia especializada
- >|Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros
- >|Endodontia
- >|Atendimento a portadores de necessidades especiais

O funcionamento de cada Centro de Especialidade Odontológica é feito por um credenciamento passando a receber recursos do Ministério da saúde,

de acordo com o que está definido pela Portaria Nº 599/GM de 23 de março de 2006. A implantação de Centros de especialidades funciona por meio de parceria entre estados, municípios e o governo federal, isto é o Ministério da Saúde faz o repasse de uma parte dos recursos e Estados e municípios contribuem cada um com outra parcela.

De acordo com as Portarias Nº 599/GM de 23 de março de 2006 que define critérios, normas e requisitos para implantação e credenciamento de Centros de Especialidades Odontológicas e a Portaria Nº600/GM de mesma data que institui o financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas: para os CEOs tipo I, aqueles com três cadeiras odontológicas, são destinados mensalmente R\$ 6,6mil para custeio e R\$ 40 mil em parcela única para implantação - correspondente à custa com reformas, ampliação do espaço físico e aquisição de equipamentos; CEOs tipo II, com quatro ou mais cadeiras, o valor mensal é de R\$ 8,8 mil e R\$ 50 mil para implantação CEOs tipo III, que possuem no mínimo de 7 cadeiras, o recurso de custeio é no valor de R\$ 15.400,00 e o de implantação R\$ 80 mil reais.

Além da implantação de CEOs, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/intrarradiculares e fixas/adesivas. Ao lado do câncer de boca, a ausência de dentes é um dos mais graves problemas da saúde bucal no Brasil. Hoje 75% dos idosos são desdentados. Entre adultos com idade de 30 a 44 anos esse índice é de 30%. O Ministério da Saúde registra, ainda, um total de 5 mil adolescentes desdentados sem prótese na boca. Estima-se que 8 milhões de pessoa precisam de prótese dentária no país.

De acordo com as portarias N.º 2.374 e 2.375 GM/MS de 07 de outubro de 2009 que alteram o pagamento de próteses dentárias em Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias - LRPD no valor de R\$ 30,00 para R\$ 60,00 para prótese total; de R\$ 40,00 para R\$ 60,00 para prótese parcial removível; e R\$ 60,00 para Próteses Coronárias/ Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por elemento).

Agora o financiamento está incluído no Teto Financeiro de Média e Alta

Complexidade (MAC) e a forma de pagamento mudou. O Município/Estado passa a receber mensalmente de acordo com sua produção, sendo os valores repassados:

>|Até 50 próteses/mês: R\$ 3.000,00 mensais

>|Entre 51 e 150 próteses/mês: R\$ 9.000,00 mensais

>|Acima de 151 próteses/ mês: R\$ 12.000,00 mensais

Esta produção será acompanhada de acordo com as informações prestadas pelos municípios através do Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS). Serão feitas avaliações trimestrais destes dados para redefinir a distribuição dos recursos. Estes recursos são repassados diretamente do Ministério da Saúde para os municípios ou estados que possuem laboratórios credenciados não comprometendo seus recursos de saúde já existentes, ou seja, recursos extra teto.

De acordo com a pesquisa sobre os dados no Micro Território II o acesso das pessoas está restrito ao serviço de clínica da atenção básica. Possivelmente os munícipes, em caso de necessidade de atenção especializada odontológica, arcam com as despesas referentes a este serviço, através dos consultórios particulares, comprometendo a integralidade da atenção à saúde preconizada pelo SUS.

#### *7.6.2.4 Farmácia Popular do Brasil*

No Território observou-se que existem apenas duas unidades de farmácia popular, nos municípios de Guaraciaba do Norte e São Benedito, possivelmente apenas estes municípios se adéquam as exigências do Governo.

Em junho de 2004, o Governo Federal criou o Programa Farmácia Popular do Brasil, com o objetivo de levar medicamentos essenciais a um baixo custo para mais perto da população, melhorando o acesso e beneficiando uma maior quantidade de pessoas. O Programa atua sobre dois eixos de ação: as UNIDADES PRÓPRIAS, em funcionamento desde junho de 2004, que são desenvolvidas em parceria com Municípios e Estados e o Sistema de

Copagamento, lançado em março de 2006, desenvolvido em parceria com farmácias e drogarias privadas.

As Unidades Próprias são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que coordena a estruturação das unidades e executa a compra dos medicamentos, o abastecimento das unidades e a capacitação dos profissionais. Contam, atualmente, com um elenco de 108 medicamentos mais o preservativo masculino, os quais são dispensados pelo seu valor de custo representando uma redução de até 90% do valor comparando-se com farmácias e drogarias privadas. A única condição para a aquisição dos medicamentos disponíveis nas unidades, neste caso, é a apresentação de receita médica ou odontológica. Já no SISTEMA DE CO-PAGAMENTO, o Governo Federal paga uma parte do valor dos medicamentos e o cidadão paga o restante. O valor pago pelo Governo é fixo e equivale a 90% do Valor de Referência (consulte os valores na legislação do Programa). Por esse motivo, o cidadão pode pagar menos para alguns medicamentos do que para outros, de acordo com a marca e o preço praticado pelo estabelecimento. Para ter acesso a essa economia, basta que a pessoa procure uma drogaria com a marca “Aqui tem Farmácia Popular” e apresente a receita médica acompanhada do seu CPF e documento com foto. Atualmente, o Sistema de Copagamento está trabalhando com medicamentos para hipertensão, diabetes, colesterol e anticoncepcionais.

Com relação às farmácias populares temos na Tabela 5 que existem 8 unidades implantadas no Território um número satisfatório, significa que mais de 50% dos municípios tem acesso a esta política.

#### *7.6.2.5 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU*

Observou-se que o Serviço de Atendimento Médico de Urgência-SAMU, está presente em vários dos municípios, pois devido a situação atual de consórcio entre estes, foi possível beneficiar a população.

O SAMU/192 faz parte da Política Nacional de Urgências e Emergências e ajuda a organizar o atendimento na rede pública prestando socorro à população em casos de emergência. Com o SAMU 192, o governo

federal está reduzindo o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as seqüelas decorrentes da falta de socorro precoce. O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população.

Realiza o atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas, contando com as Centrais de Regulação, profissionais e veículos de salvamento. As Centrais de Regulação tem um papel primeiro e indispensável para o resultado positivo do atendimento, sendo o socorro feito depois da chamada gratuita, para o telefone 192.

#### *7.6.2.6 Unidades de Pronto Atendimento – UPA*

As Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, onde em conjunto com estas compõe uma rede organizada de Atenção às Urgências. São integrantes do componente pré-hospitalar fixo e devem ser implantadas em locais/unidades estratégicos para a configuração das redes de atenção à urgência, com acolhimento e classificação de risco em todas as unidades, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências. A estratégia de atendimento está diretamente relacionada ao trabalho do Serviço Móvel de Urgência – SAMU que organiza o fluxo de atendimento e encaminha o paciente ao serviço de saúde adequado à situação. Sobre as unidades de pronto atendimento consta que apenas dois dos municípios tem o serviço de pronto atendimento implantado ou em fase de implantação.

### **7.7 Tipos de Estabelecimento**

No Território Metropolitano há uma predominância de estabelecimentos relacionados à atenção básica, 202 centros de saúde. Com relação a estabelecimentos específicos da atenção especializada, temos 19 hospitais atendendo, sendo que há municípios que tem mais de um estabelecimento



deste tipo, portanto os de maior porte como Maracanaú e Caucaia entre outros, destacamos que dentre os hospitais inseridos na Tabela 5, estão instituições, privadas e filantrópicas além dos hospitais públicos do SUS.

Percebemos uma deficiência no que diz respeito à atenção secundária que são as policlínicas/ clínicas especializadas, pois no Micro Território II, existe apenas um serviço no município de Aquiraz. Quanto ao serviço de pronto atendimento (UPA) apenas duas unidades no Micro Território I, porém no emergência (SAMU), há uma boa disponibilidade dentre os municípios, apenas Pacatuba está fora desta realidade, o que acontece também com relação ao serviço de atendimento hospitalar possuindo apenas uma unidade de parto normal/ unidade mista, conforme observamos na Tabela 10:

**Tabela 10** - Tipos de Estabelecimentos Atenção Básica e Especializada no Território Metropolitano Dados de 2008, 2009 e 2010.

Municípios	Tipo de Estabelecimento SUS / Outros													
	Atenção Básica							Atenção Especializada						
	Centro de Saúde/ Unidade Básica de Saúde	Posto de Saúde	NASF	Farmácia Popular	% Cobertura EqSF	Nº EqSF	CEO	CAPS	Unidade Mista / Parto Normal	SAMU	UPA	Policlínica/Clinica Especializada	Hospital	Nº de Leitos por 1000 Hab.
<b>MICRO TERRITORIO I</b>														
Caucaia	43	1	5	3	65,4	62	1	2	0	1	0	4	3	0,8
Guaiuba	08	1	1	0	101,0	09	1	0	0	1	1	0	1	0,5
Itaitinga	16	0	1	1	95,8	09	1	1	0	1	0	0	3	1,2
Maracanaú	27	1	6	2	72,5	42	1	2	0	1	1	1	4	1,4
Maranguape	30	6	2	1	73,1	23	1	4	0	1	0	1	3	1,8
Pacatuba	13	5	1	0	78,8	16	0	0	1	0	0	0	0	0,3
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>137</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>81,1</b>	<b>161</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>14</b>	<b>1,0</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>														
Aquiraz	22	0	2	1	97,9	20	0	1	0	1	0	1	1	0,6
Chorozinho	06	0	0	0	99,9	06	0	0	1	1	0	0	0	0,6
Eusébio	15	0	2	0	102,0	16	0	1	0	1	0	0	1	1,6
Horizonte	09	1	1	0	72,0	11	0	1	1	1	0	0	0	0,9
Pacajús	13	0	1	0	82,0	14	0	0	0	1	0	0	3	1,9
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>65</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>90,8</b>	<b>67</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>1,1</b>
<b>TOTAL/ MEDIA DO TERRITORIO</b>	<b>202</b>	<b>15</b>	<b>22</b>	<b>8</b>	<b>85,9</b>	<b>228</b>	<b>5</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>1,1</b>

**Fonte:** CNES- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - situação da base de dados nacional em 10/04/2010

Questionamos alguns tipos de serviços implantados recentemente nos municípios como a UPA e as policlínicas sobre seu funcionamento, unanimemente todos responderam que estes serviços ainda não estão funcionando algumas UPAs e Policlínicas ainda nem iniciaram sua construção. Portanto, o atendimento especializado segue sem muita resolutividade tornando-se assim, um elo fraco do SUS.

## **7.8 Recursos Humanos**

### **7.8.1. Ofertas de Profissionais Médicos por Especialidades por 1.000 Habitantes**

No Território Metropolitano encontramos várias deficiências no que diz respeito às especialidades médicas os números que mais chamam a atenção são os de psiquiatra (0,0) cada 1000 habitantes/ 22 profissionais para todo o território, seguido radiologista(0,0) cada 1000 habitantes/ 50 profissionais para todo o território, anestesista(0,1) / cada 1000 habitantes/160 profissionais para todo o território,e cirurgião geral(0,1) cada 1000 habitantes/144 profissionais para todo o território,. Entretanto, quando calculamos o total de profissionais por 1000 habitantes percebemos que o Território está dentro das recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, que recomenda que haja pelo menos um profissional médico para cada 1000 habitantes. A disponibilidade de médicos atualmente no território no geral é 1,8 de profissionais por 1000 habitantes. O total de profissionais é de 1689.

Percebemos na Tabela 5 que a disponibilidade com relação a estes profissionais praticamente concentra-se nos município de Maracanaú 4,0 médicos para cada 1000 habitantes /816 profissionais seguido de Maranguape 2,0 médicos para cada 1000 habitantes/220 médicos no Território. Com o novo modelo e proposta do Ministério da Saúde que recomenda a atuação em redes e linhas de cuidado, colocamos a importância de estruturar as redes de apoio à saúde no Território, sendo a presença de alguns especialistas primordial para que a integralidade da atenção seja atendida em todos os níveis de atenção à saúde.

Sobre a Atenção Básica, temos que o número de profissionais atuando nesta especialidade é de 0,4 para cada 1000 habitantes/315 médicos em todo

o Território. A inserção e fixação desta categoria em pequenos municípios e nesta proposta de atuação tem sido uma dificuldade enfrentada pelos gestores da saúde nos mais diversos municípios. Faz-se necessária uma investigação mais detalhada sobre estas causas para que se possa intervir diretamente no intuito de reverter esta situação.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de superar entraves e limitações dos processos gerenciais de recursos humanos tradicionalmente adotados pelas instituições de saúde. Para isso, torna-se indispensável elaborar propostas e trabalhar sua viabilidade, buscando sempre a inovação e o aperfeiçoamento das práticas de administração do trabalho nos serviços de saúde.

**Tabela 11** – Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade/ 1000 Habitantes no Território Metropolitano José de Alencar em 2008.

MUNICIPIOS	OFERTA DE PROFISSIONAIS MEDICOS POR ESPECIALIDADE								
	Anestesista	Cirurgião Geral	Clinico Geral	Gineco Obstetra	Medico de Família	Pediatra	Psiquiatra	Radiologista	Nº De Médicos Total
<b>MICRO TERRITORIO I</b>									
Caucaia	0,1	0,0	0,2	0,2	0,3	0,1	0,0	0,0	1,2
Guaiuba	-	-	0,0	-	0,6	-	-	0,0	0,7
Itaitinga	0,1	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	2,3
Maracanaú	0,5	0,5	1,2	0,5	0,2	0,3	0,0	0,1	4,0
Maranguape	0,2	0,2	0,5	0,3	0,2	0,2	0,0	0,0	2,0
Pacatuba	-	0,0	0,3	0,0	0,2	0,0	-	0,1	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>	<b>0,3</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>1,8</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>									
Aquiraz	0,0	0,0	0,3	0,2	0,4	0,1	0,0	0,0	1,3
Chorozinho	-	-	0,7	-	0,4	0,1	-	0,1	1,2
Eusébio	0,0	0,0	0,4	0,4	0,7	0,5	0,1	0,0	2,4
Horizonte	0,0	0,0	0,8	0,3	0,2	0,1	0,0	0,0	1,9
Pacajús	0,1	0,2	0,6	0,3	0,3	0,1	0,0	0,0	1,7
<b>TOTAL</b>	<b>0,03</b>	<b>0,05</b>	<b>0,6</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4</b>	<b>0,18</b>	<b>0,03</b>	<b>0,02</b>	<b>1,7</b>
<b>TOTAL DO TERRITORIO</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,5</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1,8</b>

Fonte: CNES- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - situação da base de dados nacional em 10/04/2010

Quando solicitamos informações sobre a demanda para alguns especialistas foi dito que as pessoas geralmente buscam atendimento em Fortaleza devido a proximidade e também da falhas do acesso na capital, geralmente fazem cadastro como se residissem na casa de parentes ou amigos nas unidades de saúde e são atendidos nas unidades de saúde de Fortaleza o que facilita os encaminhamentos e exames quando necessários.

Com relação a oferta de especialistas há muita dificuldade de contratação mesmo oferecendo um bom valor pelos atendimentos de alguns especialistas como por exemplo o neurologista. Outro ponto que não assegura a manutenção das rotinas estabelecidas é a alta rotatividade de gestores e diretores nos serviços de saúde, o pouco acesso a tecnologias e o acesso aos exames especializados.

#### 7.8.2 Ofertas de Outros Profissionais de Saúde por 1.000 Habitantes

Este indicador mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica é fortemente influenciado pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Ao analisarmos variações da situação da distribuição de profissionais de saúde de acordo com a Tabela 12 identificaram-se situações de carência em algumas categorias principalmente entre fonoaudiólogo, assistente social, nutricionista, psicólogo e farmacêutico, todos respectivamente com 0,1; portanto corresponde de um a dois profissionais para cada 1000 habitantes. Nas categorias enfermeiro e dentista ainda encontramos uma déficit, apesar de termos um maior numero de profissionais para a população. A identificação destas deficiências de profissionais é fundamental para subsidiar políticas de incentivo à interiorização de trabalhadores de saúde e contribuir nos processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a formação nas profissões de saúde e sua inserção no mercado de trabalho, pois existe um amplo espaço a ser ocupado por cada categoria, que tem a sua pratica já concretizada na área da saúde, principalmente na prevenção de agravos relacionados a saúde mental, uso de drogas, como é o caso do serviço social e a psicologia.

Com relação a fixação das demais categorias, observamos que a maioria dos municípios realizou concurso público há pouco tempo, portanto esta é a principal forma de vínculo, porém uma situação que foi unanimidade nas discussões é que a maioria dos secretários de saúde não são profissionais da área, trazendo por vezes algumas situações difíceis para a administração pública, outro problema são os cargos técnicos que por vezes também são indicação política o que dificulta a qualidade do trabalho no setor saúde, Quando questionamos sobre a fixação de algumas categorias os participantes concordaram que as principais são o pagamento dos profissionais pois, se oferece por vezes, um salário insatisfatório levando os profissionais a procurarem outros municípios para prestarem seus serviços e a falta de interesse da gestão em contratar profissionais.

**Tabela 12** – Oferta de Profissionais de Saúde por Categoria Profissional/ 1000 Habitantes no Território Metropolitano José de Alencar em 2008.

MUNICIPIOS	OFERTA DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR CATEGORIA							
	ENFERMEIRO	DENTISTA	FISIOTERAPEUTA	NUTRICIONISTA	FARMA CÉUTICO	ASSISTENTE SOCIAL	PSICOLOGO	FONOAUDIÓLOGO
<b>MICRO TERRITORIO I</b>								
Caucaia	0,4	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Guaiuba	0,7	0,5	0,1	0,1	-	0,0	-	0,1
Itaitinga	1,1	0,4	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Maracanaú	0,8	0,5	0,2	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1
Maranguape	0,3	0,4	0,2	0,0	0,2	0,1	0,0	0,1
Pacatuba	0,5	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>0,6</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>								
Aquiraz	0,4	0,4	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0
Chorozinho	0,6	0,4	0,1	-	0,1	-	-	-
Eusébio	0,8	0,8	0,3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1
Horizonte	0,6	0,4	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Pacajús	0,4	0,3	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>0,6</b>	<b>0,5</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>
<b>TOTAL DO TERRITORIO</b>	<b>0,6</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010

## 7.9 Saneamento Básico

### 7.9.1 Cobertura de Redes de Abastecimento de Água

A cobertura de redes de abastecimento de água é o percentual da população residente servida por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Considera-se a cobertura de rede de abastecimento de água<sup>1</sup>: (i) com canalização interna, quando o domicílio possui canalização em pelo menos um cômodo e a água utilizada for proveniente de rede geral de distribuição; e (ii) sem canalização, quando a água utilizada no domicílio for proveniente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade onde está localizado o domicílio.

Este indicador mede a cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, através de rede geral de distribuição. Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Sabe-se que o acesso a água potável é imprescindível para garantir a saúde de uma população, pois todo o processo de higienização, limpeza, desinfecção dos alimentos requer disponibilidade de água limpa, livre de possíveis contaminações. Outro fator que interfere na situação de saúde de uma população, principalmente na incidência de doenças infecto-contagiosas é o saneamento básico, tratamento do esgoto e uma rede de abastecimento segura.

No Território Metropolitano, encontrou-se uma situação de boa cobertura no que diz respeito ao abastecimento de água nos domicílios, quase 70 % deles tem acesso a água tratada em sua casa. O município de maior taxa de cobertura segundo a Tabela 8 foi Caucaia. O municípios de Pacatuba e Aquiraz estão com menor cobertura. Já quando se avaliou o percentual de cobertura de domicílios com esgotamento sanitário percebeu-se uma disparidade expressiva. No MicroTerritório I uma média de 16,7% de cobertura e no Micro Território II uma média de quase metade 8,5%. O maior percentual de cobertura de esgotamento sanitário encontrou-se no município de

Maracanaú com 30% mesmo destacando-se dentre os demais municípios este percentual de cobertura está aquém da necessidade de saúde da população. Um baixo percentual de cobertura pode estar diretamente relacionado a incidência de doenças infecto contagiosas, e transmitidas por alimentos.

Quando este percentual corresponde a insuficiência, pode indicar medidas de intervenção, fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais, contribuir na análise da situação socioeconômica da população e subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao abastecimento de água.

**Tabela 13:** Percentual de Domicílios com Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Território Metropolitano José de Alencar em 2008

<b>Municípios</b>	<b>% domicílios com abastecimento de água</b>	<b>% domicílios com esgotamento sanitário</b>
<b>MICROTERRITORIO I</b>		
Caucaia	95,8	20,3
Guaiuba	77,8	25,3
Itaitinga	90,2	2,8
Maracanaú	77,9	29,9
Maranguape	77,1	6,0
Pacatuba	28,6	12,7
<b>TOTAL/media</b>	<b>74,6</b>	<b>16,7</b>
<b>MICROTERRITORIO II</b>		
Aquiraz	47,1	23,7
Chorozinho	59,3	0,0
Eusébio	81,1	4,6
Horizonte	82,8	1,5
Pacajús	89,2	12,7
<b>TOTAL/media</b>	<b>55,3</b>	<b>8,5</b>
<b>MEDIA DO TERRITORIO</b>	<b>64,9</b>	<b>12,6</b>

Fonte: Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA 2007

## 8 ASPECTOS EDUCACIONAIS

De acordo com estatísticas, a taxa de analfabetismo no Ceará diminuiu 33% na década passada. Mas, para o Estado melhorar seu desempenho ficando próximo à média nacional situada em torno de 13,6% nesse mesmo período, há muito que se fazer.

O combate ao analfabetismo é muito importante, pois o conhecimento da leitura e da escrita são requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania. A escassez de investimentos, a deficiência na capacitação de docentes e a precária infraestrutura predial somados à carência de equipamentos didáticos e de apoio didático resultam na ineficiência e ineficácia da qualidade do ensino em qualquer nível escolar.

A Tabela 14 retrata o analfabetismo no Ceará por gênero e zona de localização (moradia) no ano de 2008, conforme se percebe:

**Tabela 14** – Taxa de Analfabetismo da População Cearense por Gênero e Zonas de Localização

Grupos de Idade (anos)	Taxa de Analfabetismo (%)				
	2008				
	Total	Zonas de Localização		Sexo	
		Urbana	Rural	Homens	Mulheres
7 a 14 anos	12,5	9,8	19,8	14,5	10,4
15 a 19 anos	3,9	3,0	6,6	5,8	1,9
20 anos ou mais	19,1	15,0	33,5	21,7	16,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2003/2008).

Em seguida, pretende-se analisar a taxa de analfabetismo por faixa etária nos municípios que compõem o Território Metropolitano José de Alencar, em conformidade com a Tabela 15:

**Tabela 15** – Taxa de Analfabetismo da População do Território Metropolitano José de Alencar por Faixa Etária

ESTADO/MUNICÍPIOS	GRUPOS DE IDADE (ANOS) (EM %)						
	10-14	15 ANOS OU MAIS	15-19	20-29	30-44	45-59	60 ANOS OU MAIS
CEARÁ	14,2	26,5	9,5	16,6	24,8	39,5	54,3
CAUCAIA	10,2	19,0	7,2	11,9	17,0	32,3	50,0
GUAIÚBA	19,5	33,5	11,3	20,5	35,7	51,4	64,2
ITAITINGA	10,6	25,1	7,8	14,6	24,9	42,6	56,1



ESTADO/MUNICÍPIOS	GRUPOS DE IDADE (ANOS) (EM %)						
	10-14	15 ANOS OU MAIS	15-19	20-29	30-44	45-59	60 ANOS OU MAIS
MARACANAÚ	7,1	15,0	4,4	8,1	14,0	25,7	44,6
MARANGUAPE	8,0	23,7	6,1	12,2	22,9	41,0	53,8
PACATUBA	8,0	17,5	5,0	9,7	16,5	30,9	48,3
AQUIRAZ	17,1	31,5	12,5	21,5	31,5	45,9	62,5
EUSÉBIO	7,5	23,8	6,2	14,4	24,0	41,0	57,5
CHOROZINHO	17,5	35,8	11,3	25,8	37,7	53,4	66,4
HORIZONTE	15,3	28,2	8,7	17,2	28,8	48,4	60,2
PACAJUS	12,0	27,3	8,5	17,8	26,3	42,3	58,4

Fonte: MEC/INEP/DTDIE, 2000.

Da análise da Tabela 15, pode-se inferir que o analfabetismo atinge todas as faixas etárias. Mas é na faixa etária de 15 anos (ou mais) que o analfabetismo atinge maior proporção. Percebe-se que os municípios de Chorozinho e Guaiúba apresentam a maior taxa de analfabetismo – superior a 30% –, e Maracanaú possui a menor.

Outro indicador não menos importante é o da população alfabetizada. Este indicador é de extrema importância. Entende-se por população alfabetizada o percentual que sabe ler e escrever. Dados apresentados pelo IPECE informam que, no Ceará, no ano de 2008, 80,2% da população era alfabetizada, como é possível verificar na Tabela 16.

**Tabela 16 – População Alfabetizada no Ceará por Sexo e Grupos de Idade**

GRUPOS DE IDADE (ANOS)	PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE					
	TOTAL			ALFABETIZADAS		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Total	7.845.050	3.805.877	4.039.173	6.295.558	2.955.767	3.339.791
5 e 6	268.228	140.499	127.729	73.022	34.087	38.935
7 a 14	1.379.494	722.065	657.429	1.206.661	617.725	588.936
15 a 19	852.537	431.857	420.680	819.460	406.795	412.665
20 a 24	827.501	415.314	412.187	787.239	389.358	397.881
25 a 29	695.504	331.038	364.466	642.389	295.922	346.467
30 a 39	1.156.159	547.660	608.499	978.854	440.414	538.440
40 a 49	1.051.325	493.202	558.123	813.381	355.959	457.422
50 a 59	694.788	319.676	375.112	482.387	209.940	272.447
60 anos ou mais	919.514	404.566	514.948	492.165	205.567	286.598
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2003/2008).

Na ilustração da Tabela 17, é apresentada a população alfabetizada por faixa etária e localização de moradia:

**Tabela 17 – População Alfabetizada no Ceará por Faixa Etária e Zona de Moradia**

GRUPOS DE IDADE (ANOS)	PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE					
	TOTAL			ALFABETIZADAS		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Total	7.845.050	6.023.651	1.821.399	6.295.558	5.070.913	1.224.645
5 e 6	268.228	194.602	73.626	73.022	62.189	10.833
7 a 14	1.379.494	1.001.755	377.739	1.206.661	903.625	303.036
15 a 19	852.537	652.485	200.152	819.460	632.491	186.969
20 a 24	827.501	663.391	164.110	787.239	642.600	144.639
25 a 29	695.504	559.223	136.281	642.389	528.752	113.637
30 a 39	1.156.159	905.014	251.145	978.854	804.073	174.781
40 a 49	1.051.325	853.058	198.267	813.381	699.894	113.487
50 a 59	694.788	535.181	159.607	482.387	397.700	84.687
60 anos ou mais	919.514	659.042	260.472	492.165	399.589	92.576
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2003/2008).

Deduz-se da análise das tabelas que há mais mulheres alfabetizadas que homens, exceto na faixa etária compreendida no intervalo de 07 a 14 anos de idade e que a população residente em áreas urbanas – provavelmente por residirem na sede dos municípios – apresentam maior número de pessoas alfabetizadas quando comparado com áreas rurais.

A Tabela 18 indica as taxas de analfabetismo levantadas pelo IBGE nas diferentes faixas etárias, conforme se percebe abaixo:

**Tabela 18 - Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária nos Municípios do Território Metropolitano José de Alencar**

Município	10 a 14 anos	15 anos e mais	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos e mais
Ceará	14,2	26,5	9,5	16,6	24,8	39,5	54,3
Caucaia	10,2	19,0	7,2	11,9	17,0	32,3	50,0
Guaiúba	19,5	33,5	11,3	20,5	35,7	51,4	64,2
Itaitinga	10,6	25,1	7,8	14,6	24,9	42,6	56,1
Maracanaú	7,1	15,0	4,4	8,1	14,0	25,7	44,6
Maranguapé	8,0	23,7	6,1	12,2	22,9	41,0	53,8
Pacatuba	8,0	17,5	5,0	9,7	16,5	30,9	48,3
Aquiraz	17,1	31,5	12,5	21,5	31,5	45,9	62,5
Chorozinho	17,5	35,8	11,3	25,8	37,7	53,4	66,4

Eusébio	7,5	23,8	6,2	14,4	24,0	41,0	57,5
Horizonte	15,3	28,2	8,7	17,2	28,8	48,4	60,2
Pacajus	12,0	27,3	8,5	17,8	26,3	42,3	58,4

**Fonte:** IBGE/INEP/PNUD. Trabalho Elaborado Pela Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais - DTDIE/INEP/MEC, 2000.

Da análise da Tabela 18, é possível explicitar algumas observações. No tocante à questão de gênero, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é, predominante masculina, tal como indicou a Tabela 14. O município de Chorozinho possui a maior taxa entre homens e mulheres nessa faixa etária. Já Maracanaú, possui a menor taxa de analfabetismo masculino e feminino. Verificou-se ainda que o maior número de pessoas não alfabetizadas se encontra na zona rural.

O analfabetismo atinge praticamente todas as faixas etárias. Trata-se de populações com perfis e expectativas diferentes e, por esta razão, o analfabetismo deve ser combatido com diferentes estratégias. Na faixa etária de 15 anos ou mais, vemos o fracasso recente do sistema educacional brasileiro, ou seja, na média dos municípios, 27,9% são de analfabetos. Ora, estes jovens ou ainda estão na escola, ou por ela já passaram, o que mostra que nosso sistema educacional continua ainda a produzir analfabetos. Houve, sim, avanços, mas ainda não foi possível minimizar ou atenuar o número de analfabetos.

A Tabela 19 traz o número médio de séries concluídas pela população jovem com 15 anos de idade ou mais, um aspecto sem dúvida importante quando se trata da análise do nível de escolarização dessa faixa etária nos municípios do Território:

**Tabela 19 – Número Médio de Séries Concluídas da População de 15 Anos ou Mais nos Municípios do Território Metropolitano José de Alencar**

Município	Número Médio de Séries Concluídas da População de 15 anos ou mais
<b>CEARÁ</b>	4,94
MICRO TERRITÓRIO I	
Caucaia	5,45
Guaiúba	3,76
Itaitinga	3,98
Maracanaú	4,85
Maranguape	5,69

Município	Número Médio de Séries Concluídas da População de 15 anos ou mais
Pacatuba	5,34
MICRO TERRITÓRIO II	
Aquiraz	4,01
Chorozinho	3,48
Eusébio	4,54
Horizonte	4,18
Pacajus	4,44

**Fonte:** IBGE/INEP/PNUD. Trabalho Elaborado Pela Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais - DTDIE/INEP/MEC, 2000.

Segundo ilustra a Tabela 19, nos municípios de Guaiúba, Itaitinga e Chorozinho, a escolarização média da população de 15 anos ou mais é inferior a quatro séries concluídas, ou seja, estão na condição de analfabetos funcionais.

Constata-se, portanto, que nenhum dos municípios do Território assegura à sua população uma escolarização média que corresponda ao ensino fundamental completo, isto é, de oito séries concluídas. Daí se faz necessário uma análise que relacione índices de escolarização e de inserção no mercado de trabalho, sobretudo da faixa populacional jovem – parcela expressiva da população economicamente ativa (PEA) que busca o primeiro emprego.

Pela razão acima explicitada, a análise dos aspectos educacionais do Território Metropolitano José de Alencar será tematizada em toda sua multidimensionalidade. O que significa uma incursão para além da mera descrição de indicadores estatísticos, mas, que, sobretudo considere o cotidiano das relações sociais na(s) escola(s), no seu entorno, sua relação com a comunidade, o ingresso nos setores produtivos e impactos na implementação e controle social de políticas públicas.

Neste sentido, a ênfase a essa dimensão do Território Metropolitano José de Alencar se pautará na possibilidade de construção coletiva de alternativas para uma educação pública e universal de qualidade mediante políticas educacionais democraticamente decididas e elaboradas.

No Território, os aspectos educacionais foram analisados segundo as especificidades e modalidades de ensino relativos à Educação Infantil, ao

Ensino Fundamental e Médio, à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Especial e ao Ensino Superior.

Os aspectos analisados na abordagem do diagnóstico referem-se ao nível de escolaridade, à infraestrutura, ao *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB* e à formação docente dos professores, esses dois últimos em relação ao Ensino Fundamental. Quanto ao Ensino Superior, foram levantadas as instituições que atuam no Território Metropolitano José de Alencar.

Em resumo, serão apresentados indicadores sobre a população alfabetizada por faixa etária no Estado do Ceará e quantitativo de matrículas nos diversos níveis de ensino e modalidades, redes de ensino e localização por Coordenação Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e município. Em seguida, serão feitas discussões a cerca da qualidade do ensino.

Os municípios do Território Metropolitano José de Alencar são atendidos por 02 (duas) diferentes *Coordenações Regionais de Desenvolvimento da Educação - CREDE*, sendo:

- Caucaia, Guaiúba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba (Micro território I), Aquiraz e Eusébio (Micro território II) são atendidos pela **CREDE 01**, sediada em Maracanaú;
- Horizonte, Pacajus e Chorozinho (Micro território II) juntamente com outros municípios que não fazem parte desse Território, são atendidos pela **CREDE 09**, com sede em Horizonte.

### **8.1 Nível de escolaridade**

Em conformidade com o Artigo 21 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os níveis escolares compõem-se de:

*I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;*

*II - educação superior.*

Entende-se por educação básica, o aprendizado necessário ao desenvolvimento do(a) educando(a), de modo a assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhes o conhecimento de meios para a progressão em estudos posteriores e no trabalho.

#### 8.1.1 Educação Infantil

Corresponde à creche e pré-escola, que atendem respectivamente, crianças de 0 a 3 anos e 4-5 anos, devendo ser oferecida, prioritariamente, pelos municípios, desde que atendido, primeiro, o Ensino Fundamental. Todavia, em termos financeiros e técnicos, tal responsabilidade deve ser compartilhada pelo município com a União e os Estados (Art. 30, Inciso VI da LDB 9.394/96 e Art. 211, Parágrafo 1º, Constituição Federal de 1988).

A Educação Infantil é, portanto, a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Segundo a LDB, a educação infantil é ofertada em 02 (duas) fases da infância, a primeira para crianças de até 03 (três) anos de idade em creches ou entidades equivalentes, a segunda para as crianças com idade de 04 (quatro) a 06 (seis) anos de idade em pré-escolas. A avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança sem, contudo, implicar na promoção para o acesso ao ensino fundamental.

Esse nível de escolaridade será analisado levando-se em consideração 03 (três) variáveis, quais sejam: quantitativo de matrículas, redes de ensino, zonas de localização e, posteriormente, disponibilidade de alimentação escolar, caracterização dos equipamentos escolares (bibliotecas, laboratórios, quadra de esportes e salas de aula) e grau de formação de docentes. Conforme se percebe a Tabela 20 ilustra o total de matrículas por redes de ensino e zonas de localização:

**Tabela 20 – Educação Infantil: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização**

MUNICÍPIO	ESCOLAS		EDUCAÇÃO INFANTIL		TOTAL
	REDE	ZONA	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>					
<b>Caucaia</b>	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	38	147	185
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	955	1.466	2.421
		<i>Urbana</i>	4.301	6.004	10.305
	<b>Total</b>		<b>5.294</b>	<b>7.617</b>	<b>12.911</b>
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	511	2.183	2.694
<b>Total Geral</b>			<b>5.805</b>	<b>9.800</b>	<b>15.605</b>
<b>Guaiuba</b>	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	111	240	351
		<i>Urbana</i>	250	422	672
	<b>Total</b>		<b>361</b>	<b>662</b>	<b>1.023</b>
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	103	61	164
<b>Total Geral</b>			<b>464</b>	<b>723</b>	<b>1.187</b>
<b>Itaitinga</b>	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	315	514	829
		<i>Urbana</i>	307	465	772
	<b>Total</b>		<b>622</b>	<b>979</b>	<b>1.601</b>
	<i>Particular</i>	<i>Rural</i>	10	46	56
		<i>Urbana</i>	41	107	148
<b>Total Geral</b>			<b>673</b>	<b>1.132</b>	<b>1.805</b>
<b>Maracanaú</b>	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	30	44	74
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	-	61	61
		<i>Urbana</i>	914	3.952	4.866
	<b>Total</b>		<b>944</b>	<b>4.057</b>	<b>5.001</b>
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	2.769	2.444	5.213
<b>Total Geral</b>			<b>3.713</b>	<b>6.501</b>	<b>10.214</b>
<b>Maranguape</b>	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	241	687	928
		<i>Urbana</i>	472	1.490	1.962
	<b>Total</b>		<b>713</b>	<b>2.177</b>	<b>2.890</b>
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	130	620	750
<b>Total Geral</b>			<b>843</b>	<b>2.797</b>	<b>3.640</b>
<b>Pacatuba</b>	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	19	33	52
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	09	131	140
		<i>Urbana</i>	532	1.074	1.606
	<b>Total</b>		<b>541</b>	<b>1.205</b>	<b>1.746</b>
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	34	424	458
<b>Total Geral</b>			<b>575</b>	<b>1.629</b>	<b>2.204</b>
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>					
<b>Aquiraz</b>	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	06	07	13
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	18	1.080	1.098
		<i>Urbana</i>	150	928	1.078
	<b>Total</b>		<b>174</b>	<b>2.015</b>	<b>2.189</b>
	<i>Particular</i>	<i>Rural</i>	19	31	50
		<i>Urbana</i>	143	252	395
<b>Total Geral</b>			<b>336</b>	<b>2.298</b>	<b>2.634</b>
<b>Eusébio</b>	<i>Municipal</i>	<i>Urbana</i>	731	1.600	2.331
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	83	157	240
<b>Total Geral</b>			<b>814</b>	<b>1.757</b>	<b>2.571</b>
<b>Horizonte</b>	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	102	582	684
		<i>Urbana</i>	341	1.039	1.380

MUNICÍPIO	ESCOLAS		EDUCAÇÃO INFANTIL		TOTAL
	REDE	ZONA	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	
	Total		443	1.621	2.064
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	39	202	241
<b>Total Geral</b>			<b>482</b>	<b>1.823</b>	<b>2.305</b>
Pacajus	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	212	466	678
		<i>Urbana</i>	562	1.150	1.712
	Total		774	1.616	2.390
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	70	492	562
<b>Total Geral</b>			<b>844</b>	<b>2.108</b>	<b>2.952</b>
Chorozinho	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	-	347	347
		<i>Urbana</i>	100	344	444
	Total		100	691	791
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	12	-	12
<b>Total Geral</b>			<b>112</b>	<b>691</b>	<b>803</b>

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

Da análise da Tabela 20, obtém-se que no Território Metropolitano José de Alencar, o total de matrículas da Educação Infantil é de 45.353 alunos, dos quais 14.061 estão inscritos nas creches, e 31.292 na pré-escola. As creches, em sua quase totalidade, são vinculadas à rede pública de ensino e se localizam na sede urbana dos municípios. Com exceção de Maracanaú, pois 75% das creches são particulares e se situam na zona urbana.

No tocante às matrículas em pré-escolas, percebeu-se que a maioria se concentra na rede pública de ensino (estadual e municipal). Do exposto, deduz-se que as matrículas estão concentradas na Pré-Escola, representando 69% do total. Assim, mais da metade das matrículas se concentram na pré-escola.

É provável que o número reduzido de creches públicas repercuta no baixo quantitativo de matrículas, sobretudo se for considerada a significativa parcela de crianças matriculadas em pré-escolas. Este dado é pertinente principalmente no que tange à necessidade de ampliação do número de creches (públicas), pois muitas mães inseridas no mercado de trabalho confiariam à guarda, a formação pré-escolar e o desenvolvimento social, físico, psicológico e intelectual de seus filhos a estas instituições.

É oportuno ressaltar que para esse nível de ensino é de fundamental importância a existência de infraestrutura adequada, salas de aula arejadas e com boa iluminação, material didático e de apoio didático específico e em quantidade suficiente, ambientes de recreação e professores com formação continuada.



Percebe-se, ainda no que diz respeito às creches, segundo com os relatos dos representantes do Território Metropolitano José de Alencar, que há uma crescente demanda de que as creches passem a funcionar em tempo integral, oferecendo às crianças instalações adequadas e apropriadas, alimentação de boa qualidade e em quantidade suficiente, pois seus familiares têm dificuldades para buscá-las ao final da manhã e, de modo geral, não têm com quem deixá-las durante o restante do dia.

Os representantes do Território informaram que o *Programa Pró-Infância* está sendo inicialmente implementado nos municípios em parceria com os governos estadual e federal. Com isso, espera-se em médio e longo prazo, o atendimento das necessidades das crianças das creches e, também, das pré-escolas não apenas com relação à melhoria das condições estruturais, mas, sobretudo que as especificidades curriculares desse nível escolar sejam devidamente aplicadas.

O recurso da nucleação existe no Território, porém foi dito que é necessária uma discussão mais aprofundada com os pais ou responsáveis das crianças sobre questões relacionadas à convivência, à identidade, à auto-estima e condições de deslocamento e implicações no seu desenvolvimento psicológico, em especial, quando se tratar de crianças oriundas de comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas, principalmente).

Os representantes lembraram-se do Decreto Nº 7.352, de 04/11/2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e da Resolução CNE/CEB Nº 1 – de 03 de abril de 2002, que regulamenta as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Ressalte-se que no município de Chorozinho está sendo implementando esse marco regulatório.

Para os profissionais da educação infantil, foi reivindicada a necessidade de valorização profissional e humana através de políticas contínuas e sistemáticas de capacitação. Em Pacatuba, foi instituída uma lei que dispõe de incentivos ao professor alfabetizador.

## 8.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental – ofertado prioritariamente pelo município – tem sua obrigatoriedade e gratuidade dispostas pela CF 1988 e reiteradas pela LDB 9.394/96, inicialmente com duração de 08 (oito) anos (7 a 14 anos). Seu objetivo mais amplo é apresentado no Artigo 32 dessa lei, e consiste em oportunizar a formação básica do indivíduo (Incisos I, II, III e IV). Todavia, em 17 de maio de 2005, foi aprovada a Lei 11.114/2005 que alterou os Artigos 6º, 30 e 87 da lei, tornando obrigatório esse nível de ensino com uma duração de nove anos.

Dessa forma, sua oferta passou a ser também para crianças a partir dos 6 anos de idade, e facultativa a partir dos 5 anos. Na mesma direção, a Resolução N° 3, de 03 de agosto de 2005, do Conselho Nacional de Educação (CNE), define que o Ensino Fundamental de 9 anos e a Educação Infantil passarão a ser organizados conforme mostrado no quadro abaixo:

ETAPA DE ENSINO	FAIXA ETÁRIA PREVISTA	DURAÇÃO
<b>Educação Infantil</b>	<b>Até 5 anos de idade</b>	-
Creche	Até 3 anos de idade	-
Pré-escola	4 e 5 anos de idade	-
<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Até 14 anos de idade</b>	<b>9 anos</b>
Anos iniciais	De 6 a 10 anos de idade	5 anos
Anos finais	De 11 a 14 anos de idade	4 anos

**Quadro 10:** Ensino Fundamental no Brasil

Fonte: Resolução 3/2005 – CNE/CEB.

O Ensino Fundamental ofertado no Território Metropolitano José de Alencar será analisado levando-se em consideração o quantitativo de matrículas, redes de ensino, zonas de localização, disponibilidade de alimentação escolar, caracterização dos equipamentos escolares (bibliotecas, laboratórios, quadra de esportes e salas de aula) e grau de formação de docentes. Também será estudado o *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)* e aspectos relacionados à Formação de Professores da Educação Básica que, regulamentada pela Resolução CNE/CP N° 01/2002

instituiu as *Diretrizes Curriculares Nacionais* para esta formação em Curso de Licenciatura ou de Graduação Plena.

Inicialmente, será apresentada uma breve caracterização do ensino fundamental em especial, o total de matrículas por redes de ensino e zonas de localização, conforme se observa na Tabela 21:

**Tabela 21 – Ensino Fundamental: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização**

TERRITÓRIO/ MUNICÍPIO	ESCOLAS		EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL		TOTAL
	REDE	ZONA	1º. AO 5º.	6º. AO 9º	
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>					
Caucaia	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	365	153	518
		<i>Urbana</i>	-	1.703	1.703
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	5.611	3.804	9.415
		<i>Urbana</i>	21.682	15.543	37.225
	Total		27.658	21.203	48.861
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	5.551	3.757	9.308
<b>Total Geral</b>			<b>33.209</b>	<b>24.960</b>	<b>58.169</b>
Guaiúba	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	773	527	1.300
		<i>Urbana</i>	1.533	1.341	2.874
	Total		2.306	1.868	4.174
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	166	100	266
<b>Total Geral</b>			<b>2.472</b>	<b>1.968</b>	<b>4.440</b>
Itaitinga	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	-	150	150
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	1.623	1.067	2.690
		<i>Urbana</i>	1.725	1.478	3.203
	Total		3.348	2.645	6.043
	<i>Particular</i>	<i>Rural</i>	408	65	473
		<i>Urbana</i>	253	129	382
<b>Total Geral</b>			<b>4.009</b>	<b>2.889</b>	<b>6.898</b>
Maracanaú	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	210	1.343	1.553
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	300	261	561
		<i>Urbana</i>	18.671	14.638	33.309
	Total		19.181	16.242	35.423
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	4.586	2.218	6.804
<b>Total Geral</b>			<b>23.767</b>	<b>18.460</b>	<b>42.227</b>
Maranguape	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	-	136	136
		<i>Urbana</i>	-	1.343	1.343
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	1.289	867	2.156
		<i>Urbana</i>	5.794	5.436	11.230
	Total		7.083	7.782	14.865
	<i>Particular</i>	<i>Rural</i>	32	-	32
		<i>Urbana</i>	1.112	612	1.724
<b>Total Geral</b>			<b>8.227</b>	<b>8.394</b>	<b>16.621</b>
Pacatuba	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	91	400	491
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	382	42	424
		<i>Urbana</i>	4.387	3.456	7.843
	Total		4.860	3.898	8.758

TERRITÓRIO/ MUNICÍPIO	ESCOLAS		EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL		TOTAL
	REDE	ZONA	1º. AO 5º.	6º. AO 9º	
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	705	395	1.100
<b>Total Geral</b>			<b>5.565</b>	<b>4.293</b>	<b>9.858</b>
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>					
<b>Aquiraz</b>	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	36	30	66
		<i>Urbana</i>	-	371	371
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	4.024	1.496	5.520
		<i>Urbana</i>	3.432	2.799	6.231
	Total		7.456	4.295	11.751
	<i>Particular</i>	<i>Rural</i>	22	-	22
	<i>Urbana</i>	439	269	708	
<b>Total Geral</b>			<b>7.917</b>	<b>4.564</b>	<b>12.481</b>
<b>Eusébio</b>	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	-	200	200
	<i>Municipal</i>	<i>Urbana</i>	4.738	3.993	8.731
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	464	122	586
<b>Total Geral</b>			<b>5.202</b>	<b>4.315</b>	<b>9.517</b>
<b>Horizonte</b>	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	-	-	-
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	1.852	1.641	3.493
		<i>Urbana</i>	3.689	2.988	6.677
	Total		5.541	4.629	10.170
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	504	232	736
<b>Total Geral</b>			<b>6.045</b>	<b>4.861</b>	<b>10.906</b>
<b>Pacajus</b>	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	1.560	1.124	2.684
		<i>Urbana</i>	4.288	3.392	7.680
	Total		5.848	4.516	10.364
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	1.013	511	1.524
<b>Total Geral</b>			<b>6.861</b>	<b>5.027</b>	<b>11.888</b>
<b>Chorozinho</b>	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	1.078	615	1.693
		<i>Urbana</i>	1.162	1.127	2.289
<b>Total Geral</b>			<b>2.240</b>	<b>1.742</b>	<b>3.982</b>

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

Do exposto, deduz-se que o total de matrículas no Ensino Fundamental no Território Metropolitano José de Alencar é de 245.842 alunos matriculados, sendo: 84.897 matriculados no Ensino Fundamental I (1º. ao 5º. ano) e 160.945 com matrículas no Ensino Fundamental II (6º. ao 9º. ano).

De acordo com os relatos dos representantes do Território Metropolitano José de Alencar, a diferença entre o quantitativo de matrículas entre o Ensino Fundamental I e o II se deve a vários fatores, tais como: evasão escolar, desassistência e/ou falta de acompanhamento dos pais em relação ao aprendizado dos filhos, falta de estímulo e de perspectivas para a continuidade dos estudos, dentre outros.

No tocante às explicações a cerca das evasões escolares no Ensino Fundamental II que compreende o intervalo de 11 (onze) a 14 (catorze) anos

de idade, foi destacado o elevado número de gravidez na adolescência, o envolvimento com substâncias ilícitas (álcool e drogas) e, finalmente, o ingresso desses jovens no mercado de trabalho (sobretudo informal) como forma de complementação da renda familiar.

Houve consenso quando alguns representantes afirmaram que as escolas do Ensino Fundamental II não estão preparadas para a convivência com alunos(as) indisciplinados(as), sobretudo quando se tratar de filhos(as) de famílias desestruturadas.

Conforme determina a LDB, o atendimento ao Ensino Fundamental é prioridade da rede municipal, podendo o Poder Público estadual prestar colaboração na oferta dessa modalidade. Por esta razão, é possível verificar o quantitativo de 2.858 matrículas ofertadas pela rede estadual de ensino, exceto nos municípios de Guaiúba, Chorozinho, Horizonte e Pacajus.

Uma questão que merece discussão detalhada ainda no que concerne a oferta do Ensino Fundamental na zona rural desse Território, diz respeito à Resolução CNE/CEB Nº. 1 de 03/04/2002 que institui diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e, também, ao Decreto Nº. 7.352, de 04/11/2010 que dispõe sobre a política de educação do campo.

Trata-se de uma questão pertinente tendo em vista a existência do marco regulatório que enfatiza princípios e procedimentos metodológicos que visam adequar o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, Indígena, Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal, de um lado.

E, por outro lado, há a tematização das questões cotidianas e inerentes à realidade dos/as alunos/as das escolas do campo: saberes, memória coletiva, movimentos sociais, desenvolvimento pessoal e social, cidadania, etc.. Portanto, é premente a necessidade de investimentos visando à observância das diretrizes da educação no campo e do campo e a permanência das famílias no campo, no seu território de origem.

O número de estabelecimentos de Ensino Fundamental I e II por dependências existentes, redes de ensino, zonas de localização, equipamentos

escolares instalados e condições de alimentação escolar serão apresentados em seguida, como é possível visualizar na Tabela 22:

**Tabela 22 – Ensino Fundamental: Caracterização dos Estabelecimentos Escolares**

Municípios	Escolas		Total	Estabelecimentos Escolares				
	Rede	Zona		Biblioteca	Lab. Informática	Lab. Ciências	Quadra Esporte	Recebe Merenda Escolar
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>								
Caucaia	Estadual	Urbana	15	13	15	09	07	11
	Particular	Urbana	09	09	09	07	09	00
<b>Total</b>			<b>24</b>	<b>22</b>	<b>24</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>11</b>
Guaiúba	Estadual	Urbana	01	01	01	01	01	01
<b>Total</b>			<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
Itaitinga	Estadual	Rural	01	-	-	-	-	00
		Urbana	02	02	02	-	02	01
<b>Total</b>			<b>03</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>02</b>	<b>01</b>
Maracanaú	Estadual	Urbana	15	13	15	11	07	08
	Particular	Urbana	04	04	04	02	04	-
<b>Total</b>			<b>19</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>08</b>
Maranguape	Estadual	Rural	01	01	01	01	-	01
		Urbana	06	06	06	05	04	04
	Privada	Urbana	02	02	02	02	02	00
<b>Total</b>			<b>09</b>	<b>09</b>	<b>09</b>	<b>08</b>	<b>06</b>	<b>05</b>
Pacatuba	Estadual	Urbana	06	06	06	05	04	04
	<b>Total</b>		<b>06</b>	<b>06</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>04</b>	<b>04</b>
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>								
Aquiraz	Estadual	Urbana	05	05	05	02	02	05
	Particular	Urbana	01	01	01	01	01	00
<b>Total</b>			<b>06</b>	<b>06</b>	<b>06</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>05</b>
Eusébio	Estadual	Urbana	03	01	03	01	02	02
<b>Total</b>			<b>03</b>	<b>01</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>02</b>
Horizonte	Estadual	Urbana	02	02	02	02	02	02
<b>Total</b>			<b>02</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>02</b>
Pacajus	Estadual	Urbana	02	02	02	02	01	02
	Particular	Urbana	01	01	01	01	01	00
<b>Total</b>			<b>03</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>02</b>
Chorozinho	Estadual	Urbana	01	01	01	-	01	00
<b>Total</b>			<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>00</b>

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

Na Oficina de Complementação e Consolidação, ocorrida em Fortaleza, no dia 03 de março, os representantes dos Comitês de Educação e Cultura de Pacatuba informaram que recentemente foram instalados e entregues à população laboratórios de informática na zona rural e na zona urbana. Já em Chorozinho, afirmou-se que existem 18 (dezoito) laboratórios de informática em comunidades rurais, dos quais 04 (quatro) serão inaugurados no decorrer do mês de março de 2011, provavelmente após o Carnaval. Em Itaitinga, há 13

(treze) laboratórios de informática, 04 (quatro) são localizados em comunidades rurais.

Quando perguntado sobre a existência de programas que visem à permanência e à garantia de conclusão no Ensino Fundamental, mencionou-se a existência de algumas iniciativas no âmbito das secretarias municipais de educação.

Uma delas é a Secretaria de Educação de Pacatuba que desenvolve assistência aos alunos com dificuldades de aprendizagem através de reforço escolar. Foram feitas referências aos Programas *Mais Educação*, *Segundo Tempo* e *Ayrton Senna (Acelera e Se Liga)* que compreendem reforço escolar, aulas de música e práticas de esporte. Falou-se, ainda, do Projeto *Escola Cuidadora* da Fundação Herbert de Souza.

Na análise da qualidade do Ensino Fundamental, convém considerar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o IDEB mede a qualidade do ensino público no País, reunindo dois importantes conceitos para a qualidade da educação, quais sejam: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

Nesse sentido, o IDEB revela a eficiência do aprendizado dos(as) alunos(as), atribuindo notas às escolas da rede pública de ensino, pois cada uma recebe uma nota que varia de 0 a 10. Por conseguinte, quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino. O ideal seria que toda escola (pública) obtenha nota igual ou superior a 6.

A Tabela 23 traz o *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)* do Ensino Fundamental nas escolas da rede pública das séries iniciais e finais, dos municípios do Território Metropolitano José de Alencar, conforme se percebe em seguida:

**Tabela 23** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ensino Fundamental

MUNICÍPIO	ENSINO FUNDAMENTAL	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	PROJEÇÕES							
					2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
CAUCAIA	<i>Anos Iniciais</i>	3,2	3,9	3,9	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6	4,9	5,2	5,5
	<i>Anos Finais</i>	3,2	3,6	3,5	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,3
GUAÍUBA	<i>Anos Iniciais</i>	2,8	2,7	3,8	2,9	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
	<i>Anos Finais</i>	2,6	2,8	2,9	2,6	2,8	3,0	3,4	3,8	4,1	4,3	4,6
ITAITINGA	<i>Anos Iniciais</i>	2,9	3,6	4,6	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
	<i>Anos Finais</i>	3,2	3,1	3,8	3,2	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2
MARACANAÚ	<i>Anos Iniciais</i>	3,8	3,8	4,7	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,5	5,8	<b>6,0</b>
	<i>Anos Finais</i>	3,0	3,5	4,2	3,0	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,8	5,0
MARANGUAPÉ	<i>Anos Iniciais</i>	3,6	3,7	4,3	3,7	4,0	4,5	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9
	<i>Anos Finais</i>	2,9	3,3	3,7	3,0	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	4,9
PACATUBA	<i>Anos Iniciais</i>	3,6	3,4	4,1	3,6	4,0	4,4	4,7	5,0	5,3	5,5	5,8
	<i>Anos Finais</i>	3,3	3,3	3,7	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,8	5,0	5,3
AQUIRAZ	<i>Anos Iniciais</i>	2,5	2,9	4,0	2,5	2,9	3,3	3,5	3,8	4,1	4,4	4,8
	<i>Anos Finais</i>	2,5	2,9	3,6	2,5	2,6	2,9	3,3	3,6	3,9	4,2	4,4
EUSÉBIO	<i>Anos Iniciais</i>	3,8	3,9	4,8	3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	5,5	5,8	<b>6,0</b>
	<i>Anos Finais</i>	3,8	3,7	4,2	3,8	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,5	5,8
HORIZONTE	<i>Anos Iniciais</i>	3,2	3,3	4,5	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
	<i>Anos Finais</i>	3,0	3,4	3,9	3,1	3,2	3,5	3,9	4,3	4,5	4,8	5,1
PACAJUS	<i>Anos Iniciais</i>	2,5	3,1	3,9	2,6	2,9	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
	<i>Anos Finais</i>	2,8	2,9	3,5	2,8	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,8
CHOROZINHO	<i>Anos Iniciais</i>	2,5	2,9	3,4	2,6	2,9	3,3	3,5	3,8	4,1	4,4	4,8
	<i>Anos Finais</i>	2,3	2,9	3,4	2,3	2,5	2,8	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5

Fonte: MEC/INEP, 2010.

De acordo com a Tabela 23, no Território Metropolitano José de Alencar, somente 02 (dois) municípios alcançariam o índice 6,0: Maracanaú e Eusébio que, mediante projeções, atingirão a média mínima desejada, segundo as estimativas do INEP, no ano de 2021.

Os representantes presentes na Oficina de Complementação e Consolidação consideram ser imprescindível que as escolas diversifiquem suas atividades em sala de aula com a inclusão da tematização de *temas transversais*, como: relações de gênero, saúde reprodutiva, DST's, ecologia, etnias, etc. como forma de problematizar questões que fazem parte do cotidiano dos seus alunos.

Para a formação de Professores da Educação Básica, é exigido que o mesmo tenha nível superior que é regulamentada pela Resolução CNE/CP Nº1/2002, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para esta formação



em curso de licenciatura ou de graduação plena. Esta Formação Docente é apoiada pelo Ministério da Educação em conformidade a Lei 9.394/1996 (LDB). Os professores já deveriam estar ao menos matriculados nestes cursos para garantir a qualidade desejada no ensino.

Um fator preponderante que está muito ligado aos resultados do desempenho escolar dos alunos é a competência e qualificação do corpo docente em sala de aula. A legislação promulgada desde 2002 a este respeito e que a partir do ano de 2004 teria que estar funcionando para o professor atuar em sala de aula com a devida formação.

A Tabela 24 apresenta o grau de formação dos docentes do Ensino Fundamental, onde a realidade aponta que ainda existem fragilidades em relação à qualificação dos professores, e que programas de apoio devem ser ministrados pela gerência do PAIC, acompanhamento e reciclagem das técnicas pedagógicas pelas secretarias municipais de educação, em benefício do fortalecimento de suas práticas pedagógicas.

**Tabela 24 - Grau de Formação dos Docentes do Ensino Fundamental**

MUNICÍPIO	DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL													
	TOTAL		GRAU DE FORMAÇÃO											
			FUNDAMENTAL				MÉDIO				SUPERIOR			
	2007	2008	INCOMPLETO		COMPLETO		MAGISTÉRIO COMPLETO		OUTRA FORMAÇÃO COMPLETA		LICENCIATURA COMPLETA		COMPLETO SEM LICENCIATURA	
2007			2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
CAUCAIA	1.912	1.968	02	-	04	02	291	403	82	97	1.409	1.466	124	-
GUAUBA														
PACATUBA	392	391	-	-	03	04	60	67	32	40	259	280	38	-
ITAINGA	209	219	-	-	01	-	26	29	15	19	155	171	12	-
MARACANAÚ	1.289	1.322	-	-	05	04	127	115	89	113	984	1.090	84	-
MARANGUAPE	526	572	-	-	01	-	137	149	47	60	308	363	33	-
GUAUBA	161	166	-	-	-	-	51	44	11	07	95	115	04	-
AQUIRAZ	404	441	-	-	-	-	32	32	19	20	344	389	09	-
EUSÉBIO	305	323	02	-	-	-	23	34	07	30	244	259	29	-
CHOROZINHO	133	148	-	-	-	-	16	25	20	37	95	86	02	-
HORIZONTE	276	318	-	-	-	01	7	10	09	11	242	296	18	-
PACAJUS	391	411	-	-	04	02	78	85	43	79	247	245	19	-

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2007-2008.

No debate realizado na Oficina de Complementação e Consolidação do PTDRS do Território Metropolitano José de Alencar, foi consensuado que a capacitação dos docentes deve ser constante e sistemática, muito embora

parte dos profissionais do magistério não demonstre interesse em se reciclar ou cursar pós-graduação motivada, talvez, por salários desfavoráveis.

Uma das áreas que requer capacitação específica dos docentes é a que compete às práticas no laboratório de informática, especialmente, quando se tratar do uso da Internet como meio didático e de apoio didático.

Outra questão levantada pelos representantes do Território metropolitano José de Alencar foi à premente necessidade do corpo docente das escolas se capacitarem na metodologia para a educação básica nas escolas do campo. Houve exemplos de que professores/as do Pró-Jovem Campo não terem certificações na área.

### **8.3 Ensino Médio**

Conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Ensino Médio é a etapa final da educação básica e deve ter uma duração, de no mínimo, 03 (três) anos e 2.400 horas. Embora tenha sido concebido pela CF 88 como gratuito e também obrigatório, sofreu significativas alterações com a Emenda Constitucional 14/96, quando se tornou “progressivamente obrigatório”.

Seu atendimento prioritário é de responsabilidade dos Estados, segundo estabelece o Artigo 211 da Constituição Federal de 1988. Por sua vez, a LDB define as finalidades mais amplas desse nível de ensino nos seguintes termos:

- I – A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;
- II – A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina.

De acordo com um recente levantamento da Célula de Avaliação Institucional – CEAVI da SEDUC, a expansão desse nível de ensino é de aproximadamente 12,4%. Dois fatores explicam essa expansão, quais sejam: o aumento da demanda em função do processo de universalização do Ensino Fundamental e a maior valorização do Ensino Médio visando à inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Atualmente, pode-se inferir que o maior desafio posto às escolas e pais ou responsáveis dos educandos é a permanência e, posteriormente, a conclusão da educação básica, possibilitando, sobretudo, o desenvolvimento pessoal e social desses jovens no mercado de trabalho e na vida societária.

Conforme indica a Tabela 25, percebe-se uma descrição do total de matrículas feitas nesse nível escolar por redes de ensino e zonas de localização:

Tabela 25 – Ensino Médio: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização

MUNICÍPIO	ESCOLAS		ENSINO MÉDIO REGULAR			TOTAL
	REDE	ZONA	MÉDIO	INTEGRADO A EP	NORMAL	
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>						
Caucaia	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	12.710	-	-	12.710
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	1.443	-	-	1.443
<b>Total</b>			<b>14.153</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>14.153</b>
Guaiuba	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	1.164	-	-	1.164
<b>Total</b>			<b>1.164</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>1.164</b>
Itaitinga	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	318	-	-	318
		<i>Urbana</i>	1.384	-	-	1.384
<b>Total</b>			<b>1.702</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>1.702</b>
Maracanaú	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	12.438	135	-	12.573
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	349	-	-	349
<b>Total</b>			<b>12.787</b>	<b>135</b>	<b>00</b>	<b>12.922</b>
Maranguape	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	992	-	-	992
		<i>Urbana</i>	4.012	135	-	4.147
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	347	-	-	347
<b>Total</b>			<b>5.351</b>	<b>135</b>	<b>00</b>	<b>5.486</b>
Pacatuba	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	2.433	254	-	2.687
<b>Total</b>			<b>2.433</b>	<b>254</b>	<b>00</b>	<b>2.687</b>
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>						
Aquiraz	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	2.939	-	-	2.939
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	93	-	-	93
<b>Total</b>			<b>3.032</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>3.032</b>

MUNICÍPIO	ESCOLAS		ENSINO MÉDIO REGULAR			TOTAL
	REDE	ZONA	MÉDIO	INTEGRADO A EP	NORMAL	
Eusébio	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	2.394	-	-	2.394
<b>Total</b>			<b>2.394</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>2.394</b>
Horizonte	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	2.549	180	-	2.729
<b>Total</b>			<b>2.549</b>	<b>180</b>	<b>00</b>	<b>2.729</b>
Pacajus	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	2.064	347	-	2.411
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	145	-	-	145
<b>Total</b>			<b>2.209</b>	<b>347</b>	<b>00</b>	<b>2.556</b>
Chorozinho	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	1.120	-	-	1.120
<b>Total</b>			<b>1.120</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>1.120</b>

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

Em se tratando da Educação Profissional como modalidade de educação, pode-se afirmar, de maneira abrangente, que seus objetivos estão voltados para os seguintes níveis:

- **Básico:** modalidade de educação não formal, de duração variável, livre de regulamentação curricular e que independe do nível de escolarização que o aluno já possui;
- **Técnico:** com organização curricular própria, porém independente do Ensino Médio, sendo admitida sua oferta de forma concomitante ou seqüencialmente a esse nível de ensino;
- **Tecnológico:** curso de nível superior, que pode ter a duração de dois a dois anos e meio, e destinado a estudantes egressos do ensino médio ou técnico.

Da observação da Tabela 25, verifica-se que a modalidade Ensino Médio integrado a Educação Profissional, tem-se 916 matrículas nos municípios de Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Horizonte e Pacajus.

Em seguida, tem-se, na Tabela 26, o número de estabelecimentos de ensino médio por dependências existentes, redes de ensino, zonas de localização, equipamentos escolares instalados e condições de alimentação escolar.

**Tabela 26 – Ensino Médio: Caracterização dos Estabelecimentos Escolares**

Municípios	Escolas		Total	Estabelecimentos Escolares				
	Rede	Zona		Biblioteca	Lab. Informática	Lab. Ciências	Quadra Esportiva	Recebe Merenda Escolar
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>								
Caucaia	Estadual	Urbana	15	13	15	09	07	11
	Particular	Urbana	09	09	09	07	09	00
<b>Total</b>			<b>24</b>	<b>22</b>	<b>24</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>11</b>
Guaiuba	Estadual	Urbana	01	01	01	01	01	01
<b>Total</b>			<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
Itaitinga	Estadual	Rural	01	-	-	-	-	-
		Urbana	02	02	02	-	02	01
<b>Total</b>			<b>03</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>02</b>	<b>01</b>
Maracanaú	Estadual	Urbana	15	13	15	11	07	08
	Particular	Urbana	04	04	04	02	04	00
<b>Total</b>			<b>19</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>08</b>
Maranguapé	Estadual	Rural	01	01	01	01	-	01
		Urbana	06	06	06	05	04	04
	Privada	Urbana	02	02	02	02	02	00
<b>Total</b>			<b>09</b>	<b>09</b>	<b>09</b>	<b>08</b>	<b>06</b>	<b>05</b>
Pacatuba	Estadual	Urbana	06	06	06	05	04	04
<b>Total</b>			<b>06</b>	<b>06</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>04</b>	<b>04</b>
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>								
Aquiraz	Estadual	Urbana	05	05	05	02	02	05
	Particular	Urbana	01	01	01	01	01	00
<b>Total</b>			<b>06</b>	<b>06</b>	<b>06</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>05</b>
Eusébio	Estadual	Urbana	03	01	03	01	02	02
<b>Total</b>			<b>03</b>	<b>01</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>02</b>
Horizonte	Estadual	Urbana	02	02	02	02	02	02
<b>Total</b>			<b>02</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>02</b>
Pacajus	Estadual	Urbana	02	02	02	02	01	02
	Particular	Urbana	01	01	01	01	01	00
<b>Total</b>			<b>03</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>02</b>
Chorozinho	Estadual	Urbana	01	01	01	-	01	-
<b>Total</b>			<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>02</b>

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

Em todo o Território Metropolitano José de Alencar, em apenas 02 (dois) municípios há escolas de ensino médio instaladas em comunidades rurais, quais sejam: Itaitinga e Maranguape. O que implica na premente necessidade de escolas nos demais municípios de acordo com a demanda existente em condições adequadas e apropriadas.

De modo geral, percebe-se que a qualidade do ensino melhoraria com a constituição de equipes interdisciplinares. Profissionais nas áreas de Sociologia, Psicologia, Nutricionistas, Terapeutas Ocupacionais, Fonoaudiólogos, etc. foram sugeridos.

Com relação à oferta da merenda escolar, os programas PNAE e o PAA da CONAB têm contribuído para a melhoria da qualidade dos alimentos servidos. Os representantes, porém, se ressentiram da falta de nutricionistas na elaboração dos cardápios.

#### **8.4 Educação de Jovens e Adultos**

Com a LDB 9.394/96, a Educação de Jovens e Adultos – EJA constitui modalidade de Educação Básica, nos seguintes termos:

*Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.*

*§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.*

*§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.*

Pode-se concluir que embora enfatize a EJA em apenas dois dos seus artigos (Art. 37 e 38), a referida lei representa avanços em relação a essa modalidade de educação, ao afirmar que ela pode voltar-se para o Ensino Fundamental (maiores de 15 anos) e para o Ensino Médio (alunos com idade superior a 18 anos de idade).

A Tabela 27 descreve o número de matrículas da EJA, nos tipos presencial e semipresencial, por dependência administrativa e zona de localização, conforme se verifica:

**Tabela 27 – EJA: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização**

Município	Escolas		Ensino Médio Regular			Total
	Rede	Zona	Presencial	Semipresencial	Integrado a EP	
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>						
Caucaia	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	147	-	-	147
		<i>Urbana</i>	309	-	-	309
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	2.106	-	-	2.106
		<i>Urbana</i>	3.436	-	-	3.436
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	173	-	-	173
<b>Total</b>			<b>6.171</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>6.171</b>
Guaiúba	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	99	-	-	99
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	15	-	-	15
		<i>Urbana</i>	114	20	-	134
<b>Total</b>			<b>228</b>	<b>20</b>	<b>00</b>	<b>248</b>
Itaitinga	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	171	-	-	171
		<i>Urbana</i>	88	-	-	88
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	179	-	-	179
		<i>Urbana</i>	345	-	-	345
<b>Total</b>			<b>783</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>783</b>
Maracanaú	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	428	-	-	428
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	07	-	-	07
		<i>Urbana</i>	3.316	-	-	3.316
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	84	-	-	84
<b>Total</b>			<b>3.835</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>3.835</b>
Maranguape	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	43	-	-	43
		<i>Urbana</i>	189	-	-	189
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	421	-	-	421
		<i>Urbana</i>	1.238	-	-	1.238
<b>Total</b>			<b>1.891</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>1.891</b>
Pacatuba	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	360	-	-	360
	<i>Municipal</i>	<i>Urbana</i>	366	-	-	366
<b>Total</b>			<b>726</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>726</b>
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>						
Aquiraz	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	430	-	-	430
		<i>Urbana</i>	220	-	-	220
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	164	-	-	164
		<i>Urbana</i>	492	-	-	492
<b>Total</b>			<b>1.306</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>1.306</b>
Eusébio	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	421	-	-	421
	<i>Municipal</i>	<i>Urbana</i>	937	-	-	937
<b>Total</b>			<b>1.378</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>1.358</b>
Horizonte	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	117	-	-	117
		<i>Urbana</i>	441	1.790	-	2.231
<b>Total</b>			<b>558</b>	<b>1.790</b>	<b>00</b>	<b>2.348</b>
Pacajus	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	266	648	-	914
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	52	-	-	52
		<i>Urbana</i>	260	-	-	260
<b>Total</b>			<b>578</b>	<b>648</b>	<b>00</b>	<b>1.226</b>
Chorozinho	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	102	-	-	102

Município	Escolas		Ensino Médio Regular			Total
	Rede	Zona	Presencial	Semipresencial	Integrado a EP	
		Urbana	144	-	-	144
<b>Total</b>			<b>246</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>246</b>

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

No Território Metropolitano José de Alencar, existem 20.138 matrículas na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), dentre os quais 17.680 são presenciais e 2.458 semipresenciais. A Tabela 21 ilustra que as matrículas estão concentradas na zona urbana dos municípios, sem exceções. Quanto à modalidade, os estudos se desenvolvem por meio de aulas presenciais, predominantemente.

Na condição da EJA integrar-se à Educação Profissional, não houve matrículas no Território Metropolitano José de Alencar. Mas, seria oportuno investir na estruturação dessa categoria na EJA, para que jovens e adultos que não tiveram a oportunidade da formação básica na faixa etária ideal possam também ter a opção de acesso à educação profissionalizante.

## 8.5 Educação Especial

Destacada na LDB nos artigos 58, 59 e 60, pode ser conceituada como modalidade de educação escolar, destinada aos educandos portadores de necessidades especiais, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, sendo também ofertada em instituições especializadas.

A lei estabelece o papel dos sistemas de ensino visando a garantir aos estudantes com necessidades especiais o pleno atendimento aos seus direitos, o que fica evidenciado no seguinte artigo:

*Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:*

*I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;*

*II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.*



As matrículas nessa modalidade de educação por dependência administrativa e zona de localização, são apresentadas na Tabela 28:

**Tabela 28** – Educação Especial: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização

MUNICÍPIO	ESCOLAS		EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL
	REDE	ZONA		
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>				
Caucaia	Municipal	Urbana	94	94
<b>Total</b>				<b>94</b>
Itaitinga	Municipal	Rural	07	07
		Urbana	103	103
<b>Total</b>				<b>110</b>
Maracanaú	Estadual	Urbana	17	17
	Municipal	Urbana	241	241
<b>Total</b>				<b>258</b>
Maranguape	Estadual	Urbana	33	33
<b>Total</b>				<b>33</b>
Pacatuba	Municipal	Urbana	20	20
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>				
Eusébio	Municipal	Urbana	35	35
	Particular	Urbana	33	33
<b>Total</b>				<b>68</b>
Horizonte	Municipal	Urbana	65	65
<b>Total</b>				<b>65</b>

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

A Secretaria de Educação Especial – SEESP vinculada ao MEC desenvolve programas, projetos e ações visando à implementação, no Brasil, da *Política Nacional de Educação Especial*. A partir desta nova política pública, os alunos considerados público-alvo da Educação Especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades, como superdotação, por exemplo.

Dentre as ações desenvolvidas pela SEESP está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, complementar à escolarização, de acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

Para apoiar os sistemas de ensino, a Secretaria desenvolve alguns programas, destacando-se: o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial (Presencial e à Distância), o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, o Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares visando à acessibilidade), o Programa BPC na Escola e o Programa Educação Inclusiva: Direito à

Diversidade que forma gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

No que concerne à problemática da acessibilidade, ressalte-se também o desenvolvimento de ações que visem a garantia à acessibilidade nos programas nacionais do livro ora implementados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Como pode ser observada na Tabela 22, do total de 648 matrículas da Educação Especial, apenas 07 foram ofertadas em comunidades rurais, mais precisamente, no município de Itaitinga. Uma escola particular na sede do município de Eusébio matriculou 33 alunos.

Deduz-se que é premente a necessidade de criação de programas que visem ao incentivo e à garantia às vagas assistidas pela Educação Especial nessa zona de moradia. É salutar ressaltar ainda que, para a educação inclusiva pretendida pelo governo brasileiro, são necessárias condições e infraestrutura adequadas, como laboratórios voltados para a Educação Especial, além de formação continuada para professores.

## **8.6 Educação Superior**

A LDB 9.394/96 trata da educação superior em vários dos seus Artigos (43 ao 57). No Artigo 43, explicita as finalidades desse nível de educação e no Artigo 44 descreve os diferentes cursos e programas que poderão ser ofertados:

- Seqüenciais;
- Graduação;
- Pós-Graduação (mestrado, doutorado, especialização, aperfeiçoamento, etc.);
- Extensão.

Posteriormente, o Decreto 3.860/2001 especificou a classificação das instituições de educação superior no País, por organização acadêmica: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades, institutos superiores ou escolas superiores; institutos superiores de educação.

Em seguida, tem-se brevemente um levantamento de algumas faculdades e universidades instaladas nos municípios do Território Metropolitano José de Alencar:

- **Caucaia:** Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, Faculdade Terra Nordeste – FATENE, Universidade Castelo Branco – UCB, Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Universidade Paulista – UNIP e Universidade Salvador – UNIFACS.
- **Maracanaú:** Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Universidade Paulista - UNIP e Universidade Salvador – UNIFACS.
- **Maranguape:** Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, Faculdade Kurios – FAK, Universidade Castelo Branco – UCB, Universidade Paulista – UNIP e Universidade Salvador – UNIFACS.
- **Pacatuba:** Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC.
- **Aquiraz e Pacajus:** Universidade Luterana do Brasil – ULBRA.

Ressalte-se que a Educação a Distância (*EAD*) está se desenvolvendo e ampliando sua oferta no Ceará, com destaque para a *Universidade Aberta do Brasil*. Outra categoria que possibilitou a oferta de cursos de ensino superior no interior do Estado do Ceará foi a de regime especial, em que as aulas acontecem nos finais de semana e meses de férias. Neste sentido, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) possui pólos por meio de institutos da rede particular em diversos municípios localizados no Território em questão.

## 9 ASPECTOS CULTURAIS

Os aspectos culturais são refletidos nos patrimônios materiais, como construções de cunho histórico e outras que retratam a identidade cultural da população local; além dos patrimônios imateriais como a tradição oral, as danças, a música, a literatura, a gastronomia, fatos históricos, festejos religiosos, folguedos folclóricos, história econômica, campeonatos esportivos, etc.. Todos estes elementos são indispensáveis no processo de planejamento e vão implicar diretamente na formulação de Políticas Públicas Culturais.

Alguns municípios do Território Metropolitano José de Alencar contam com infraestrutura voltada ao lazer e à cultura. Há, contudo, má consciência de que nas construções antigas deve ocorrer um resgate da histórico-cultural no sentido de preservar o patrimônio público e resgatar a cultura e a história dos municípios do Território. Há registros de permanentes exposições e eventos esportivos, culturais e religiosos. Essas ações permitem valorizar a identidade, dos grupos organizados de jovens, mulheres, indígenas, quilombolas, populações tradicionais no sentido de desenvolver estratégias para fomentar e/ou fortalecer a organização e participação social.

Para tanto, as entidades e organizações promovem iniciativas de educação do campo e cultura, os grupos e expressões culturais existentes no território, as ações mobilizadoras do potencial cultural das comunidades que habitam os territórios, as organizações constituídas no sentido de consolidar políticas de cultura para os territórios, as ações culturais que contribuem para o incremento econômico e geração de emprego e renda no território; os instrumentos e ferramentas de apoio e incentivo à cultura territorial (rádios comunitárias, pontos de cultura, rádio local, bibliotecas, museus etc.); as ações que articulam educação e cultura no território e, por fim, os pontos de cultura, teatros, bibliotecas públicas, dentre outros.

Os municípios do Território Metropolitano José de Alencar têm seu calendário de eventos anual de comemorações e festividades, em sua maioria, são ligadas ao aniversário da cidade ou à festa do padroeiro, reunindo atrações musicais, grupos folclóricos, torneios culturais e esportivos, que atraem tanto

os moradores como as pessoas dos municípios vizinhos, e até os filhos da terra que voltam neste período para rever a família e prestigiar as tradições culturais da terra natal.

Em seguida tem-se um breve calendário dos eventos socioculturais de alguns municípios do Território Metropolitano José de Alencar:

- Em **Chorozinho** o turismo é uma fonte de renda do município devido aos atrativos naturais como o rio Choró, a lagoa dos Marinheiros (distrito de Timbaúba) e a lagoa dos Patos (distrito de Patos dos Liberatos). Já o turismo religioso outra fonte de renda do município acontece devido à devoção ao Menino Jesus de Praga.

- Em **Pacajus** o calendário de eventos homenageia os seguintes datas, quais sejam: Dia de São José (19/03); Dia de Nossa Senhora de Fátima (01 a 31/5); Festival do Milho (Julho); Vaquejada (Setembro); Dia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (16/8); Festival do Caju (Setembro); Dia de São Francisco das Chagas (4/10); Dia da Padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição (8/12).

- Em **Maranguape** é comemorado o pré-carnaval, o carnaval, dramatizações da Paixão de Cristo, festival nacional de humor (3ª edição, anualmente no mês de maio), festas juninos, São Sebastião (janeiro) e Nossa Senhora da Penha (agosto e setembro), 07 de Setembro, Vaquejada de Itapebussu, jogos do Centro Estudantil de Maranguape, Semana do Município (17 a 22/novembro), Natal e Ano Novo.

O incentivo à cultura no Território Metropolitano José de Alencar é feito através dos programas, projetos e ações governamentais, operacionalizados pelo Banco do Nordeste, INCRA, ou por instituições não-governamentais, como o SESC, Igrejas, ONGs, etc..

Quanto à infraestrutura cultural, diz respeito à existência de pontos de cultura, teatros, bibliotecas públicas, cinemas, museus, centro cultural, centros e feiras de artesanato, se foram localizados parques temáticos com inscrições pré-históricas, ou rupestres.

Representantes do Comitê de Cultura afirmaram que, para a captação de recursos para investimentos ou custeios de políticas culturais, existe uma

série de exigências determinadas pelo **Sistema Nacional de Cultura do Ministério da Cultura**, tais como:

1. Criação do órgão executor da política cultural no âmbito municipal seja fundação ou secretaria;
2. Elaboração do Plano Municipal de Cultura;
3. Criação do Conselho Municipal de Cultura e do Fundo Municipal de Cultura.

O PTDRS pretende identificar todos os instrumentos e ferramentas de apoio e incentivo à cultura territorial como as rádios comunitárias e emissoras locais, jornais etc..

No esporte, identificaram-se o grande número de ligas e associações esportivas, secretarias municipais e departamentos de esporte e lazer, conselhos de esporte; o que implica a existência de programas existentes nos municípios na área do esporte. Por fim, é indispensável o levantamento das ações culturais que contribuem para o incremento econômico e geração de emprego e renda no território.

É válido lembrar que o PTDRS pretende esboçar a composição étnica e religiosa da população do Território Metropolitano José de Alencar, enfatizando as comunidades indígenas e de quilombolas.

### **9.1 Comunidades Indígenas**

A presença de comunidades indígenas é muito relevante no Território Metropolitano José de Alencar. Os *Tapebas*, também conhecidos por *tapebanos ou pernas-de-pau* têm população estimada em torno de 5.500 índios que habitam vários locais na circunvizinha de Caucaia desde áreas de manguezais até povoados localizados na sede rural.

Já os *anacés* – residentes nos limites de Caucaia e São Gonçalo do Amarante – totalizam aproximadamente 1.270 indígenas. Em Caucaia, os *Anacés* se instalaram em Matões, Japua e Santa Rosa.

O povo anacés vive ameaçado de ser retirado de suas terras devido à intenção do governo estadual de construir uma siderúrgica e várias indústrias de transformação no Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Estima-se que

90 famílias foram desalojadas e expulsas de suas terras e assentadas em 03 (três) localidades distintas: *Novo Torém, Forquilha e Monguba*.

Localizados nos municípios de Maracanaú e Pacatuba, os *pitaguary* provenientes dos potiguaras, etnia do tronco lingüístico tupi-guarani contam com uma população de 2.800 índios distribuídos em 04 comunidades: *Horto, Olho D'água e Santo Antônio dos Pitaguary* (Maracanaú) e *Monguba* (Pacatuba). Vivendo em um sopé da serra localizada entre os municípios de Maracanaú e Pacatuba, os *pitaguary* guardam na memória uma série de acontecimentos vivenciados pelos chamados “*troncos velhos*”...

Localizados no município de Aquiraz, os *jeninpapo-kanindé* contam com uma população de 290 pessoas (cerca de 80 famílias) na localidade chamada de Lagoa da Encantada. Esta etnia, juntamente com os *tapebas, os pitaguary e os tremenbés* foram os primeiros a defender a preservação da civilização indígena do Ceará. De acordo com relatos, seus antepassados viviam em várias comunidades do Território Metropolitano José de Alencar, como: Lagoa do Tapuio, Córrego de Galinhas, Córrego de Bacias, entre outras.

A propósito, a comunidade de Batoque – localizada em Aquiraz, a 54 km de Fortaleza, no estado do Ceará –, é uma das mais admiradas paisagens (naturais) do município e, por esta razão, tem despertado o interesse de várias empresas (nacionais e estrangeiras) com vistas à construção de empreendimentos imobiliários. Os nativos têm resistido, pois detém o direito de posse definitiva da terra. Trata-se de uma área com constantes conflitos...

As atuais gerações que vivem em Batoque descendem da família Vitorino, que ali se instalou desde o ano de 1860, com o intuito de fixar residência e praticar a agropecuária e a pesca com destaque para a coleta da *tabuba (Thypa Dominguensis)*, uma espécie de vegetação típica de mangue de planícies flúvio-marinha.

## **9.2 Comunidades Quilombolas**

As comunidades Lagoa do Ramo e Goiabeira, localizadas em Aquiraz, são reconhecidas pelo INCRA-CE como comunidades remanescentes de quilombolas.

Atualmente no INCRA-CE está em tramitação 03 (três) processos de reconhecimento e identificação de comunidades quilombolas no Território Metropolitano José de Alencar, destacando-se: Alto Alegre, Base e Pereral, nos municípios de Horizonte, Pacajus e Aquiraz.

### **9.3 Memória Territorial: Indicadores de Identidade**

As comunidades indígenas preservam, sem dúvida, um pouco da cultura dos seus antepassados. Os *Pitaguary* ainda vivem da caça, da pesca e da agricultura, com destaque para as culturas de algodão, milho, feijão, mandioca, jerimum, etc.. Conhecem com propriedade uma diversidade de ervas e plantas medicinais, utilizando-as para a cura de enfermidades.

Eles mantêm viva a tradicional dança do *toré* – ritual herdado dos antepassados e que funciona como sinal diacrítico e simbólico de afirmação de identidade étnica, além de eficaz instrumento de luta política. Ressalte-se que o grupo *toré-mirim* existente desde 2008, formado por crianças da aldeia de Santo Antônio dos Pitaguary, apresentam-se em eventos socioculturais dentro e fora da aldeia, tendo recebido recentemente o *Prêmio Cultura Indígena* do Ministério da Cultura.

Em Aquiraz, a comunidade *jeninpapo-kanindé* mantém um ritmo de trabalho próprio, planta mandioca o ano todo e seguem um calendário de colheita de frutos e legumes por épocas do ano: milho, feijão, batata-doce, castanha de caju e outros. Vivem também da pesca anual, praticando-a tanto com as mãos como com armadilhas que os próprios indígenas confeccionam, tais como a caçoeira, o giki e a tarrafa.

### **9.4 O Artesanato como Expressão da Identidade Cultural**

A produção artesanal é geralmente ligada às temáticas populares, tornando-se assim, importante patrimônio cultural do Território. Em geral, os indígenas produzem colares, pulseiras, brincos feitos com penas, sementes, coco e palha.



O município de Aquiraz se beneficia de sua proximidade da capital para comercializar os produtos artesanais, notadamente as rendas e os bordados, destinados aos turistas que chegam com frequência em ônibus especiais. Este fator influencia positivamente o setor artesanal, que necessita ainda de melhoria na infraestrutura instalada, visando aperfeiçoar sua produção e vendas. Apesar de ainda não ser um município exportador de artesanato, Aquiraz já possui potencial para sê-lo, pois apresenta elevada qualidade dos produtos.

Por sua vez, o artesanato em Maranguape é importante fonte de geração de emprego e renda no Território, apesar da qualidade dos produtos confeccionados, ainda necessita obter melhores resultados na sua comercialização.

### **9.5 Parques Temáticos com Inscricões Pré-Históricas e Fósseis**

No município de Caucaia, foi criado o Parque Botânico que preserva e conserva espécies nativas da caatinga e flora nativa, sendo ainda um local por excelência para a reprodução de vários animais típicos da fauna local e regional.

### **9.6 Instrumentos e Ferramentas de Apoio e Incentivo à Cultura Territorial**

Segundo a Secretaria Estadual de Turismo do Ceará – SETUR, no ano de 2008, o número de turistas chegou à 2.178.395. Destes, apenas os municípios de Aquiraz, Caucaia e Fortaleza concentram 57% (1.243.903) de todos os turistas durante o período. Deduz-se uma relevância da metrópole nas atividades turísticas e seu entorno, destacando o litoral como principal espaço, e assim o *turismo litorâneo*, apesar de alguns outros tipos de turismo: religioso, das serras, entre outros.

No geral, os municípios do Território Metropolitano José de Alencar apresentaram crescimento no número de turistas que visitaram os municípios. Tal fato deve-se à proximidade de Fortaleza, e como já explicitado, a polarização metropolitana engloba o litoral de Caucaia, ou seja, as praias de

Caucaia são agora, na verdade, praias da metrópole Fortaleza. Tal consonância comprova-se ao mostrar um grande número de turistas em Caucaia e um grande déficit na questão “turistas/ empreendimentos”, reforçando a tese de a metrópole Fortaleza ser a base turística dos turistas em Caucaia-CE.

Tal processo deve-se reforçar cada vez mais, pois em Aquiraz, tal fato é também preponderante. A localidade de Porto das Dunas, apesar de estar localizado em Aquiraz, é voltada à Fortaleza e nos propagandas turísticos, não é raro vincular Porto das Dunas à metrópole.

O planejamento pontual gerado pelos planos diretores consolida uma urbanização litorânea paralela a linha de costa, onde as localidades praianas vinculam-se com a cidade primaz da Metrópole. Desta forma, os PDDU's e PEU's legitimam a valorização do espaço litorâneo e designam, mediante leis e zoneamentos, áreas preferenciais para a expansão do processo de valorização litorânea. Evidencia-se a valorização dos espaços litorâneos como condicionante para a expansão da Metrópole pelos municípios metropolitanos cearenses. (PEREIRA, 2009 p.56)

## 10 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL DO TERRITÓRIO METROPOLITANO JOSÉ DE ALENCAR

O diagnóstico da Dimensão Sociocultural Educacional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: aspectos sociais, aspectos da saúde, aspectos educacionais e culturais, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL-EDUCACIONAL</b>	
<b>AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Existência em alguns municípios de escolas voltadas às artes musicais</li> <li>2. Infraestrutura destinada à cultura e ao lazer</li> <li>3. Presença de construções antigas que contribuem para o resgate da História do Território</li> <li>4. Realização de eventos esportivos, religiosos e culturais</li> <li>5. Realização dos jogos entre comunidades quilombolas</li> <li>6. Maior participação das mulheres no mercado de trabalho e na representação política em movimentos sociais e ONGs</li> <li>7. Redução da evasão escolar nos municípios do Território</li> <li>8. Ampliação da oferta de ensino superior, técnico e profissionalizante</li> <li>9. Reorganização e fortalecimento dos grupos LGBTT</li> <li>10. Serviços de Saúde Mental</li> <li>11. Serviços de consórcio para urgência e emergência</li> <li>12. Policlínicas</li> <li>13. Centros de Especialidades Odontológicas</li> <li>14. UTI Móvel</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Baixa qualidade do ensino básico</li> <li>2. Número reduzido de oferta de creches nos municípios do Território</li> <li>3. Necessidade de infra-estrutura e recursos humanos visando à aprendizagem e a instalação de equipamentos (bibliotecas, salas de multimídias, laboratórios de ciências e informática e refeitórios)</li> <li>4. Carência de escolas de ensino médio na zona rural</li> <li>5. Insuficiência e má qualidade das infraestruturas de lazer e de ensino</li> <li>6. Falta aplicação da metodologia contextualizada para as escolas do campo (rurais)</li> <li>7. Presença de substâncias ilícitas (drogas) e violência nas escolas e elevados índices de gravidez na adolescência</li> <li>8. Ausência de equipes interdisciplinares nas escolas de ensino fundamental e médio (sociólogos, psicólogos, fonoaudiólogos, etc.)</li> <li>9. Má qualificação do corpo docente e baixa remuneração salarial</li> <li>10. Escolas despreparadas para ofertar educação infantil em tempo integral</li> <li>11. Escolas não oferecem condições de acessibilidade para pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais</li> <li>12. Ausência de oferta da modalidade EJA nos turnos matutino e vespertino</li> <li>13. Currículos escolares não estão bem articulados com a realidade rural</li> </ol>

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL-EDUCACIONAL</b>	
	<p><b>14.</b> Baixa articulação entre a sociedade civil e o Poder Público nos municípios que compõem o Território</p> <p><b>15.</b> Frágil intercâmbio de jovens de comunidades tradicionais, principalmente quilombolas</p> <p><b>16.</b> Inexistência de comitês de mulheres, jovens e de comunidades tradicionais</p> <p><b>17.</b> Extinção da escola rural agrícola de Pacatuba</p> <p><b>18.</b> Pouco apoio às manifestações culturais das comunidades tradicionais e aos movimentos de defesa da diversidade sexual</p> <p><b>19.</b> Fragilidade na elaboração e aplicação dos planos de cargos, carreiras e salários para os profissionais do magistério</p> <p><b>20.</b> Inexistência de órgãos gestores de políticas culturais</p> <p><b>21.</b> Pouca participação de atores sociais (locais) na implementação de políticas culturais.</p> <p><b>22.</b> Serviços de Saúde Mental</p> <p><b>23.</b> Serviços de consórcio para urgência e emergência</p> <p><b>24.</b> Policlínicas</p> <p><b>25.</b> Centros de Especialidades Odontológicas</p> <p><b>26.</b> UTI Móvel</p>
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	
<b>Oportunidades</b>	<b>27. Ameaças</b>
<p><b>1.</b> Decreto Nº 7.352, de 04/11/2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o PRONERA</p> <p><b>2.</b> Existência de programas governamentais de apoio à educação</p> <p><b>3.</b> Organizações nacionais e internacionais voltadas ao fortalecimento do ensino e preservação do patrimônio histórico e cultural</p> <p><b>4.</b> Iniciativas de prevenção ao uso de substâncias ilícitas (drogas)</p> <p><b>5.</b> Farmácias populares</p> <p><b>6.</b> Acesso a medicação</p> <p><b>7.</b> Farmácia comunitária</p> <p><b>8.</b> Estruturar a inspeção sanitária municipal</p> <p><b>9.</b> Farmácia viva</p>	<p><b>1.</b> Ineficiência da segurança pública não atende as reais necessidades da população em termos de contingente de policiais, equipamentos, capacitação profissional e observância da legislação pertinente</p> <p><b>2.</b> Forte presença do tráfico de drogas nas escolas</p> <p><b>3.</b> Farmácias populares</p> <p><b>4.</b> Acesso a medicação</p> <p><b>5.</b> Farmácia comunitária</p> <p><b>6.</b> Estruturar a inspeção sanitária municipal</p> <p><b>7.</b> Farmácia viva</p>

**Quadro 11:** Ambiente interno e externo da Dimensão Sociocultural Educacional

**Fonte:** Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático de Ações Sociais, Saúde, Educação e Cultura do Território Metropolitano José de Alencar

**Parte II b**

**DIMENSÃO AMBIENTAL**

**Aspectos Geoambientais**

**Aspectos Antrópicos**



## 11 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

O diagnóstico a seguir traz uma série de informações sobre as características ambientais visando à preservação de espaços naturais ainda não conservados e a manutenção de espaços já considerados de preservação ambiental garantidos por lei, como as Unidades de conservação existentes e as áreas de preservação permanente. Tal diagnóstico ainda tem por objetivo apontar as potencialidades do território para que o mesmo tenha um desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável.

O território Metropolitano José de Alencar é composto por 11 municípios divididos em dois micro territórios, o micro território I composto pelos municípios de Caucaia, Guaiuba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba e o Micro território II, constituído pelos municípios de Aquiraz, Choroinho, Eusébio, Horizonte e Pacajus.

Alguns dos municípios estão localizados na zona litorânea, outros na depressão sertaneja e existem ainda alguns municípios que possuem área na região serrana. Convém destacar as diferenças entre esses municípios metropolitanos no que concerne não somente às características naturais, mas ao processo de ocupação e de organização do espaço.

Enquanto os municípios litorâneos inserem-se no processo de metropolização, principalmente a partir da lógica da expansão da atividade de lazer e de turismo, os municípios de Maranguape e Pacatuba apresentam lógicas diferenciadas de inserção. Isso não significa dizer que esses municípios não apontem potencialidades naturais que os tornem espaços produzidos por e para as atividades turísticas, mas o que se destaca é o fato de terem sido mais marcados, nos últimos anos, por arranjos espaciais produtivos decorrentes da industrialização. O município de Maracanaú, por exemplo, é um pólo industrial e Maranguape vem crescendo como uma cidade de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar e de pequenas empresas da região.

Quanto ao uso e ocupação do Território Metropolitano José de Alencar, convém destacar que a zona litorânea foi bastante transformada nas últimas décadas, tendo como grandes indutores dessa transformação os investimentos

turísticos, tanto governamentais quanto privados. Estes permitiram a intensificação do uso dos espaços litorâneos, desencadeando uma grande especulação imobiliária que ocasionou, assim, uma nítida degradação ambiental. Tal processo se iniciou em Fortaleza e posteriormente nos municípios metropolitanos que possuem seus territórios nessa unidade natural, como Aquiraz, Eusébio e Caucaia. Os municípios citados sofrem até os dias atuais tais ações.

Nos maciços residuais de Maranguape, de Maracanaú, de Pacatuba e de Guaiúba podem ser destacados alguns atrativos naturais tais como: em Maranguape, Pico da Rajada com grande diversidade de orquídeas e bromélias, Cachoeiras, Cascatinhas, Lajedos, Cume do Lajedo, Horto Florestal com floricultura e trilhas ecológicas; em Pacatuba, Serra da Aratanha, Bica das Andréias, Recanto do Bispo, Trilhas ecológicas, Lagoas do Pirapora e Boaçú; Guaiúba, também ocorre a Serra da Aratanha, Serra dos Padres, Cachoeira dos Urubus; e em Maracanaú, diversas lagoas, como a Lagoa de Santo Antônio e a Fazenda Raposa.

O clima predominante no Território Metropolitano José de Alencar é o tropical quente subúmido e a vegetação mais representativa é a caatinga, mas apresenta-se também mata atlântica e vegetação costeira.

### **11.1 Unidades de Conservação Por Grupo**

Entende-se por unidades de conservação, o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Constituição Federal, 1988).

As unidades integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

As unidades de Proteção Integral são compostas pelas seguintes categorias de unidades de conservação: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural, Parque Nacional e Refúgio de Vida Silvestre.



As Unidades de Uso Sustentável apresentam as seguintes categorias de Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista – RESEX, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural - RPPN.

O Território abriga oito unidades de conservação de Uso Sustentável, entre elas, a mais extensa é a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual da Serra da Aratanha, ocupando 6.448,29 ha em áreas dos municípios de Maranguape, Pacatuba e Guaiúba. Trata-se de uma unidade de uso sustentável, isto é, busca compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto de parcela dos seus recursos naturais para fins produtivos. Existem ainda a APA do Estuário do Rio Ceará que abrange os municípios de Fortaleza e Caucaia e apresenta uma área de 2.744,89 ha; APA do Lagamar do Cauípe, no Município de Caucaia, com 1884,46 ha; APA do Rio Pacoti, nos municípios de Fortaleza, Eusébio e Aquiraz com 2914,93 há, APA do PECEM com 122,79 há e a Reserva Extrativista do Batoque nos municípios de Aquiraz e Cascavel com 6.0144 ha. Ainda existe como UC de Uso Sustentável duas Reservas de Particulares de Patrimônio Ambiental – RPPN, a Monte Alegre em Pacatuba com 263,17 há e a RPPN Chanceler Edson Queiroz com 129,61 há localizada no município de Guaiuba.

Como UC de Proteção Integral o território apresenta: A Estação Ecológica do Pecém, no município de Caucaia com 937,09 ha e o Parque Botânico do Ceará, também em Caucaia com 190 ha.

Tem-se que destaque também o Corredor Ecológico do Rio Pacoti que compreende os municípios de Acarape, Aquiraz, Horizonte, Itaitinga, Pacajus, Pacatuba, Redenção e Guaiuba.

## **11.2 Áreas prioritárias para conservação**

O território apresenta muitas áreas que por lei devêm ser protegidas, como os relevos com encostas que possuem ângulo igual ou maior que 45°. Podendo ser citadas, a Serra da Aratanha, o Pico da Rajada em Maranguape.

Também são consideradas áreas prioritárias para preservação as matas ciliares, os manguezais e as dunas.

As zonas de mata ciliar ao longo dos rios Pacoti e Ceará, são exemplos de áreas do território que devem ser conservadas para manutenção do equilíbrio ambiental, evitando erodibilidade do leito de tais rios e conseqüentemente seu assoreamento.

#### 11.2.1 Terras Indígenas

As terras indígenas entram como áreas prioritárias para conservação devido ao patrimônio histórico cultural que as mesmas representam. Vale ainda salientar que tais comunidades ajudam no processo de conservação da natureza.

A história de comunidades tradicionais no Território Metropolitano José de Alencar é marcada por um intenso processo de lutas e resistências contra as invasões que tentam expulsá-las de suas áreas. No Território, a presença de comunidades indígenas é bastante relevante.

Os assim denominados Tapebas, Tapebanos ou Pernas-de-Pau contam com uma população estimada em torno de 5.500 pessoas e habitam em áreas (sítios rurais, povoados, vilas, bairros do perímetro urbano, manguezais) geográfica e ecologicamente distintas da sede do município de Caucaia.

Os Anacés, localizados nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, contam com uma população de aproximadamente 1.270 pessoas. Em Caucaia, estão situadas em Matões, Japuaara e Santa Rosa. Atualmente o povo Anacés vive sob a ameaça de desapropriação de suas terras tradicionais, iniciada em 1996 com o processo de construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), que prevê a ocupação de seu território para instalação de uma siderúrgica e de várias indústrias nacionais e estrangeiras. Há estimativas de que cerca de 90 famílias já tenham sido expulsas da terra tradicional e alojadas nos assentamentos Novo Torém, Forquilha e Monguba. Em Maio de 2011 ainda existiam cerca de 40 indígenas nas terras que serão ocupadas pela Refinaria.

Localizados nos municípios de Maracanaú e Pacatuba, os Pitaguary contam com uma população de 2.800 pessoas aproximadamente. As

comunidades estão localizadas no Horto Olho D'água e Santo Antônio dos Pitaguary, em Maracanaú, e Monguba em Pacatuba.

Localizados no Município de Aquiraz, os Jenipapo-Kanindé contam com uma população de 290 pessoas (80 famílias) aproximadamente. As comunidades estão localizadas na Lagoa da Encantada. A etnia Jenipapo-Kanindé está entre as que primeiro levantou a bandeira étnica no Ceará, ainda na década de 1980, juntamente com Tapebas, Pitaguary e Tremembés. De acordo com os relatos, seus antepassados viviam em várias comunidades do município de Aquiraz, como Lagoa do Tapuio, Córrego de Galinhas, Córrego de Bacias, entre outras.

Em Pacatuba existe uma escola indígena, o que favorece o fortalecimento da cultura. Em Caucaia está sendo construída uma outra escola indígena, a mesma beneficiará a comunidade dos Tapebas.

#### 11.2.2 Comunidades Remanescentes de Quilombolas

No Território existem as comunidades de Lagoa do Ramo e Goiabeira, localizadas em Aquiraz, na região Metropolitana de Fortaleza, a mesma é reconhecida pela Superintendência Regional do INCRA/CE (INCRA, 2010).

O surgimento das comunidades Lagoa do Ramo e Goiabeira, em Aquiraz, no Território Metropolitano, está diretamente ligado à resistência de negros e negras na região durante a escravidão e, após várias gerações, os atuais descendentes dos primeiros quilombolas procuram conhecer e entender suas origens. Cabe destacar que a história dos quilombolas no Território se insere no contexto da luta do movimento negro cearense.

As comunidades remanescentes de quilombolas de Alto Alegre e Base, nos municípios de Horizonte e Pacajus foram as duas primeiras a serem reconhecidas pelo INCRA como remanescentes de quilombos.

Em Horizonte será inaugurado o centro cultural, chamado ARQUA (Associação dos Remanescentes de Quilombolas do Alto Alegre e Adjacências)

O território foi ainda beneficiado pelo Projeto São José com o Projeto de artesanato, conhecido como bonequeiras.

Há um trabalho voltado pra juventude quilombola, através da Prefeitura de Horizonte em parceria com a ARQUA.

### 11.2.3 Outras populações tradicionais identificadas no Território

Historicamente, Aquiraz é um espaço ocupado por pescadores e que abriga comunidades tradicionais. Foram invadidas primeiramente por ocupações voltadas para o veraneio, com construções de casas para o lazer de fins de semana dos fortalezenses, as chamadas segundas residências, sendo reordenado mais recentemente para o turismo globalizado ou convencional, com construções da rede hoteleira de elevado padrão e luxo, especialmente de *resorts*, que destoam das construções rústicas da população residente.

A comunidade de Batoque, localizada no Município de Aquiraz, a 54 km de Fortaleza, no Estado do Ceará, é uma das mais admiradas paisagens do município. A Praia desperta interesse de especuladores imobiliários, grupos com iniciativas privadas que enfrentam a resistência dos nativos que possuem o direito de posse definitiva da terra. Sendo assim, trata-se de um lugar de conflitos.

A especulação imobiliária tem dividido a comunidade para conseguir a compra de terras.

As atuais gerações são originadas da família tradicional Vitorino, que ocupou Batoque ainda no ano de 1860, com o intuito de desenvolver a pesca, prosperar a pecuária extensiva e coletar a tabuba (*Thypa Dominguensis*), uma espécie de vegetação de mangue de planície flúvio-marinha que continuam a resistir à especulação imobiliária e aos impactos do turismo.

Uma grande empresa imobiliária se diz dona de Batoque, desde a década de 1970, alegando que comprou coqueiros dos nativos, fixados há mais de 80 anos em terras desta zona costeira. Ainda hoje há esta prática de compra de coqueiros como forma de expropriar terras dos pescadores que necessitados de dinheiro para compra de produtos são retirados da terra, vende suas propriedades. Especuladores foram atraídos para esta praia, porém a população se mobilizou com a ajuda da igreja local e o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) criou

a Associação de Moradores, em 1989, com o objetivo de lutar pela terra e pela sobrevivência. Nessa tentativa, a Comunidade promoveu uma ação de Interdito Proibitório, com o intuito de defender a sua posse.

No território ainda existem algumas colônias de pescadores, como a Colônia Z-9 em Aquiraz, a Z-7 no município de Caucaia e a Z-28 no Eusébio.

### **11.3 Biomas**

O território apresenta remanescentes de mata atlântica e caatinga. Ainda existe vegetação de carnaubeiras, matas Ciliares e Lacustres ao longo das Planícies Fluviais, Vegetação dos Tabuleiros, Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial e a Floresta Subperenifólia Tropical Plúvio-Nebular, próximo à foz dos Rios ainda encontramos o mangue.

Com relação ao Bioma Caatinga, o mesmo é o único Bioma exclusivamente brasileiro, ocupa uma área de 850.000 Km<sup>2</sup>, cerca de 10% do território nacional. O mesmo é o mais fragilizado dos biomas brasileiros. Pois o uso insustentável de seus solos e recursos naturais ao longo de centenas de anos de ocupação levaram a um elevado grau de degradação. E segundo Seminário de planejamento Ecorregional da caatinga, realizado pela *The nature Conservancy* do Brasil em parceria com a associação plantas do nordeste em 2000, a mesma apresenta oito ecorregiões no bioma caatinga.

Com relação à fauna a caatinga apresenta 17 espécies de anfíbios, 44 de répteis, 695 de aves e 120 de mamíferos, num total de 876 espécies de animais vertebrados, pouco se conhecendo em relação aos invertebrados. Descrições de novas espécies vêm sendo registradas, indicando um conhecimento botânico e zoológico bastante precário deste ecossistema, que segundo os pesquisadores é considerado o menos conhecido e estudado dos ecossistemas brasileiros.

Na Caatinga vive a ararinha-azul, ameaçada de extinção. O último exemplar da espécie vivendo na natureza não foi mais visto desde o final de 2000. Outros animais da região são o sapo-cururu, asa-branca, cutia, gambá, preá, veado-catingueiro, tatu-peba e o sagui-de-tufos-brancos, entre outros.

A mata atlântica é um bioma em extinção, porém já esteve presente em toda parte do território brasileiro, abrangendo ainda outros países como Paraguai e Argentina. As florestas atlânticas são ecossistemas que apresentam árvores com folhas largas e perenes. Abriga árvores que atingem de 20 a 30 metros de altura. Há grande diversidade de epífitas, como bromélias e orquídeas. A fauna endêmica é formada principalmente por anfíbios (grande variedade de anuros), mamíferos e aves das mais diversas espécies. É uma das áreas mais sujeitas a precipitação no Brasil. As chuvas são orográficas, em função das elevações do planalto e das serras.

As Planícies Fluviais apresentam boas condições hídricas e solos férteis à instalação de mata de galeria ou ciliar. A Vegetação dos Tabuleiros caracteriza-se por uma vegetação densa cujos indivíduos apresentam um porte médio de seis metros e folhas que, no período de estiagem, caem em mais de 50%.

A Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial é composta por cobertura vegetal de porte arbóreo, interposta entre a caatinga e a floresta úmida, cuja maioria das espécies cai às folhas nos períodos de estiagem.

Na Floresta Subperenifólia Tropical Plúvio-Nebular, os condicionantes principais à existência desse ecossistema são a altitude e a exposição aos ventos úmidos. Esta cobertura vegetal caracteriza-se por árvores que atingem até 30m com espécies cujas folhas permanecem conservadas de 75% a 100% durante o ano.

No território ainda ocorrem áreas de Mangue. Os manguezais ou mangues são biomas litorâneos bastante característicos da região, o mesmo apresenta um solo lodoso e salgado. Encontram-se juntos a desembocaduras de rios e em litorais protegidos da ação direta do mar, tais como baías de águas paradas ou litorais guarnecidos por diques de areia. Durante a maré cheia, o solo do mangue fica coberto por água salobra (IESAMBI, *on line*, 2010).

No território podemos encontrar áreas de Mangue no estuário do rio Ceará entre Caucaia e Fortaleza e no estuário do rio Pacoti em Aquiraz.

## 11.4 Características Geoclimáticas

As condições climáticas do Território Metropolitano José de Alencar são variáveis e complexas. Elas estão relacionadas à interação de diferentes centros de ação e sistemas atmosféricos que atuam na região com os fatores geográficos locais e regionais. A localização dos municípios que constituem o Território, próximo à linha do Equador, favorece uma intensa insolação durante o ano todo, distribuindo muito calor, o que caracteriza a predominância de climas quentes. A altitude, a disposição do relevo e a proximidade ou afastamento da superfície oceânica que proporcionam a definição de três tipos de climas no Território: Tropical quente sub-úmido, Tropical quente semiárido brando e Tropical quente úmido.

**Tabela 29:** Aspectos climáticos dos municípios do Território Metropolitano José de Alencar

Município	Clima	Pluviosidade (mm)	Temperatura Média (°C)	Período Chuvoso
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>				
Caucaia	Tropical Quente Semiárido Brando, Tropical Quente Sub-úmido, Tropical Quente Úmido	11.243,2	26° a 28°	Janeiro a Maio
Guaiúba	Tropical Quente Sub-úmido, Tropical Quente Úmido	91.004,5	26° a 28°	Janeiro a maio
Itaitinga	Tropical Quente Úmido e Tropical Quente Sub-úmido	1.416,4	26° a 28°	Janeiro a maio
Maracanaú	Tropical Quente Sub-úmido	11.399,9	26° a 28°	Janeiro a Maio
Maranguape	Tropical Quente Úmido	11.1378,9	26° a 28°	Janeiro a maio
Pacatuba	Tropical Quente Úmido	1479,5	26° a 28°	Janeiro a maio
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>				
Aquiraz	Tropical Quente Sub-úmido	1.379,9	26° a 28°	Janeiro a maio

Município	Clima	Pluviosidade (mm)	Temperatura Média (°C)	Período Chuvoso
Chorozinho	Tropical Quente Semiárido Brando	96,4	26° a 28°	Janeiro a abril
Eusébio	ropical Quente Sub-úmido	1.379,9	26° a 28°	Janeiro a maio
Horizonte	Tropical Quente Sub-úmido, Tropical Quente Semiárido Brando	1.080,7	26° a 28°	Janeiro a maio
Pacajus	Tropical Quente Semi-árido Brando e Tropical Quente Subúmido	1.091,4	26° a 28°	Janeiro a abril

Fonte: IPECE, Perfil Básico Municipal, 2009.

O Território Metropolitano José de Alencar localiza-se em latitudes baixas apresentando temperaturas médias anuais elevadas. As altas temperaturas caracterizam as áreas de baixa latitude, que ficam submetidas a uma intensa insolação durante a maior parte do ano. Destaca-se que no litoral e no entorno dele, as temperaturas são mais brandas do que no sertão, devido à influência dos ventos alísios e das brisas que contribuem para amenizar as temperaturas locais.

A temperatura média anual nas áreas litorâneas é da ordem de 26° C a 27° C com máximas situando-se entre 31° C e 32° C. A média anual das zonas de climas serranos torna-se mais amena e decai para 25° C, atingindo valores em torno de 22° C. Nas áreas interiores, a média atinge o patamar de 28° C, enquanto a média das máximas fica em torno de 33° C a 34° C.

A distribuição da Precipitação Pluviométrica no Território apresenta alguma variação, tanto no tempo como no espaço. Nas áreas de maior altitude, como é o caso dos Maciços Pré-Litorâneos (Maranguape e Pacatuba), os índices pluviométricos são mais elevados, alcançando em alguns locais, índices superiores a 1.500 mm anuais. As encostas voltadas para o litoral (barlavento) são os locais onde os índices pluviométricos são mais elevados. Isso se explica pela presença dos ventos úmidos, advindos do litoral que ao encontrarem um



obstáculo (maciço), são forçados a elevarem-se, formando uma intensa nebulosidade, dando origem às chuvas orográficas ou de relevo.

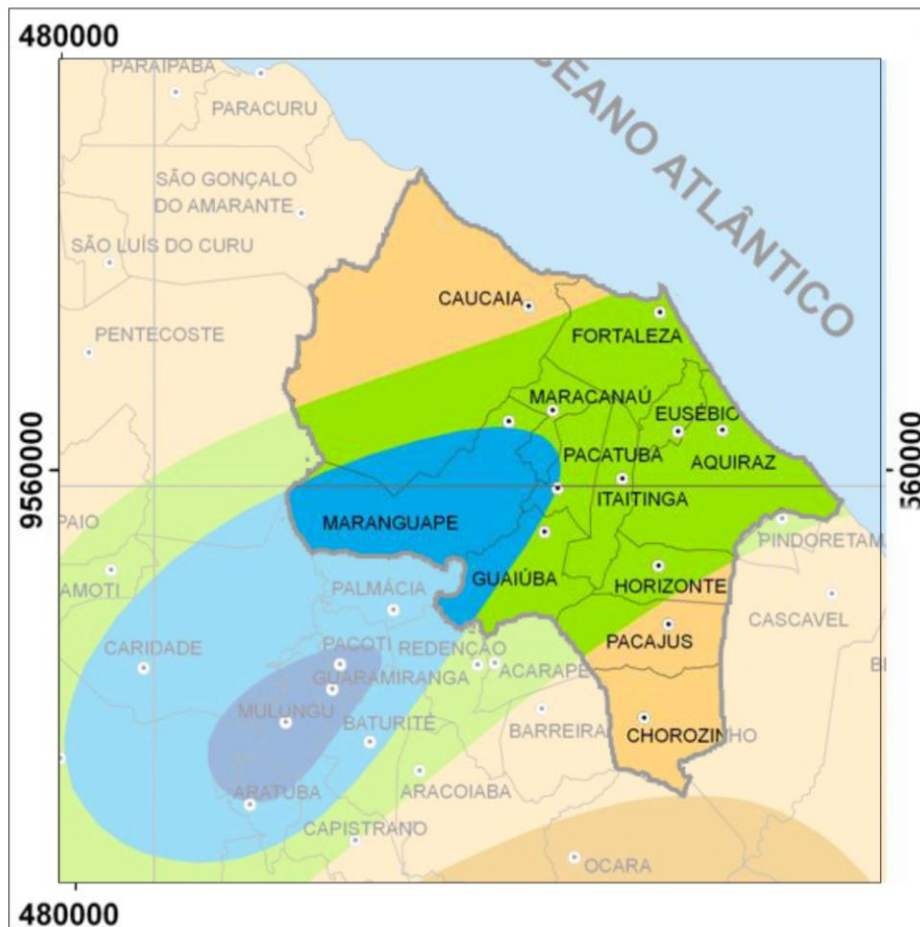
Por sua vez, as vertentes situadas a sotavento (lado oposto à barlavento) não são favorecidas por este fenômeno, pois os ventos ao descenderem as encostas, tornam-se mais secos, repercutindo na diminuição das chuvas naquelas áreas.

Como em todo o Estado do Ceará, embora com menor intensidade, por conta da proximidade com o litoral, o Território também é influenciado pela grande variação espacial da pluviosidade no decorrer do ano. As chuvas se concentram nos meses de fevereiro, março e abril, quando o Estado fica sob a influência da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), considerado o principal sistema atmosférico causador da precipitação. A ZCIT se forma na confluência dos ventos alísios de NE e SE, onde ocorre a ascendência do ar e conseqüentemente a formação de nebulosidade e chuvas intensas.

Ainda relacionado às precipitações desta área não se pode esquecer de que ela também está sujeita ao Fenômeno *El Nino e La Nina* se for feita uma apurada observação ver-se-á que todas as grandes secas ou grandes invernos estão associados diretamente a este fenômeno.

A Figura 2 apresenta os principais tipos de climas encontrados no território Metropolitano José de Alencar.

## Ceará Território Metropolitano Jose de Alencar Tipos Climáticos



### Localização no Estado



### Legendas



### Escala



### Orientação



**Figura 2:** Tipos climáticos encontrados no Território Metropolitano José de Alencar  
Fonte: Adaptado IPECE, 2010.

## 11.5 Características Geomorfológicas

Os principais subcompartimentos que compõem o relevo do Território Metropolitano José de Alencar foram identificados e descritos a seguir:

As Planícies Costeiras apresentam como características sua morfologia ligada à dinâmica costeira, aos movimento das marés, deriva litorânea, ação eólica e composição físicoquímica da água, formando as praias, os campos de dunas e a planície flúviomarinha.

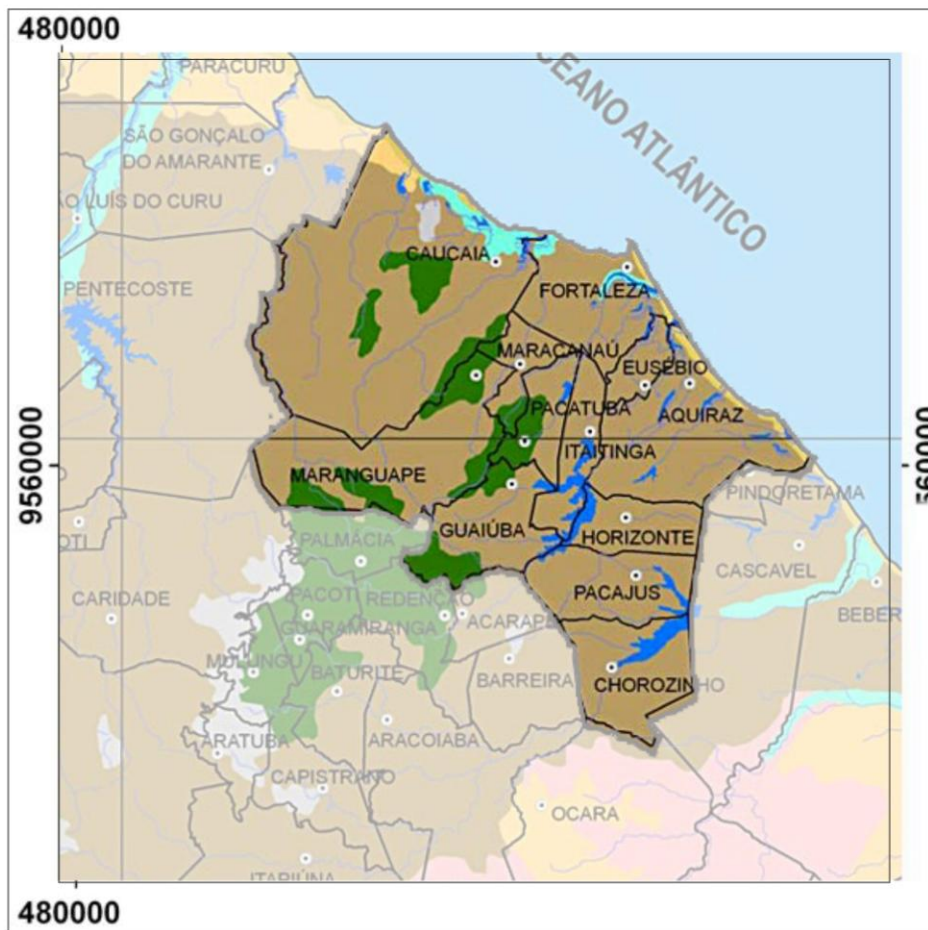
As Planícies Fluviais são típicas áreas de acumulação com relevo plano sujeitas às inundações na quadra chuvosa. Comportam solos halomórficos (neossolos flúvicos e planossolos) imperfeitamente drenados e com ocasionais problemas de salinização; mas, são áreas dotadas de melhores condições edáficas e hídricas em relação ao semiárido.

Os Maciços Pré-Litorâneos constituem compartimentos de relevos próximos ao litoral. No Território, esta unidade aparece representada pelas serras de Maranguape e Aratanha. As serras apresentam características morfológicas e ambientais semelhantes aos demais maciços úmidos e subúmidos do Ceará. É relevante salientar que as intervenções antrópicas relacionadas com o desmatamento das encostas e chuvas torrenciais, originaram movimentos de massa em diversos pontos da vertente, provocando a remobilização do solo, deslizamentos e desmoronamentos.

As Depressões Sertanejas estão situadas em níveis altimétricos inferiores a 400 m no Território. São caracterizadas pela topografia plana ou levemente ondulada e revestimento generalizado por caatinga que possui pequena capacidade para deter ou atenuar a ação de desgaste. Aparecem nos municípios de Caucaia, Guaiúba, Maranguape, Pacatuba, Chorozinho, Horizonte e Pacajus.

A Figura 3 apresenta a compartimentação geoambiental do território.

## Ceará Território Metropolitano Jose de Alencar Compartimentação Geoambiental



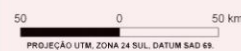
### Localização no Estado



### Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Corpos d'água
- Drenagens
- Unidade Geoambiental**
- Tabuleiros interiores
- Planície flúvio marinha
- Chapada do Apodi
- Chapada do Araripe
- Glacia de acumulação
- Planalto da Itapaba
- Planície litorânea
- Planície ribeirinha
- Serras secas
- Serras úmidas
- Sertão ocidental Itapaba
- Sertão centro ocidental
- Sertão pré litorâneo
- Sertão sul ocidental

### Escala



### Orientação



**Figura 3:** Compartimentação geoambiental do Território Metropolitano José de Alencar

Fonte: Adaptado IPECE, 2010.

## 11.6 Características Hidrológicas

Os cursos d'água desempenharam importante papel no processo de ocupação e configuração do Território, a maior parte das cidades cearenses se estabeleceram junto a eles.

Os programas de gestão integrada dos recursos hídricos consideram a Bacia Hidrográfica como unidade espacial de estudo. Portanto, uma bacia hidrográfica corresponde a uma área drenada pelo rio principal e seus afluentes, sendo delimitadas pelos divisores de água. Desta forma, uma bacia hidrográfica abrange todos os elementos naturais da paisagem, o espaço construído e as estruturas sociais existentes.

As bacias que banham o Território Metropolitano José de Alencar são: a Bacia Metropolitana, que banha todos os municípios do Território e a Bacia do Curu que banha uma pequena parte dos municípios de Maranguape e Pacajus.

No interior do Território, destacam-se as sub bacias formadas pelos rios Choró e Pacoti. De uma maneira geral, constituem importante manancial hídrico para a demanda de águas na Região Metropolitana de Fortaleza.

Na Bacia Metropolitana foram construídos muitos açudes destacando-se ainda, a existência de inúmeras lagoas tais como a do Banana, Precabura, Sapiranga, sendo importantes locais de lazer, de pesca e de reserva de água para o consumo humano. Os açudes mais importantes são: o sistema Pacoti-Gavião-Riachão e o Acarape do Meio, responsáveis pelo abastecimento de água dos municípios de Caucaia e Maracanaú, incluindo o Distrito Industrial. Este abastecimento é completado pelo açude Pacajus situado no rio Choró.

Em 1993, o sistema Pacoti-Gavião-Riachão foi reforçado através da construção do “Canal do trabalhador” que recebe água do açude Orós, captada no rio Jaguaribe, em Itaiçaba, interligando essa captação de Itaiçaba ao açude Pacajus, através de estações elevatórias.

Ainda existem no território outros açudes menores, mais que também abastecem parte de algumas comunidades, como o açude Pacajus, o açude Malcozinhado e o açude Catu.

A Tabela 30 apresenta os principais recursos Hídricos encontrados no Território.

**Tabela 30:** Recursos hídricos superficiais dos municípios do Território Metropolitano José de Alencar

Município	Recursos Hídricos		
	Rio, Riacho, Córrego e Canal	Açudes	Lagoas
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>			
Caucaia	Rio Ceará, Rio Cauípe, Rio Anil, Riacho Juá		Muquém, Ipueira, Bom Princípio, Açude do Toque, Banana.
Guaiúba	Rio Água Verde, Rio Oubau		Açude Riachão
Itaitinga	Rio Coaçu		Açude Riachão
Maracanaú	Rio Maranguape		-
Maranguape	Rio Maranguape, Rio Oubau, Riacho da Cruz		Açude Ipueira, Açude Papora, Açude Amanari,
Pacatuba	-		Açude Gavião
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>			
Aquiraz	Rio Pacoti, Rio Coaçu, Riacho Catu, Riacho Catu, Riacho Caponga Funda		-
Chorozinho	Riacho Cavalos, Riacho Barreirinha, Córrego das Cabras, Canal do Trabalhador		Ac. Pacajus
Eusébio	Rio Coaçu		-
Horizonte	-		Açude Gavião, Açude. Pacoti
Pacajus	Riacho Arerê		Açude Pacajus

**Fonte:** IPECE, Perfil Básico Municipal, 2009.

A Caracterização Hidrológica dos Municípios do Território está sintetizada na Tabela 3 que também apresenta informações importantes que se relacionam às características de escoamento e armazenamento das águas, tanto superficiais como subterrâneas. Nela pode-se verificar o Deflúvio Médio Anual nos municípios, que indica a lâmina média de água que escoar sobre a superfície, o volume escoado, que indica a contribuição de cada município na preservação e a Evapotranspiração Potencial, que corresponde à parcela da precipitação que retorna a atmosfera antes mesmo de atingir o solo.

**Tabela 31:** Caracterização hidrológica dos municípios do Território Metropolitano José de Alencar

Município	Precipitação Pluviométrica Média Anual (mm)	Deflúvio Médio Anual	Volume Escoado Médio Anual (hm) <sup>3</sup>	Evapotranspiração Potencial
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>				
Caucaia	1.243,0	208	242	1.611
Guaiúba	1.479,0	163	44	1.926
Itaitinga	1.416,0	210	16	1.611
Maracanaú	1.399,9	233	22	-
Maranguape	1.379,0	230	122	1.720
Pacatuba	1.479,0	203	54	1.611
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>				
Aquiraz	1.379,0	183	65	1.611
Chorozinho	796,0	125	28	1.992
Eusébio	1.379,9	210	16	
Horizonte	780	170	36	1.992
Pacajus	791,0	125	28	1.002

Fonte: PLANERH, 1992. FUNCEME.

Por sua vez, a capacidade de acumulação de água dos principais reservatórios localizados no Território Metropolitano está relacionada na Tabela 32 a seguir.

**Tabela 32:** Principais reservatórios localizados no Território Metropolitano José de Alencar.

Nome do Açude	Município	Capacidade de Acumulação (m <sup>3</sup> )
Amanary	Maranguape	11.010.000
Cahuipe	Caucaia	12.000.000
Catucinzenta	Aquiraz	27.130.000
Gavião	Pacatuba	32.900.000
Itapebussu	Maranguape	8.800.000
Pacajus	Pacajus	240.000.000
Pacoti	Horizonte	380.000.000
Penedo	Maranguape	2.414.000
Riachão	Itaitinga	46.950.000
Sítios Novos	Caucaia	126.000.000

Fonte: COGERH/SRH, 2009.

No entanto, a água que chega a população nem sempre atende as características necessárias de potabilidade.

Os moradores do município de Pacatuba estão sem pagar o consumo de água potável a mais de cinco meses, devido a uma ordem judicial. Isso se deve a péssima qualidade da água que vem chegando as suas residências. Os

moradores reclamam que a água é suja e de cor escura, imprópria para o consumo e desde o ano de 2010 reivindicam a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), responsável pelo abastecimento, melhorias no tratamento do líquido. O aspecto turvo da água não é recente conforme reclamação feita pela prefeitura e câmara municipal. Também foi feita uma representação pela promotoria pública de Pacatuba para que fosse solucionado o problema.

Antes a água era captada do açude Acarape do Meio e com as chuvas fortes, a água chegava barrenta nas torneiras. Houve, portanto uma mudança e a água passou a ser captada do açude Gavião. Mesmo assim os problemas continuaram. Segundo a CAGECE a água é tratada com produtos químicos e analisada a cada duas horas.

Segundo moradores do município os efluentes da Estação de Tratamento de Esgoto são lançados dentro do açude Gavião e isso agrava a situação.

Segundo fontes primárias o município de Chorozinho também sofre com a falta de água.

A Figura a seguir apresenta as bacias hidrográficas do território Metropolitano José de Alencar.



Ceará Território Metropolitano Jose de Alencar  
**Bacias Hidrográficas**



**Localização no Estado**



**Legendas**

- ⊙ Sede municipal
- Drenagens    ↳ Açudes e lagoas
- Bacias hidrográficas**
- Acaraú
- Alto Jaguaribe
- Baixo Jaguaribe
- Banabulú
- Coreaú
- Curu
- Litoral
- Metropolitana
- Médio Jaguaribe
- Parnaíba
- Salgado

**Escala**



**Orientação**



**Figura 4:** Bacias Hidrográficas do Território Metropolitano José de Alencar  
 Fonte: Adaptado IPECE, 2010.

## 11.7 Características Edafológicas

Os principais tipos de solos estão relacionados na Tabela 33 a seguir.

**Tabela 33:** Tipos de solos, características gerais e distribuição nos municípios.

Tipos de Solos	Características Gerais	Predominância no Território
Neossolos Quartzarênicos (Areias Quartzosas Distróficas e Marinhas)	Solos arenosos formados essencialmente por grãos de quartzo, pouco desenvolvidos, profundos e muito profundos, excessivamente drenados, com perfis compostos por horizontes A e C. Apresentam muito baixa fertilidade natural e forte à moderadamente ácidos. Estão em maior escala sob relevo favorável a mecanização agrícola e as culturas que melhor se adaptam a eles é o cajueiro e o coqueiro.	Áreas de dunas fixas ou tabuleiros dos municípios de Caucaia, Pacajus, Horizonte e Aquiraz
Gleissolos (Solonchak Solonétzico)	Agrupam solos hidromórficos e salinos. Possuem teores muito elevados de sais, seja por excesso de sódio e ou composto de enxofre que comprometem sua fertilidade, tornando-os impróprios para o cultivo.	Aparecem em relevos planos de várzeas e próximos à desembocaduras de rios, sob a influência das marés, em particular nos municípios de Caucaia, Eusébio e Aquiraz.
Planossolos (Solódico e Solonetz Solodizado)	Solos rasos e pouco profundos que se caracterizam por apresentar perfis com horizontes A e E, ou mesmo desprovido de E, com textura arenosa sobre um horizonte Bt, às vezes em forma de colunas (estrutura colunar), de textura média ou argilosa. Quimicamente apresentam média e alta saturação por bases. As características físicas e químicas desfavoráveis, além da deficiência de água, levam estes solos a apresentar fortes limitações para o uso agrícola, sendo seu maior aproveitamento para uso na pecuária e pastagem.	Em relevos planos e suaves ondulados das regiões semi-áridas (partes mais baixas da depressão sertaneja, várzeas e litoral) dos municípios de Caucaia e Maranguape.
Argissolos Vermelho-Amarelos	Solos que apresentam perfis profundos e muito profundos, com	Ocupam áreas de todos os municípios

Tipos de Solos	Características Gerais	Predominância no Território
(Podzólicos Vermelho-Amarelos)	textura média e argilosa. Quimicamente são solos ácidos à moderadamente ácidos, e podem apresentar baixa ou alta fertilidade natural. São muito suscetíveis à erosão. Encontram-se ao abrigo de grande variedade de formações vegetais, como Mata Úmida/Sub-Úmidas, Mata Seca, Vegetação de Tabuleiro e Caatinga Arbórea.	do Território
Luvissolos (Brunos Não-cálcicos)	Solos rasos e pouco profundos. São solos férteis, moderadamente ácidos e praticamente neutros. Possuem boa capacidade de uso para pecuária, lavoura de ciclo curto e pastagem. São solos tipicamente muito relacionados à cobertura vegetal de caatingas arbustiva e arbórea.	Áreas de várzea ocupando as partes marginais dos cursos d'água predominantemente nos municípios de Guaiúba, Maranguape e Itaitinga.

Fonte: Sistema Brasileiro de Classificação de Solos – EMBRAPA, 1999.

A Figura 5 apresenta os principais tipos de solo encontrados no território.

## Ceará Território Metropolitano Jose de Alencar Classes de Solos



### Localização no Estado



### Legendas

- Sede municipal
- Argissolos
- Cambissolos
- Chernossolos
- Gleissolos
- Latosolos
- Luvissolos
- Neossolos
- Nitossolos
- Organossolos
- Planossolos
- Pterissolos
- Vertissolos

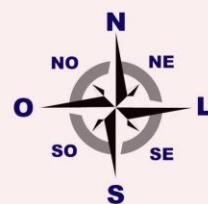
Obs: Classificação de acordo com o sistema brasileiro de classificação de solos (BRCS) para o 1º nível categorial.

### Escala



PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

### Orientação



**Figura 5:** Principais classes de solos encontrados no território.

Fonte: Adaptado IPECE, 2010.

## 11.8 Características Vegetais

No Território Metropolitano José de Alencar, a flora se revela rica em biodiversidade cuja expressão quantitativa e qualitativa está relacionada com as variações no índice pluviométrico, nas condições pedológicas, topográficas e nas proximidades de cursos d'água representativos.

Os solos expressos ao lado do clima favorável propiciam a fixação dos enclaves de matas úmidas. Estas se exibem, no momento, bastante degradadas em função da intensificação da especulação imobiliária, do incentivo ao turismo e pela atividade agrícola praticada em pequenas propriedades.

Próximo ao litoral, a paisagem é marcada pela ocorrência dos tabuleiros da Formação Barreira e pelas feições geomorfológicas da planície litorânea, onde se destacam: os campos de dunas móveis e fixas, as planícies flúviomarinhas revestidas por manguezais, as planícies aluviais recobertas pelas matas ciliares de carnaúbas e a larga faixa praial, eventualmente interrompida por linhas de falésias da Formação Barreiras.

As unidades fitoecológicas do Território estão relacionadas no quadro abaixo:

Tipo de Vegetação	Características
<b>Mata Ciliar e Lacustre</b>	Com boas condições hídricas e solos férteis, as planícies fluviais apresentam boas condições hídricas e solos à instalação de mata de galeria ou ciliar, dominada pela principal espécie desse ecossistema: carnaúba ( <i>Copernicia cerífera</i> ) que corriqueiramente apresentam-se associada ao mulungu ( <i>Erythmia velutina</i> ), juazeiro ( <i>Zizyphus joazeiro</i> ), oiticica ( <i>Licania rigida</i> ) e ingá-bravo ( <i>Lonchocarpus sericeus</i> ), além de espécies arbustivas e trepadeiras. O uso e a ocupação destes ambientes de florestas ribeirinhas e lacustres têm restrições estabelecidas pela Lei Federal 4.471 (Código Florestal Brasileiro). No entanto, estas áreas passam por processos de

Tipo de Vegetação	Características
	<p>desmatamento indiscriminado provocado pela pressão demográfica sob o território e pela expansão da produção agrícola cujas conseqüências são erosão dos solos, assoreamento dos rios e lagoas, assim como enchentes nos períodos de precipitação pluviométrica.</p>
<p><b>Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial</b></p>	<p>Cobertura vegetal de porte arbóreo, interposta entre a caatinga e a floresta úmida, cuja maioria das espécies perde as folhas nos períodos de estiagem. Seus principais exemplares são: angico (<i>Anadenanthera macrocarpa</i>), aroeira (<i>Astronium urundeuva</i>), gonçalo alves (<i>Astronium fraxinifolium</i>), mulungu (<i>Erythrina velutina</i>) e sipaúba (<i>Thiloa glaucocarpa</i>).</p> <p>A exploração agrícola dessas áreas deve ocorrer com restrições de uso por causa dos riscos de erosão. Os desmatamentos têm provocado ampla colonização pela vegetação de caatinga em setores das vertentes secas que já alcança cotas topográficas elevadas.</p>
<p><b>Floresta Subperenifólia Tropical Plúvio- Nebular</b></p>	<p>Os condicionantes principais à existência desse ecossistema são a altitude e a exposição aos ventos úmidos. Esta cobertura vegetal caracteriza-se por árvores que atingem até 30m com espécies cujas folhas permanecem conservadas de 75% a 100% durante o ano. Destacam-se: babaçu (<i>Orbignya martiana</i>), potumuju (<i>Centrolobium robustum</i>), jatobá (<i>Hymenaea courbarie</i>), tuturubá (<i>Lucuna grandiflora</i>), piroá (<i>Basiloxylo m brasiliensis</i>).</p> <p>Nos trechos das nascentes de rios e riachos e nas áreas com declividade superior a 45°, esta unidade é de preservação permanente, de acordo com a legislação ambiental. O que se observa, todavia, é a ocupação agrícola nas vertentes de alta declividade e desmatamentos que degradam o solo e comprometem a estabilidade das encostas, originando</p>

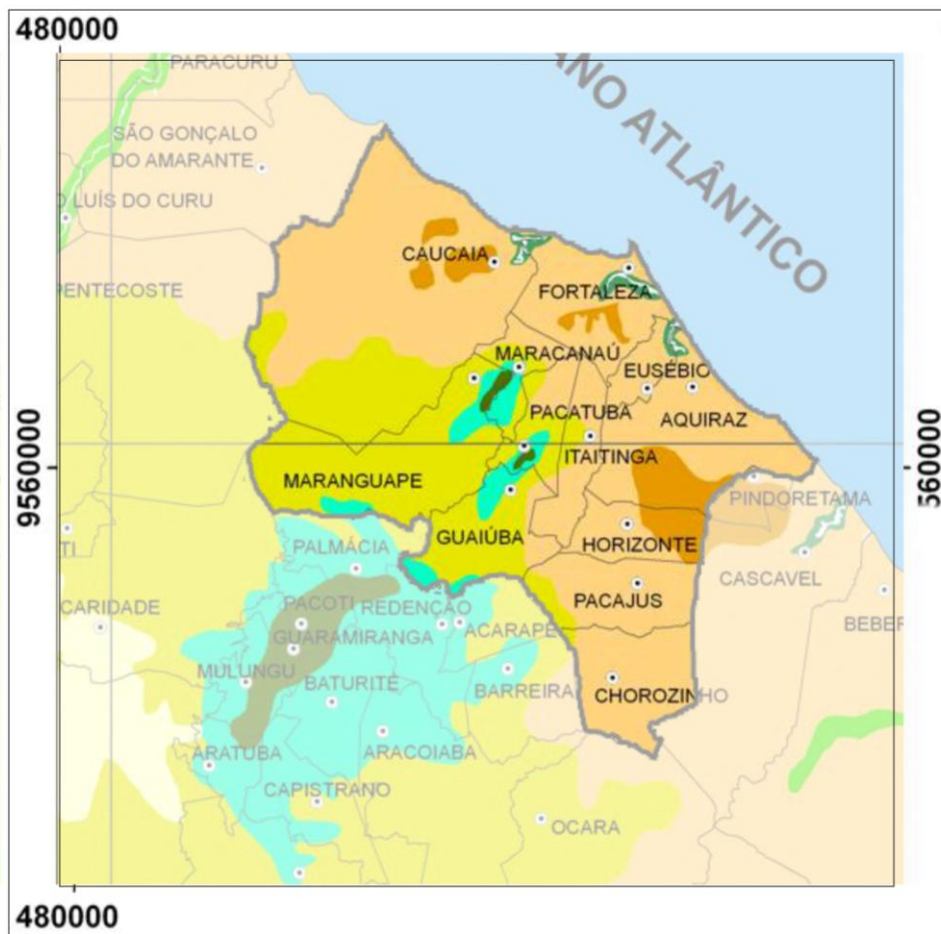
Tipo de Vegetação	Características
	escorregamentos cuja escala provoca assoreamento dos vales.
<b>Mangue</b>	Estende-se pelas áreas de inundação das planícies flúvio-marinhas, correspondentes ao ecossistema denominado manguezal. As variações das marés, o fluxo de água doce e as condições de variações de salinidade de água e do solo contribuem para que poucas espécies habitem o manguezal. As principais espécies são: o mangue preto (siriúba ou canoé), o mangue verdadeiro (vermelho ou sapateiro) e o mangue ratinho (botão).
<b>Caatinga</b>	Constituída, especialmente, de espécies arbustivas e arbóreas de pequeno porte, geralmente dotadas de espinhos, sendo, caducifólias, em sua maioria, perdendo suas folhas no início da estação seca. O substrato pode ser composto de cactáceas, bromeliáceas, havendo, ainda um componente herbáceo de pouca significância, formado por gramíneas dicotiledôneas herbáceas, predominantemente anuais. As espécies mais comuns são: marmeleiro, jurema preta, catingueira, pereiro, jucá, sabiá, juazeiro, mandacaru, faveleira, Pau-ferro, Capim mimoso, Malva branca, Malva, Bamburral, Capim panasco, Aroeira, Camuça, Ata-brava, Pereiro branco, Camará, Pau-d'arco-roxo, Pau-d'arco amarelo, Embiratanha, Maria preta, Barriguda, Cedro, Jatobá, Timbaúba

**Quadro 12:** Unidades fitoecológicas existentes no território Metropolitano José de Alencar.

Fonte: IPECE, 2009.

A Figura a seguir apresenta as principais unidades fitoecológicas encontradas no território.

## Ceará Território Metropolitano Jose de Alencar Unidades Fitoecológicas



### Localização no Estado



### Legendas

- Sede municipal
- Complexo Vegetacional de Zona Litorânea
- Floresta Subperenifolia Tropical Pluvio-Nebular (Mata Úmida, Semaral)
- Floresta Subcaducifolia Tropical Pluvial (Mata Seca)
- Floresta Caducifolia Espinhosa (Caatinga Arbórea)
- Caatinga Arbustiva Densa
- Caatinga Arbustiva Aberta
- Carrasco
- Floresta Perenifolia Paludosa Marítima
- Floresta Mista Dicotilo-Palmácea (Mata Ciliar com Carnaúba)
- Floresta Subcaducifolia Tropical Xeromorfa (Cerradão)
- Cerrado

### Escala



### Orientação



**Figura 6:** Unidades fitoecológicas encontradas no território Metropolitano Jose de Alencar.

Fonte: Adaptado IPECE, 2010.



## **12 ASPECTOS ANTRÓPICOS**

As modificações que ocorrem no meio ambiente em decorrência das necessidades do homem em moldar a natureza, para seu uso e benefício, geram modificações no espaço biológico e geográfico em que vivem. (MACHADO, 2009).

### **12.1 Desmatamento e queimadas**

Apesar de ainda rica, a flora do território, vem sofrendo perdas consideráveis pela ocupação antrópica. Destacam-se como principais ações que desfiguram a fitofisionomia, a pecuária extensiva, o extrativismo de madeira e minérios, a agricultura e as obras de infra-estrutura. Estas atividades antrópicas, difundidas por toda a área em seus diferentes graus de intervenção, determinam, um mosaico dos principais grupos florísticos.

A Área de preservação ambiental da Serra da Aratanha, que se distende ao longo dos municípios de Guaiúba, Maranguape e Pacatuba, com uma área de 6.448,29 hectares, compreende um ecossistema de serra úmida e o principal foco de preocupação é o risco de incêndios devido à vegetação seca, o clima quente e às queimadas para fins de agricultura de subsistência. Há também o problema da caça e captura de animais silvestres, uso indevido de agrotóxicos, destinação inadequada dos resíduos sólidos, poluição hídrica, falta de saneamento básico, turismo de massa, modelo agrário inadequado e a falta de alternativas sustentáveis de renda para a população.

O Turismo praticado de forma não ordenada na APA do Lagamar do Cauípe, município de Caucaia, especialmente nos fins de semana e nos períodos de alta estação, tem causado impactos negativos na área. Em função disso, foi elaborada e aprovada pelo Conselho Consultivo, a Instrução Normativa da APA do Lagamar do Cauípe (aguardando publicação) o Plano de Manejo da mesma está sendo elaborado, a instrução normativa prevê normas de controle, visando o ordenamento do turismo ecológico, científico e cultural, e a utilização sustentável dos recursos naturais inseridos na APA. Além disso, há

desmatamentos na faixa de preservação permanente, disposição de lixo em locais inadequados e construções irregulares. Seu ecossistema é uma combinação de área lacustre, ou seja, de acúmulo de água doce e do complexo vegetacional litorâneo e abrange uma área total de 1.884,46 hectares.

Outros motivos de preocupação são decorrentes do desmatamento e das trilhas ecológicas sem o controle de guias ou condutores, resultando em danos ambientais pela retirada de orquídeas e bromélias, assim como poluição, pelo lixo deixado nas mesmas.

A APA do Estuário do Rio Ceará, entre Fortaleza e Caucaia, abrange área de 2.744,89 ha. O seu ecossistema é de manguezal e o seu principal fator de degradação é a poluição. Os principais problemas existentes são decorrentes da ocupação irregular das margens do Rio Ceará, com barracas para venda de bebidas e alimentos, estaleiros e construções diversas, além de desmatamentos, queimadas e a pesca predatória.

## **12.2 Tipos de poluição e contaminação**

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado (SESA), em pesquisas realizadas em supermercados do Território, dos 20 tipos de frutas, verduras e hortaliças analisadas, pelo menos 17 tiveram amostras com resíduos de agrotóxicos acima do permitido para o consumo.

A pesquisa analisou culturas como arroz, feijão, banana, tomate, pimentão, pepino, uva e laranjas. Nelas foram analisadas 165 diferentes tipos de agrotóxicos, dentre os permitidos no Estado do Ceará. Cada amostra continha um 1kg de alimento. As únicas três culturas em que foram encontrados resíduos tóxicos dentro do limite permitido foram banana, laranja e manga. O pimentão foi o líder de contaminação, com análises insatisfatórias em cinco das seis amostras avaliadas (NUTEC, 2010).

## **12.3 Desequilíbrios Ambientais**

Pode-se perceber no Território Metropolitano uma série de intervenções antrópicas negativas em função do progressivo e desordenado processo de urbanização, da especulação imobiliária intensa, do turismo de massa e das práticas agropecuárias sem planejamento sustentável.

Essas intervenções resultam em impactos ambientais que alteram significativamente a biodiversidade local, o meio físico e incidem de forma negativa na população. Foram identificados os seguintes impactos ambientais no Território: desmatamento de manguezais, de dunas e tabuleiros; barreiras de construções redirecionando e reduzindo a velocidade dos ventos; alterações microclimáticas; lançamento de esgotos nas praias e acúmulo de lixo a céu aberto; impermeabilização do solo; contaminação hídrica; diminuição da biodiversidade; descaracterização cultural e remoção de partes das comunidades tradicionais.

A especulação imobiliária promoveu o desmonte de dunas para usar a areia em empreendimentos, transformando parte das dunas fixas em móveis, por conta da retirada da vegetação, e algumas dunas móveis em fixas, para tornar possíveis as construções. Essas interferências na dinâmica natural alteram o transporte de sedimentos e interferem no aporte de areia em direção aos rios e às lagoas interdunares.

O desmatamento dos manguezais, das dunas e tabuleiros ocasionam degradação do solo, desaparecimento de espécies da fauna e da flora e rebaixamento do lençol freático. O desmatamento é, na maioria das vezes, feito pela própria população que comercializa a madeira para panificadoras do território e utiliza, em forma de carvão, no uso doméstico. Quanto à área de tabuleiro, seus solos ricos em argila foram extraídos para a produção de cerâmica por indústrias instaladas nos municípios do Território.

A exploração mineral no Território Metropolitano, como pode ser observada na Tabela 6, está relacionada à extração, lavra e beneficiamento de substâncias minerais que atendem às demandas da construção civil, tais como fabricação de cerâmicas, telhas, ladrilhos, lajetas, paralelepípedos e moirões.

A mineração de rochas britadas é realizada em 45% dos municípios do território. Com o crescimento da demanda por material de construção, as empresas mineradoras lançam-se à exploração desenfreada das jazidas

minerais nas proximidades dos centros urbanos mais dinâmicos, no caso a Região Metropolitana de Fortaleza.

Para tomarmos como exemplo, a argila está sendo explorada nas várzeas por cerâmicas e olarias de forma clandestina, sem concessão da lavra, dando imprecisão sobre a produção.

A diatomita é explorada clandestinamente na Lagoa do Tapuio, que drena água para o afluente do Jacundá, da margem esquerda do Pacoti. A maior beneficiária deste minério é a empresa de mineração industrial Cearita LTDA., localizada às margens da Lagoa Araça, na Bacia do Rio Catú.

Estas atividades estão condicionadas ao Regime de Licenciamento (Lei 6.567/78) para uso imediato na construção civil. Dependem ainda de licenciamento e alvará concedido pela autoridade municipal e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e de licenças ambientais para a área máxima de 50 ha.

O não licenciamento destas atividades implica maiores danos ambientais, não pagamento de encargos sociais aos trabalhadores e a não agregação de receita tributária pelo erário, isto devido a incipiente ação fiscal exercida sobre a indústria extrativa e de transformação mineral.

O uso e ocupação da terra fornecem informação sobre o grau de conservação, preservação ou artificialização de um dado território. A região em foco corresponde o Território Metropolitano José de Alencar. Este espaço distribui-se numa faixa de contato entre ecossistemas continentais e marinhos, drenados pela bacia hidrográfica dos rios Pacoti e Cocó. Abriga, portanto, atividades humanas características de sua situação privilegiada: pesca, recreação, turismo, lazer, maricultura, navegação, esportes náuticos, agricultura, indústria, urbanização entres outros.

Os municípios do Território Metropolitano, por localizarem-se na zona de influência imediata da cidade de Fortaleza, abrigam um denso e concentrado contingente populacional e tem suas formas produtivas dinamizadas apresentando tipologias das formas de uso e ocupação do solo.

Como exemplos temos, Aquiraz, Eusébio e Caucaia, municípios com porções de terra situadas na Planície Litorânea, onde se desenvolvem a pesca, o lazer, atividades turísticas e a construção de segundas residências. O

complexo Beach Park e o condomínio de luxo Aquaville Fortaleza são os maiores atratores de turismo que dinamizam as formas produtivas. Todos estes equipamentos estão associados a uma vasta infraestrutura, com lojas, restaurantes e pequenos shoppings, drogarias e padarias. O turismo dá outra finalidade para o território, orientando a organização dos lugares para o consumo.

Na praia de Sabiaguaba, os terrenos foram muito valorizados com a construção de Colônia de Férias da COELCE, denominada de COFECO, em 1965, instigando, assim, a especulação imobiliária a construir casas de grande infra-estrutura para residências fixas ou segundas residências.

Esta incursão imobiliária no território gera um passivo ambiental bastante significativo, pois os tabuleiros costeiros tiveram grande parte de sua cobertura vegetal retirada para a instalação de sítios, casas de veraneios e loteamentos, como o loteamento River Park, às margens do Rio Pacoti, e para a construção do Alpha Ville Fortaleza, na área de transição entre o tabuleiro costeiro e a planície flúvio-marinha, com 780 unidades e 500m<sup>2</sup> cada uma, em 797 lotes, numa área total de 1.188.200 m<sup>2</sup>. Ambos sem saneamento básico e localizado no município do Eusébio.

Outra preocupação ambiental refere-se às áreas que foram utilizadas no passado como salinas e onde depois se desenvolveu a Carcinicultura. Hoje se transformaram em vegetação halófitica herbácea ou são áreas alagáveis e descampadas nas proximidades de Aquiraz. Com a diminuição do fluxo fluvial dos rios do Território Metropolitano, próximos ao mar, a compensação da salinidade do estuário foi desregulada, tornando tais ambientes inóspitos, em alguns setores, até para a vegetação de alta tolerância à salinidade, como o manguezal.

Nos municípios do Território Metropolitano estão incluídos os cultivos anuais, temporários e permanentes, as áreas em pousio, além do agroextrativismo. São constituídos, em sua maioria, por pequenas propriedades, onde é desenvolvida a agricultura de subsistência e itinerante, com poucos investimentos de capital e com um nível tecnológico rudimentar. Estes processos resultam em baixa produção e produtividade da agricultura, bem como no surgimento de espécies invasoras e degradação ambiental.

Outro aspecto incluído no passivo ambiental diz respeito às bacias hidrográficas a que pertencem os municípios do Território. Estas apresentam uma diversidade da fauna e de flora, com destaque para os peixes, uma das alternativas alimentares da população. Este potencial encontra-se comprometido devido ao desmatamento e queima da mata ciliar e das ações predatórias como a pesca no período da piracema e a extração de areia no leito dos rios sem nenhum controle e fiscalização. Todos esses fatores vêm causando o desequilíbrio ambiental e comprometendo as fontes alimentares da população e a própria cadeia alimentar.

Os principais problemas existentes nos maciços são decorrentes da ação antrópica, ocasionadas pelo desmatamento, pelas queimadas para fins agrícolas, havendo ainda trilhas sem sinalização adequada, e sem o controle de guias ou condutores capacitados. Outra ação observada é a extração de espécies da flora, principalmente de orquídeas e bromélias, resultando assim, em danos ambientais. Na Tabela 34 pode ser observado a capacidade de suporte e riscos derivados da ocupação antrópica nas unidades geoambientais presentes no Território.

**Tabela 34:** Unidades geoambientais do Território Metropolitano e potencialidades.

Unidade Geoambiental	Capacidade de Suporte
	Potencialidades
Faixa Praial e campos de dunas móveis	Patrimônio paisagístico; Atrativos turísticos; Recursos hídricos subterrâneos e lagoas freáticas; Ecoturismo; Ocorrência de minerais pesados; Recarga de aquífero.
Dunas fixas e paleodunas	Patrimônio paisagístico; Atrativos turísticos; Recursos hídricos subterrâneos.
Planícies Flúvio-Marinhas	Ecoturismo; Extratativismo vegetal controlado; Pesquisa científica; Pesca artesanal; Patrimônio paisagístico; Abrigo de embarcações; Praias e ilhas flúvio-marinhas de beleza cênica; Lazer; Carcinicultura; Preservação da biodiversidade.

Unidade Geoambiental	Capacidade de Suporte
	Potencialidades
Planícies lacustres e flúvio lacustres	Reservas hídricas superficiais; Ecoturismo; Patrimônio paisagístico; Pesca artesanal; Mineração controlada; Agro-extrativismo; Lazer; Pontos de pouso e alimentação de aves migratórias.
Tabuleiros Pré-Litorâneos	Pesquisa científica; Lavouras de ciclo curto; Agro-extrativismo; Expansão urbana; Mineração controlada; Materiais para construção civil; Pecuária melhorada; Instalação viária; Águas subterrâneas.
Planícies fluviais	Agro-extrativismo; Recursos hídricos; Agropecuária; Mineração controlada; Agricultura Irrigada; Pesca artesanal; Atrativos turísticos e de lazer.
Maçços Residuais	Condições hidroclimáticas favoráveis; Média a alta, a fertilidade natural dos solos; Águas sub-superficiais nos alvéolos; Ecoturismo.
Depressão Sertaneja	Pecuária extensiva; Mineração (rochas ornamentais) Extrativismo vegetal (plantas lenhosas da caatinga) Relevo favorável ao uso agropecuário; Recuperação ambiental; Silvicultura.

Fonte: Compartimentação geoambiental do Ceará, 2007.

## 12.4 Conflitos Agroambientais

No território existe um conflito envolvendo a comunidade indígena Jenipapo Kanindé localizada na reserva ambiental Lagoa da Encantada em Aquiraz e a empresa Ypióca. Tal conflito ocorre desde 1986 e ocorre porque a comunidade não aceita a utilização do recurso pela empresa, pois a mesma está invadindo a APP.

## 12.5 Programas Ambientais no Território

No território existem implantadas algumas iniciativas de agenda 21. O quadro 13, apresenta os municípios possuem tais iniciativas e quem é o responsável por essa iniciativa.

MUNICÍPIO	RESPONSÁVEL
AQUIRAZ	COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
CAUCAIA	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE CAUCAIA – IMAC
EUSÉBIO	AUTARQUIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE- AMMA.
GUAIBUBA	SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA
HORIZONTE	SECRETARIA DA AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE DE HORIZONTE.
ITAITINGA	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
MARACANAÚ	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE MARACANAÚ
MARANGUAPE	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE
PACATUBA	SECRETARIA DE INFRAESTURA

**Quadro 13:** Municípios com iniciativa de implantação de agendas 21 e respectivos responsáveis

**Fonte:** Elo cearense da rede brasileira de agendas 21 locais - REBAL, 2010.

Com relação aos programas existentes no território o HORA DE PLANTAR é um dos que vem beneficiando os agricultores com mudas de cajueiros, sementes de sorgo forrageiro, milho, feijão, mamona e amendoim.

As Secretarias de agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente do território também incentivam a produção e distribuição de mudas de plantas medicinais, frutíferas e ainda incentivam a educação ambiental das escolas.

A SEMACE é outro agente disseminador de mudas no território.

Ainda existe no Território projetos implantados de quintais produtivos, cisternas de placas, mandalas, assistências pelo Garantia Safra, PRONAF, PAA e PNAE e projetos como o beija-flor desenvolvido pela prefeitura de



horizonte que tem por objetivo integrar as secretarias da prefeitura visando a consolidação de ações

Outro parceiro que ajuda na educação ambiental do território é a Fundação SOS Mata Atlântica, que atua em Maranguape. O projeto Dom Hélder também atua no território, bem como a ASA (Articulação no Semiárido).

### 13 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

O diagnóstico da Dimensão Ambiental possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 14, conforme as áreas trabalhadas, quais seja: aspectos geoambientais e aspectos antrópicos, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL</b>	
<b>AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Grande diversidade de formações florísticas;</li><li>2. Zoneamento ambiental com fins de manejo ambiental;</li><li>3. Presença de unidades de conservação tais como: Área de Proteção Ambiental e monumento natural dentre outras.</li><li>4. Existência de fauna variada;</li><li>5. Condições edafoclimáticas favoráveis.</li><li>6. Diversidade de tipos de minerais exploráveis, como rochas graníticas, calcário, argilas e areia;</li><li>7. Existência de reservas minerais, como o petróleo;</li><li>8. Ocorrência de elevado número de áreas de água mineral.</li><li>9. Pluviosidade considerável para reposição dos volumes acumulados favoráveis.</li><li>10. Características da topografia do Território.</li><li>11. Mapeamento dos recursos hídricos no Território.</li><li>12.</li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. O não cumprimento da legislação ambiental;</li><li>2. Baixo nível de informação das comunidades sobre conservação e preservação dos recursos florísticos;</li><li>3. Uso predatório de recursos naturais;</li><li>4. Falta de articulação de ações educativas na área de preservação dos recursos faunísticos;</li><li>5. Ausência de programas específicos voltados para o incentivo à utilização comercial sustentável dos recursos faunísticos;</li><li>6. O não cumprimento da legislação ambiental pelas mineradoras;</li><li>7. Pouco envolvimento da população nos Movimentos ambientalistas e nas políticas ambientais.</li><li>8. Desconhecimento da legislação de uso de recursos hídricos.</li><li>9. Baixo nível de domínio técnico para uso sustentável dos recursos hídricos nas localidades.</li><li>10. Não existem locais de deposição das embalagens de agrotóxicos.</li><li>11. A falta de tratamento adequado para destinação de resíduos sólidos.</li><li>12. Falta de controle e fiscalização da qualidade do ar.</li><li>13. Fragilidade dos órgãos ambientais.</li><li>14. Deficiência de saneamento ambiental adequada.</li></ol>

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL	
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reflorestamento a partir das espécies nativas.</li> <li>2. Promoção do Ecoturismo como meio de preservação;</li> <li>3. Disponibilidade de recursos para financiamento de projetos de reflorestamento (FNMA).</li> <li>4. Existência de áreas de preservação;</li> <li>5. Disponibilidade de técnicas de reprodução induzida de algumas espécies em vias de extinção;</li> <li>6. Programas de financiamento e incentivo para criação de áreas de preservação pelo Ministério do Meio Ambiente.</li> <li>7. Utilização de matéria-prima de origem mineral na indústria e no artesanato.</li> <li>8. Campanhas de sensibilização da população sobre preservação ambiental.</li> <li>9. Plano estratégico para recursos hídricos no Ceará.</li> <li>10. Já existe implantação de projetos de piscicultura e carcinicultura utilizando técnicas de manejo sustentável.</li> <li>11. Revitalização da fauna aquática.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desmatamento ilegal;</li> <li>2. Prática de queimadas;</li> <li>3. Expansão da atividade turística sem planejamento sustentável;</li> <li>4. Evolução da especulação imobiliária;</li> <li>5. Controle ineficiente e ausência de parceria entre os órgãos de controle ambiental.</li> <li>6. Comércio ilegal de animais;</li> <li>7. Caça predatória;</li> <li>8. Desmatamento da vegetação litorânea e ciliar para a prática da carcinicultura;</li> <li>9. Atividades extrativas ocorrendo sem o devido licenciamento ambiental;</li> <li>10. Condescendência com empresas e pessoas que agredem o meio ambiente.</li> <li>11. Extração de material de construção no leito dos rios, como areia, por exemplo, sem o devido controle ambiental;</li> <li>12. Doenças respiratórias provocadas pela falta de condições de segurança no trabalho nas unidades de mineração;</li> <li>13. Danos irreversíveis ao meio ambiente devido a não recuperação ambiental de áreas degradadas.</li> <li>14. Uso inadequado dos recursos hídricos.</li> <li>15. Redução da área de matas ciliares.</li> <li>16. Erosão nas áreas do entorno dos mananciais.</li> </ol>

**Quadro 14:** Análise do ambiente interno e externo da Dimensão Ambiental

**Fonte:** Relatório das Oficinas de Validação, Comitê do Meio Ambiente, 2010.



**Parte II c**

**DIMENSÃO SOCIOECONOMICA**

**Aspectos Socioeconômicos**

**Aspectos do Setor Produtivo**

**Situação Fundiária**

**Financiamento e Comercialização**

**Serviços, Turismo, Comércio e Indústria**

**Infraestrutura Elétrica, Hídrica e Estradas**



## 14 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A configuração socioeconômica do território foi trabalhada de forma bastante ampla e aprofundada no “Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território”, utilizado como referência maior para o presente diagnóstico do PTDRS. Em linhas muito gerais, pretende-se reunir e analisar as informações sobre a dinâmica socioeconômica do Território Rural Metropolitano José de Alencar, apontando suas fragilidades ou estrangulamentos, suas fortalezas ou acúmulos, as ameaças ou implicações e, sobretudo, as potencialidades tanto dos sistemas produtivos, quanto das cadeias valores na ambiência dos negócios e serviços territoriais com possibilidade de fortalecer a dinâmica socioeconômica. Ao trabalhar essa dimensão, o foco não foi exclusivo nas questões econômicas, procura-se também analisar seus impactos no social, além de procurar integrar as outras dimensões com as questões socioeconômicas.

Esse diagnóstico tem como objetivo também se tornar insumo gerador dos projetos e das informações para a elaboração da estratégia de desenvolvimento sustentável do território. Procurou-se identificar a organização social e econômica do território segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracterizando-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e do desenvolvimento constante da produtividade e da intersetorialidade socioprodutiva.

Procurou-se também identificar resultados econômicos com níveis de eficiência, através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas. Dessa forma, buscou-se identificar a organização dos sistemas locais de produção, que possam transformar as vantagens comparativas locais em vantagens competitivas regionais.

Para atingir esses objetivos, buscou-se fundir e sintetizar todo o conhecimento da realidade, tendo por base o conjunto de informações de dados secundários disponíveis do território, complementadas com consultas e leituras diretas da realidade concreta e discutidas num processo dialógico entre técnicos e os atores sociais, o que nos possibilitou um conteúdo interpretativo dos fenômenos encontrados na realidade estudada e explicar os problemas, suas causas e seus efeitos, identificando as potencialidades e limitações com o propósito de fundamentar e de estabelecer as diretrizes, as estratégias e as proposições com viabilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável do território.

No diagnóstico, procura-se registrar o entendimento da complexidade e da diversidade que, em geral, caracterizam o ambiente rural do território, considerando que essas sociedades são compostas de categorias, de camadas e de classes sociais que mantêm relações entre si (agricultores familiares, assentados, fazendeiros, empresas, assalariadas e diaristas, acampados, arrendatários e parceiros, atravessadores, agroindústrias, bancos, fornecedores de insumos, comércio local, poder público, organizações da sociedade civil, etc.). A ação de cada um depende da ação ou da reação dos outros, bem como do seu entorno ambiental, social, político, institucional e econômico.

Na prática, pode ser que nem todas as informações necessárias estejam apresentadas de forma a possibilitar o pleno entendimento e a caracterização da realidade complexa, porém todos os esforços foram empreendidos para obter o maior número delas, com a preocupação de que, quanto mais organizado e completo for o nível e o domínio das informações pelos atores sociais, técnicos e representações do Estado, maior será a confiabilidade e a coerência das propostas de mudanças.



## 14.1 Indicadores Socioeconômicos

### 14.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Território Metropolitano José de Alencar apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano obtido a partir da média do IDH-Municipal (IDHM) divulgado pela ONU, através de seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice abrange três dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O IDHM é obtido pela média aritmética simples de três subíndices: IDHM – Longevidade, obtido a partir da esperança de vida ao nascer; IDHM – Educação, resultado da combinação da porcentagem de adultos alfabetizados com taxa de matrícula nos ensinos elementar, médio e superior; IDHM – Renda, que é obtido a partir da PIB per capita, ajustado ao poder de paridade de compra e com retornos marginais decrescentes à renda a partir de um determinado patamar de referência.

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e municípios com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

**Tabela 35:** Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

IDH	Classificação
$\leq 0,499$	Baixo
0,500 a 0,799	Médio
$\geq 0,800$	Alto

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 36:** Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global e dimensão-educação do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							
	Global				Educação			
	1991		2000		1991		2000	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Ceará	0,597	-	0,699	-	0,604	-	0,772	-
Território	0,571	-	0,686	-	0,599	-	0,781	-
Aquiraz	0,537	47	0,670	27	0,524	63	0,726	48
Caucaia	0,611	5	0,721	3	0,656	5	0,815	4
Chorozinho	0,502	99	0,633	87	0,472	119	0,725	51
Eusébio	0,579	13	0,684	16	0,610	12	0,791	7
Guaiúba	0,554	26	0,652	47	0,552	39	0,722	54
Horizonte	0,545	35	0,679	18	0,546	44	0,751	22
Itaitinga	0,557	25	0,680	17	0,583	20	0,795	6
Maracanaú	0,633	2	0,736	2	0,724	2	0,863	2
Maranguape	0,578	14	0,691	13	0,634	7	0,787	8
Pacajus	0,567	18	0,678	19	0,573	23	0,775	11
Pacatuba	0,622	3	0,717	4	0,717	3	0,843	3

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 37:** Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dimensão-longevidade e renda do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							
	Longevidade				Renda			
	1991		2000		1991		2000	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Ceará	0,613	-	0,713	-	0,563	-	0,616	-
Território	0,609	-	0,725	-	0,505	-	0,550	-
Aquiraz	0,590	77	0,708	63	0,497	26	0,576	12
Caucaia	0,632	26	0,764	11	0,546	7	0,584	8
Chorozinho	0,565	131	0,665	127	0,468	49	0,509	73
Eusébio	0,577	109	0,708	64	0,549	5	0,553	24
Guaiúba	0,652	8	0,748	17	0,458	64	0,485	115
Horizonte	0,597	62	0,707	67	0,493	30	0,580	9
Itaitinga	0,596	68	0,708	62	0,491	33	0,536	38
Maracanaú	0,649	10	0,760	12	0,526	11	0,585	7
Maranguape	0,604	56	0,736	22	0,497	24	0,550	28
Pacajus	0,597	61	0,707	66	0,530	9	0,551	25
Pacatuba	0,645	14	0,765	9	0,504	21	0,542	34

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Segundo a classificação do PNUD, todos os municípios que compõem o território, alcançaram, ainda em 1991, a classificação de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Para o ano de 2000, todos os municípios continuaram classificados como médio desenvolvimento humano. O IDH territorial foi de 0,571 e 0,686, respectivamente, para os anos de 1991 e 2000, logo, com classificação médio desenvolvimento humano. Para os dois anos o IDH estadual foi superior que o IDH territorial.

Dentre os municípios, o que apresentou melhor classificação no ranking dos municípios do estado foi Maracanaú em 1991 e 2000, no 2º lugar nos dois anos. Os municípios que apresentaram pior classificação no ranking foi

Chorozinho em 1991 e 2000, respectivamente, nos lugares 99 e 87. Vale ressaltar a queda na classificação do ranking do município de Guaiúba entre os anos de 1991 e 2000. Em 1991, ocupou o 26º lugar e em 2000 o 47º lugar, perdendo assim 21 posições.

Para o IDH-Educação, podemos verificar que, em 1991, somente o município de Chorozinho apresentou Índice inferior a 0,500. Este mesmo município ocupou nessa ocasião o 119º lugar no ranking. Em 2000, podemos verificar que todos os municípios apresentaram o IDH-Educação superior a 0,700, logo, estão bem próximos de alcançarem a classificação alto índice de desenvolvimento para essa dimensão. Ainda em 2000, podemos verificar que dois municípios apresentaram índices superiores a 0,800, Caucaia e Maracanaú.

O IDH-Educação territorial foi de 0,599 em 1991 e de 0,781 em 2000, uma melhora bastante significativa para essa dimensão do IDHM.

Se analisarmos o IDH nas dimensões Longevidade e Renda, podemos verificar que, em 1991, nenhum município apresentou o IDH-Longevidade inferior a 0,500, no entanto, para esse mesmo ano, somente cinco municípios apresentaram, IDH-Renda superior a 0,500, no caso, Caucaia, Eusébio, Maracanaú, Pacajus e Pacatuba. Para o ano de 2000, a melhora no IDH-Longevidade pode ser notada para todos os municípios, inclusive para o Território que saiu de 0,609 em 1991 para 0,725 em 2000. Uma melhora incipiente foi verificada para o IDH-Renda, onde todos os municípios se mantiveram no intervalo de 0,485 a 0,585. Podemos inferir então que essa dimensão (Renda) tão importante para a melhoria da qualidade de vida das pessoas do território não foi tão decisiva no aumento do IDHM territorial.

Para comparação entre os anos 1991 e 2000, foi calculado a Taxa de Crescimento do IDH-M. Para a análise da posição relativa do município no contexto estadual, foram criadas as seguintes referências. Recuo Fraco – menos de dez posições perdidas; Recuo Médio – entre 10 e 20 posições perdidas e Recuo Forte – mais de 20 posições perdidas. Critérios similares foram utilizados para registrar o avanço de cada município no ranking estadual.

**Tabela 38:** Classificação da tendência de recuo de posições no *ranking* estadual referente ao Índice de Desenvolvimento Humano.

Tendência do Recuo	Classificação
< 10 posições	Recuo Fraco
10 a 20 posições	Recuo Médio
> 20 posições	Recuo Forte

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

De acordo com a Tabela 39, podemos verificar que a maior taxa de crescimento do IDH-Global dos municípios foi de Chorozinho, com 26% de crescimento. O município que apresentou menor taxa de crescimento global foi Pacatuba, com 15% de crescimento. Verificamos ainda que o crescimento do IDH-Global do território foi superior ao crescimento do estado do Ceará, com 20% de crescimento, contra 17%.

Como o IDH-Global é calculado através de uma média simples através dos valores das três dimensões, onde o IDH-Educação obteve uma taxa de crescimento de 30%, o IDH-Longevidade, 19% de crescimento, e, o IDH-Renda, 9% de crescimento. Podemos concluir que a dimensão educação do IDH foi decisiva para o aumento do IDH-Global territorial. Em seguida, as dimensões que foram importantes no crescimento do IDH-global foram a Longevidade e a Renda, respectivamente. Novamente, podemos verificar que o IDH-Renda apresentou a menor taxa de crescimento, o que reflete diretamente na qualidade de vida das pessoas do território, isto é, influi de forma significativa no poder de compra das pessoas do território.

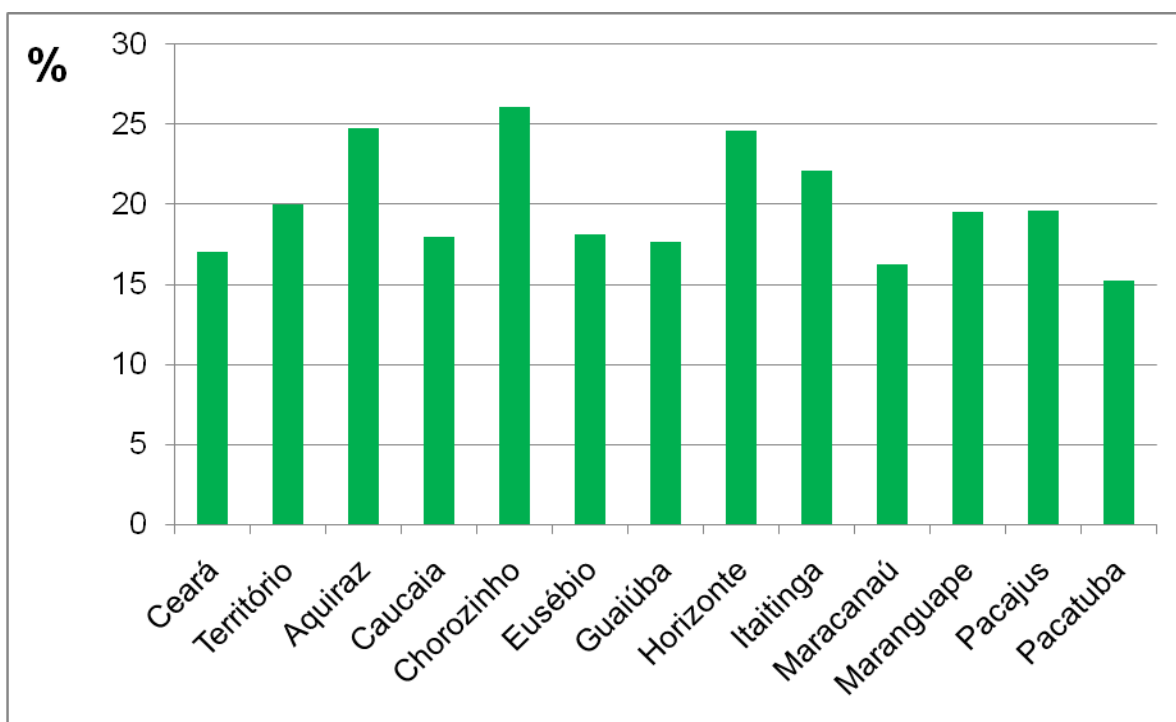
Quanto à tendência de recuo das posições do ranking estadual, podemos verificar que no IDH-Global, nenhum município apresentou “recuo forte”. Ainda para esse índice, os municípios de Eusébio, Guaiúba, Maracanaú, Pacajus e Pacatuba, não obtiveram recuo. Para o IDH-Educação, somente os municípios de Chorozinho e Horizonte que apresentaram “recuo forte”. Os município de Guaiúba, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba não apresentaram recuo no índice referente a educação. Já para o IDH-Longevidade, somente Eusébio e Maranguape apresentaram “recuo forte”. No IDH-Renda, dimensão de elevada importância para a qualidade de vida das pessoas,

**Tabela 39:** Taxas de crescimento dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)-Global/Educação/Longevidade/Renda e tendências de recuo de posições no *ranking* estadual referente ao IDH do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, para o período de 1991-2000.

Municípios	Taxa de Crescimento do IDH (%)				Tendência do Recuo			
	Global	Educação	Longevidade	Renda	Global	Educação	Longevidade	Renda
Ceará	17	28	16	9	-	-	-	-
Território	20	30	19	9	-	-	-	-
Aquiraz	25	39	20	16	Recuo Médio	Recuo Médio	Recuo Médio	Recuo Médio
Caucaia	18	24	21	7	Recuo Fraco	Recuo Fraco	Recuo Médio	Não Recuou
Chorozinho	26	54	18	9	Recuo Médio	Recuo Forte	Recuo Fraco	Não Recuou
Eusébio	18	30	23	1	Não Recuou	Recuo Fraco	Recuo Forte	Não Recuou
Guaiúba	18	31	15	6	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou
Horizonte	25	38	18	18	Recuo Médio	Recuo Forte	Não Recuou	Recuo Forte
Itaitinga	22	36	19	9	Recuo Fraco	Recuo Médio	Recuo Fraco	Não Recuou
Maracanaú	16	19	17	11	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Fraco
Maranguape	20	24	22	11	Recuo Fraco	Não Recuou	Recuo Forte	Não Recuou
Pacajus	20	35	18	4	Não Recuou	Recuo Médio	Não Recuou	Não Recuou
Pacatuba	15	18	19	8	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Fraco	Não Recuou

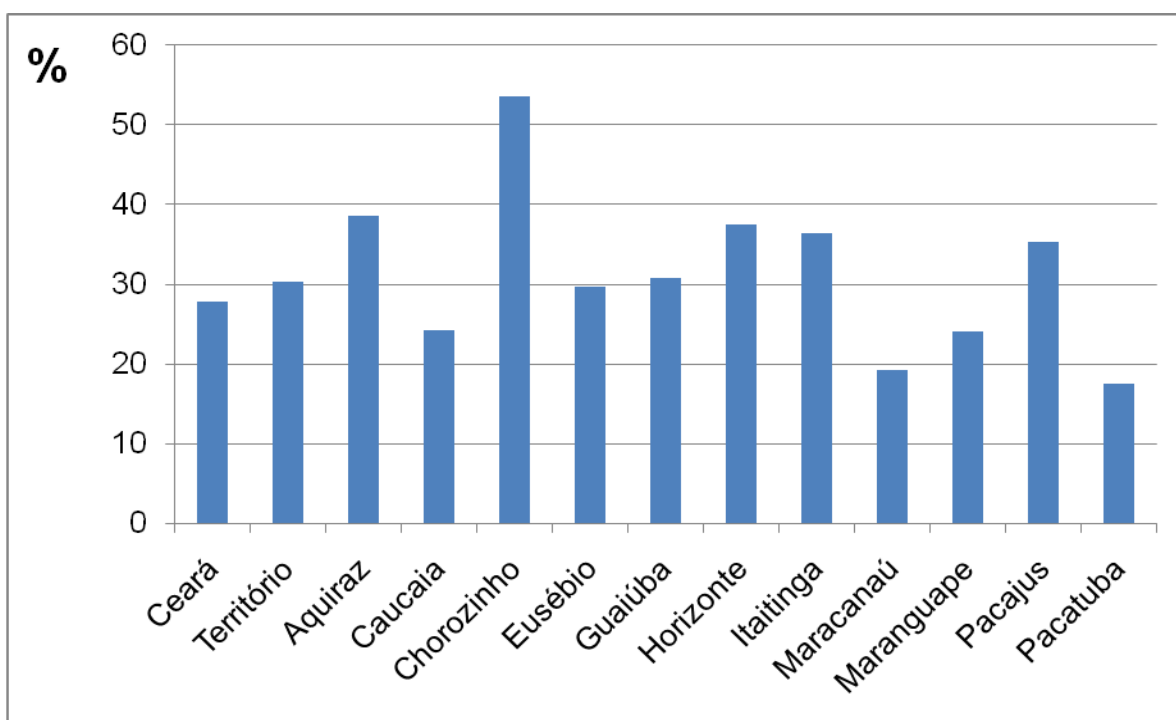
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

somente o município de Horizonte apresentou “recuo forte”, enquanto que Aquiraz e Maracanaú apresentaram recuo médio e fraco, respectivamente. Todos os outros municípios não obtiveram recuo no ranking para esse índice.



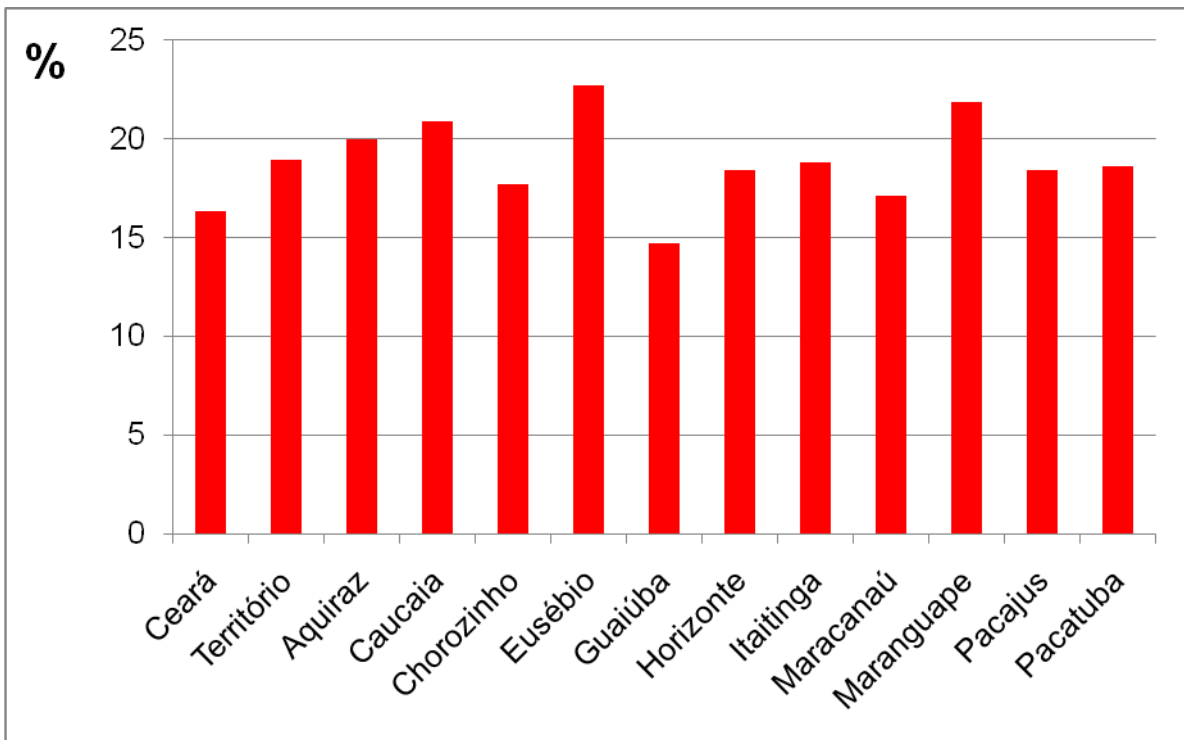
**Figura 07:** Taxa de crescimento da dimensão IDH-Global, período de 1991-2000.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)



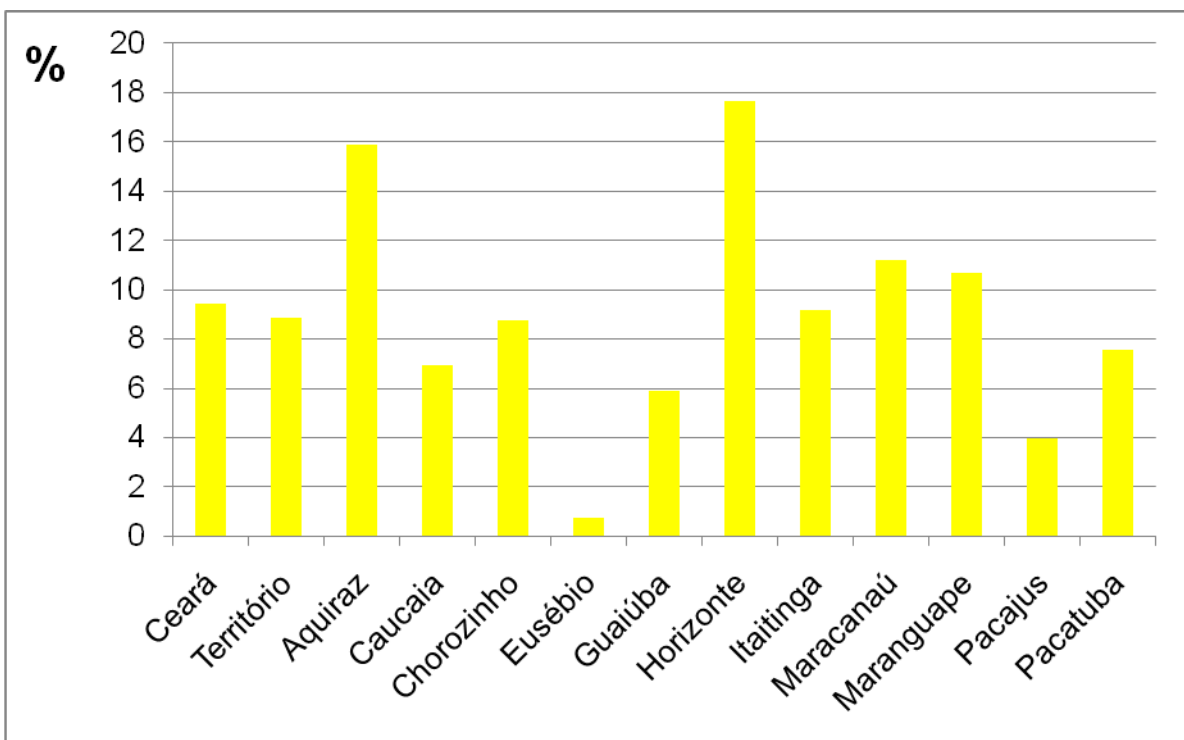
**Figura 08:** Taxa de crescimento da dimensão IDH-Educação, período de 1991-2000.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)



**Figura 09:** Taxa de crescimento da dimensão IDH-Longevidade, período de 1991-2000.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)



**Figura 10:** Taxa de crescimento da dimensão IDH-Renda, período de 1991-2000.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Na Figura 07, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território corresponde a taxa de crescimento territorial do IDH-Global, foi de 20%. O município que merece destaque nesse índice é Chorozinho com uma taxa de crescimento de 26%. O que apresentou menor crescimento foi Pacatuba com 15%. Essa taxa de crescimento pode ser considerada bastante significativa para o território o que reflete, em termos gerais, a melhoria da qualidade de vida da população.

Na Figura 08, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território corresponde a taxa de crescimento territorial do IDH-Educação, foi de 30%. O município que merece destaque nesse índice é Chorozinho com uma taxa de crescimento de 54%. O que apresentou menor crescimento foi Pacatuba com 18%. Em termos gerais, todos os municípios apresentaram um crescimento bastante significativo, o que reflete em possíveis melhores índices globais a longo prazo.

Na Figura 09, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território corresponde a taxa de crescimento territorial do IDH-Longevidade, foi de 19%. Os municípios que merecem destaque nesse índice são Eusébio e Maranguape com uma taxa de crescimento de 23% e 22%, respectivamente. O que apresentou menor crescimento foi Guaiúba com 15%. Em termos gerais, os municípios apresentaram um crescimento significativo nesse índice, refletindo assim numa maior expectativa de vida da população.

Na Figura 10, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território corresponde a taxa de crescimento territorial do IDH-Renda, foi de 9%. O município que merece destaque nesse índice é Horizonte com uma taxa de crescimento de 18%. O que apresentou menor crescimento foi Eusébio com 1%. Em termos gerais, os municípios apresentaram um baixo crescimento nesse índice, refletindo assim num menor poder de compra da população.

#### 14.1.2 Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)

O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) teve sua primeira versão desenvolvida em 1997 pelo Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará



(IPLANCE), posteriormente foi atualizado com os dados do ano de 2000 por este mesmo instituto. A partir de 2004, o índice é calculado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

O objetivo principal deste índice é possibilitar a hierarquização dos municípios do Estado do Ceará segundo seu nível de desenvolvimento, medido com base em um conjunto de trinta indicadores fisiográficos, fundiários e agrícolas, sociais, demográficos, econômicos e de infra estrutura de apoio. O IDM é calculado a cada dois anos e permite seus usuários acompanhar a evolução do desenvolvimento de seu município. O Índice de Desenvolvimento Municipal do Território Metropolitano José de Alencar foi obtido a partir da média do IDM dos municípios que o compõe.

Esse índice foi incluído também no diagnóstico, com o objetivo de deixar o levantamento de dados mais representativo da realidade atual, já que os IDHM disponíveis dos municípios do território estão bastante defasados (1991-2000).

Nas tabela 40.1 e 40.2, podemos verificar o IDM-Global e seus indicadores (fisiográficos, fundiários e agrícolas; demográficos e econômicos; infra estrutura; e, sociais) nos anos de 2006 e 2008 para o Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios. Além disso, nessas tabelas podemos visualizar a posição dos municípios que compõem o território no ranking estadual.

**Tabela 40.1:** Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2006-2008.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)											
	Global				Fisiográficos, fundiários e agrícolas				Demográficos e econômicos			
	2006		2008		2006		2008		2006		2008	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Território	44,46	-	42,04	-	50,28	-	53,13	-	58,32	-	47,05	-
Aquiraz	44,11	16	44,25	12	75,53	11	100,00	1	53,44	8	43,25	8
Caucaia	46,65	10	42,37	16	61,85	25	61,15	35	45,66	13	32,69	13
Chorozinho	21,51	133	22,86	136	37,62	84	36,55	125	15,10	96	18,38	50
Eusébio	62,02	2	64,86	2	53,63	35	47,05	82	100,00	1	100,00	1
Guaibuba	39,31	28	25,39	110	68,51	15	37,54	122	36,50	20	19,24	45
Horizonte	56,68	5	56,57	5	53,16	36	72,34	12	94,46	3	73,19	4
Itaitinga	36,46	35	40,75	20	33,06	106	46,78	85	41,30	16	30,04	17
Maracanaú	57,16	4	58,70	4	34,68	98	43,36	97	94,08	4	86,52	3
Maranguape	42,47	19	36,03	34	47,14	55	52,71	59	51,22	10	31,47	15
Pacajus	46,25	11	42,11	17	42,22	70	57,11	47	63,43	6	45,04	7
Pacatuba	36,40	36	28,51	86	45,74	59	29,79	150	46,36	12	37,78	11

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

De acordo com a tabela 40.1, verificamos que o município de Eusébio é o que apresenta um maior IDM-Global, de 62,02 para o ano de 2006. O município que apresenta menor índice para esse mesmo ano foi Chorozinho com um valor de 21,51. Verificando o ranking para esse mesmo ano, podemos visualizar que Eusébio encontra-se na 2ª posição e Chorozinho na 133ª posição. Já para o ano de 2008, podemos notar que o município de Eusébio continuou com o melhor índice, com 64,86 e na 2ª posição, e o que ficou pior colocado, novamente, foi Chorozinho com 22,86 na 136ª posição.

Para o IDM – Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas, podemos verificar que, em 2006, Aquiraz merece papel de destaque no território e no cenário estadual, ocupando a 11ª posição. Esse mesmo município no ano de 2008 subiu 10 posições e ficou na 1ª posição, para esse mesmo índice. Enquanto isso, o município de Pacatuba que se encontrava na posição 59 em 2006, foi para 150ª posição em 2008.

Os municípios mais bem colocados no que se refere ao IDM – Demográficos e Econômicos em 2006 foram Eusébio e Horizonte, na 1ª e 3ª posições, respectivamente. No ano de 2008, o município de Eusébio continuou na 1ª posição e Maracanaú foi para a 3ª posição. Em 2008, todos os municípios do território se mantiveram abaixo da posição de número 51, nesse índice.

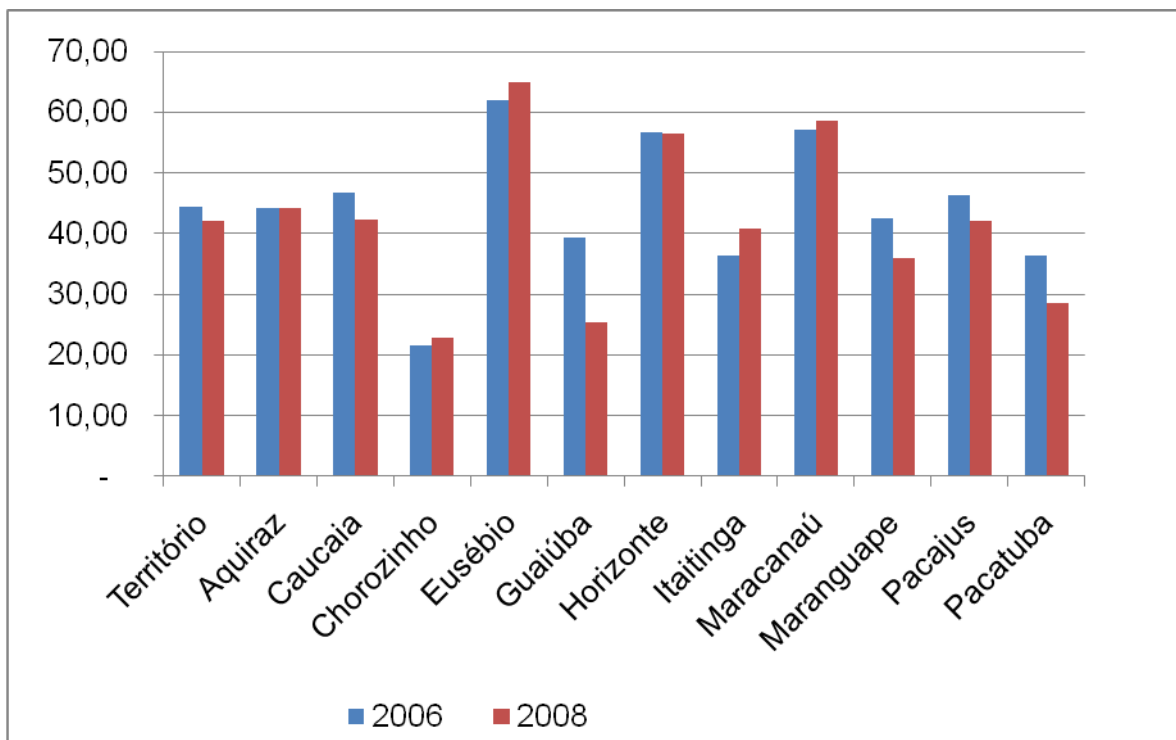
**Tabela 40.2:** Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2006-2008.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)							
	Infra-estrutura				Sociais			
	2006		2008		2006		2008	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Território	36,95	-	24,45	-	32,27	-	46,84	-
Aquiraz	35,90	24	21,46	123	11,58	169	25,28	129
Caucaia	38,47	15	27,29	64	40,63	36	57,02	24
Chorozinho	25,03	71	28,26	55	8,28	175	10,79	173
Eusébio	51,50	3	31,24	34	42,97	32	73,48	8
Guaiúba	26,27	63	19,26	139	25,97	109	30,44	109
Horizonte	39,55	12	23,06	104	39,53	44	60,99	21
Itaitinga	31,73	44	17,96	146	39,76	41	76,67	7
Maracanaú	43,07	7	28,89	50	56,80	12	70,35	10
Maranguape	33,85	33	21,97	115	37,67	48	44,55	55
Pacajus	44,55	6	26,05	75	34,79	61	44,56	54
Pacatuba	36,54	20	23,48	99	16,97	147	21,16	145

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Para o IDM – Infra estrutura, podemos verificar que, em 2006, Eusébio, Maracanaú e Pacajus merecem papel de destaque no território e no cenário estadual, ocupando a 3<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> posições. Entretanto, para o ano seguinte (2008), esses mesmos municípios caíram para a 34<sup>a</sup>, 50<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> posições, nesse mesmo índice. Os municípios de Guaiúba e Aquiraz apresentaram os piores índices, posicionando-se em 139<sup>a</sup> e 123<sup>a</sup> posição, respectivamente, no ano de 2008.

O município mais bem colocado no que se refere ao IDM – Sociais em 2006 foi Maracanaú, na 12<sup>a</sup> posição. No ano de 2008, os municípios de Itaitinga e Eusébio deram um salto nas posições e ocupam a 7 e 8<sup>a</sup> posição. Vale ressaltar também a classificação no ano de 2008 do município de Pacatuba, ocupando a 145<sup>a</sup> posição, estando assim, mal classificado no ranking estadual.



**Figura 11:** Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)-Global, período de 2006-2008.  
**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Na Figura 11, verificamos que a tendência dos municípios de Caucaia, Guaiúba, Horizonte, Maranguape, Pacajus e Pacatuba, foi de queda dos valores do IDM-Global. Ainda na figura acima, podemos notar que os municípios de Aquiraz, Chorozinho, Eusébio, Itaitinga e Maracanaú, demonstraram uma tendência de crescimento com o acréscimo dos valores de seus índices. Apesar disso, nenhum dos municípios apresentaram um crescimento significativo em seu IDM-Global. Enquanto que o IDM de Aquiraz, praticamente, se manteve constante.

#### 14.1.3 Produto Interno Bruto (PIB)

O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (país, estado, cidade, território), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc.). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem como objetivo, mensurar a atividade econômica de uma região, isto é, com esse indicador, pode-se inferir o crescimento econômico de uma dada região. Vale ressaltar que no cálculo do PIB não são considerados

os insumos de produção (matérias-primas, mão-de-obra, impostos e energia), isso para que esses valores não sejam contabilizados duas vezes.

Na Tabela 41, podemos verificar o PIB do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios durante o período de 2004 a 2008.

**Tabela 41:** Produto Interno Bruto a preços de mercado, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2004-2008.

Municípios	Produto interno bruto a preços de mercado (R\$ mil)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Ceará	36.866.273	40.935.248	46.303.058	50.331.383	60.098.877
Território	5.652.001	6.122.942	6.727.213	7.393.834	9.141.259
Aquiraz	298.221	347.545	368.052	392.725	496.794
Caucaia	1.085.418	1.149.555	1.351.617	1.469.403	1.952.311
Chorozinho	48.910	49.111	59.260	57.188	71.220
Eusébio	575.618	585.324	649.461	773.316	938.076
Guaiúba	39.464	43.823	53.469	60.162	73.580
Horizonte	421.949	513.511	521.358	607.207	837.005
Itaitinga	70.632	82.805	95.943	101.584	134.578
Maracanaú	2.151.090	2.312.878	2.366.431	2.612.318	3.121.055
Maranguape	384.867	466.063	532.865	578.035	645.435
Pacajus	363.507	357.708	365.922	377.315	414.878
Pacatuba	212.326	214.620	362.835	364.581	456.327

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Podemos verificar que o PIB territorial saiu de um valor de, aproximadamente, 5,6 bilhões de reais em 2004 para cerca de 9,1 bilhões em 2008. Cresceu cerca de 3,5 bilhões de reais num período de 5 anos. Podemos verificar que o crescimento do PIB territorial foi contínuo do ano de 2004 a 2008. O crescimento do PIB territorial pode ser considerado bastante significativo, se levarmos em conta o crescimento do PIB do estado do Ceará, todos os dois cresceram cerca de 62%, entre os anos de 2004 e 2008.

No ano de 2004, os municípios de Maracanaú e Caucaia eram responsáveis por 57% do PIB territorial, um volume muito relevante se considerarmos que o território é composto por 11 municípios. Esses mesmos dois municípios, em 2008, reduziram sua contribuição percentual no PIB

territorial para 56%. No entanto, se compararmos o PIB de 2008 de Maracanaú com o do ano de 2004, podemos verificar que o PIB cresceu 48%. O mesmo podemos verificar para Cascavel, no entanto a uma taxa muito maior, pois nesse mesmo período o seu PIB cresceu 82%.

O município que menos contribuiu para o PIB territorial no ano de 2004 foi o município de Itaitinga, com menos de 1%. Em 2008, foi o município de Chorozinho, o mesmo contribuiu com menos de 1%.

Analisando o PIB dos municípios no período observado, verificamos que nenhum dos municípios apresentou queda de crescimento em seu PIB. .

Através da tabela abaixo, podemos visualizar o PIB do estado do Ceará, do Território Metropolitano José de Alencar e de seus municípios distribuídos nos setores produtivos, e assim, analisá-los quanto seu comportamento na contribuição do PIB. Podemos verificar que nessa tabela constam valores monetários deflacionados do PIB, isto é, considera-se a inflação no cálculo do PIB. Por isso a divergência nos valores dos PIB's encontrados na tabela 08, pois esses foram calculados a preços de mercado.

**Tabela 42:** Produto Interno Bruto por setores produtivos, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2007-2008.

Município	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional							
	Total		Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Ceará	28.223.377	31.109.189	1.534.015	1.926.349	5.836.870	6.444.271	17.397.050	18.925.959
Território	4.145.306	4.731.821	86.083	100.275	1.707.132	1.935.174	1.766.380	2.017.790
Aquiraz	220.302	257.157	15.551	17.719	75.367	90.044	104.541	120.776
Caucaia	825.381	1.010.582	15.542	16.814	215.335	284.051	491.193	574.482
Chorozinho	32.077	36.866	3.897	6.011	3.926	3.785	22.440	24.785
Eusébio	433.596	485.580	3.591	4.520	219.665	243.148	130.341	146.462
Guaiúba	33.753	38.087	4.583	5.447	4.106	4.879	23.572	26.165
Horizonte	340.571	433.262	10.472	12.530	149.466	183.739	99.752	150.150
Itaitinga	56.996	69.662	1.731	1.744	12.205	17.986	37.955	43.567
Maracanaú	1.462.321	1.615.562	1.555	1.585	735.116	795.779	529.812	592.065
Maranguape	324.158	334.099	13.592	17.135	124.338	127.107	147.807	151.671
Pacajus	211.651	214.754	13.040	14.012	82.977	84.635	95.574	94.466
Pacatuba	204.502	236.210	2.530	2.760	84.633	100.020	83.393	93.201

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

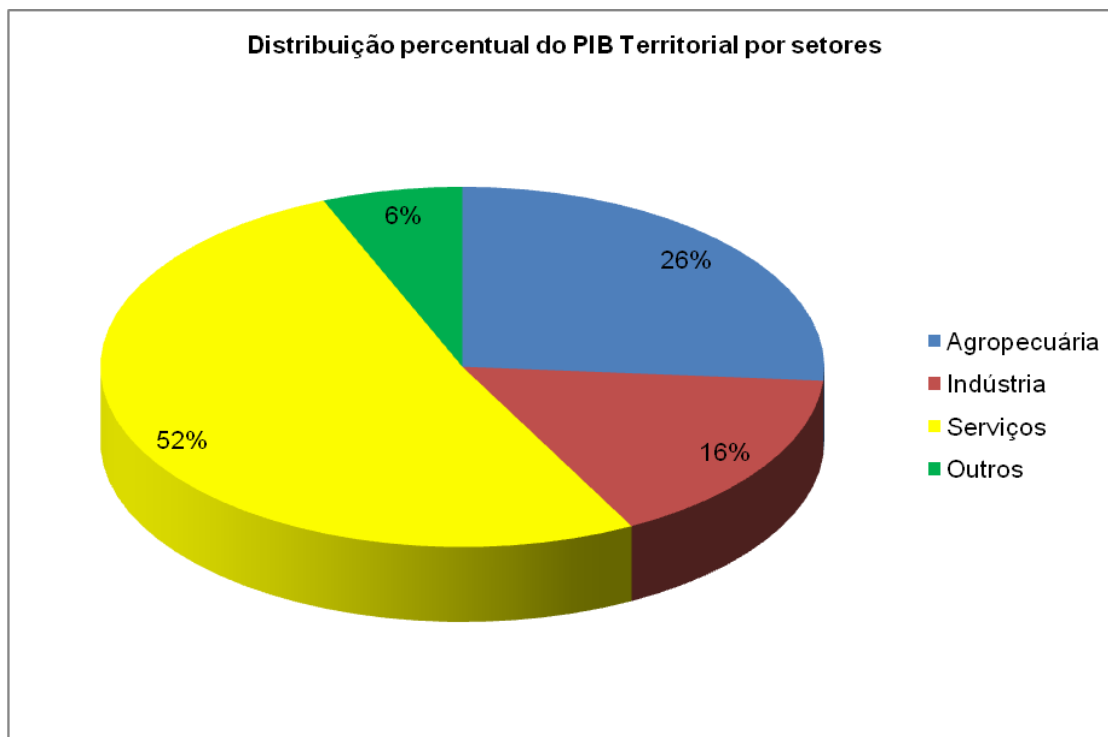
De acordo com a Tabela 42, podemos verificar que no setor Agropecuária o PIB territorial em 2007 foi de 86 milhões de reais e em 2008 foi

para 100 milhões. Para esse mesmo setor, verificamos que, em 2007, os principais municípios contribuintes para o PIB territorial foram Aquiraz e Caucaia. No ano de 2008 essa tendência se repetiu para o município de Aquiraz e Maranguape. Para o ano de 2008, verificamos que o município de Maracanaú foi o que menos contribuiu com o PIB territorial do setor, com apenas 1,6 milhões de reais.

No setor produtivo da Indústria, verificamos que os valores desse setor na contribuição do PIB territorial foram superiores ao setor da Agropecuária, isso tanto para 2007 quanto para 2008. O principal contribuinte nesse setor é Maracanaú. Somente ele, correspondeu, em 2008, por uma fatia de 41% do PIB territorial do setor. Os municípios de Chorozinho e Guaiúba foram os que menos contribuíram para o PIB territorial desse setor, com menos de 1%, no ano de 2008.

Finalmente, e como principal contribuinte do PIB territorial total, o setor de Serviços aparece como o setor de grande importância para o território. De longe, os municípios de Caucaia e Maracanaú são os que mais movimentam valores, chegando em 2008 a movimentar, somente, nesse setor cerca de 1,2 bilhões de reais. O município que movimentou uma menor quantia nesse setor foi Chorozinho com apenas 24,8 milhões.

Na Figura 12, podemos verificar a distribuição percentual dos setores produtivos (Agropecuária, Indústria, Serviços, etc.) na participação da totalização do PIB territorial.



**Figura 12:** Distribuição percentual do PIB do Território Metropolitano José de Alencar, 2008.

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

Verificamos que, o Setor de Serviços chega a corresponder por uma fatia de 52% do PIB total territorial, levando assim papel de destaque no cenário produtivo territorial. Depois do setor de Serviços, vem a Agropecuária, ocupando o segundo lugar na composição do PIB territorial, respondendo por 26%. O setor Industrial aparece em seguida com 16% na composição total do PIB territorial.

O PIB *per capita* é outro indicador bastante utilizado na macroeconomia e tem como objetivo mensurar a atividade econômica de uma determinada região. Sendo que, diferentemente, do PIB, o PIB *per capita* faz referência também ao número de habitantes da região em questão. O PIB *per capita* é calculado a partir do PIB de uma determinada região dividido pelo número de habitantes da região em questão.

Na Tabela 43, podemos verificar o PIB *per capita* do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios durante o período de 2004 a 2008.



**Tabela 43:** Produto Interno Bruto *per capita*, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitan José de Alencar e seus municípios, 2004-2008.

Municípios	Produto interno bruto <i>per capita</i> (R\$)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Ceará	4.622	5.055	5.635	6.149	7.112
Território	6.015	6.350	6.869	7.596	8.951
Aquiraz	4.403	5.012	5.188	5.838	7.053
Caucaia	3.688	3.782	4.310	4.637	5.974
Chorozinho	2.403	2.370	2.811	3.132	3.794
Eusébio	15.478	15.224	16.360	20.250	23.205
Guaiúba	1.873	2.054	2.475	2.685	3.131
Horizonte	10.108	11.803	11.521	12.479	15.947
Itaitinga	2.174	2.493	2.827	3.266	4.156
Maracanaú	11.244	11.929	12.048	13.240	15.620
Maranguape	3.986	4.735	5.314	5.613	5.947
Pacajus	7.217	6.911	6.886	6.875	7.119
Pacatuba	3.594	3.536	5.822	5.543	6.517

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Podemos notar que o PIB *per capita* do estado do Ceará é bem inferior ao do Território Metropolitan José de Alencar em todos os anos do período analisado. O PIB *per capita* territorial foi de R\$ 6.015,00 em 2004 e foi para R\$ 8.951,00 em 2008. O aumento foi de R\$ 2.936,00 em cinco anos, cerca de 49% de crescimento.

Dentre os municípios que compõem o território, Eusébio foi o que apresentou maior PIB *per capita* em 2004, com um valor de R\$ 15.478,00. Nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, o município de Eusébio, continuou a ser o com maior PIB *per capita*, com R\$ 15.224,00, R\$ 16.360,00, R\$ 20.250,00, e, R\$ 23.205,00. Em todos esses anos (2004, 2005, 2006, 2007 e 2008), o PIB *per capita* do município de Eusébio foi maior do que o do estado do Ceará. O município que apresentou menor PIB *per capita* foi Guaiúba, isso para todos os anos analisados.

#### 14.1.4 População Economicamente Ativa (PEA)

A População Economicamente Ativa compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: População Ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham

trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias); e, População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

Na Tabela 44, podemos verificar a PEA por região (urbana e rural) do Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios em dois anos 1991 e 2000.

**Tabela 44:** População Economicamente Ativa (PEA), segundo o Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 1991-2000.

Município	População Economicamente Ativa (PEA)					
	Total		Urbana		Rural	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Território	208.532	312.569	178.681	282.383	29.851	30.185
Aquiraz	17589	23587	15750	21972	1839	1614
Caucaia	57724	95634	51912	87515	5812	8119
Chorozinho	6115	6484	1735	3330	4380	3154
Eusébio	6753	11262	6753	11262	0	0
Guaiúba	5859	6709	3229	5171	2630	1538
Horizonte	6561	13128	3966	11278	2596	1851
Itaitinga	-	10476	-	9604	-	872
Maracanaú	51262	72660	51058	72527	205	134
Maranguape	25107	35287	18163	27190	6944	8097
Pacajus	11819	17455	8386	14033	3432	3422
Pacatuba	19743	19887	17731	18503	2012	1383

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Podemos visualizar que o contingente do PEA no território em 1991 foi de, aproximadamente, 209 mil pessoas, enquanto em 2000 foi de 313 mil, cerca de 104 mil pessoas a mais. Verificamos também que o PEA urbano muito maior, nos dois anos, do que o PEA rural, isso se considerarmos o PEA territorial. Além disso, verificamos também que o PEA rural da maioria dos municípios caiu, como é o caso de Aquiraz, Chorozinho, Guaiúba, Horizonte, Maracanaú, Pacajús e Pacatuba. Alguns dos municípios aumentaram seu efetivo de PEA rural, por exemplo, Caucaia e Maranguape. Vale ressaltar também que para o PEA urbano, todos os municípios apresentaram um crescimento bastante significativo no período observado.

Vale ressaltar que o PEA total de todos os municípios em 2000, foi superior ao observado no ano de 1999. Os maiores PEA Total foram dos municípios de Caucaia e Maracanaú no ano de 2000, com 96 e 73 mil pessoas, respectivamente.

Na Tabela 45, podemos verificar a taxa de participação por gênero da PEA em relação a população total do Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, no ano de 2000.

**Tabela 45:** Taxa de Participação da PEA em relação a população total, segundo o Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 1991-2000.

Município	Taxa de Participação (%)		
	Total	Homens	Mulheres
Território	49,43	64,37	34,65
Aquiraz	51,28	66,25	35,75
Caucaia	50,43	65,11	36,44
Chorozinho	45,25	63,47	26,43
Eusébio	47,08	61,86	32,46
Guaiúba	44,58	59,33	29,38
Horizonte	51,31	66,71	35,82
Itaitinga	47,27	64,76	29,78
Maracanaú	52,52	65,78	39,99
Maranguape	52,21	64,79	40,32
Pacajus	51,35	67,47	35,73
Pacatuba	50,44	62,57	39,05

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Analisando a tabela acima, podemos verificar que todos os municípios apresentam uma taxa de participação superior a 45%, inclusive o Território Metropolitano José de Alencar (49,43%). Podemos verificar também que a taxa de participação do homens é maior do que das mulheres, em todos municípios observados. Com exceção de Guaiúba, todos municípios apresentaram uma taxa de participação dos homens superior a 61%.

**Tabela 46:** Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2009.

Municípios	Total			Extrativa Mineral			Indústria de transformação		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	1.236.261	679.291	556.970	2.713	2.466	247	236.851	143.852	92.999
Território	168.417	105.907	28.593	849	772	77	75.783	51.004	24.779
Aquiraz	12.668	7.760	4.908	44	42	2	3.491	2.341	1.150
Caucaia	25.905	14.452	117	311	281	30	7.052	5.398	1.654
Chorozinho	2.193	1.311	2.533	6	4	2	1.026	781	245
Eusébio	31.274	22.986	514	190	171	19	10.187	7.425	2.762
Guaiúba	2.229	1.387	984	-	-	-	233	204	29
Horizonte	18.240	10.263	608	16	14	2	14.121	7.896	6.225
Itaitinga	2.814	1.823	11.453	93	81	12	742	587	155
Maracanaú	45.215	30.731	506	148	140	8	27.025	20.287	6.738
Maranguape	13.285	6.731	839	-	-	-	5.905	2.548	3.357
Pacajus	7.982	5.323	2.659	-	-	-	2.619	2.108	511
Pacatuba	6.612	3.140	3.472	41	39	2	3.382	1.429	1.953

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 47:** Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2009.

Municípios	Serviços industriais de utilidade pública			Construção civil			Comércio		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	6.874	5.686	988	58.435	54.184	4.251	185.522	113.583	71.939
Território	429	385	44	5.019	4.783	236	15.446	10.392	5.054
Aquiraz	79	69	10	359	347	12	705	523	182
Caucaia	206	193	13	839	810	29	3.447	2.308	1.139
Chorozinho	-	-	-	-	-	-	63	45	18
Eusébio	53	48	5	1.788	1.697	91	1.554	1.138	416
Guaiúba	-	-	-	-	-	-	121	70	51
Horizonte	3	3	-	99	88	11	1.004	722	282
Itaitinga	-	-	-	56	49	7	364	233	131
Maracanaú	80	64	16	1.001	952	49	5.823	4.000	1.823
Maranguape	-	-	-	363	340	23	869	480	389
Pacajus	-	-	-	478	464	14	1.042	599	443
Pacatuba	8	8	-	36	36	-	454	274	180

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010, IPECE, 2010.

**Tabela 48:** Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2009.

Municípios	Serviço			Administração pública			Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	334.959	193.511	141.448	386.474	144.527	241.947	24.433	21.282	3.151
Território	35.140	23.467	11.673	32.034	11.668	20.366	3.717	3.436	281
Aquiraz	4.597	2.579	2.018	2.383	938	1.445	1.010	921	89
Caucaia	6.262	3.471	2.791	7.669	1.884	5.785	119	107	12
Chorozinho	109	72	37	971	391	580	18	18	-
Eusébio	14.889	11.353	3.536	2.272	861	1.411	341	293	48
Guaiúba	332	179	153	1.068	468	600	475	466	9
Horizonte	480	319	161	2.040	784	1.256	477	437	40
Itaitinga	494	430	64	1.049	428	621	16	15	1
Maracanaú	5.386	3.126	2.260	5.633	2.046	3.587	119	116	3
Maranguape	1.465	1.099	366	4.028	1.648	2.380	655	616	39
Pacajus	844	682	162	2.619	1.114	1.505	380	356	24
Pacatuba	282	157	125	2.302	1.106	1.196	107	91	16

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Nas tabelas 46,47 e 48, podemos verificar o número de empregos formais por setores de atividade econômica (Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública, Agropecuária-Extrativismo Vegetal-Caça e Pesca) e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitan José de Alencar e seus municípios, no ano de 2009.

De acordo com as tabelas acima, podemos verificar que a administração pública seguida do serviços são os setores de atividades econômicas que mais ocupam pessoas, isto é, que possuem o maior número de empregos formais, com 386 e 335 mil pessoas, respectivamente, para o Território Metropolitan José de Alencar. Se pensarmos na magnitude do estado do Ceará, a leitura é a mesma, onde os setores de administração pública e serviços são os maiores empregadores.

#### 14.1.5 Renda *per capita*

A Tabela 49 fornece informações sobre renda *per capita* e taxa de crescimento da renda *per capita*, para o estado do Ceará, Território Metropolitan José de Alencar e seus municípios. Entende-se por renda *per capita* a razão entre o somatório da renda familiar *per capita* de todos os domicílios e o número total de domicílios no município. A renda familiar *per capita* de cada domicílio é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos.

A taxa de crescimento da renda *per capita* territorial (31%) acompanhou a tendência de crescimento desse mesmo parâmetro em nível estadual (40%), apesar de não ser a na mesma taxa de crescimento. A renda per capita territorial saiu de 81,70 reais, em 1991, para 106,97 reais em 2000, aumentou 25,27 reais.

No geral, os municípios apresentam uma renda *per capita* baixa, variando de R\$ 60,72 no município de Guaiúba a R\$ 104,68 no município de Eusébio, em 1991. Em 2000, a renda *per capita* variou de R\$ 71,39 a R\$ 129,76 para Guaiúba e Maracanaú, respectivamente. A renda *per capita*

territorial foi superior a renda estadual em R\$ 23,11 em 1991 e R\$ 24,93 em 2000. Dentre os municípios, o que apresentou uma maior taxa de crescimento da renda *per capita* foi Horizonte, com, aproximadamente, 68%. O que apresentou menor crescimento foi o município de Eusébio com 2% de crescimento.

Os baixos valores de renda *per capita* dos municípios, geralmente, refletem os elevados níveis de pobreza da população.

**Tabela 49:** Renda *per capita* e taxa de crescimento da renda *per capita*, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Renda per capita - R\$ de 2000		Taxa de Crescimento (%)
	1991	2000	
Ceará	58,59	82,04	40,04
Território	81,70	106,97	30,92
Aquiraz	76,76	123,29	60,62
Caucaia	102,71	129,23	25,82
Chorozinho	64,32	82,49	28,26
Eusébio	104,68	107,13	2,35
Guaiúba	60,72	71,39	17,57
Horizonte	74,96	125,68	67,67
Itaitinga	73,72	96,53	30,94
Maracanaú	91,17	129,76	42,33
Maranguape	76,42	105,09	37,52
Pacajus	93,36	105,87	13,40
Pacatuba	79,93	100,16	25,31

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)



## 15 ASPECTOS DO SETOR PRODUTIVO

### 15.1 Setor Agropecuário

No Território Metropolitano José de Alencar o setor agropecuário responde por aproximadamente 26% do PIB. O setor agropecuário fica atrás do setor de serviços, com 52 % do PIB. A produção agropecuária do território é bastante diversificada. Várias são as cadeias produtivas encontradas, indo da avicultura até a produção de flores e plantas ornamentais. No entanto, as cadeias produtivas da agricultura familiar que se destacam são as seguintes: cajucultura, mandiocultura, bovinocultura de leite, ovinocaprinocultura, horticultura, fruticultura, pesca artesanal, plantas ornamentais, apicultura etc.

Dentre as cadeias produtivas da agricultura familiar no Território Metropolitano José de Alencar as seguintes foram eleitas como prioritárias: cajucultura, mandiocultura e bovinocultura de leite.

#### 15.1.1 Sistemas de produção agrícola

##### *15.1.1.1 Agricultura de sequeiro*

A agricultura de sequeiro é um sistema de produção agrícola totalmente depende das condições pluviométricas. Como sabemos, o nordeste brasileiro apresenta uma condição de alta irregularidade pluviométrica, tanto em quantidade quanto na sua freqüência, o que torna esse sistema muito frágil e resulta muitas vezes em quedas de produção e em casos mais drásticos, até mesmo em não produção das culturas. É sem dúvida o sistema de produção agrícola mais utilizados pelos agricultores do território.

Segundo dados primários, praticamente, não existe nenhuma atividade de relevância que se utilize de técnicas de convivência com o semi árido. No entanto, existem iniciativas pontuais utilizando-se de técnicas de cobertura morta, plantio em nível, plantio direto, e, ações agroflorestais.

### 15.1.1.2 Agricultura irrigada

A agricultura irrigada utiliza-se da tecnologia da irrigação. A irrigação é uma técnica utilizada na agricultura que tem por objetivo o fornecimento controlado de água para as plantas em quantidade suficiente e no momento certo, assegurando a produtividade e a sobrevivência da plantação. Complementa a precipitação natural, e em certos casos, enriquece o solo com a deposição de elementos fertilizantes.

Esse sistema de produção não é dependente da pluviosidade, pois aplica água as planta de forma artificial, no entanto, exige um certo nível tecnológico e grande parte dos agricultores de base familiar não possuem recurso financeiro suficiente para implantá-lo em suas propriedades.

Existe também no território cultivos irrigados, sendo que as principais culturas são: fruticultura Irrigada, hortaliças, plantas ornamentais e forrageiras. Na sua grande maioria, é uma iniciativa dos produtores da Agricultura Familiar.

### 15.1.2 Produção Agrícola

#### 15.1.2.1 Culturas Permanentes

Elas são assim denominadas porque após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Mesmo que não haja o replantio se faz necessário cuidados especiais para cada tipo de cultura como a poda e adubação periódica.

Normalmente são cultivadas após a broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceramento, queima (fogo), encoivramento e a queima complementar. Essa área após preparada é utilizada por vários anos com a monocultura implantada, onde anualmente, realiza-se apenas roço ou um gradeamento nas entrelinhas das plantas.

As culturas do caju, mamão, goiaba, acerola, banana, manga, cajá, ceriguela, coco, são as principais culturas permanentes cultivadas no território. Dentre os manejos agrônômicos mais utilizados para essas culturas, temos: adubação, limpeza, poda, pulverizações, dentre outros.

### 15.1.2.2 Culturas Temporárias

As lavouras temporárias são aquelas culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de replantio após cada colheita.

Normalmente são cultivadas nos sistemas conhecidos como no toco ou itinerante, também conhecida pelos agricultores familiares como broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceramento, queima (fogo), encoivramento e a queima complementar. Essa área preparada só é utilizada nos dois primeiros anos e depois entra em pousio até atingir o ponto de broca novamente.

As culturas do mandioca, feijão, milho, arroz, cana-de-açúcar e hortaliças, são as principais culturas temporárias cultivadas no território. Dentre os manejos agronômicos mais utilizados para essas culturas, temos: limpeza, roça, broca e queima.

Utilizam-se de material melhorado geneticamente, principalmente, no cultivo do caju, milho e mamão. Utilizam-se de sementes variedades de cajueiros, principalmente, CCP 76 e 09; milho Híbrido; sementes de mamão híbrido; e, Variedades de plantas mais resistente a pragas e doenças.

Os principais consórcios utilizados no território são: caju/mandioca, e, feijão/milho.

Na Tabela 50, podemos verificar a evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes do Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, período de 2006 a 2009.

Se considerarmos a área de produção, em disparado a cajucultura ocupa o primeiro lugar, com 34 mil hectares de área colhida, muito maior que a cultura que ocupa o segundo lugar em área colhida que foi o feijão com 11 mil hectares (Tabela 50). A área de cajucultura praticamente se manteve constante entre os anos de 2006 e 2009. Já sua produção caiu consideravelmente nesse mesmo período, saindo de 17 mil toneladas em 2006 para 9 mil toneladas em 2009. O valor da produção de castanha de caju também apresentou uma tendência de queda, isso muito por conta da queda na produção.

Outra cultura que merece destaque é a mandioca, ocupando o primeiro lugar no valor da produção em 2009. Sua área colhida saiu de, aproximadamente, 6 mil hectares em 2006 para 8 mil hectares em 2009. Sua produção acompanhou a mesma tendência, com 68 mil toneladas em 2006 e 85 mil toneladas em 2009. O valor da produção cresceu com o aumento da produção, saindo de 7 milhões de reais em 2006 para 120 milhões em 2009.

A cana-de-açúcar e a banana também apresentam papel de importância na economia do setor agropecuário do território. A cana-de-açúcar pelo fato de estar presente num circuito turístico de grande importância para o estado do Ceará, onde seus produtos, como: aguardente artesanal, mel, rapadura, doces, etc., atendem a demanda dos turistas em pontos estratégicos do território.

Já a banana, atende uma grande demanda dos comércios locais dos municípios do território, assim como, atendem a demanda de Fortaleza, grande centro comercial do Ceará.

Apesar de não verificarmos valores consideráveis economicamente para cadeias da fruticultura, com exceção da cajucultura, sabemos que são de extrema importância social, cultural e alimentar para as pessoas do Território Metropolitano José de Alencar.

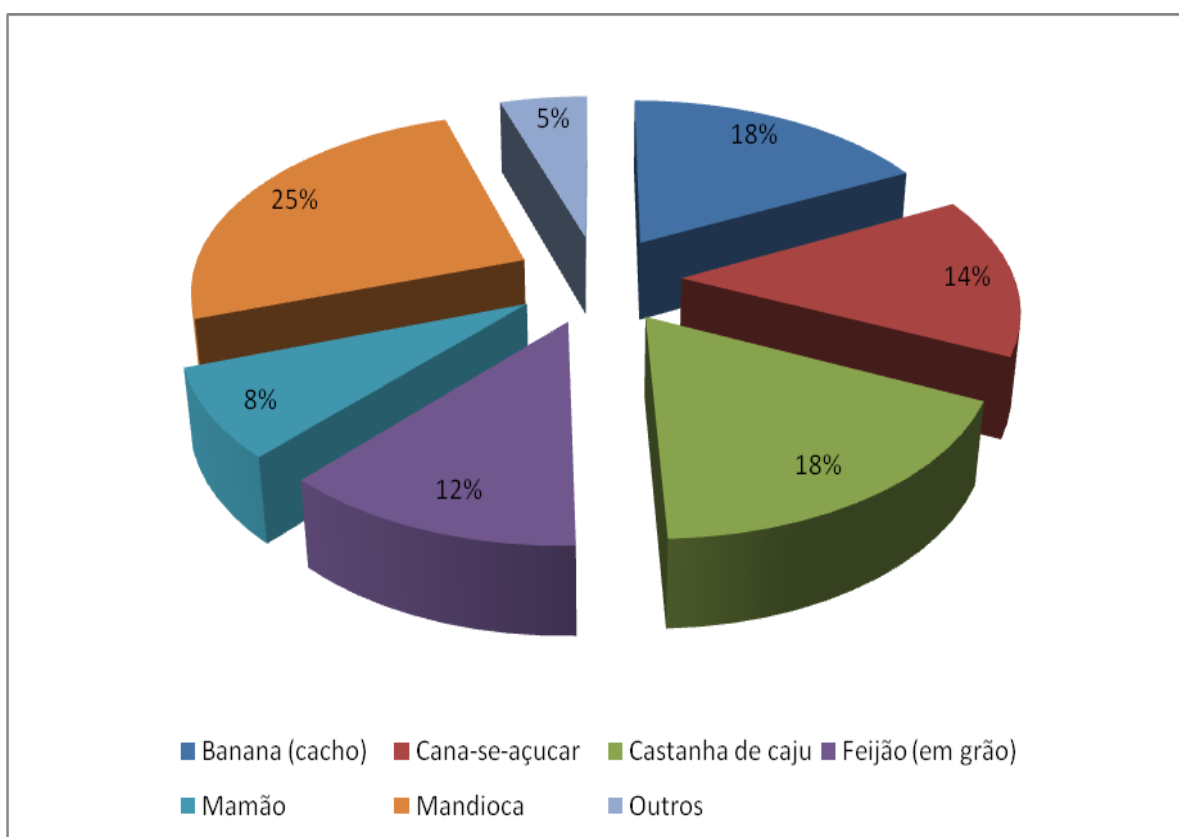
**Tabela 50:** Evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes, segundo o Território Metropolitano José de Alencar, 2006-2009.

Produto	Área Colhida (ha)				Produção							
					Quantidade (t)				Valor (R\$ mil)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Abacate	17	16	16	15	100	97	99	103	42	41	47	45
Arroz (em casca) (2)	170	198	175	115	216	196	248	148	111	126	185	109
Banana (cachos) (1)	2.683	2.730	2.730	2.729	18.082	18.880	19.325	20.141	6.414	7.257	7.683	8.009
Batata-doce (2)	20	19	46	49	128	123	321	344	38	50	162	148
Cana-se-açúcar (2)	2.697	2.760	2.778	2.768	155.466	158.754	160.979	161.227	5.585	6.341	6.616	6.634
Castanha de caju (1)	33.472	33.504	33.833	33.883	17.013	8.383	14.604	9.147	15.170	6.810	13.521	8.039
Fava (em grão) (2)	-	-	12	12	-	-	5	4	-	-	15	12
Feijão (em grão) (2)	10.481	10.468	11.423	15.030	3.376	3.004	3.162	2.866	4.276	4.329	4.996	5.595
Goiaba (1)	36	36	36	1.315	178	181	192	279	57	55	71	115
Laranja (1)	104	106	94	86	766	798	708	662	258	267	230	217
Mamão (1)	288	306	306	307	5.415	5.780	5.906	6.483	1.602	2.320	3.288	3.633
Mamona (2)	25	-	166	740	20	-	22	259	10	-	19	290
Mandioca (2)	6.055	8.212	6.812	8.324	67.717	78.110	74.715	84.753	7.418	10.706	12.663	11.636
Melancia (2)	6	6	1	1	138	141	23	25	35	35	6	6
Melão (2)	16	16	8	8	308	315	149	157	152	155	74	78
Milho (em grão) (2)	9.679	9.590	9.447	9.402	7.128	4.810	4.881	2.442	2.836	1.878	2.245	1.038
Tangerina (1)	6	5	5	4	40	34	35	28	14	12	13	9
Tomate	11	11	11	11	250	255	258	271	308	242	160	217
<b>Total</b>	<b>65.766</b>	<b>67.983</b>	<b>67.899</b>	<b>74.799</b>	<b>276.341</b>	<b>279.861</b>	<b>285.632</b>	<b>289.339</b>	<b>44.326</b>	<b>40.624</b>	<b>51.994</b>	<b>45.829</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Culturas como feijão e milho são bastante cultivadas em todo território, por isso apresentam uma elevada área plantada, cerca de 15 mil e 9 mil hectares (em 2009), respectivamente. A agricultura familiar é quem cultiva essas cultura no território, com função principal de subsistência. Essas culturas são cultiva em quase sua totalidade em sistema de produção de sequeiro, ficando a mercê da pluviosidade.

Na Figura 13, podemos verificar a distribuição do valor da produção das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes do Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, período de 2006 a 2009.



**Figura 13:** Distribuição percentual do valor da produção de lavouras temporárias e permanentes do Território Metropolitano José de Alencar, 2010.

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

A cajucultura é tão importante para a agricultura familiar do território que deve chegar a 50% da composição da renda dos agricultores dos municípios produtores. Já a banana, nos municípios onde é cultivada, varia de 60 a 80% da composição da renda do agricultor familiar. Em um percentual menor vem a

mandioca, porém não menos importante, com 20 a 30% da composição da renda do agricultor familiar do território.

A mandioca ocupa o primeiro lugar, com 25% na composição do valor total das culturas temporárias e permanentes. Pois, isso é reflexo do território de características bem rurais, onde a agricultura familiar está a frente. Produção típica da agricultura familiar, disseminada por praticamente todo o território brasileiro, a mandioca exibe, ao lado dessa importância econômica, um lado cultural. Outra face é a de estar associada a baixos níveis de produtividade e de remuneração dos produtores, resultando em desestímulo para a cadeia produtiva.

O município que mais se destaca na produção de mandioca é Pacajus, embora se registre uma queda na área plantada nos últimos anos. O que se verifica para os outros municípios do território é que estes têm vocação para o cultivo, dessa forma seu cultivo pode ser potencializado.

A cajucultura ocupa o segundo lugar no valor da produção de castanha de caju, com uma fatia de 18% do valor total das culturas temporárias e permanentes. O município de Chorozinho apresenta a maior área de produção, seguido de Pacajus e Horizonte. Os dois municípios fazem parte do pólo da cajucultura, havendo, portanto, várias minifábricas em pleno funcionamento no território.

Em terceiro lugar, e ao lado da cajucultura, vem a cadeia produtiva da banana com 18% do valor total da produção de lavouras temporárias e permanentes.

### 15.1.3 Sistemas de Produção Animal

#### 15.1.3.1 *Pecuária Extensiva*

A pecuária extensiva é aquela que é desenvolvida em grandes extensões de terras, com gado solto, geralmente sem grandes aplicação de recursos tecnológicos, investimentos financeiros nem recursos veterinários importantes.

### *15.1.3.2 Pecuária Intensiva*

A pecuária intensiva é aquela que é praticada utilizando-se recursos tecnológicos avançados, tais como: confinamento, reprodução através de inseminação artificial, ração com altos níveis nutricionais; controle via satélite etc.

### *15.1.3.3 Pecuária Semi Intensiva*

A pecuária semi intensiva é aquela que é praticada utilizando-se parte do tempo recursos tecnológicos avançados, isto é, os animais ficam confinados e a outra parte do tempo soltos para pastarem. Na verdade, juntamente com o sistema intensivo, é o sistema mais utilizados pelos agricultores. Vale ressaltar que esse tipo de exploração pecuária é a mais utilizada no território. Segundo dados primários, verifica-se que os produtores utilizam irrigação para produção de pasto. Os principais capins utilizados são: capim elefante, brachiaria, tifton, e mombaça, etc.

Quanto ao manejo sanitário animal, pode-se verificar que na agricultura familiar basicamente só é realizada a vacinação obrigatória da Aftosa. No agronegócio, utiliza-se das tecnologias mais avançadas. No que diz respeito a abatedouros, a sua grande maioria estão fora das normas de regulamentação, com exceção de dois particulares que possuem SIF, o Multicarnes e o Paraibano.

### *15.1.4 Produção Animal*

Nas Tabelas 51, 52 e 53, podemos verificar os efetivos dos rebanhos bovinos, suínos, caprinos, ovinos e de aves do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, anos de 2008 e 2009.

Podemos verificar que o rebanho bovino do território sofreu uma queda entre os anos de 2008 e 2009, saindo de um efetivo de 83 mil cabeças para 77 mil, cerca de 6 mil cabeças a menos. Essa mesma tendência pode ser observado para alguns dos municípios que compõem o território. Dentre os municípios, os que apresentam maior rebanho bovino são Caucaia e Maranguape com 21 mil cabeças cada no ano de 2008. No ano de 2009, o município de Caucaia fica a



frente com um total de 21 mil cabeças e o Maranguape cai em números ficando com um rebanho de 18 mil cabeças.

O Território Metropolitano José de Alencar totaliza um efetivo bovino de, aproximadamente, 77 mil cabeças, em 2009, respondendo apenas por 3% do rebanho total do estado do Ceará.

**Tabela 51:** Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Bovinos		Suínos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	2.460.523	2.494.482	1.152.598	1.160.410
Território	82.874	77.540	46.748	38.974
Aquiraz	10.665	10.451	6.263	6.295
Caucaia	21.030	20.601	10.714	10.415
Chorozinho	5.699	5.737	870	899
Eusébio	3.500	1.982	1.181	1.205
Guaiúba	3.245	3.615	5.787	3.789
Horizonte	3.275	3.601	1.222	1.265
Itaitinga	3.820	3.299	1.572	1.585
Maracanaú	1.520	1.592	5.756	3.466
Maranguape	21.032	17.656	7.309	4.037
Pacajus	5.340	6.670	870	986
Pacatuba	3.748	2.336	5.204	5.032

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Ao analisarmos o rebanho suíno, verificamos que, assim como o bovino, o efetivo sofreu uma considerável queda nos anos de 2008 e 2009. Saiu de 47 mil cabeças em 2008 para 39 mil em 2009 no Território Metropolitano José de Alencar. O mesmo aconteceu com os municípios do território. As maiores quedas no efetivo dos rebanhos suínos foram constatadas nos municípios de Guaiúba, Maracanaú e Maranguape. O município com maior efetivo é Caucaia

com 10.415 cabeças em 2009. Em seguida vem Aquiraz com 6.295 cabeças. O município com menor rebanho é Chorozinho com apenas 899 cabeças em 2009. O rebanho do território é praticamente insignificante se considerarmos o efetivo estadual, chegando a apenas 3,3% do total estadual.

**Tabela 52:** Efetivo dos rebanhos caprinos e ovinos, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitan José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Caprinos		Ovinos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	998.787	1.015.927	2.030.982	2.071.098
Território	11.565	11.200	27.519	29.658
Aquiraz	1.450	1.505	4.960	4.990
Caucaia	6.038	5.409	9.599	11.806
Chorozinho	758	791	1.580	1.582
Eusébio	320	330	1.080	1.120
Guaiúba	249	295	872	1.109
Horizonte	700	710	1.190	1.250
Itaitinga	172	180	700	730
Maracanaú	291	289	155	173
Maranguape	948	1.018	4.388	4.422
Pacajus	400	300	1.700	1.760
Pacatuba	239	373	1.295	716

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

O rebanho de caprinos do Território Metropolitan José de Alencar sofreu um pequena queda em seu efetivo, permanecendo praticamente constante nos anos de 2008 e 2009. O maior efetivo caprino no território é do município de Caucaia, com 6.038 cabeças em 2008 e 5.409 em 2009, mais do que a metade do rebanho total do território. O menor rebanho é do município de Pindoretama, com apenas 180 no ano de 2009. O rebanho de caprinos do território chega a apenas 1% do total estadual.

Podemos verificar que o rebanho de ovinos é bem superior ao de caprinos. Para o ano de 2009, o rebanho de ovinos foi maior do que o dobro do

rebanho de caprinos. O rebanho de ovinos cresceu, aproximadamente, 2.000 cabeças do ano de 2008 para o ano de 2009. Dentre os maiores rebanhos, temos o do município de Caucaia com 12 mil cabeças, somente no ano de 2009. O município com menor rebanho de ovinos é Maracanaú, com apenas 173 cabeças no ano de 2009.

**Tabela 53:** Efetivo de aves, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Galinhas		Galos, frangas, frangos e pintos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	7.914.552	8.014.121	16.655.602	16.607.399
Território	2.445.270	2.474.616	3.736.282	3.784.465
Aquiraz	946.016	872.864	910.194	928.693
Caucaia	137.820	207.338	409.628	438.060
Chorozinho	2.286	2.322	130.186	130.608
Eusébio	145.792	181.644	53.377	58.469
Guaiúba	91.652	88.106	142.461	146.735
Horizonte	784.190	717.615	768.077	789.691
Itaitinga	6.795	7.101	24.360	25.570
Maracanaú	1.905	2.031	49.038	52.942
Maranguape	18.316	18.792	614.321	625.932
Pacajus	284.400	354.973	478.092	425.136
Pacatuba	26.098	21.830	156.548	162.629

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

O Território Metropolitano José de Alencar é conhecido pela sua grande produção de aves. Como podemos ver, o efetivo de galinhas do território responde por 31% do total estadual (ano de 2009), um número bastante significativo se considerarmos o tamanho do território. O mesmo podemos verificar para o efetivo de galos, frangas e pintos, onde o território responde por 23% do efetivo total estadual.

Os maiores rebanhos de galinha encontram-se nos municípios de Aquiraz e Horizonte, com um número superior a metade do efetivo territorial, respondem

por cerca de 64%. O município que apresenta menor efetivo de galinhas é Maracanaú, com apenas 1.905 cabeças.

Quanto ao efetivo de galos, frangas e pintos, podemos verificar que o quadro não muda e os maiores rebanhos encontram-se com Aquiraz e Horizonte. Esses dois municípios respondem por 45% do efetivo total do território.

E verdade dizer que, percentualmente a agricultura familiar responda apenas por 5% da produção da avicultura do território, sendo que as empresas Cialne, Avine, Regina, Haisa, São José, Piranha, Soever, Xerez Avícola, são a principais responsáveis pelo alto desempenho da avicultura no território.

Nas tabelas 54, 55 e 56, podemos verificar a quantidade produzida e o valor da produção de leite, ovos de galinha e mel do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, anos de 2008 e 2009.

**Tabela 54:** Número de vacas ordenhadas, produção de leite e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitan José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Vacac ordenhadas (cabeças)		Produção de leite			
			Quantidade (mil litros)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	516.353	524.314	425.210	432.537	321.427	337.943
Território	15.924	16.137	21.386	21.820	16.342	16.689
Aquiraz	2.443	2.300	2.134	2.009	1.707	1.607
Caucaia	4.199	4.549	6.844	7.278	5.133	5.459
Chorozinho	650	627	449	468	360	421
Eusébio	564	330	770	451	632	365
Guaiúba	688	696	716	724	537	543
Horizonte	600	640	573	612	470	501
Itaitinga	578	495	540	462	443	379
Maracanaú	289	293	359	432	270	324
Maranguape	4.602	4.620	7.368	7.397	5.526	5.548
Pacajus	615	805	793	1.038	634	830
Pacatuba	696	782	840	949	630	712

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Podemos verificar que a quantidade produzida de leite nos anos de 2008 e 2009 no Território Metropolitan José de Alencar, foi de 21,4 e 21,8 milhões de litros de leite, respectivamente. Praticamente, a produção se manteve constante nesses anos. O valor da produção, também praticamente se manteve constante, saindo de 7,4 milhões de reais para 8,2 milhões de reais, o que é reflexo da constância na produção e uma provável falta de variação nos preços do leite.

Os municípios de Caucaia e Maranguape despontam como os maiores produtores de leite do território, com 14,7 milhões de litros de leite, mais do que dois terço da produção total do território. Maracanaú aparece como o menor produtor de leite do território com apenas de 439 mil litros e com um valor da produção de 324 mil reais.

A comercialização do leite é realizado praticamente todo Industrializado, onde as grande empresas do setor compram dos pequenos produtores e o processam. No entanto, permanece a comercialização do leite in natura.

**Tabela 55:** Produção de ovos e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção de ovos (Galinha)			
	Quantidade (mil dúzias)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	117.923	123.281	251.884	284.810
Território	53.103	55.381	92.482	106.565
Aquiraz	19.270	20.034	32.952	38.065
Caucaia	3.839	3.902	7.677	7.998
Chorozinho	11	12	29	35
Eusébio	3.316	3.726	5.704	7.153
Guaiúba	1.802	1.831	3.604	3.753
Horizonte	16.877	17.383	28.691	33.201
Itaitinga	43	45	80	89
Maracanaú	11	12	23	25
Maranguape	106	109	202	223
Pacajus	7.364	7.859	12.592	15.088
Pacatuba	464	468	928	935

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

A produção de ovos de galinha acompanha a tendência do enorme efetivo de galinhas do território, onde os maiores produtores são os municípios de Aquiraz e Horizonte, com um total de 37 milhões de dúzias de ovos, o que resulta num valor total de 71 milhões de reais. Volume de recurso altamente significativo para o Território Metropolitano José de Alencar.

A produção do território chega a ser 45% da produção estadual. O mesmo acontece quando avaliamos o valor da produção, chega a 38%, o que reflete que o preço praticado no território é inferior ao praticado no estado do Ceará. Se considerarmos a quantidade produzida e o valor da produção do estado do Ceará e do Território, verificamos que o preço praticado pela dúzia de ovos de galinha no Ceará é de R\$ 2,32 e no Território de R\$ 1,95. Isso

reflete que os preços praticado no mercado local é diferenciado, talvez pela proximidade do grande centro consumidor que é Fortaleza.

**Tabela 55:** Produção de mel e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitan José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção de mel de abelha			
	Quantidade ( kg)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	4.072.702	4.734.959	13.186	17.044
Território	115.619	104.342	371	426
Aquiraz	-	-	-	-
Caucaia	598	526	3	3
Chorozinho	19.984	22.981	92	115
Eusébio	550	470	2	2
Guaiúba	1.589	1.382	8	7
Horizonte	16.400	13.980	37	49
Itaitinga	512	440	2	2
Maracanaú	592	532	3	3
Maranguape	16.638	14.142	80	69
Pacajus	57.520	48.900	138	171
Pacatuba	1.236	989	6	5

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

No ano de 2008, a produção de mel do território chegou a corresponder por apenas 3% do total do estado do Ceará. No ano seguinte, em 2009, caiu para 2%. A produção de mel no estado do Ceará apresentou um tímido crescimento dos anos de 2008 para 2009, crescendo 16%. Já o valor da produção do estado do Ceará saiu de 13 milhões de reais (2008) para 17 milhões (2009), houve um acréscimo de 4 milhões de reais em apenas uma ano. O mesmo ocorreu com o território, onde do ano de 2008 para 2009, houve uma queda na quantidade produzida, no entanto, no valor da produção houve um acréscimo.

Os quatro maiores produtores de mel do território são os municípios de Chorozinho, Horizonte, Maranguape e Pacajus, com 23, 14, 14 e 49 mil quilogramas de mel, respectivamente, para o ano de 2009. Esses municípios

respondem por 96% da produção total do território. Se analisarmos o valor da produção, o mesmo ocorre, respondendo por 95% do valor total do território.

A situação da cadeia da apicultura no território é bastante favorável e em expansão. Apesar disso, existem apenas duas casa de mel sifadas dentro do território, sendo uma em Horizonte e uma em Pacajus.

A cadeia da pesca também apresenta um alto valor econômico para o território, ocupando um papel de destaque entre as cadeias produtivas. A mesma esta relacionada diretamente com a localização geográfica do território, isto é, os municípios de Aquiraz e Caucaia estão localizados na costa marinha do estado. Além disso, esta cadeia está bem vinculada ao hábito alimentar da população, contribuindo assim para que seja considerada como uma das principais cadeias relacionadas ao desenvolvimento econômico do território.

A produção anual de pescado marinho e estuarino do Estado do Ceará oscilou de 14,2 a 18,9 mil toneladas/ano, entre 1996 e 2005, sendo evidenciada uma evolução no desempenho da pesca de pequena escala, que captura, principalmente, peixes, haja vista que sua participação relativa na produção, estadual cresceu de 49% para 58%, no mesmo período.

A produção da cadeia produtiva do pescado no Território Metropolitano José de Alencar representa, aproximadamente, 3 % do total do estado do Ceará, sendo 1,7% para o município de Aquiraz e 1,3% para Caucaia. Apesar de o Território Metropolitano José de Alencar não responder por grande parte da produção de pescados do estado, apresenta uma importante função social e cultural.

O valor da produção da cadeia produtiva do pescado no Território Metropolitano José de Alencar é de R\$ 2,5 milhões, o que corresponde a 1,8% do valor total da produção do estado do Ceará que é de R\$ 144,6 milhões. Apesar disso, o Território Metropolitano José de Alencar se destaca quantitativamente no que se refere à frota de embarcações pesqueira. A frota total do estado do Ceará é constituída por 7.431 embarcações, enquanto que desse total, o território possui uma frota de 877 embarcações, representando, aproximadamente, 12 % da frota do estado (IBAMA, 2010).

Os pescadores estão bastante organizados, normalmente, em associações e colônias. Apesar disso, a comercialização, em sua grande



maioria, é realizada in natura. Vale ressaltar que a Associação dos Sítios Novos em Caucaia vem comercializando com o PNAE polpa de peixe e filé de peixe, o mesmo terceiriza o processamento a partir da empresa Valpex. Já a Associação Buenos Aires II, vem comercializando filé de peixe através do PAA.

Na Tabela 57, verifica-se a produção do pescado marítimo e estuarino do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, em 2007 e 2008.

**Tabela 57:** Produção do pescado marítimo e estuarino, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2007-2008.

Municípios	Produção do pescado marítimo e estuarino (t)	
	2007	2008
Ceará	17.920	20.538
Aquiraz	376	451
Caucaia	91	124

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Quanto a organização dos agricultores no que se refere a compras coletivas, os produtores da cadeia produtiva da avicultura realizam compra de insumos coletivamente. Segundo dados primários, as fábricas de rações e defensivos Agrícolas instaladas em Maracanaú (NUFARM) também o fazem.

#### 15.1.5 Extrativismo

A exploração da lenha, do carvão e da palha da carnaubeira são as atividades extrativistas mais desenvolvidas no território e tem um papel importante em sua economia. A extração da lenha e do carvão são atividades extremamente degradadoras do meio ambiente, pois sem um manejo racional, isto é, agroflorestal, não existe nenhum tipo de cuidado com o ecossistema no manejo adotado em sua exploração.

No caso da carnaúba, a situação é completamente diferente. Por ser uma espécie extremamente adaptada ao extrativismo, não sofre conseqüências tão graves no seu processo de extração. Torna-se grave quando a retirada da espécie é com finalidade de desocupação de espaço para

implantação de culturas agrícolas. Há também um desperdício significativo da bagana (palha picotada para extração da cera), que em vez de ser utilizada como cobertura morta em cultivos agrícolas, tornando um sistema de cultivo mais sustentável, na maioria das vezes, é queimada.

Na Tabela 58, podemos verificar a produção e o valor da produção dos principais produtos extrativos vegetais do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, em 2008 e 2009.

Dentre os produtos do extrativismo vegetal, o que possui maior valor da produção no território é, sem dúvidas, a carnaúba, com 631 mil reais para a cera, 294 mil reais para o pó, e, 194 mil reais em fibra, resultando em 1,1 milhão de reais somente para essa cadeia no território. Podemos verificar que tanto a quantidade produzida quanto o valor da produção cresceram nos anos observados. A quantidade produzida no território responde por apenas 5% do total do estado do Ceará. Quanto ao valor da produção esse percentual acompanha a mesma tendência com apenas 3% do valor total produzido.

Como a carnaubeira predomina nos ambientes com solos argilosos, aluviões, de margens de rios, suportam lugares alagados e com elevados teores de salinidade (CUNHA, 1994), características estas comuns em alguns municípios do Território Metropolitano José de Alencar, como é o caso de parte do Aquiraz, Caucaia e Pacatuba. Esta cadeia produtiva apresenta um elevado potencial de produção, ocupando assim papel de destaque ao pensar em desenvolvimento rural do território.

Com a finalidade de estimular e conscientizar os diferentes segmentos da cadeia produtiva desta cultura no Território Metropolitano José de Alencar, e para que a mesma ganhe competitividade no mercado, faz-se necessário a racionalização dos sistemas de produção vigentes, contribuindo para o aumento da renda do agricultor familiar e melhoria da qualidade do pó cerífero, da cera e de seus derivados.

No Território Metropolitano José de Alencar, os empreendimentos da agricultura familiar produzem a cera em pequenas casas de cera, localizadas no quintal da própria moradia. Em alguns empreendimentos, a cera é produzida em casas de cera que são adaptações de casas de farinha, tendo o espaço dupla funcionalidade de acordo com as safras da carnaúba ou mandioca.

A comercialização é realizada pelos agricultores familiares através de corretores de exportação e industriais exportadores, que reúnem a produção de cera de carnaúba e realizam seu processamento e comercialização para compradores internacionais e nacionais.

**Tabela 58:** Produção e valor da produção dos principais produtos extrativos, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção extrativa vegetal			
	Quantidade (t)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Carnaúba (cera)				
Ceará	2.478	2.294	15.616	14.705
Território	90	93	589	631
Aquiraz	0	0	2	2
Caucaia	90	93	587	629
Carnaúba (pó)				
Ceará	5.492	5.497	17.464	18.026
Território	45	49	218	249
Aquiraz	5	6	21	23
Chorozinho	33	36	167	196
Guaiúba	0	0	2	2
Maranguape	1	1	4	4
Pacatuba	6	6	24	24
Carnaúba (fibra)				
Ceará	1.423	1.454	861	975
Território	284	288	176	194
Aquiraz	64	64	32	34
Caucaia	44	46	30	33
Eusébio	4	4	2	2
Itaitinga	1	2	1	1
Maranguape	6	6	4	4
Pacatuba	165	166	107	120
Carvão vegetal				
Ceará	11.499	11.340	3.593	3.952
Território	116	117	58	66
Aquiraz	5	5	3	3
Caucaia	4	4	2	2
Eusébio	1	1	0	0
Horizonte	21	21	10	11
Itaitinga	7	7	3	4
Maranguape	25	26	13	16
Pacajus	50	50	25	28
Pacatuba	3	3	2	2
Lenha (1)				
Ceará	4.550.237	4.525.309	33.933	35.212
Território	58.061	58.998	325	382
Aquiraz	2.100	2.210	11	14
Caucaia	2.653	2.705	20	21
Eusébio	95	110	0	1
Guaiúba	6.250	6.315	47	49
Horizonte	7.210	7.350	36	46
Itaitinga	80	85	0	1
Maranguape	4.853	4.913	36	38
Pacajus	34.500	35.000	173	210
Pacatuba	320	310	2	2

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

O carvão vegetal não tem uma grande importância econômica para o território, assim como, para o estado do Ceará. No entanto, se considerarmos a lenha, verificamos que é uma produto extrativista de alto valor econômico para

o estado do Ceará, com 35 milhões de reais. Já para o território não possui tanta importância econômica. Vale ressaltar que essa atividade não tem nada a se vangloriar, pois a mesma é uma das maiores degradadoras no meio ambiente, resultando em prejuízos muito sérios para a fauna e flora de um bioma muito sensível como a caatinga, onde se encontra maior parte dos municípios do território.

## 16 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Na Tabela 59, podemos verificar o número de imóveis rurais por tamanho imóvel e classificação de áreas do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, em 2005.

**Tabela 59:** Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, em 2005.

Municípios	Imóveis rurais											
	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificado (1)	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Ceará	148.767	9.786.124	1.492	2.372.180	7.646	2.607.399	33.397	3.095.364	101.551	1.694.466	4.681	16.715
Território	5.045	213.918	188	109.172	532	55.609	1.200	35.139	3.051	13.125	74	873
Aquiraz	972	21.184	29	8.366	94	6.542	216	4.369	623	1.896	10	11
Caucaia (2)	1.833	86.911	84	50.853	174	19.046	396	12.033	1.153	4.467	26	512
Chorozinho	442	28.315	16	19.380	32	3.602	111	3.680	282	1.653	1	0
Eusébio	101	1.018	1	166	3	232	18	377	77	243	2	0
Guaiúba	162	14.209	16	5.961	50	5.815	60	2.203	31	230	5	0
Horizonte	197	5.639	4	1.967	15	1.310	53	1.693	123	670	2	0
Itaitinga	42	1.018	-	-	5	688	7	183	30	147	-	-
Maracanaú	95	2.605	1	780	8	1.004	15	533	70	288	1	0
Maranguape	540	31.990	27	13.290	95	10.779	204	6.255	200	1.324	14	341
Pacajus	436	11.876	3	4.815	27	3.411	68	2.112	330	1.537	8	0
Pacatuba	225	9.154	7	3.594	29	3.181	52	1.700	132	670	5	9

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

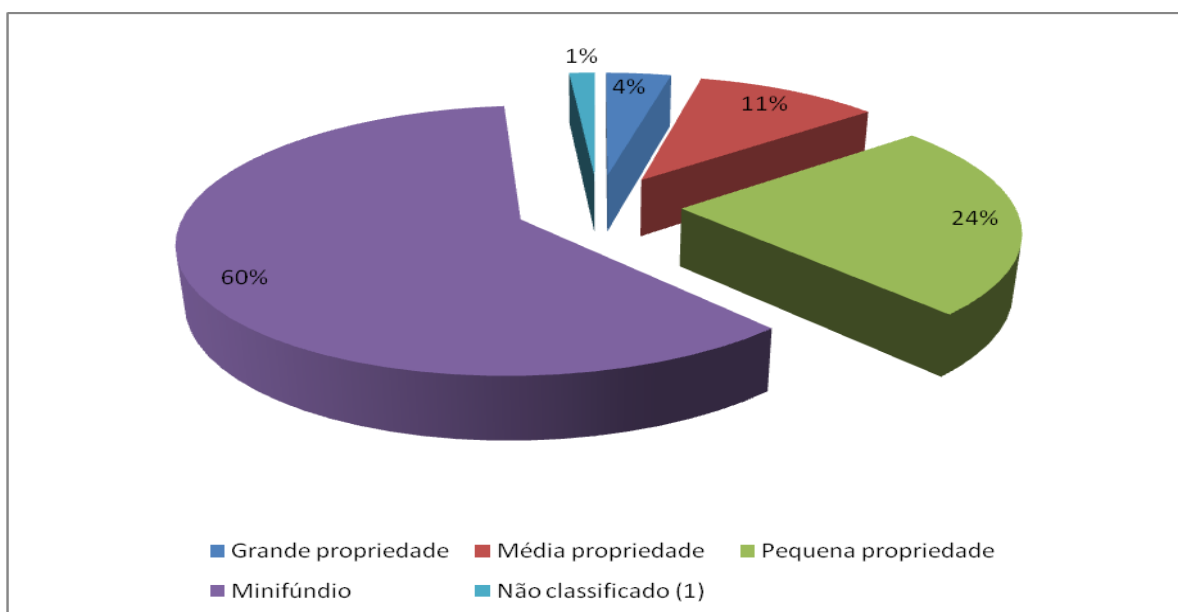
De acordo com a tabela acima, verificamos que o número total de imóveis do território é de 5.045 imóveis, ocupando uma área de, aproximadamente, 214 mil hectares. Deste número de imóveis, a grande maioria é classificada como minifúndios, que reflete de certa forma o padrão da agricultura familiar do território.

Podemos verificar na Tabela 60 que 188 propriedades do território ocupam uma área de 109 mil hectares, sendo assim classificadas como grandes propriedades. Outras 532 propriedades ocupam uma área de 56 mil hectares, classificadas como médias propriedades. As propriedades classificadas como pequenas ocupam uma área de 35 mil hectares em um número total de 1.200 propriedades. Finalmente, as propriedades classificadas

como minifúndios, ocupam 13 mil hectares, em um número total de 3.051 propriedades.

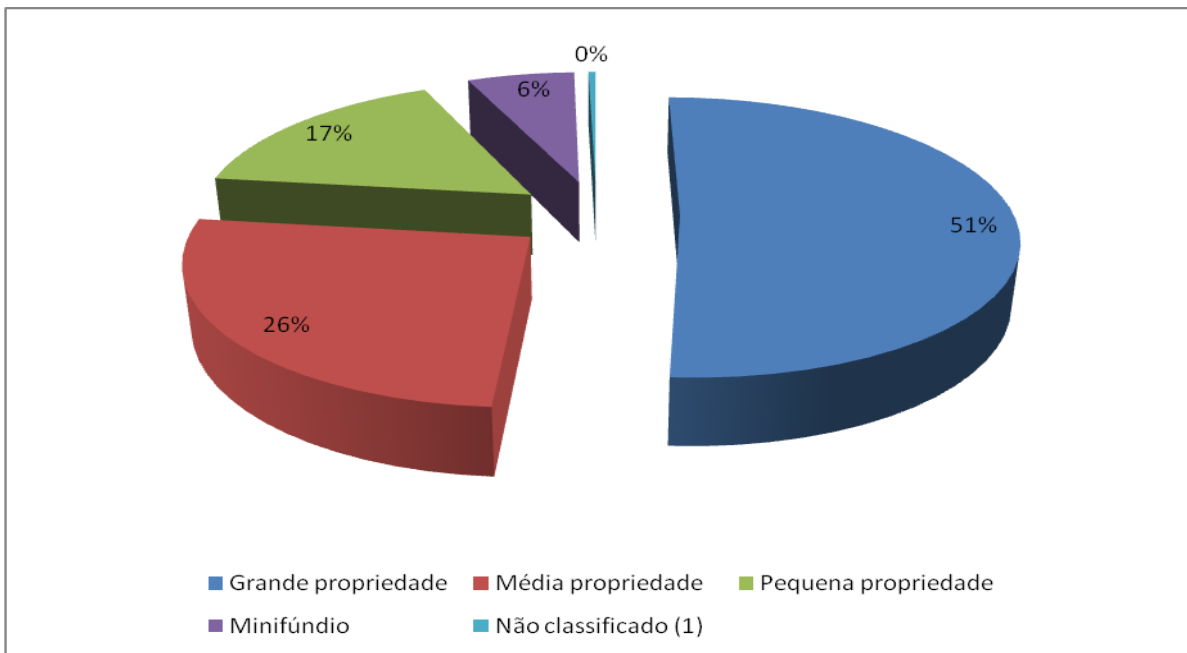
Apesar disso, observa-se que os detentores da maior parte da área dos imóveis do território são os imóveis classificados como grandes propriedades. Vale ressaltar que, no município de Itaitinga, nenhuma propriedade foi classificada como grande propriedade. Nos municípios de Eusébio, Maracanaú e Pacajus, somente, 1, 1 e 3 propriedades foram classificadas dessa maneira, respectivamente.

Nas Figuras 14 e 15, verificamos a distribuição percentual do número e área de imóveis de acordo com a classificação de áreas dos municípios do Território Metropolitano José de Alencar, em 2005.



**Figura 14:** Distribuição percentual do número de propriedades por classificação de áreas do Território Metropolitano José de Alencar, 2005.

**Fonte:** IPEADATA (IPEA, 2010)



**Figura 15:** Distribuição percentual da área ocupada pelas propriedades por classificação de áreas do Território Metropolitano José de Alencar, 2005.  
**Fonte:** IPEADATA (IPEA, 2010)

Verificamos que 60% das propriedades são classificadas como minifúndios, refletindo que a estrutura fundiária territorial tem como base a agricultura familiar. O que chama atenção também é que 24% das propriedades são classificadas como pequenas propriedades. Logo, se somarmos o percentual de minifúndios e pequenas propriedades, perceberemos que 84% das propriedades estão nas mãos de agricultores de base familiar. Esse número é bastante significativo e deve dar subsídios as políticas públicas do território.

Ainda analisando a distribuição do número de propriedades no território, verificamos que somente 11% das propriedades, encontram-se classificadas como média propriedade e somente 4% como grande propriedade.

Quando fazemos a análise da distribuição da área dos imóveis rurais de acordo com sua classificação, notamos que o inverso acontece, onde 51% da área dos imóveis está ocupada por propriedades classificadas como grande propriedade. Nas classes média, pequena e minifúndios, a divisão é mais uniforme e a distribuição percentual é de 26%, 17% e 6%, respectivamente. Isso reflete a má distribuição de terras no território, que é reflexo de todo um contexto histórico. Esses dados subsidiam ao território a importância e a

necessidade de uma política de reforma agrária mais igualitária e efetiva para o Brasil, Ceará, Território Metropolitano José de Alencar.

Na Tabela 60, verificamos que no Território Metropolitano José de Alencar não foram realizados cadastros e nem foram regularizados imóveis rurais nos anos de 2008 e 2009. No entanto, sabemos que desde o ano de 2010 o IDACE vem realizando cadastro e regularizando imóveis rurais em todo estado do Ceará, porém, esses dados ainda não se encontram disponíveis.

**Tabela 60:** Cadastro técnico e regularização fundiária de imóveis rurais, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Imóveis rurais							
	Cadastrados				Regularizados			
	Programado		Realizado		Programado		Realizado	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	18.470	39.433	15.390	34.746	12.776	18.202	10.682	18.301
Território	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

### 16.1 Número de assentamentos e assentados/as da reforma agrária

De acordo com a tabela abaixo, podemos verificar que foram implantado nos anos de 2008 e 2009, cerca de 6 assentamentos de trabalhadores rurais. Estes ocupam uma área total de 410 hectares, beneficiando um 41 famílias.

**Tabela 61:** Assentamento de trabalhadores rurais, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, implantados em 2008 e 2009.

Municípios(2)	Assentamento de trabalhadores rurais (1)					
	Número de imóveis		Área (ha)		Famílias beneficiadas	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	42	73	9.165,08	13.240,94	340	566
Território	1	5	62	348	8	33
Chorozinho	-	1	0,00	170,80	-	20
Guaiúba	1	2	62,18	100,54	8	8
Maranguape	-	2	-	76,56	-	5

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

A grande maioria dos assentamentos do território são crédito fundiário. Em Guaiúba existe uma organização dos assentamentos do município, que são ao todo 16 assentamentos.



## **17 FINANCIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO**

### **17.1 Comercialização da produção de base familiar e artesanal**

#### **17.1.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

Dos 11 municípios que compõem o Território Metropolitano José de Alencar, apenas três deles acessam o programa, dentre eles: Chorozinho, Guaíba e Pacajus. Há a necessidade de discutir a importância para os municípios juntamente com seus gestores. A situação demonstra a falta de sensibilidade das autoridades locais bem como a falta de informação por parte dos agricultores sobre esse processo de dinamização econômica que remete ao acesso aos programas institucionais. Essa falta de acesso às informações demonstra o não envolvimento dos gestores com o programa. O PAA, dessa forma, se mostra no território com alguns entraves, ao contrário do PNAE, cujos acessos são maiores.

Os três municípios beneficiados se apresentam com características bem comuns. No caso de Chorozinho, o secretário de agricultura dá total empoderamento aos seus representantes em acompanhar os grupos e associações, com total abertura e negociação para a comercialização. O que caracteriza Chorozinho quanto ao acesso é o apoio que a gestão atual dá aos núcleos produtores.

Em Chorozinho a implantação do PAA se deu através de seis projetos na modalidade CPR-Doação, com recursos do MDS, com as seguintes associações:

- Associação dos agricultores familiares do Distrito do Cedro (86 agricultores familiares)
- Associação dos pequenos produtores rurais de Nova Esperança (76 agricultores familiares)
- Associação comunitária dos agricultores e pescadores da Ribeira do Choró (87 agricultores familiares)

- Associação Comunitária dos pequenos produtores e pessoas carentes de Tourada (39 agricultores familiares)
- Associação dos moradores do Sítio Retiro (66 agricultores familiares)
- Associação dos moradores do Sítio Riacho Doce (81 agricultores familiares)

Os projetos de compra e venda contratados nesse município totalizaram em R\$ 1.911.726,78. Os consumidores dos produtos são associações, escolas, paróquias, institutos, centros de referência, comunidades, cooperativas e conselhos.

No município de Guaiúba, a situação é bem peculiar, pois existe apoio e empenho da secretaria de agricultura. Esta contratou um responsável para estar à frente dos acessos aos mercados institucionais, tanto para o PAA como para o PNAE. Assim, os grupos são articulados para garantir o acesso.

Em Guaiúba a implantação do PAA no ano de 2010 se deu através de dois projetos na modalidade CPR-Doação, com recursos do MDS, com as seguintes associações:

- Associação de produtores rurais e da Agricultura Familiar de Água Verde (34 agricultores familiares)
- Associação de produtores rurais de Guaiúba com (26 agricultores familiares)

Os projetos de compra e venda contratados nesse município totalizaram em R\$ 209.980,82. Os consumidores dos produtos são associações comunitárias, associações beneficentes e albergues.

No município de Pacajus a implantação do PAA no ano de 2010 se deu através de dois projetos na modalidade CPR-Doação, com recurso do MDS e de um projeto na modalidade CPR-Estoque, com recursos do MDA, com as seguintes associações:

- Associação dos moradores de Pascoal (61 agricultores familiares)
- Associação dos moradores de Pascoal com (89 agricultores familiares)
- Associação Com. Pro cidadania de Itapipaba (45 agricultores familiares)

Os projetos de compra e venda contratados nesse município totalizaram em R\$ 599.996,00. Os consumidores dos produtos são associações comunitárias, associações beneficentes e albergues.

## **17.2 Crédito no Apoio a Agricultura Familiar**

Na política de crédito para os Agricultores Familiares, vale destacar o forte apoio para investimento e o custeio para a produção, em especial o PRONAF nos últimos anos. Entretanto, há uma necessidade de desburocratizar o crédito para apoio a colheita, beneficiamento e/ou estoque temporário, possibilitando aos agricultores uma colheita tranqüila para uma logística de comercialização adequada e no tempo certo, aguardando o melhor preço para os produtos, sem a urgência de vender a qualquer preço para poder pagar os custos desse elo final da cadeia produtiva. A ausência desse financiamento para apoio a comercialização vem fortalecendo a cada dia mais a rede de atravessadores do território.

Nas Tabelas 62 e 63, verificamos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e pecuária por finalidades (custeio, investimento e comercialização) do estado do Ceará, do Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, em 2008.

Verificamos que, em 2008, foram fechados 4.615 contratos, sendo concedido um montante de 55,5 milhões de reais no Território Metropolitano José de Alencar. Desse total, 2 mil dos contratos foram da Agricultura e 3 mil da Pecuária, no entanto, o montante de recurso financiados na pecuária foi bem superior, cerca de 36,8 milhões de reais, enquanto que na agricultura, cerca de 18,7 milhões de reais.

Se compararmos com o estado do Ceará, verificamos que o Território Metropolitano José de Alencar correspondeu por uma fatia de 10% do total financiado no estado do Ceará. Se analisarmos o número de contratos, notamos que 3% do número total de contratos foram concedidos no território, isso no ano de 2008.

Se fizermos essa análise para o ano de 2009, percebemos que o número de contratos no território caiu para 3.695, assim como, o valor total de

financiamentos foi reduzido para 36,4 milhões de reais, cerca de 19,1 milhões a menos do que o ano anterior. Desse total, foram concedidos 27,5 milhões para a agricultura e 8,9 milhões de reais para a pecuária, o inverso do ocorrido no ano de 2009.

Se compararmos com o estado do Ceará, verificamos que o Território Metropolitano José de Alencar correspondeu por uma fatia de 7% do total financiado no estado do Ceará, um pouco inferior ao ano de 2008. Enquanto o número de contratos, notamos que se manteve em um percentual de 3% do número total de contratos, isso no ano de 2009.

**Tabela 62:** Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitan José de Alencar e seus municípios, 2008.

Municípios	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas							
	2008							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)
	<b>Total</b>							
Ceará	137.243	542.354.509	20.881	110.950.971	116.231	278.000.097	131	153.403.442
Território	4.615	55.455.399	199	6.509.231	4.409	37.634.246	7	11.311.922
Aquiraz	306	887.711	12	236.349	293	477.046	1	174.315
Caucaia	1.327	7.077.735	10	770.092	1.315	2.637.251	2	3.670.392
Chorozinho	344	4.287.214	48	3.715.769	296	571.445	-	-
Eusébio	2	5.099.023	1	100.000	-	-	1	4.999.023
Guaiúba	929	1.311.253	2	34.179	927	1.277.074	-	-
Horizonte	194	2.330.676	10	91.994	184	2.238.681	-	-
Itaitinga	35	49.800	-	-	35	49.800	-	-
Maracanaú	22	2.243.420	2	250.000	18	25.135	2	1.968.285
Maranguape	1.041	30.885.576	29	609.017	1.011	29.776.652	1	499.907
Pacajus	353	986.141	83	491.831	270	494.311	-	-
Pacatuba	62	296.850	2	210.000	60	86.850	-	-
	<b>Agricultura</b>							
Ceará	49.466	288.262.071	16.780	74.304.380	32.577	77.661.614	109	136.296.077
Território	1.857	18.662.260	164	4.899.208	1.687	2.951.036	6	10.812.015
Aquiraz	174	541.322	8	93.513	165	273.494	1	174.315
Caucaia	364	4.353.850	-	-	362	683.458	2	3.670.392
Chorozinho	186	3.950.278	48	3.715.769	138	234.509	-	-
Eusébio	1	4.999.023	-	-	-	-	1	4.999.023
Guaiúba	351	484.455	1	33.929	350	450.526	-	-
Horizonte	95	285.767	9	41.998	86	243.770	-	-
Itaitinga	15	21.500	-	-	15	21.500	-	-
Maracanaú	7	1.975.365	-	-	5	7.080	2	1.968.285
Maranguape	403	1.212.144	15	522.169	388	689.975	-	-
Pacajus	227	788.705	83	491.831	144	296.875	-	-
Pacatuba	34	49.850	-	-	34	49.850	-	-
	<b>Pecuária</b>							
Ceará	87.777	254.092.438	4.101	36.646.591	83.654	200.338.482	22	17.107.365
Território	2.758	36.793.140	35	1.610.023	2.722	34.683.210	1	499.907
Aquiraz	132	346.389	4	142.837	128	203.552	-	-
Caucaia	963	2.723.885	10	770.092	953	1.953.794	-	-
Chorozinho	158	336.936	-	-	158	336.936	-	-
Eusébio	1	100.000	1	100.000	-	-	-	-
Guaiúba	578	826.797	1	250	577	826.547	-	-
Horizonte	99	2.044.908	1	49.997	98	1.994.912	-	-
Itaitinga	20	28.300	-	-	20	28.300	-	-
Maracanaú	15	268.055	2	250.000	13	18.055	-	-
Maranguape	638	29.673.432	14	86.848	623	29.086.678	1	499.907
Pacajus	126	197.436	-	-	126	197.436	-	-
Pacatuba	28	247.000	2	210.000	26	37.000	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 63:** Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2009.

Municípios	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas							
	2009							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)
<b>Total</b>								
Ceará	113.618	551.363.361	14.298	117.129.449	99.179	284.011.763	141	150.222.149
Território	3.695	36.416.059	96	6.294.988	3.585	9.280.810	14	20.840.261
Aquiraz	235	2.769.198	10	256.881	225	2.512.317	-	-
Caucaia	1.109	3.273.834	8	432.131	1.100	1.841.703	1	1.000.000
Chorozinho	295	5.066.381	16	4.288.162	279	778.220	-	-
Eusébio	14	13.094.106	-	-	6	50.000	8	13.044.106
Guaiúba	378	848.533	-	-	378	848.533	-	-
Horizonte	232	745.228	2	9.587	230	735.642	-	-
Itaitinga	82	108.250	-	-	82	108.250	-	-
Maracanaú	46	6.393.924	3	589.985	40	87.741	3	5.716.199
Maranguape	859	3.000.667	27	545.353	830	1.375.358	2	1.079.956
Pacajus	312	843.232	30	172.890	282	670.341	-	-
Pacatuba	133	272.706	-	-	133	272.706	-	-
<b>Agricultura</b>								
Ceará	40.342	310.181.889	11.096	71.715.634	29.117	110.522.402	129	127.943.852
Território	1.731	27.471.126	73	4.768.423	1.646	2.942.399	12	19.760.305
Aquiraz	130	310.703	6	127.877	124	182.826	-	-
Caucaia	368	1.470.398	1	2.263	366	468.134	1	1.000.000
Chorozinho	165	4.761.924	16	4.288.162	149	473.762	-	-
Eusébio	9	13.048.106	-	-	1	4.000	8	13.044.106
Guaiúba	154	298.513	-	-	154	298.513	-	-
Horizonte	120	419.086	2	9.587	118	409.500	-	-
Itaitinga	43	55.550	-	-	43	55.550	-	-
Maracanaú	26	5.746.130	-	-	23	29.932	3	5.716.199
Maranguape	457	854.672	18	167.644	439	687.027	-	-
Pacajus	208	413.690	30	172.890	178	240.800	-	-
Pacatuba	51	92.356	-	-	51	92.356	-	-
<b>Pecuária</b>								
Ceará	73.276	241.181.472	3.202	45.413.815	70.062	173.489.361	12	22.278.297
Território	1.964	8.944.933	23	1.526.565	1.939	6.338.411	2	1.079.956
Aquiraz	105	2.458.495	4	129.004	101	2.329.491	-	-
Caucaia	741	1.803.437	7	429.868	734	1.373.569	-	-
Chorozinho	130	304.458	-	-	130	304.458	-	-
Eusébio	5	46.000	-	-	5	46.000	-	-
Guaiúba	224	550.021	-	-	224	550.021	-	-
Horizonte	112	326.142	-	-	112	326.142	-	-
Itaitinga	39	52.700	-	-	39	52.700	-	-
Maracanaú	20	647.794	3	589.985	17	57.809	-	-
Maranguape	402	2.145.995	9	377.708	391	688.331	2	1.079.956
Pacajus	104	429.541	-	-	104	429.541	-	-
Pacatuba	82	180.350	-	-	82	180.350	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Ao analisarmos a finalidade dos investimentos, em 2008, podemos notar que, no Território Metropolitano José de Alencar, a distribuição foi a seguinte:

6,5 milhões de reais para o custeio; 37,6 milhões em investimento; e, 11,3 milhões em comercialização. Dos 6,5 milhões utilizados em custeio, 4,9 milhões de reais foram na agricultura e 1,6 milhões na pecuária. Para a finalidade investimento, cerca de 2,9 milhões foram concedidos para a agricultura e 34,7 milhões para a pecuária. O montante de, aproximadamente, 10,8 milhões de reais concedidos para a comercialização foram utilizados na agricultura, e, somente 500 mil reais na pecuária.

No ano de 2009, verificamos que, no Território Metropolitano José de Alencar, a distribuição foi a seguinte: 6,3 milhões de reais para o custeio; 9,3 milhões em investimento; e, 20,8 milhões em comercialização. Dos 6,3 milhões utilizados em custeio, 4,8 milhões de reais foram na agricultura e 1,5 milhões na pecuária. Para a finalidade investimento, cerca de 2,9 milhões foram concedidos para a agricultura e 6,3 milhões para a pecuária. O montante de, aproximadamente, 20,8 milhões de reais concedidos para a comercialização foram utilizados na agricultura com 19,8 milhões e pecuária com 1,1 milhões.

Dentre os municípios, Maranguape, seguido de Caucaia e Eusébio foram os que acessaram mais créditos para financiamento, com 30, 7 e 5 milhões de reais, respectivamente, isso no ano de 2008. Para o ano de 2009, a situação se inverteu e o município de Eusébio, seguido dos municípios de Maracanaú e Chorozinho foram os que mais acessaram crédito, com 13, 6 e 5 milhões de reais, respectivamente.

Vale ressaltar que no ano de 2008, somente os municípios de Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Maracanaú e Maranguape, é que acessaram crédito para a finalidade comercialização. Somente Eusébio acessou 5 milhões de reais, enquanto todos os outros juntos, acessaram 6 milhões de reais. Em de 2009, os municípios de Caucaia, Eusébio, Maracanaú e Maranguape, acessaram crédito para esse fim. Sendo que, somente o município de Eusébio, acessou 13 milhões de reais.

Segundo informações do comitê, não falta recursos de crédito agrícola, no entanto, existem problemas na liberação junto ao banco do Brasil. Um outro grande problema é a falta de recursos humanos qualificados para a elaboração de projetos. Ainda segundo eles, existe um grande número de inadimplentes no território, principalmente, no Pronaf B. Os mesmos comentaram que a

possibilidade de quitação da dívida é real, no entanto, falta por parte do produtores informação e condições para ir a agência renegociar a dívida.



## **18 SERVIÇOS, TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA**

### **18.1 Serviços**

#### **18.1.1 Serviços no Meio Rural**

Os serviços no meio rural se destacam a partir das principais cadeias produtivas do território como, o extrativismo da Carnaúba, o processamento da castanha de caju, o processamento da mandioca, a pesca, e, a extração do mel.

Na cadeia da carnaúba, com período de seis meses de trabalho (agosto a dezembro), esta atividade é realizada por homens e é mais comum para a região do sertão onde o Território alcançou no ano de 2009 um valor de produção em torno de 1,1 milhão de reais.

Outra cadeia é a cajucultura, onde o período de trabalho é apenas nos meses de outubro a dezembro. Nessa atividade participam homens, mulheres e jovens para coleta das castanhas, embora o território tenha uma produção de 9 mil toneladas e um valor de produção de 8 milhões de reais. Apesar disso, há um potencial muito maior com o pedúnculo do caju e pouco aproveitado, por conta de não haver indústrias para o beneficiamento desse produto que acaba por ser desperdiçado.

A cadeia produtiva da mandiocultura ocorre no período da pós colheita, final do ano, com uma produção de 85 toneladas e 12 milhões de reais.

A pesca acontece durante o ano inteiro, com exceção do período de defeso, essa cadeia produtiva possui valor econômico de 2,5 milhões de reais.

#### **18.1.2 Serviços no Meio Urbano**

Os serviços se configuram como um setor bastante expressivo, com algumas atividades que o colocam em um patamar que representa mais de 50% do PIB territorial.

Em 2008, 796 empresas prestadoras de serviços, atuaram em diversas áreas. O maior número delas é dos setores de alojamento e alimentação, com

473 empresas, correspondendo a 59% do total; e o de transporte e armazenamento, com 129 empresas e correspondendo a 16% do total. O município de Maracanaú desponta como o que apresenta maior número de empresas de serviços em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Guaiúba é o município que possui o menor número de empresas prestadoras de serviços, com apenas sete empresas, sendo quatro no setor de alojamento e alimentação e três na área de administração pública, defesa e seguridade social.

As outras atividades colaboram com os seguintes percentuais: comunicação, 1%; intermediação financeira, menos de 1%; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, 10%; administração pública, defesa e seguridade social, 7%; educação, menos de 1%; serviços sociais, menos de 1%; e, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, 5%.

**Tabela 64:** Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008.

Municípios	Empresas de serviços									
	2008									
	Total	Transporte e armazenamento	Comunicação	Alojamento e alimentação	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais
Ceará	9.219	890	316	5.570	33	834	899	65	132	480
Território	796	129	6	473	2	81	59	5	3	38
Aquiraz	104	6	2	78	1	5	6	1	-	5
Caucaia	205	11	1	159	-	12	7	2	-	13
Chorozinho	18	1	-	10	-	3	3	-	-	1
Eusébio	96	23	1	26	-	31	10	1	-	4
Guaiúba	7	-	-	4	-	-	3	-	-	-
Horizonte	42	6	-	22	-	7	4	1	-	2
Itaitinga	26	7	-	12	-	2	4	-	1	-
Maracanaú	199	59	2	102	1	17	8	-	2	8
Maranguape	48	7	-	31	-	3	5	-	-	2
Pacajus	27	5	-	16	-	1	5	-	-	-
Pacatuba	24	4	-	13	-	-	4	-	-	3

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 65:** Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2009.

Municípios	Empresas de serviços									
	2009									
	Total	Transporte e armazenamento	Comunicação	Alojamento e alimentação	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais
Ceará	9.199	895	334	5.582	32	907	895	65	154	335
Território	816	128	7	473	2	113	59	5	6	23
Aquiraz	103	6	2	78	1	8	6	1	-	1
Caucaia	203	11	1	159	-	20	7	2	-	3
Chorozinho	18	1	-	10	-	3	3	-	-	1
Eusébio	106	23	2	26	-	39	10	1	1	4
Guaiúba	7	-	-	4	-	-	3	-	-	-
Horizonte	42	6	-	22	-	5	4	1	2	2
Itaitinga	26	7	-	12	-	1	4	-	1	1
Maracanaú	212	59	2	102	1	31	8	-	2	7
Maranguape	48	6	-	31	-	4	5	-	-	2
Pacajus	29	5	-	16	-	2	5	-	-	1
Pacatuba	22	4	-	13	-	-	4	-	-	1

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Em 2009, são 816 empresas prestadoras de serviços, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de alojamento e alimentação, com 473 empresas, correspondendo a 58% do total; e o de transporte e armazenamento, com 128 empresas e correspondendo a 16% do total. O município de Maracanaú desponta como o que apresenta maior número de empresas de serviços em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Guaiúba é o município que possui o menor número de empresas prestadoras de serviços, com apenas sete empresas, sendo quatro no setor de alojamento e alimentação e três na área de administração pública, defesa e seguridade social.

As outras atividades colaboram com os seguintes percentuais: comunicação, 1%; intermediação financeira, menos de 1%; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, 14%; administração pública, defesa e seguridade social, 7%; educação, menos de 1%; serviços sociais, menos de 1%; e, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, 3%.

Na Tabela 66, podemos verificar as cooperativas ativas por classes do estado do Ceará, do Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, em 2008 e 2009.

O território possuía 24 cooperativas em 2008 e no ano de 2009 esse número caiu para 13. Em 2008, as cooperativas estavam distribuídas nos seguintes setores: 2 na agropecuária; 8 no setor de trabalho; 13 no de transporte; e, 1 no de saúde. Com a queda no número de cooperativas, isto é, em 2009, ficaram assim distribuídas: 2 na agropecuária; 2 no setor de trabalho; e, 9 de transporte.

**Tabela 66:** Cooperativas ativas, por classes, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Municípios(1)	Cooperativas ativas																							
	Total		Classes																					
			Agropecuária		Produção		Intra-estrutura		Educatonal		Crédito		Habitacional		Consumo		Mineração		Trabalho		Transporte		Saúde	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	201	154	30	23	4	2	7	7	3	2	12	10	-	-	1	1	-	-	57	22	47	55	40	32
Território	24	13	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	2	13	9	1	-
Aquiraz	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Caucaia	7	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	6	4	-	-
Eusébio	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-
Horizonte	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Maracanaú	5	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	4	3	-	-
Maranguape	4	3	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-
Pacajus	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Pacatuba	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

## 18.2 Turismo

Formada por onze municípios, exceto a capital, é o portão de entrada do Ceará. Para quem gosta de conforto a região possui uma costa bastante urbanizada. São 90 quilômetros de belas praias como Iguape (Aquiraz); Icaraí e Cumbuco (Caucaia) e Praia do Futuro (Fortaleza). No interior, existem serras como as de Maranguape e Pacatuba, que apresentam trechos de Mata Atlântica e são muito usadas para caminhadas em contato com a natureza.

Este território é especialmente forte no turismo de lazer, pela ocorrência de bares, restaurantes, casas de espetáculos, teatros, museus e parques temáticos (existem três nos litorais de Cumbuco e Porto das Dunas). Também é ideal para a realização de eventos e feira de negócios. O turista pode

conciliar a viagem de negócios com um bom passeio pelas praias e pontos turísticos.

Na Tabela 67, podemos verificar a oferta nos meios de hospedagem do Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, em 2008 e 2009. O número de estabelecimentos para hospedagem no território, em 2008, foi de 78 e no ano de 2009 subiu para 79. Dentre os municípios que possuem uma maior oferta, encontra-se Aquiraz e Caucaia, muito por conta de serem pontos com pontos turísticos muito visitados. Esses municípios responderam, em 2009, por 86% do número total de estabelecimentos hoteleiros do território.

**Tabela 67:** Oferta nos meios de hospedagem, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Região/municípios turísticos(2)	Oferta nos meios de hospedagem (1)					
	Estabelecimentos		Unidades habitacionais (3)		Leitos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Território	78	79	1.934	2.152	6.278	6.661
Caucaia	32	34	653	868	2.208	2.664
Guaiúba	2	2	31	31	86	86
Maranguape	7	8	60	69	231	261
Pacatuba	1	1	15	15	50	50
Aquiraz	36	34	1.175	1.169	3.703	3.600

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Na Tabela 68, estão listadas os principais atrativos turísticos do Território Metropolitano José de Alencar.

**Tabela 68:** Atrativos turísticos, segundo o Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios.

Municípios	Atrativos turísticos
Caucaia	Praias, coqueiral, cordão de dunas; Lagoa localizada entre dunas, utilizada para prática de esportes náuticos; Barra de Rio, lagamares, vegetação litorânea; Parque aquático com toboáguas, lanchonetes e restaurantes; Açude; Parque Botânico com mudas de plantas frutíferas e florestais.
Maranguape	Mirantes, altitude entre 500 a 700m, procurados para prática de vôo livre, visão do cordão de dunas e da cidade de Fortaleza; Açudes; Horto; Orquidários; Balneários; Cachoeiras.
Pacatuba	Cachoeiras; Balneário; Hotel Fazenda; Pesque Pague; Lago.

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

### 18.3 Comércio

Sabemos que o comércio é um dos setores mais fortes da economia, movimentando e fazendo circular grandes volumes monetários dentro de um município, logo, também dentro de um território. No Território Metropolitano José de Alencar não é diferente. Nas Tabelas 69 a 72, podemos verificar os estabelecimentos comerciais varejistas do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, em 2008 e 2009.

**Tabela 69:** Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitan José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Total		Automóveis, camionetas, utilitários, motocicletas e motonetas		Peças e acessórios para veículos, motocicletas e motonetas		Bicicletas e triciclos e suas peças e acessórios		Pneumáticos e câmaras de ar		Combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito de petróleo (GLP)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	82.808	82.806	929	929	3.975	3.975	976	976	333	333	1.930	1.930
Território	7.253	7.254	23	23	273	273	124	124	19	19	228	228
Aquiraz	604	604	2	2	11	11	6	6	2	2	22	22
Caucaia	1.837	1.837	6	6	68	68	29	29	4	4	78	78
Chorozinho	135	135	-	-	8	8	1	1	-	-	7	7
Eusébio	375	376	-	-	13	13	13	13	1	1	13	13
Guaiúba	130	130	-	-	2	2	5	5	-	-	2	2
Horizonte	376	376	2	2	18	18	5	5	1	1	14	14
Itaitinga	238	238	-	-	13	13	5	5	1	1	7	7
Maracanaú	2.108	2.108	9	9	87	87	39	39	5	5	44	44
Maranguape	595	595	-	-	19	19	9	9	3	3	17	17
Pacajus	492	492	4	4	29	29	8	8	1	1	13	13
Pacatuba	363	363	-	-	5	5	4	4	1	1	11	11

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 70:** Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitan José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Mercadorias em geral (1)		Lojas de departamentos, magazines e lojas de variedades		Produtos de gêneros alimentícios		Bebidas		Tecidos, vestuário e artigos de armarinho		Calçados, artigos de couro e de viagem	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	28.100	28.095	392	392	3.239	3.238	1.313	1.313	14.875	14.871	1.358	1.356
Território	2.509	2.509	27	27	384	384	138	138	1.333	1.333	72	72
Aquiraz	282	282	-	-	24	24	15	15	75	75	3	3
Caucaia	633	633	8	8	87	87	49	49	271	271	25	25
Chorozinho	62	62	3	3	5	5	3	3	22	22	-	-
Eusébio	131	131	1	1	16	16	7	7	39	39	5	5
Guaiúba	56	56	-	-	4	4	4	4	25	25	-	-
Horizonte	136	136	3	3	10	10	4	4	69	69	6	6
Itaitinga	92	92	-	-	5	5	2	2	36	36	-	-
Maracanaú	538	538	9	9	167	167	31	31	570	570	14	14
Maranguape	267	267	2	2	21	21	12	12	90	90	7	7
Pacajus	153	153	-	-	24	24	3	3	74	74	11	11
Pacatuba	159	159	1	1	21	21	8	8	62	62	1	1

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 71:** Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Ótica, relojoaria e joalheria		Artigos de "souvenirs", bijuterias e artesanato		Perfumaria e produtos farmacêuticos		Medicamentos veterinários, artigos para animais, ração e animais		Máquinas, aparelhos e equipamentos eletro-eletrônicos de uso doméstico e pessoal		Máquinas, equipamentos e materiais de informática e comunicação	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	1.377	1.377	974	974	3.313	3.313	1.127	1.128	1.191	1.191	1.991	1.991
Território	97	97	46	46	263	263	120	120	53	53	109	109
Aquiraz	4	4	8	8	23	23	7	7	2	2	9	9
Caucaia	26	26	11	11	68	68	47	47	8	8	23	23
Chorozinho	1	1	1	1	3	3	-	-	1	1	-	-
Eusébio	8	8	3	3	14	14	8	8	2	2	8	8
Guaiúba	2	2	-	-	7	7	6	6	3	3	1	1
Horizonte	7	7	3	3	17	17	4	4	5	5	5	5
Itaitinga	2	2	-	-	8	8	4	4	3	3	1	1
Maracanaú	30	30	12	12	65	65	21	21	17	17	36	36
Maranguape	7	7	3	3	21	21	6	6	3	3	11	11
Pacajus	8	8	4	4	27	27	11	11	8	8	10	10
Pacatuba	2	2	1	1	10	10	6	6	1	1	5	5

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 72:** Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas													
	Artigos fotográficos e cinematográficos, instrumentos musicais e acessórios, discos e fitas		Artigos de decoração e utilidades domésticas		Madeira e seus artefatos		Material para construção		Livros, artigos de papelaria, jornais e revistas		Artigos esportivos, brinquedos e artigos recreativos		Outros	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	462	462	3.157	3.157	457	457	6.498	6.499	1.548	1.548	385	385	2.908	2.916
Território	27	27	292	292	38	38	768	768	98	98	23	23	189	190
Aquiraz	3	3	15	15	5	5	66	66	2	2	1	1	17	17
Caucaia	11	11	76	76	7	7	218	218	29	29	8	8	47	47
Chorozinho	-	-	2	2	2	2	9	9	2	2	-	-	3	3
Eusébio	1	1	15	15	2	2	49	49	6	6	2	2	18	19
Guaiúba	1	1	2	2	-	-	9	9	-	-	-	-	1	1
Horizonte	-	-	18	18	4	4	32	32	8	8	1	1	4	4
Itaitinga	1	1	17	17	1	1	36	36	2	2	-	-	2	2
Maracanaú	6	6	84	84	15	15	212	212	29	29	8	8	60	60
Maranguape	2	2	19	19	2	2	51	51	10	10	-	-	13	13
Pacajus	2	2	26	26	-	-	49	49	6	6	3	3	18	18
Pacatuba	-	-	18	18	-	-	37	37	4	4	-	-	6	6

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)



Vale ressaltar que o número de estabelecimentos comerciais praticamente se manteve constante no período observado, onde, em 2008, foi de 7.253 estabelecimentos comerciais varejistas, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de mercadorias em geral, com 2.509 estabelecimentos, correspondendo a 34% do total; o de tecidos e vestuário, com 1.333 estabelecimentos e correspondendo a 18% do total; o de material para construção, com uma fatia de 11%. Os municípios de Maracanaú e Caucaia despontam como os que apresentam maior número de estabelecimentos em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentarem um maior desenvolvimento econômico. Guaiúba é o município que possui o menor número de estabelecimentos comerciais, com apenas 130 estabelecimentos.

As outras atividades que merecem destaque são: produtos de gênero alimentícios, com 5,2%; peças e acessórios para veículos, motocicletas e motonetas, 3,8%; perfumaria e produtos farmacêuticos, 3,6%; e, artigos de decoração e utilidades domésticas, com 4%.

#### **18.4 Indústria**

A indústria costuma ser um dos setores mais fortes da economia, movimentando e fazendo circular grandes volumes monetários dentro de um município, e é exatamente o que ocorre para municípios do Território Metropolitano José de Alencar. A indústria responde por 16% do PIB territorial, além do que, gera muitos postos trabalho e renda.

A política de interiorização da indústria, do Governo do Estado em parceria com as prefeituras municipais por meio de incentivos fiscais tem sido um atrativo para levar grupos empresariais a se instalarem nos municípios do interior cearense.

Na Tabela 73, podemos verificar as empresas industriais do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, em 2008 e 2009.

**Tabela 73:** Empresas industriais ativas, por tipo, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Empresas industriais									
	Total		Extrativa mineral		Construção civil		Utilidade pública		Transformação	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	15.431	15.431	218	222	2.381	2.439	111	111	12.660	12.659
Território	2.132	2.142	38	37	214	218	16	16	1.871	1.871
Aquiraz	190	189	13	12	28	28	3	3	146	146
Caucaia	505	506	13	13	42	43	5	5	445	445
Chorozinho	22	22	1	1	1	1	-	-	20	20
Eusébio	339	341	1	1	63	65	2	2	273	273
Guaiúba	16	16	-	-	2	2	-	-	14	14
Horizonte	104	105	4	4	10	10	1	1	90	90
Itaitinga	63	63	3	3	6	6	-	-	54	54
Maracanaú	553	559	3	3	41	41	2	2	513	513
Maranguape	166	168	-	-	6	7	1	1	160	160
Pacajus	92	91	-	-	3	3	-	-	88	88
Pacatuba	82	82	-	-	12	12	2	2	68	68

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

O território possuía 2.132 indústrias no ano de 2008 e foi para um número de 2.142 em 2009. As indústrias do território correspondem por uma fatia de 14% do total estadual, um número bastante significativo, considerando que normalmente as indústrias ficam instaladas nos grande centros urbanos. As indústrias do setor de transformação do território somam 1.871, tanto para 2008 como para 2009, responde por cerca de 87% do número total do território. Da mesma forma, no Ceará, as indústrias de transformação corresponde à 82%, logo, o território acompanha essa mesma tendência.

## 19 INFRAESTRUTURA: ELÉTRICA, HÍDRICA E DE ESTRADAS

### 19.1 Energia Elétrica

O Território Metropolitano José de Alencar está bem assistido no que se refere a infra estrutura de energia elétrica. Nas Tabelas 74 a 77, podemos verificar o consumo e o número de consumidores de energia elétrica por classes de consumo do estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, em 2008 e 2009.

O consumo de energia elétrica, praticamente, se manteve constante nos anos de 2008 e 2009. Em 2009, o total consumido foi de 1,7 milhões de Mwh, sendo que os principais consumidores do território são os usos industrial, residencial e comercial, com um valor de consumo de 1 milhão, 300 mil e 124 mil Mwh.

**Tabela 74:** Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008.

Municípios	Consumo de energia elétrica (mwh)									
	2008									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	7.526.045	2.456.488	1.958.270	1.424.163	687.137	385.245	367.578	236.177	10.987	-
Território	1.645.416	277.305	1.003.367	112.719	63.289	33.665	51.048	103.409	615	-
Aquiraz	112.793	28.847	42.048	16.485	15.900	3.319	5.591	535	70	-
Caucaia	194.649	90.972	43.221	26.991	9.868	7.112	14.220	2.169	97	-
Chorozinho	9.427	3.851	883	1.052	2.283	663	693	2	-	-
Eusébio	97.162	16.364	56.251	11.219	4.704	3.393	5.180	32	21	-
Guaiúba	11.016	4.056	1.734	924	2.997	565	603	136	-	-
Horizonte	129.619	13.369	97.444	4.319	7.915	1.875	1.977	2.657	65	-
Itaitinga	21.160	8.652	3.583	2.714	1.387	2.977	1.518	329	-	-
Maracanaú	861.656	57.753	674.555	33.720	1.239	7.265	11.202	75.708	213	-
Maranguape	62.172	22.997	14.245	5.205	11.537	3.023	3.608	1.522	35	-
Pacajus	110.162	15.410	59.625	6.898	3.996	2.129	3.615	18.377	113	-
Pacatuba	35.600	15.035	9.780	3.193	1.462	1.344	2.842	1.943	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 75:** Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2009.

Municípios	Consumo de energia elétrica (MWh)									
	2009									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	7.823.070	2.607.762	1.985.871	1.510.511	694.377	399.644	380.339	233.101	11.466	-
Território	1.676.225	297.887	1.000.936	123.869	66.643	35.822	54.597	95.736	735	-
Aquiraz	120.818	30.605	44.056	18.981	16.389	3.892	6.310	518	68	-
Caucaia	205.268	96.827	44.160	28.908	10.899	7.618	14.138	2.573	145	-
Chorozinho	9.746	4.037	851	1.151	2.253	696	757	2	0	-
Eusébio	120.768	18.249	75.687	12.368	5.323	3.586	5.460	86	8	-
Guaiúba	11.561	4.442	1.813	1.180	2.766	576	634	151	0	-
Horizonte	116.852	14.841	82.256	4.433	8.487	1.889	2.012	2.828	107	-
Itaitinga	22.687	9.399	3.804	2.952	1.495	3.045	1.618	375	0	-
Maracanaú	863.148	62.098	662.795	37.930	1.305	7.416	13.358	77.956	291	-
Maranguape	62.823	24.324	12.262	5.634	12.215	3.115	3.674	1.564	35	-
Pacajus	102.874	17.059	62.369	7.005	4.045	2.338	3.734	6.243	81	-
Pacatuba	39.679	16.006	10.884	3.328	1.466	1.651	2.904	3.441	0	-

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Quando analisamos o número de consumidores do território em 2008, verificamos que o número total é de, aproximadamente, 285 mil consumidores, dentre eles, a classe residencial responde por 257 mil consumidores, responde por uma fatia de 90% do total. Uma outra classe com grande número de consumidores de energia elétrica no território é a classe comercial, com 12 mil consumidores, respondendo por cerca de 4% do número total no território.

Dentre os municípios com maior número de consumidores, temos Caucaia, Maracanaú, Aquiraz e Maranguape, com 91, 58, 26 e 26 mil consumidores, respectivamente.

**Tabela 76:** Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2008.

Municípios	Consumidores de energia elétrica									
	2008									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	2.629.661	2.132.492	5.943	151.276	303.994	28.400	5.697	1.634	225	-
Território	285.123	257.468	762	12.393	10.690	2.757	878	151	24	-
Aquiraz	25.920	22.362	58	1.346	1.738	349	57	8	2	-
Caucaia	90.781	82.988	211	3.383	3.336	637	170	52	4	-
Chorozinho	5.676	4.538	12	231	730	142	22	1	-	-
Eusébio	13.160	11.537	127	802	402	211	71	9	1	-
Guaiúba	6.021	5.137	9	201	561	92	15	6	-	-
Horizonte	16.338	14.747	42	595	760	155	27	9	3	-
Itaitinga	9.424	8.566	21	380	324	111	14	7	1	-
Maracanaú	57.842	54.130	189	2.749	157	301	290	19	7	-
Maranguape	26.016	22.736	27	1.313	1.555	285	80	16	4	-
Pacajus	18.067	15.842	44	853	919	334	64	9	2	-
Pacatuba	15.878	14.885	22	540	208	140	68	15	-	-

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 77:** Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, 2009.

Municípios	Consumidores de energia elétrica									
	2009									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	2.739.086	2.219.849	5.874	154.746	320.736	29.308	6.615	1.727	231	-
Território	298.754	269.772	771	12.731	11.443	2.837	1.025	153	22	-
Aquiraz	27.048	23.317	59	1.380	1.850	347	85	8	2	-
Caucaia	94.948	86.684	214	3.509	3.656	655	175	51	4	-
Chorozinho	5.822	4.641	12	241	758	142	27	1	-	-
Eusébio	13.903	12.243	129	830	413	197	81	9	1	-
Guaiúba	6.265	5.353	8	202	578	98	19	7	-	-
Horizonte	17.414	15.777	42	618	772	164	30	8	3	-
Itaitinga	9.705	8.835	27	385	319	112	19	8	-	-
Maracanaú	61.078	57.270	184	2.764	179	318	339	18	6	-
Maranguape	27.027	23.562	29	1.359	1.695	274	85	19	4	-
Pacajus	19.081	16.666	44	892	1.016	376	76	9	2	-
Pacatuba	16.463	15.424	23	551	207	154	89	15	-	-

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Verificamos nas Tabelas 76 e 77 que, do ano de 2008 para o ano de 2009 houve um crescimento significativo no número de consumidores do território, saindo de 285 mil para 299 mil consumidores, dentre eles, a classe residencial responde por 270 mil consumidores, responde por uma fatia de

90% do total. Uma outra classe com grande número de consumidores de energia elétrica no território é a classe comercial, com 13 mil consumidores, respondendo por cerca de 4% do número total no território.

## **19.2 Hídrica**

Essencial à vida, a água é um elemento fundamental ao desenvolvimento de diversas atividades humanas, inclusive, é indispensável para o desenvolvimento rural sustentável. Além de constituir componente básico da biomassa, da paisagem e do ambiente. Numerosos são os exemplos de sucesso nos países relativamente mais desenvolvidos, cujos programas de abastecimento hídrico, tornaram-se prioridade e fizeram parte de políticas públicas de desenvolvimento econômico.

O Território Metropolitano José de Alencar está bem assistido no que se refere a infra estrutura hídrica. Nas tabelas a seguir, podemos verificar as principais fontes de abastecimento hídrico do Território Metropolitano José de Alencar e seus municípios, isso, tanto para abastecimento humano, como para suas mais diversas finalidades (dessedentação animal, irrigação, fins industriais, balneabilidade, etc.).

A seguir , podemos visualizar as bacias e açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais. Notamos que em praticamente todos os municípios do território encontram-se reservatórios de água com relativa capacidade de acumulação hídrica, dentre eles: Maranguape, Aquiraz, Caucaia, Pacatuba, Pacajus, Horizonte e Itaitinga. A capacidade volumétrica desses reservatórios é de, aproximadamente, 887 milhões de m<sup>3</sup>. Número bastante considerável, principalmente, pelo fato de o território não contar com um reservatório de grande porte.

**Tabela 78:** Capacidade, cota e volume dos principais açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais, segundo as bacias hidrográficas/açude do Território Metropolitano José de Alencar, agosto de 2010.

Bacias hidrográficas/ Açudes	Municípios	Capacidade (mil m³)	Cota (m)				Volume (mil m³)			
			Sangria	Estação chuvosa passada	Início do ano	Atual	Final da estação chuvosa passada	Início do ano	Atual	
-	Território	887.204	-	-	-	-	864.979	687.448	476.760	
Amanary	Maranguape	11.010	96	96	94,61	93	11.010	6.681	4.159	
Catucinzenta	Aquiraz	27.130	45	45	44,16	43	27.130	22.661	17.532	
Cauhaípe	Caucaia	12.000	37	36,85	35,87	36	11.862	8.539	8.240	
Gavião	Pacatuba	32.900	36	35,45	35,74	36	29.234	31.142	29.993	
Itapebussu	Maranguape	8.800	116	115,48	114,32	113	8.753	6.344	4.139	
Pacajus	Pacajus	240.000	38	38,01	37,35	36	240.383	218.660	174.170	
Pacoti	Horizonte	380.000	45	44,65	42,06	38	363.344	251.744	131.451	
Penedo	Maranguape	2.414	998	997,79	996,47	995	2.347	1.670	1.150	
Riachão	Itaitinga	46.950	45	44,65	42,06	38	44.917	32.229	18.053	
Sítios Novos	Caucaia	126.000	45	45,15	44,21	43	126.000	107.778	87.874	

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Visualizamos na Tabela 79, as barragens construídas e projetadas para o território nos anos de 1996 a 2009. Dentre elas, temos quatro construídas (Cauhaípe, Sítios Novos, Catu Cinzento, Itapebussu) e quatro projetadas (Anil, Ceará, Maranguape I e II). Somando a capacidade volumétrica dessas barragens, que é de 264 milhões de m<sup>3</sup>, novamente, temos mais um número expressivo da capacidade hídrica do território.

**Tabela 79:** Barragens construídas, em construção e projetadas no Território Metropolitano José de Alencar, 1996-2009.

Barragens	Capacidade (milhões de m³)	Município	Rio barrado	Ano de conclusão/ Situação
-	264	Território	-	-
Construídas	-	-	-	-
Cauhaípe	12	Caucaia	Riacho Cauhaípe	1999
Sítios Novos	126	Caucaia	São Gonçalo	1999
Catu Cinzento	27	Aquiraz	Riacho Catu	2002
Itapebussu	9	Maranguape	São Gonçalo	2006
Projetadas	-	-	-	-
Anil	23	Caucaia	Riacho Anil	projetado
Ceará	52	Caucaia	Ceará	projetado
Maranguape I	5	Maranguape	Gereraú	projetado
Maranguape II	9	Maranguape	Sapupara	projetado

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Alguns eixos de integração já construídos passam pelo território, dentre eles: o Canal Sítios Novos/Pecém, localizado em Caucaia; e, o canal do trabalhador, que liga Itaiçaba a Pacajus. Existem trechos ainda em construção, como é o caso do Trecho IV do Castanhão, onde passa por alguns municípios do território Metropolitano José de Alencar, dentre eles: Horizonte, Itaitinga, Pacajus e Pacatuba, e se liga ao Território Litoral Leste, passando por Cascavel. Temos também o Trecho V do Castanhão, que passa por alguns municípios do Território Metropolitano José de Alencar, dentre eles: Caucaia, Maracanaú e Pacatuba, e do Território Vales do Curu Aracatiaçu, no município de São Gonçalo do Amarante.

Vale ressaltar que com a transposição do Rio São Francisco, todos esses eixos serão interligados, e, o abastecimento de água para todo Ceará, e, conseqüentemente, para o Território será de maior segurança. Além disso, sabemos que está planejado para todo Ceará, o Projeto Cinturão das Águas, juntamente com a transposição do São Francisco e açudes de grande porte do Ceará, terá como objetivo garantir o abastecimento hídrico humano e para outras finalidades, durante um período de 20 anos.

**Tabela 80:** Eixos de integração construídos, em construção e projetados no Território Metropolitano José de Alencar, 2001-2010.

Eixos de integração	Municípios	Fonte hídrica	Extensão (km)	Vazão (m³/s)	Ano de conclusão Situação
<b>Construídos</b>					
Canal Sítios Novos - Pecém	Caucaia	Açude Sítios Novos	24	2	2001
Canal do Trabalhador	Itaiçaba a Pacajus	Rio Jaguaribe	103	6	2001
<b>Em construção</b>					
Castanhão/RMF-Trecho IV	Cascavel/ Horizonte/ Itaitinga/ Pacajus/ Pacatuba	Açude Castanhão	32,81	19	...
Castanhão/RMF-Trecho V	Caucaia / Maracanaú / Pacatuba / São Gonçalo do Amarante	Açude Castanhão	57,6	9	...

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

No território, temos importantes adutoras construídas, sendo cinco delas no município de Caucaia, e possuem como fontes hídricas a Barra do Cahuípe e um poço profundo; duas no município de Guaiúba, e possuem como fonte hídrica o Açude Acarape; e, uma em Chorozinho, abastecida pelo Rio Choró. Além das construídas, temos uma projetada, no município de Maranguape, e tem como fonte hídrica o Açude Maranguape.



**Tabela 81:** Adutoras construídas, em construção e projetadas no Território Metropolitano José de Alencar, 1996-2008.

Adutora	Município	Fonte Hídrica	Extensão (km)	Vazão (l/s)	População beneficiada	Conclusão/ Situação
<b>Construídas</b>						
Pitombeiras	Caucaia	Barra Cahuipe	1,2	1	1.200	—
São Jerônimo	Guaiúba	Açude Acarape	1,9	6	1.500	—
Itaicima/Água Verde	Guaiúba	Açude Acarape	6,8	10	6.720	1998
Primavera	Caucaia	Barra do rio Cahuipe	3,8	3	1.771	1998
Jacurutu	Caucaia	Barra do rio Cahuipe	2,8	1	658	1999
Planalto Cahuipe	Caucaia	Poço profundo	1,3	4	1.742	1999
Triân. Quixadá/Timbaúba Marinheiros	Chorozinho	Rio Choró	7,4	9	4.337	2001
Catuana	Caucaia	-	0,7	-	4.911	2005
<b>Projetadas</b>						
Maranguape	Maranguape	Açude Maranguape	13,8	132	92.315	Projetado

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 82:** Poços construídos pela SOHIDRA no Território Metropolitano José de Alencar, 2009.

Municípios	Localidades	Coordenadas (1)		Profundidade (m)	Vazão (l/h)
		Norte (N)	Leste (E)		
Guaiúba	Vila Bela	9547514	544147	76,00	600
Guaiúba	Barra	9545524	546537	60,0	1.000
Caucaia	Boqueirão	9587246	523698	...	SECO
Pacajus	Aldeia / Poço II	9538522	561719	60,00	SECO
Maranguape	Columijuba	9561196	531166	89,00	3.300
Caucaia	Tabuleiro Grande / Centro de recuperação Vida Nova	9595204	525265	84,00	500

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

De acordo com a Sohidra, foram construídos seis poços no território em 2009. Dois em Guaiúba, nas localidades Vila Bela e Barra; dois em Caucaia, nas localidades Boqueirão, Tabuleiro grande e Centro de Recuperação Vida Nova; um em Pacajus, nas localidades Aldeias e Poço II; e, um em Maranguape, na localidade de Columijuba.

Vale lembrar que passa pelo território um importante rio, o Rio Ceará, rio perene que possui uma extrema importância social não só para o território como também para o estado do Ceará. Esse é utilizado para diversas finalidades, como: abastecimento humano ao longo de todo seu leito; irrigação de cultivos agrícolas; dentre outras.

Além de todas essas fontes hídricas, sabemos que o lençol de água subterrâneo da faixa litorânea do território é muito rico, sendo também uma importante alternativa de abastecimento hídrico para a população do território.

### **19.3 Estradas**

O Território Metropolitano José de Alencar está bem assistido no que se refere a infra estrutura de estradas. Sua principais rodovias são: BR-116, rodovia federal que corta vários estados do Brasil, sendo uma importante via de escoamento a nível nacional; CE-040, uma rodovia estadual que corta todo o Litoral Leste do estado e liga o estado do Rio Grande do Norte a Fortaleza. É conhecida também como Estrada do Sol Nascente.

Podemos verificar as principais vias de acesso aos municípios do Território Metropolitano José de Alencar, na Tabela 5 deste documento

## 20 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

O diagnóstico da Dimensão Socioeconômica possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 5, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: os aspectos socioeconômicos, os aspectos do setor produtivo, serviços, turismo, comércio e indústria, ação fundiária, financiamento e comercialização, infraestrutura elétrica, hídrica e estradas que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONOMICA</b>	
<b>AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<p>1 Os índices pluviométricos apresentam menores riscos as atividades agropecuárias.</p> <p>2 Atuação do Centro de Pesquisa e Ensino da EMBRAPA no território.</p> <p>3 Facilidade de escoamento da produção devido a infraestrutura viária;</p> <p>4 Proximidade dos grandes centros consumidores e de abastecimento;</p> <p>5 Disponibilidade de crédito.</p> <p><b>PRODUÇÃO PECUÁRIA</b></p> <p>6 Realização de controle sanitário no território;</p> <p>7 Existência de usinas de beneficiamento;</p> <p>8 Investimento na qualidade genética do rebanho;</p> <p>9 Disponibilidade hídrica para irrigação;</p> <p>10 Proximidade dos grandes centros consumidores e de abastecimento;</p> <p>11 Utilização de novas tecnologias na bovinocultura leiteira</p> <p><b>AÇÃO FUNDIÁRIA</b></p> <p>12 Existência de unidades produtivas para desapropriação, sendo terra agricultáveis;</p> <p>13 Parcerias existentes com as políticas públicas – PAA, Compra Direta da Merenda Escolar (PNAI), dentre outros;</p> <p>14 Recurso Hídrico existente: potencial e real;</p> <p>15 Agilidade do processo de compra e obtenção da posse da terra pelo crédito</p>	<p>1. Proprietários sem a devida titulação da propriedade para ter acesso ao crédito;</p> <p>2. A ineficiência do modelo tradicional de produção;</p> <p>3. A escassez de mão-de-obra;</p> <p>4. A baixa rentabilidade das culturas;</p> <p>5. O baixo grau de organização dos produtores.</p> <p><b>PRODUÇÃO PECUÁRIA</b></p> <p>6. Precária infra-estrutura de abate;</p> <p>7. O baixo grau de organização dos produtores.</p> <p><b>AÇÃO FUNDIÁRIA</b></p> <p>8. Insuficiente organização das famílias de agricultores/as;</p> <p>9. Lentidão no processo de regularização fundiária;</p> <p>10. Estrutura das instituições públicas desestruturada, com relação a pessoal e estrutura física;</p> <p>11. Número de desapropriações ainda</p>

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONOMICA</b>	
<p>fundiário; 16 Normativas e marcos legais para executar a política fundiária.</p>	<p>insuficientes; 12. Insuficiente acompanhamento técnico dos projetos no território; 13. Execução da política de estado de reforma agrária incipiente; 14. Lentidão no processo de fiscalização e emissão de laudos sobre a aptidão ou não de desapropriação de terras; 15. A inexistência de uma secretaria estadual de política de promoção da igualdade racial;</p>
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<p>1 O mercado consumidor de Fortaleza; 2 Programas governamentais de apoio a comercialização tais como PAA e PNAE.</p> <p><b>PRODUÇÃO PECUÁRIA</b></p> <p>3 O mercado consumidor de Fortaleza; 4 Programas governamentais de apoio a comercialização tais como PAA e PNAE. 5 A política de apoio a cadeia produtiva do leite.</p> <p><b>AÇÃO FUNDIÁRIA</b></p> <p>6 Política econômica do país favorável ao investimento de recursos no processo de reforma agrária; 7 Estabilidade econômica do Brasil e do Ceará; 8 Acesso a recursos destinados à reforma agrária; 9 Comprometimento do governo federal e estadual com a regularização fundiária; 10 O maior envolvimento dos movimentos sociais ligados a agricultura familiar; 11 A existência da Secretaria especial da política da promoção da igualdade racial</p>	<p>1. O elevado custo da produção; 2. A insegurança no campo;</p> <p><b>3. PRODUÇÃO PECUÁRIA</b></p> <p>4. Tendência a cartelização de preços;</p> <p><b>5. AÇÃO FUNDIÁRIA</b></p> <p>6. A não identidade dos jovens com a agricultura familiar; 7. A não valorização da prática da agricultura por setores da sociedade; 8. O não cumprimento da política de reforma agrária pelo próximos gestores; 9. Lentidão no processo desde a fiscalização das terras, compra da terra até a emissão de posse; 10. A não contratação de técnicos/as pelo governo do estado para trabalhar no processo de reforma agrária.</p>

**Quadro 15:** Análise do ambiente interno e externo da Dimensão Socioeconômica

**Fonte:** Relatório das Oficinas Com o Comitê de Organização Sustentável da Produção, 2010.

**Parte II d**  
**DIMENSÃO POLITICO**  
**INSTITUCIONAL**  
**Territorialização e Gestão Publica**  
**Infraestrutura Institucional**  
**Governabilidade e Gestão Social**



## 21 TERRITORIALIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Um novo projeto para o Brasil Rural deve ter um enfoque territorial de desenvolvimento da sociedade, que contemple as várias dimensões de sustentabilidade (econômica, social, política, tecnológica, cultural e ambiental) na perspectiva de fortalecer a gestão social e ampliar as redes sociais locais de cooperação para dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida das populações rurais. Este projeto é parte de um projeto maior de implantação de outro estilo de desenvolvimento, estruturado a partir de três temas fundamentais, ou seja, (1) Desenvolvimento socioeconômico, (2) Respeito ao meio ambiente e (3) Redução das desigualdades sociais e regionais.

Nessa direção, cabe ao Estado brasileiro, em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal) executar uma política pública que garanta a estrutura e recursos orçamentários capazes de viabilizar a idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural que, segundo a 1ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS 2008), pode ser compreendido como “um processo que articula e busca conciliar os diversos interesses de atores e grupos sociais, setores econômicos, práticas culturais, bem como diversas realidades e disponibilidade de recursos ambientais em nome de uma melhor qualidade de vida para esta e para as futuras gerações que vivem em regiões rurais”.

Esta idéia-conceito se materializa nos eixos estratégicos: (1) Combinação do econômico-produtivo com o territorial; (2) Democratização do acesso à renda e das riquezas existentes no rural brasileiro; (3) Ampliação dos investimentos sociais para as populações rurais, o que significa falar em previdência social, saneamento, habitação, energia, saúde, segurança, estradas, transporte, informação, esporte e lazer e (4) Organização social e participação política que, entre outras coisas, refere-se à articulação político-institucional, a relação entre a União - Estados e municípios, as novas institucionalidades e a participação da sociedade.

Considerando este marco referencial e, em especial, os componentes da idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural (que não desconhece a sua intrínseca relação com o urbano), principalmente no que se refere ao eixo estratégico Organização social e participação política, esta dimensão do Plano pretende explorar um conjunto de elementos de diagnóstico que possam caracterizar o atual arranjo político-institucional do território, que consiste na análise das estruturas de poder existentes, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública, ampliada e democrática.

De posse desse conjunto de elementos de diagnóstico analisado e validado pelo território, esta dimensão deve gerar os objetivos estratégicos no sentido de aperfeiçoar o atual arranjo político-institucional, que vai ser concretizado nas estratégias, eixos temáticos, programas e projetos da referida dimensão.

É importante salientar que a dimensão político-institucional deve dialogar com as demais dimensões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) à medida que ela é o alicerce que dá sustentação ao próprio Plano, principalmente no que diz respeito à construção de uma ambiência político-institucional e sociocultural favoráveis à participação da sociedade civil na formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (ou ações sociais públicas), bem como na concretização das intenções inscritas no referido Plano.

### **21.1 Estrutura do Poder Local e Territorial**

A construção democrática dos espaços públicos no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial, no Brasil de hoje e, mais especificamente no Nordeste brasileiro, requer ampliar o olhar para entender a complexidade e multiplicidade de fatores inerentes a tal construção.

Este olhar deve permitir caminhar pela natureza das relações entre Estado e sociedade civil, pela questão da representatividade, pelas matrizes culturais e pelos formatos institucionais que os encontros vão assumindo e, a depender da convergência de intenções e propósitos entre Estado e sociedade



civil, as relações serão movidas por projetos distintos, isto é, ora por projetos políticos compartilhados, ora por projetos políticos complementares como estratégia de implantação do ajuste neoliberal que exige, cada vez mais, o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado.

Refletir sobre a estrutura do poder local e a governabilidade territorial é uma exigência apontada pelo território à medida que se reconhece que o “sujeito” do desenvolvimento territorial são as forças sociais, econômicas e político-institucionais, operando na forma de autogestão e, sobremaneira, atuando em redes sociais, econômicas e institucionais (arranjos), o que significa dizer legitimada de expressão conferida pela participação cidadã co-responsável.

Os Quadros 16 a 20 dimensionam a representação político-partidária do território, do Poder Executivo Municipal demonstram os mandatos dos vereadores/as, considerando os processos eleitorais de cinco mandatos (e com informações disponíveis para consulta 1993-1996 a 2009-2012 a), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder executivo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período antes referido.

### 21.1.1 Poder Executivo

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 1996	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 1997/2000		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>				
Caucaia	96.871	PSDB	X	
Guaiúba	11.809	PDT	X	
Itaitinga	13.327	PSDB	X	
Maracanaú	84.413	PSDB	X	
Maranguape	47.783	PSDB	X	
Pacatuba	19.526	PSDB	X	
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>				
Aquiraz	32.191	PSDB	X	
Chorozinho	12.619	PSD	X	
Eusébio	17.884	PSDB	X	
Horizonte	15.121	PPB	X	
Pacajus	23.872	PPB	X	

**Quadro16:** Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 1997- 2000

**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/ [site tse.gov.br](http://site.tse.gov.br)

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2000	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 2001/2004		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>				
Caucaia	110.716	PP	X	
Guaiúba	13.111	PSDB	X	
Itaitinga	15.282	PSDB	X	
Maracanaú	98.220	PSDB	X	
Maranguape	53.706	PV	X	
Pacatuba	24.782	PSD	X	
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>				
Aquiraz	35.792	PPS		X
Chorozinho	10.691	PSD		X
Eusébio	21.793	PSDB	X	
Horizonte	19.497	PSDB	X	
Pacajús	26.966	PP	X	

**Quadro 17:** Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2001- 2004

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/ [site tse.gov.br](http://site.tse.gov.br)

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2004	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 2005/2008		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>				
Caucaia	139.340	PMDB		X
Guaiúba	15.519	PSDB	X	
Itaitinga	19.710	PPS	X	
Maracanaú	118.794	PL	X	
Maranguape	58.507	PV	X	
Pacatuba	33.796	PL	X	
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>				
Aquiraz	43.675	PPS		X
Chorozinho	12.872	PSDB		X
Eusébio	26.713	PSB	X	
Horizonte	23.460	PSDB	X	
Pacajus	30.456	PSDB	X	

**Quadro 18:** Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2005-2008

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/ [site tse.gov.br](http://site.tse.gov.br)

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2008	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 2009/2012		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>				
Caucaia	167.254	PRB	X	
Guaiúba	17.110	PSDB	X	
Itaitinga	23.544	PSB	X	
Maracanaú	128.739	PR	X	
Maranguape	64.225	PC do B	X	
Pacatuba	39.396	PRB	X	
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>				
Aquiraz	35.676	PMDB	X	
Chorozinho	14.738	PSB	X	
Eusébio	30.591	PSB	X	
Horizonte	34.569	PSDB	X	
Pacajus	37.175	PSDB	X	

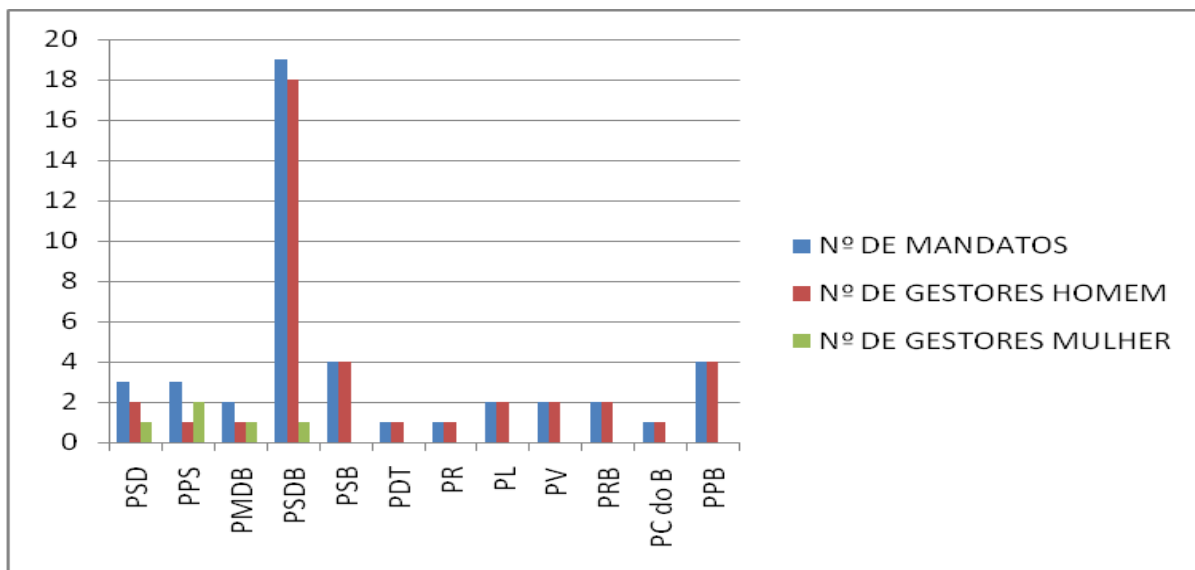
**Quadro 19:** Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2009-2012

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/ [site tse.gov.br](http://site.tse.gov.br)

PARTIDO	Nº DE MANDATOS	%	Nº DE GESTORES	
			HOMEM	MULHER
PSD	3	6,82	2	1
PPS	3	6,82	1	2
PMDB	2	4,55	1	1
PSDB	19	43,18	18	1
PSB	4	9,09	4	
PDT	1	2,27	1	
PR	1	2,27	1	
PL	2	4,55	2	
PV	2	4,55	2	
PRB	2	4,55	2	
PC do B	1	2,27	1	
PPB	4	9,09	4	
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>100</b>	<b>39</b>	<b>5</b>

**Quadro 20:** Predominância de mandatos dos partidos, período 1997 a 2012.

**Fonte:** Análise da consultoria a partir da consolidação das informações dos cinco mandatos - 1997 a 2012



**Figura 15:** Comparativos entre os partidos e entre os gestores homens e mulheres.

**Fonte:** Análise da consultoria a partir da consolidação das informações dos cinco mandatos - 1997 a 2012

A análise da representação político partidária mostra o PSDB como o partido com maior número de mandatos, representando 43%; em seguida vem o PPB e PSB com 10%, seguido do PPS e PSD com 7%; do PL, PRB, PV e PMDB com 5% e PR, PC do B e PDT com 2%.

De acordo com as informações, dois aspectos chamam a atenção: a hegemonia do PSDB durante os quatro mandatos com 43% e a pouca participação das mulheres na gestão pública, sendo que apenas quatro municípios do território conseguiram eleger mulheres. Os municípios que tiveram mulheres como gestoras foram Aquiraz (2000 e 2004), Chorozinho (2000 e 2004) e Caucaia (2004).

Percebe-se que a presença, ausência, ou o apoio na implementação da estratégia, independe da cor partidária. Não conseguimos visualizar nos gestores uma proposta de unidade partidária. Na verdade, o que prevalece são as oportunidades criadas em função das conjunturas nacional ou estadual, daí porque a troca constante de partidos, conforme mostra os quadros 1 a 4 dos quatro mandatos, que neste período contou com a composição de doze partidos diferentes.

Na avaliação do Comitê temático Político institucional, nos últimos dez anos em que o PSDB esteve à frente das gestões municipais, a marca registrada foi a industrialização, tendo causado impacto positivo para a economia. No entanto, esta marca trouxe consigo pontos negativos, sendo um deles, os impactos ambientais causados ao território.

Com relação à agricultura, o que se observa nos governos atuais é um forte investimento neste setor, principalmente em programas voltados para a agricultura familiar, a exemplo do PRONAF, PAA, dentre outros programas.

No que se refere à participação feminina ser muito pequena nas gestões municipais, as pessoas do Território entendem que é uma questão cultural, onde prevalece ainda uma cultura machista, onde a participação na política, principalmente a partidária, ainda é um assunto do universo masculino. Mas fizeram referência a ocupação de cargos importantes por mulheres, citando os exemplos da presidenta Dilma; da Sra. Eliene Brasileiro na APRECE e da consultora do Território, Carla Galiza.

## 21.2 Poder Legislativo

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 1996	VEREADORES/AS 1997/2000			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
Caucaia	96.871	PDT	1		
		PMDB	2		
		PMN	2		
		PPB	1		
		PSB	1		
		PSC	1		
		PSD	1		
		PSDB	1		
Guaiuba	11.809	PT do B	1		
		PFL	1		
		PL	1		1
		PMDB	3		1
Itaitinga	13.327	PSDB	4		1
		PFL	1		1
		PMDB	1		1
		PPB	2		1
		PSD	1		
		PSDB	3		
Maracanaú	84.413	PTB	1		
		PDT	1		
		PFL	1		
		PL	1		
		PPB	1		
		PSB	1		
		PSD	1		
		PSDB	3		1
		PTdoB	2		
Maranguape	47.783	PT	1		
		PV	1		
		PFL	1		
		PMDB	3		1
		PPB	3		
		PSB	2		
		PSC	1		
Pacatuba	19.526	PSD	2		
		PSDB	3		
		PT	2		
		PDT	1		
		PL	1		
		PMN	1		
		PSC	2		
<b>MICRO I</b>	<b>273.729</b>		<b>69</b>		<b>10</b>
Aquiraz	32.191	PSD	3		1
		PSDB	2		1
		PT	2		
		PL	2		
		PFL	1		

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 1996	VEREADORES/AS 1997/2000			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
		PTB	2		1
Chorozinho	12.619	PFL	1		
		PL	1		
		PPB	1		1
		PPS	1		
		PSC	1		
		PSD	1		1
		PSDB	1		1
Eusébio	17.884	PL	2		
		PMDB	3		
		PSDB	3		
Horizonte	15.121	PDT	1		
		PFL	2		
		PL	1		1
		PSDB	2		
		PTB	1		
Pacajús	26.966	PDT	1		
		PFL	1		
		PMN	3		
		PPB	1		
		PPS	1		
		PSB	1		1
		PSDB	2		2
PTB	1				
<b>MICRO II</b>	<b>104.781</b>		<b>45</b>		<b>11</b>

**Quadro 21:** Predominância de mandatos de vereadores, período 1997 a 2000.

Fonte: tse.on line, 2011

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2000	VEREADORES/AS 2001/2004			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
Caucaia	110.716	PL	1		
		PP	3		
		PSB	1		
		PSC	2		
		PSD	3		
		PSDB	4		1
		PT	1		
Guaiuba	13.111	PTB	1		
		PMDB	1		1
		PP	1		1
		PSD	3		1
Itaitinga	15.282	PSDB	3		1
		PP	4		2
		PSC	2		1
		PSDB	5		1
Maracanaú		PTB	1		
		PAN	1		
		PDT	1		
		PFL	1		

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2000	VEREADORES/AS 2001/2004			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
	98.220	PHS	1		
		PL	1		
		PMN	1		
		PPS	1		
		PRTB	1		
		PSDB	2		
		PST	1		
		PTdoB	1		
		PTB	1		
Maranguape	53.706	PV	1		
		PFL	1		
		PMDB	2		1
		PP	3		
		PPS	3		
		PSB	3		
		PSDB	1		
		PTB	2		
Pacatuba	24.782	PV	3		1
		PDT	1		
		PMDB	1		
		PMN	1		
		PSD	4		2
		PSDB	4		1
		PT	1		
<b>MICRO I</b>	<b>315.817</b>		<b>82</b>		<b>14</b>
Aquiraz	35.792	PTB	2		
		PT	1		
		PSDB	2		1
		PSD	1		1
		PPS	3		
		PP	2		
		PL	1		
		PFL	3		1
		PDT	1		
Chorozinho	10.691	PDT	1		
		PSDB	1		
		PSD	1		
		PSC	1		
		PP	1		
		PL	1		
		PFL	1		
		PDT	1		
Eusébio	21.793	PTB	2		
		PSDB	3		
		PSD	1		
		PMDB	1		
Horizonte	19.497	PCdoB	1		1
		PL	1		
		PMDB	1		
		PMN	1		
		PP	1		

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2000	VEREADORES/AS 2001/2004			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
		PSDB	2		
		PSDC	1		
		PTB	1		
Pacajus	26.966	PHS	1		
		PL	1		
		PP	7		1
		PPS	2		
		PSB	1		
		PSC	2		
		PTB	1		
<b>MICRO II</b>	<b>114.739</b>		<b>55</b>		<b>5</b>

**Quadro 22:** Predominância de mandatos de vereadores, período 2001 a 2004

Fonte: tse.on line, 2011

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2004	VEREADORES/AS 2005/2008			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
Caucaia	139.340	PCdoB	1		
		PHS	1		
		PMDB	2		1
		PP	1		
		PRP	1		
		PSDC	1		
		PTB	1		
		PV	1		
Guaiuba	15.519	PL	1		
		PP	1		1
		PPS	1		
		PT	1		
		PRTB	1		
		PSB	1		
		PSDB	1		
Itaitinga	19.710	PL	1		
		PMDB	1		
		PP	2		
		PPS	1		1
		PSDB	2		
Maracanaú	118.794	PL	1		
		PMDB	1		
		PRTB	1		
		PSC	1		
		PSDC	1		1
		PT	1		
		PTC	1		
		PTN	1		
Maranguape	58.507	PDT	1		
		PHS	1		
		PL	1		
		PMDB	2		
		PPS	1		



MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2004	VEREADORES/AS 2005/2008			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
Pacatuba	33.796	PV	1		
		PHS	1		
		PL	2		
		PMDB	1		1
		PP	1		
		PSDB	2		
<b>MICRO I</b>	<b>385.666</b>		<b>45</b>		<b>5</b>
Aquiraz	43.675	PL	1		
		PP	1		
		PPS	1		1
		PSDB	1		
		PTB	2		2
		PV	1		
Chorozinho	12.872	PFL	1		
		PPS	1		1
		PSDC	1		1
		PSL	1		
		PT	1		
		PTB	1		1
		PTN	1		
Eusébio	26.713	PL	1		
		PP	1		
		PSB	2		1
		PSDB	2		
		PTB	2		1
Horizonte	23.460	PFL	1		
		PMN	1		
		PP	1		
		PPS	2		
		PSDB	1		
		PSDC	1		1
Pacajus	30.456	PL	2		
		PMDB	1		1
		PP	1		1
		PRTB	1		
		PSDB	1		
		PT	1		
<b>MICRO II</b>	<b>137.176</b>		<b>36</b>		<b>11</b>

**Quadro 23:** Predominância de mandatos de vereadores, período 2005 a 2008

Fonte: tse.on line, 2011

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2008	VEREADORES/AS 2009/2012			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
Caucaia	167.254	PCdoB	2		
		PMDB	3		1
		PRP	3		
		PMN	1		
		PPS	2		1
		PRB	2		

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2008	VEREADORES/AS 2009/2012			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
Guaiúba	17.110	PT	1		
		PSDB	5		3
		PPS	2		
		PT	2		
Itaitinga	23.544	PSB	1		
		PP	2		
		PMDB	1		
		PRB	2		
		PR	1		1
		PDT	1		
		PSDB	1		
		PMN	1		
Maracanaú	128.739	PDT	4		1
		PCdoB	1		
		PSB	2		1
		PSDB	1		
		PP	1		
		PV	2		
		PMDB	1		
		PTB	1		1
Maranguape	64.225	PP	2		
		PDT	2		
		PSB	1		
		PTN	1		
		PT	1		
		PSDB	1		
		PCdoB	2		1
		PR	2		
Pacatuba	39.396	PMDB	1		
		PR	1		
		PT	1		
		PV	1		
		PTC	1		
		PSDB	2		1
		PRB	2		
<b>MICRO I</b>	<b>440.268</b>		<b>67</b>		<b>11</b>
Aquiraz	35.676	PP	1		
		PCdoB	1		
		PRB	1		
		PTB	1		1
		PR	2		
		PHS	1		
		PMDB	1		1
PSB	2		1		
Chorozinho	14.738	PV	2		1
		PSB	2		
		PTB	1		1
		PTN	2		1
		PT	1		
		PSL	1		
Eusébio	30.591	PSDC	2		1
		PRB	2		1

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2008	VEREADORES/AS 2009/2012			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
Horizonte	34.569	PSB	4		
		PTB	1		
		PP	2		
		PDT	1		
		PSB	2		1
		DEM	2		
		PRB	1		
		PR	1		
Pacajus	37.175	PR	1		1
		PSDB	2		
		PRTB	1		
		PT	1		
		PCdoB	1		
		PDT	3		
		PMDB	1		1
<b>MICRO II</b>	<b>152.749</b>		<b>47</b>		<b>11</b>

**Quadro 24:** Predominância de mandatos de vereadores, período 2009 a 2012

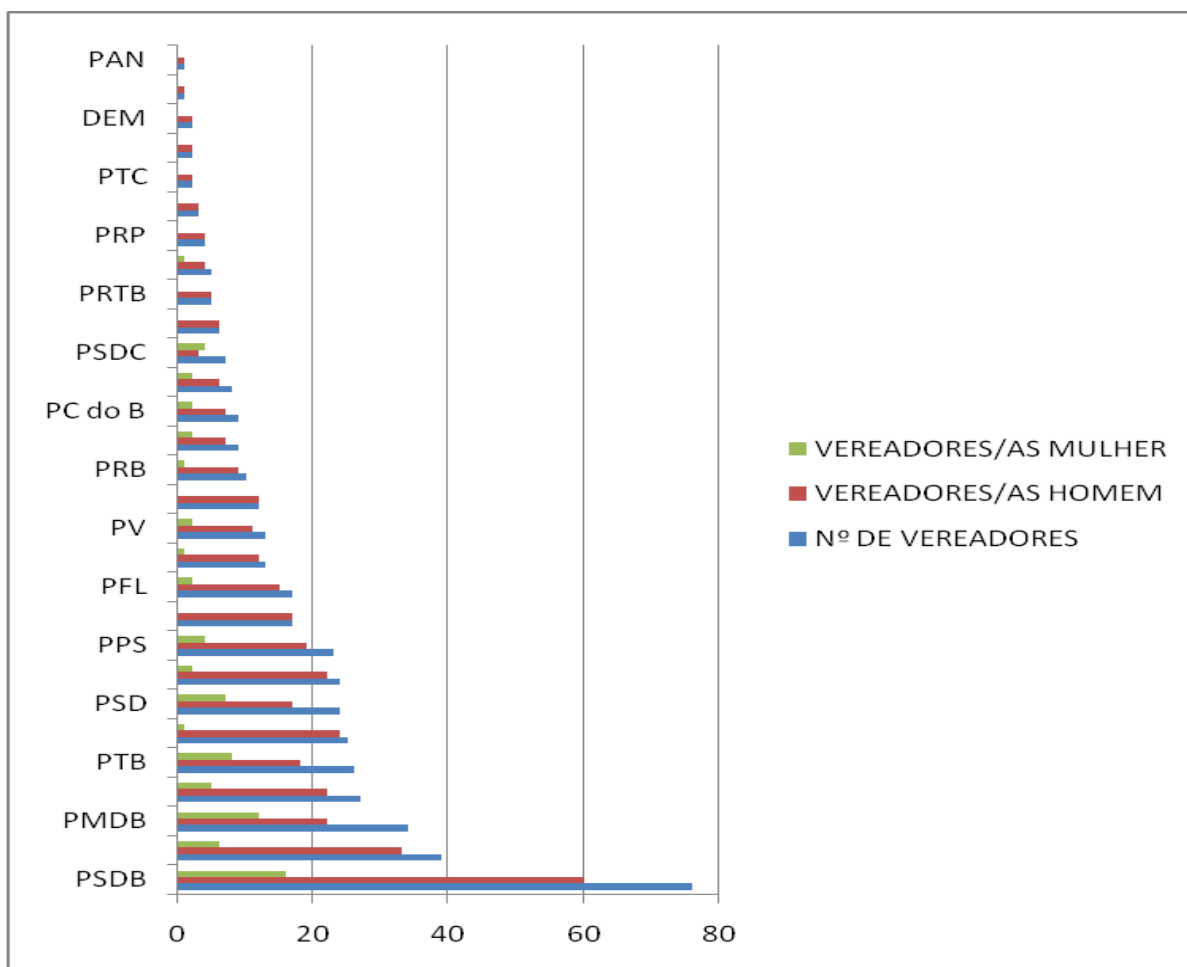
Fonte: tse.on line, 2011

PARTIDOS	Nº DE VEREADORES	%	VEREADORES/AS	
			HOMEM	MULHER
PSDB	76	17,12	60	16
PP	39	8,78	33	6
PMDB	34	7,66	22	12
PSB	27	6,08	22	5
PTB	26	5,86	18	8
PDT	25	5,63	24	1
PSD	24	5,41	17	7
PL	24	5,41	22	2
PPS	23	5,18	19	4
PT	17	3,83	17	
PFL	17	3,83	15	2
PSC	13	2,93	12	1
PV	13	2,93	11	2
PMN	12	2,70	12	
PRB	10	2,25	9	1
PPB	9	2,03	7	2
PC do B	9	2,03	7	2
PR	8	1,80	6	2
PSDC	7	1,58	3	4

PARTIDOS	Nº DE VEREADORES	%	VEREADORES/AS	
			HOMEM	MULHER
PHS	6	1,35	6	
PRTB	5	1,13	5	
PTN	5	1,13	4	1
PRP	4	0,90	4	
PT do B	3	0,68	3	
PTC	2	0,45	2	
PSL	2	0,45	2	
DEM	2	0,45	2	
PST	1	0,25	1	
PAN	1	0,25	1	
<b>TOTAL</b>	<b>444</b>	<b>100,00</b>	<b>366</b>	<b>78</b>

**Quadro 25:** Consolidação dos quatro mandatos de vereadores 1997/2012

**Fonte:** Análise da consultoria a partir da consolidação das informações dos quatro mandatos - 1997 a 2012.



**Figura 16:** Consolidado dos mandatos de vereadores 1997/2012

**Fonte:** Análise da consultoria a partir da consolidação das informações dos quatro mandatos - 1997 a 2012.

Considerando o quadro consolidado de nº 30 e a figura 16, os números demonstram a mesma tendência constatada nos quadros 1 a 4 dos mandatos do Poder Executivo, ou seja: a predominância do PSDB nas câmaras legislativas. No período (1997-2012), o PSDB aparece com 17% do total de vereadores, enquanto o PP aparece com 8,78%; seguidos dos partidos PMDB, PSB, PTB, PDT, PSD, PL, PPS variando entre 8% a 5%. Os outros partidos figuram entre 3 a 1%. Ficou evidente a pouca participação das mulheres nas câmaras de vereadores. No período de dezesseis anos, durante quatro mandatos, ainda é muito baixa a participação feminina na política partidária, apenas 17,5% ocuparam cargos legislativos.

Assim como nos cargos do executivo, os números demonstram não haver fidelidade partidária, haja vista, que durante os quatro mandatos verificou-se a existência de 29 partidos que contaram com vereadores eleitos.

Durante a realização dos eventos territoriais constata-se que a participação dos vereadores é muito reduzida. Quanto ao funcionamento das Câmaras de Vereadores algumas utilizam audiências públicas, porém esta prática ainda é muito tímida, referidas audiências acontecem quando os municípios sofrem problemas graves, a exemplo de secas, e muito raramente quando solicitadas por iniciativas populares.

### **21.3 Estrutura Administrativa e Atuação das Instituições Públicas e da Sociedade Civil no Território com Potencial de Integração**

Antes de apresentar elementos de diagnóstico mais específico deste tema é necessário refletir sobre elementos de diagnóstico apontados no estudo do tema “Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial Rural”, na Série Documentos do CONDRAF Nº 01 (2005) que, entre outras coisas, aborda na forma de convergências/divergências e considerações/ sugestões a referida temática com base no conjunto de estudos já realizados.

A primeira variável de diagnóstico refere-se ao panorama da institucionalidade, compreendido pelos componentes: (1) Articulação dos Atores sociais; (2) Composição do CMDR; (3) Caráter dos Conselhos; (4) Legitimidade da representação; (5) Papel do CMDR enquanto formulação e gestão de políticas públicas e (6) Capacitação e qualidade da participação dos atores sociais.

A segunda variável de diagnóstico aborda as bases territoriais e institucionais das diferentes esferas de gestão social, compreendida pelos componentes: (1) Abrangência e interação das ações; (2) Amplitude e enfoque dos debates; (3) Continuidade e descontinuidade das ações e (4) Mecanismos de apoio ao funcionamento das institucionalidades.

Outra variável trata dos principais avanços e obstáculos nos âmbitos: (1) do Desenvolvimento rural municipal; (2) da Articulação e cooperação entre os diferentes atores sociais; (3) da Organização, da participação e da capacitação dos atores locais, em especial dos agricultores familiares e das comunidades e (4) do Ambiente institucional e da consolidação de novas institucionalidades.

Considerando esta última variável, o Quadro 31 procura destacar no Território a atuação de diversas instituições públicas que ofertam uma variedade de serviços e/ou ações com potencial de integração, no sentido de verificar a estrutura administrativa e a capacidade de atuação das instituições públicas nas diferentes esferas de governo, no contexto do desenvolvimento e da teia de relações sociais do território.

## 21.4 Governos Federal e Estadual

O território conta com atuação de diversas instituições públicas ofertando uma variedade de serviços. Como o Plano tem uma abrangência territorial, este passa a exigir destas instituições um maior nível de integração de suas ações, razões pelas quais, priorizamos destacar os principais serviços prestados ao território com potencial de integração entre as instituições.

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
1. Acesso ao Crédito	<b>Banco do Brasil – Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS.</b> <b>Atividades do DRS priorizadas no território:</b> <b>Artesanato:</b> Caucaia e Eusébio; <b>Apicultura:</b> Horizonte; <b>Biodiesel:</b> Maranguape; <b>Cajucultura:</b> Aquiraz, Chorozinho e Pacajus.
	<b>Banco do Nordeste do Brasil</b> <b>Atividades priorizadas no território:</b> Bovinocultura de leite e turismo.
2. Assessoria/Assistência Técnica e Capacitação	<b>SEBRAE.</b> <b>Atividades priorizadas no território:</b> Turismo, artesanato, comércio varejista, confecções, cajucultura, agroindústria (castanha de caju e doces), ovinocaprino cultura, floricultura, piscicultura, agricultura e apicultura.
	<b>EMATERCE, INSTITUTO AGROPOLOS E ATES/INCRA</b> Assistência/Assessoria Técnica Ambiental e Social para o fortalecimento da agricultura familiar e assentados da reforma agrária.
3. Infraestrutura	<b>Caixa Econômica Federal</b> Elaboração, acompanhamento e controle social aos projetos sociais, econômicos e ambientais implantados pelos municípios e estado em parceria com o Governo Federal.
	<b>FUNASA</b> Elaboração, acompanhamento e controle social aos projetos de saneamento básico no território.
4. Meio Ambiente	<b>ICM/IBAMA</b> Recuperação e preservação ambiental de áreas degradadas e em potencial de degradação.
	<b>SEMACE</b> Licença ambiental para os projetos implantados nos territórios demandantes desta ação
6. Abastecimento e	<b>CONAB</b>

TIPOS DE SERVIÇOS	DE	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
Comercialização		Elaboração e acompanhamento aos Projetos de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea – PAA.
		<b>SDA/MDS</b> Elaboração e acompanhamento aos Projetos de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea – PAA e PAA LEITE.
8. Reforma Agrária		<b>INCRA e PROJETO CRÉDITO FUNDIÁRIO</b> Fortalecimento e recuperação de áreas de assentamentos de reforma agrária
		<b>IDACE</b> Acompanhamento ao processo de regularização fundiária no território.
9. Certificação de produtos de origem animal		<b>Superintendência do Ministério da Agricultura SFA</b> Serviços de Inspeção Federal – SIF
		<b>ADAGRI</b> Serviços de Inspeção Estadual – SIE
		<b>Prefeituras Municipais</b> Serviços de Inspeção Municipal – SIM
10. Acompanha as políticas de Desenvolvimento Agrário		<b>Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário – DFDA –CEARÁ</b> Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA
11. Acesso ao conhecimento		<b>Centro Vocacional Tecnológico:</b> Formação e capacitação profissional <b>Instituto Federal de Educação:</b> Ensino Superior
12. Acesso ao emprego		<b>SINE/IDT:</b> Informação sobre oportunidade de trabalho e renda

**Quadro 26:** Serviços Prestados pelas Instituições com Potencial de Integração .

**Fonte:** Pesquisa da Consultoria junto às Instituições com atuação no Território.

Tomando como referência os serviços de acesso ao crédito, vamos constatar que o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco do Brasil e o SEBRAE priorizaram atividades que é fundamental haver uma integração entre estas instituições. Além destas três instituições que por natureza da atividade se faz necessário a integração de ações, outras apresentam grande potencialidade para integrar ações, as quais podemos citar: CONAB; ADAGRI e SFA na certificação dos produtos processados e EMATERCE, INSTITUTO AGROPOLOS e ATES/INCRA na prestação de serviços de assistência técnica.

No entanto, a integração de ações ainda se constitui num grande desafio, haja vista, que a vivência das instituições é de desenvolver suas ações



de forma isolada, trazendo como consequência a desarticulação da oferta de políticas públicas, e, por conseguinte, a desarticulação da demanda.

O Comitê de Articulação Estadual – CAE do Programa Territórios da Cidadania vem desenvolvendo esforços no sentido de melhorar a oferta de políticas públicas e de qualificar as demandas apresentadas pela sociedade de forma geral. Desta forma, a constituição dos Comitês Temáticos como instância propositiva e de qualificação da demanda e os grupos temáticos do CAE, vêm se configurando como uma experiência que poderá produzir bons frutos para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

Vale destacar que apesar do CAE ter sido constituído para articular ações do Programa Territórios da Cidadania- PTC, este comitê também vem articulando ações para os territórios rurais que ainda não fazem parte do PTC.

## 21.5 Governo Municipal

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES	LOCALIZAÇÃO
Infraestrutura	Secretaria de Obras	-
Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	-
Educação	Secretaria de Educação	Todos os municípios
Assistência Técnica e Desenvolvimento rural sustentável; Recursos Hídricos	Secretaria de agricultura; Secretaria de Desenvolvimento Sustentável;	-
Comunicação	Secretaria de Comunicação	-
Saúde	Secretaria de Saúde	Todos os municípios
Assistência Social	Secretaria de Ação Social; Desenvolvimento Social e Cidadania	Todos os municípios
Gestão e controle	Secretaria de finanças	-
Emprego e renda	Secretaria de Ação Social, Trabalho E Empreendedorismo	-
Cultura esporte e lazer	Secretaria Cultura e Desporto	-
Turismo	Secretaria de Turismo	-
Administração e Finanças	Secretaria de Administração	Todos os municípios
Aqüicultura e Pesca	Secretaria de	-

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES	LOCALIZAÇÃO
	Aqüicultura e Pesca	
Indústria e Comércio	Secretaria de Indústria e Comércio	-
Agronegócios	Secretaria de Agronegócios	-

**Quadro 27:** Tipos de Serviços Prestados pelos Municípios no Território

**Fonte:** Pesquisa da Consultoria junto às Secretarias Municipais.

A análise deste quadro não é muito diferente da análise anterior, ou seja, apesar das secretarias municipais estarem muito próximas, a experiência tem mostrado que elas, muitas vezes, desenvolvem atividades de forma desarticulada, sem relacionar as ações e os objetivos que tem em comum.

Essa atuação isolada, pode ocasionar superposição de papéis e recursos de toda ordem, apontando necessariamente, para um planejamento melhor dos entes municipais no que se refere à otimização dos recursos e uma melhor oferta dos serviços públicos. Portanto, articular ações de âmbito municipal também ainda se constitui como um grande desafio a ser enfrentado pelos gestores municipais.

## 20.6 Estruturas Socioorganizativa e Política da Sociedade Civil

Assim como as instituições públicas, também são várias as entidades da sociedade civil que prestam serviços ou desenvolvem ações importantes na busca do desenvolvimento do território. Assim, destacamos aquelas com maior potencial de integração de ações, tendo em vista, a consonância com o Plano, cuja abrangência é territorial:

TIPOS DE AÇÕES/SERVIÇOS	ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES
Política Sindical	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR
	Sindicatos dos Servidores Públicos
Reforma Agrária	Movimento dos Sem Terras
	Fórum dos Assentados/as
	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Convivência com o Semi Árido	Fórum Cearense pela Vida no Semi Árido
Meio Ambiente	Organizações Não Governamentais – ONGs que trabalham a temática ambiental

TIPOS DE AÇÕES/SERVIÇOS	ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES
Recursos Hídricos	Comitês de Bacias Hidrográficas
Articulação/organização dos/as Apicultores/as	Cooperativa de Pequenos Produtores.
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas voltadas para projetos produtivos e desenvolvimento sustentável dos municípios.	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – CMDS
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Saúde	Conselhos Municipais de Saúde
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Assistência Social	Conselho da Assistência Social
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Educação.	Conselho de Educação
Acompanhamento e controle social de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes	Conselho Tutelar; Conselho Municipal de Crianças e Adolescentes
Religião	Pastorais Sociais e Regiões Episcopais
Outras	

**Quadro 28:** Tipos de Ações e Serviços Prestados por Entidades e Organizações da Sociedade Civil com Potencial de Integração

**Fonte:** Pesquisa da consultoria junto às entidades e organizações da sociedade civil.

O processo de articulação de ações entre entidades da sociedade civil, por natureza das ações exige um esforço maior, haja vista que as bandeiras de lutas de cada uma, muitas vezes se dão em campos opostos, o que é importante, e a questão aqui colocada não trata de juntar todas para atuarem conjuntamente, até porque é fundamental preservar a identidade e o espírito de lutas de cada entidade.

No entanto, tem sempre movimentos que exigem de outros um apoio maior para sobreviverem em espaços bastante competitivos, principalmente entre grandes e pequenos, citando a exemplo as organizações de caráter produtivo. Portanto, a identificação de temas de interesse que exigem ações articuladas, sem haver perda de identidade e autonomia, torna fator preponderante para o fortalecimento de entidades representativas da sociedade civil.

## **22. INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL TERRITORIAL**

### **22.1 Municipalização das Políticas Públicas**

A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia-conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Não pode, portanto, ser confundida com desconcentração, que representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos, sem transferência da autoridade e autonomia decisória.

Na prática, entretanto, a descentralização acarretou em quase todos os municípios sérias conseqüências, entre elas destacam-se: (1) As responsabilidades foram transferidas, mas os recursos ou não o foram ou foram transferidos em quantidades insuficientes, desconsiderando a realidade das prefeituras municipais; (2) As prefeituras não foram preparadas para receber os encargos transferidos; (3) As ações foram programadas de forma desintegrada e desarticulada, uma vez que a complexidade dos problemas sociais não foi considerada; (4) Os órgãos federais assumiram o papel de coordenar as ações e repassar recursos, desobrigando-se da responsabilidade de programar as políticas regionais e (5) A adoção de critérios regressivos na distribuição de recursos, descentralizando proporcionalmente os encargos sociais, promoveu a fragmentação do tecido social, aumentando as desigualdades.

Avançar na perspectiva da descentralização significa garantir em todo o país as políticas de enfrentamento à fragmentação do tecido social e a garantia dos direitos sociais, efetivadas na integração dos governos federal, estadual e municipal, numa concepção regional ou territorial, fortalecendo o poder dos seus executores/atores. Devem assumir, portanto, o caráter universal e estruturante, sem, contudo, deixar de considerar a multiculturalidade e a diversidade dos excluídos socialmente.

No nosso caso específico, o governo federal adotou uma política de redistribuição de recursos aos municípios, de acordo com os impostos arrecadados e o número de habitantes, sem considerar o endividamento dos estados e municípios. Em função de tudo isso, o que se pode constatar, na prática, foi à desconcentração, em vez de descentralizar e municipalizar as políticas públicas.

Considerando que cada vez mais, os governos municipais passam a ter sob a sua responsabilidade o enfrentamento de questões relativas à saúde, saneamento, educação, habitação, meio ambiente e diante da dependência da receita pública originária da arrecadação realizada pelos governos estaduais e pelo Governo Federal e que são transferidos aos municípios, torna-se necessária a adoção de medidas por parte dos municípios, para que diminuam sua vulnerabilidade e encontrem meios próprios para avançar na realização dos seus programas prioritários.

Assim, um elemento de diagnóstico considerado neste item refere-se ao orçamento público municipal que tem origem em duas matrizes, ou seja, (1) Transferências governamentais de caráter federal e estadual e (2) Receitas oriundas da arrecadação de impostos do próprio município.

## **22.2 Transferências Governamentais**

As transferências mencionadas são originárias do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Fundo de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, Convênios, Transferências de Capital, dentre outros, que constituem o montante orçamentário.

Os quadros 29 a 31 detalham as transferências em nível federal no período de 2000 a 2009 considerando, em separado, cada transferência, ou seja, Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB).

O orçamento destinado à saúde nos no Território, originário de Receitas de impostos e Transferências constitucionais e transferências do SUS

está sintetizado no Quadro 38 e refere-se aos repasses dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009.

<b>FPM VALOR 1,00</b>					
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Caucaia	36.146.030	40.329.621	50.228.560	46.058.653	49.071.840
Guaiúba	5.611.683	6.434.544	7.913.137	7.384.009	9.218.353
Itaitinga	7.481.092	8.579.392	10.550.849	9.845.346	10.535.261
Maracanaú	36.146.030	40.329.621	50.228.560	46.058.653	49.071.840
Maranguape	14.028.054	16.086.360	21.101.697	19.690.691	21.070.521
Pacatuba	10.288.084	12.868.728	15.826.273	14.768.018	17.119.798
<b>Total Micro I</b>	<b>109.700.973</b>	<b>124.628.267</b>	<b>155.849.074</b>	<b>143.805.370</b>	<b>156.087.611</b>
Aquiraz	14.028.054	16.086.360	21.101.697	19.690.691	21.070.521
Chorozinho	5.611.683	6.434.544	7.913.137	7.384.009	7.901.445
Eusébio	8.414.413	9.651.816	11.869.705	11.076.014	11.852.168
Pacajus	10.284.974	11.796.664	14.507.417	13.537.350	14.485.983
Horizonte	8.416.373	10.723.880	13.188.561	13.537.350	14.485.983
<b>Total Micro II</b>	<b>46.755.497</b>	<b>54.693.264</b>	<b>68.580.515</b>	<b>65.225.415</b>	<b>69.796.100</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>156.456.470</b>	<b>179.321.531</b>	<b>224.429.589</b>	<b>209.030.785</b>	<b>225.883.711</b>

**Quadro 29:** Transferências governamentais FPM

**Fonte:** Site do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>) \* Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010.

<b>FUNDEF E FUNDEB VALOR 1,00</b>					
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Caucaia	38.187.868	56.154.928	94.696.239	88.940.983	75.935.628
Guaiúba	3.682.320	4.790.150	6.467.306	6.928.768	8.175.092
Itaitinga	5.045.291	6.802.018	8.867.010	9.942.009	12.021.465
Maracanaú	26.362.157	34.807.628	47.290.187	53.320.160	62.544.257
Maranguape	11.161.774	15.589.172	20.221.420	22.788.483	26.746.252
Pacatuba	6.614.321	8.987.595	11.951.077	13.487.073	14.999.721
<b>Total Micro I</b>	<b>91.053.730</b>	<b>127.131.491</b>	<b>189.493.239</b>	<b>195.407.475</b>	<b>200.422.415</b>
Aquiraz	9.355.608	12.848.361	16.915.338	18.920.144	22.072.129
Chorozinho	3.854.079	5.290.148	6.459.787	6.956.468	7.528.913
Eusébio	6.765.421	9.348.450	13.048.251	15.461.123	18.260.604
Horizonte	7.887.192	10.968.269	15.076.331	16.357.017	19.403.078
Pacajus	7.700.413	10.951.413	15.138.974	16.758.440	19.124.503
<b>Total Micro II</b>	<b>35.562.713</b>	<b>49.406.640</b>	<b>66.638.681</b>	<b>74.453.191</b>	<b>86.389.228</b>
<b>TOTAL</b>	<b>126.616.443</b>	<b>176.538.131</b>	<b>256.131.920</b>	<b>269.860.666</b>	<b>286.811.642</b>

**Quadro 30:** Transferências governamentais ICMS - COTA DO FUNDEF (até 2006) e FUNDEB

**Fonte:** Site do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>), \* Dados disponibilizados de janeiro a setembro de 2010

<b>ICMS COTA-PARTE</b>				
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Caucaia	12.235	23.111.342	28.734.496	36.385.951
Guaiúba	...	1.307.463	1.148.785	1.483.797
Itaitinga	1.244	1.768.166	1.774.251	2.216.223
Maracanaú	39.361	74.683.979	57.328.195	68.557.650
Maranguape	6.516	8.174.031	8.723.405	12.351.178
Pacatuba	6.014	6.511.552	5.637.199	8.486.843
<b>Total Micro I</b>	<b>65.369</b>	<b>115.556.532</b>	<b>103.346.331</b>	<b>129.481.643</b>
Aquiraz	6.951	8.913.626	7.011.084	10.387.901
Chorozinho	1.099	1.297.236	1.361.764	1.790.411
Eusébio	10.532	9.949.507	10.407.893	17.228.204
Horizonte	11.561	14.976.412	15.491.527	20.300.433
Pacajus	7.904	9.226.753	9.026.086	10.188.842
<b>Total Micro II</b>	<b>38.046</b>	<b>44.363.533</b>	<b>43.298.353</b>	<b>59.895.791</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>103.415</b>	<b>159.920.066</b>	<b>146.644.685</b>	<b>189.377.433</b>

**Quadro 31:** Transferências governamentais ICMS COTA-PARTE

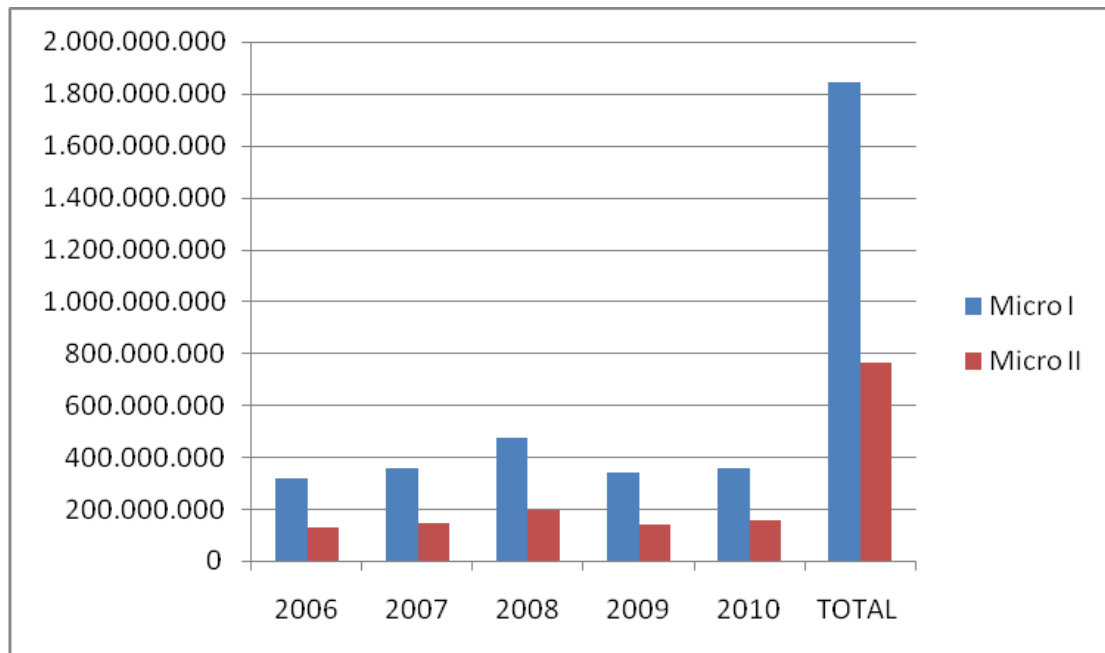
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – 2006, 2007, 2008 e 2009

Tendo como referência os anos de 2006 e 2008, os quais foram repassados recursos de ICMS, FPM, FUNDEF/FUNDEP, o montante de recursos foi de 442.992.979 e 669.938.942, respectivamente, tendo um aumento de 51,23% entre 2006 e 2008.

<b>MICRO</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>TOTAL</b>
Micro I	316.311.235	355.106.089	474.823.956	339.212.845	356.510.026	1.841.964.151
Micro II	126.681.743	147.398.257	195.114.987	139.678.606	156.185.328	765.058.921
<b>TOTAL</b>	<b>442.992.978</b>	<b>502.504.346</b>	<b>669.938.943</b>	<b>478.891.451</b>	<b>512.695.354</b>	<b>2.607.023.072</b>

**Quadro 32:** Resumo das transferências governamentais anos 2004 a 2009 (FPM + FUNDEF (até 2006) e FUNDEB + ICMS COTA-PARTE)

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/11/2011



**Figura 17:** Comparativo entre os micros territórios do Resumo das transferências governamentais anos 2004 a 2009 (FPM + FUNDEF (até 2006) e FUNDEB + ICMS COTA-PARTE

**Fonte:** Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/11/2011

De acordo com os números acima, constata-se que a distribuição total entre 2006 a 2010 dos recursos com as transferências governamentais de ICMS, FPM, FUNDEF/FUNDEP, entre os micro territórios o que recebeu o maior volume de recursos foi o Micro I, com repasses da ordem de 70,65%.

Entre os municípios a situação é a seguinte: Micro I, em primeiro lugar vem o município de Caucaia com 36,05%; em segundo Maracanaú com 35,11%; em terceiro Maranguape com 11,82%; em quarto vem Pacatuba com 8,01%; em quinto Itaitinga com 5,48% e por fim Guaiúba com 3,83%. No Micro II, em primeiro vem o município de Aquiraz com 25,93%; em segundo o município de Pacajus 24,19%; em terceiro o município de Horizonte com 20,71%, em quarto, Eusébio com 20,04% e finalmente, o município de Chorozinho com 9,12%



Município	Receitas de impostos e transferências constitucionais				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab. %			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Caucaia	85.799.233	102.138.922	128.638.500	126.710.799	25.025.274	23.217.443	28.208.303	33.178.634	79	73	86	99
Guaiúba	8.585.748	9.634.087	12.123.735	11.948.172	1.499.585	1.766.698	2.516.880	3.040.961	69	78	107	127
Itaitinga	11.696.412	13.253.169	17.630.447	17.429.911	2.206.655	2.266.843	3.358.463	3.703.965	65	72	103	113
Maracanaú	119.370.868	129.154.189	161.965.126	163.833.363	27.366.337	28.085.892	37.911.602	41.886.792	139	142	189	207
Maranguape	28.214.493	32.136.686	43.905.253	44.390.034	6.853.798	7.854.814	10.817.990	11.261.584	68	76	99	101
Pacatuba	21.165.006	23.661.280	31.599.841	34.302.372	3.555.340	5.110.098	5.544.335	6.157.890	57	77	79	85
<b>Total Micro I</b>	<b>274.831.760</b>	<b>309.978.333</b>	<b>395.862.902</b>	<b>398.614.651</b>	<b>66.506.989</b>	<b>68.301.788</b>	<b>88.357.573</b>	<b>99.229.826</b>	<b>477</b>	<b>518</b>	<b>663</b>	<b>732</b>
Aquiraz	32.440.605	34.325.035	45.527.240	44.745.039	4.301.578	5.001.326	6.565.670	6.994.658	60	74	93	97
Chorozinho	8.890.449	10.168.236	13.269.725	12.020.971	1.492.148	1.488.487	2.062.869	2.221.926	70	81	109	114
Eusébio	29.460.465	33.651.113	47.753.272	50.740.750	2.863.715	3.322.633	6.552.324	8.745.915	72	87	162	211
Horizonte	29.534.486	33.971.162	44.182.216	45.289.905	4.250.997	3.352.060	5.246.521	5.727.637	93	68	99	105
Pacajus	24.038.646	25.981.198	31.737.581	30.209.254	2.691.655	2.949.581	3.313.679	3.727.538	50	53	56	62
<b>Total Micro II</b>	<b>124.364.651</b>	<b>138.096.744</b>	<b>182.470.034</b>	<b>183.005.919</b>	<b>15.600.093</b>	<b>16.114.087</b>	<b>23.741.063</b>	<b>27.417.674</b>	<b>345</b>	<b>363</b>	<b>519</b>	<b>589</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>399.196.411</b>	<b>448.075.077</b>	<b>578.332.936</b>	<b>581.620.570</b>	<b>82.107.082</b>	<b>84.415.875</b>	<b>112.098.636</b>	<b>126.647.500</b>	<b>822</b>	<b>881</b>	<b>1.182</b>	<b>1.321</b>

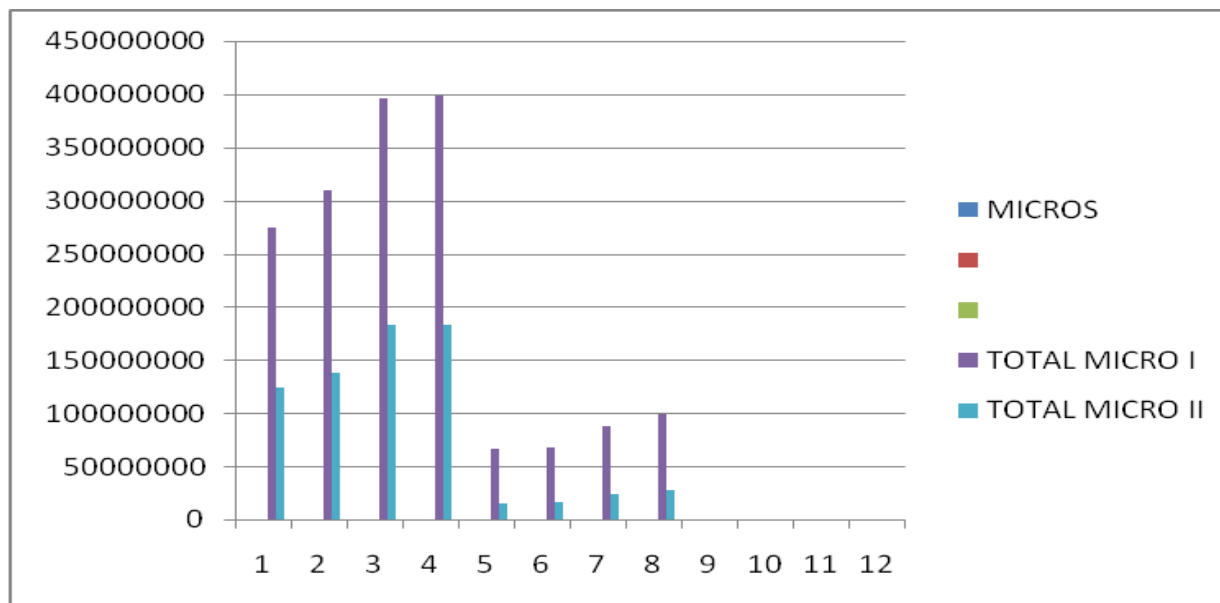
**Quadro 33:** Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009

**Fonte:** Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS – Ministério da Saúde – DATASUS – Indicadores Municipais

MICROS	Receitas de impostos e transferências constitucionais				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab. %			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
TOTAL MICRO I	274.831.760	309.978.333	395.862.902	398.614.651	66.506.989	68.301.788	88.357.573	99.229.826	477	518	663	732
TOTAL MICRO II	124.364.651	138.096.744	182.470.034	183.005.919	15.600.093	16.114.087	23.741.063	27.417.674	345	363	519	589
<b>TOTAL</b>	<b>399.196.411</b>	<b>448.075.077</b>	<b>578.332.936</b>	<b>581.620.570</b>	<b>82.107.082</b>	<b>84.415.875</b>	<b>112.098.636</b>	<b>126.647.500</b>	<b>822</b>	<b>881</b>	<b>1.182</b>	<b>1.321</b>

**Quadro 34:** Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 - 2009

**Fonte:** Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/11/2010



**Figura 18:** Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 – 2009

**Fonte:** Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/11/2010

De acordo com o Quadro 34 e a figura 18, constata-se uma evolução dos recursos entre os anos 2006 a 2009 de 47,15%. O micro território 1 detêm 70% dos recursos do que é repassado para o território. Quanto aos municípios a situação é bem semelhante com as transferências anteriores, ou seja: na Micro 1, a ordem do maior para o menor volume de repasse de recursos é a seguinte: em primeiro lugar vem o município de Caucaia com 38,42%, em segundo Maracanaú com 31,07%, em terceiro Maranguape com 12,88%, em quarto vem Pacatuba com 9,11%, em quinto Itaitinga com 4,97% e por fim Guaiuba com 3,35%. No Micro II, em primeiro vem Eusébio com 26%, em segundo vem o município de Aquiraz com 25%, em terceiro o município de Horizonte 24%, em quarto vem o município de Pacajus com 18% e finalmente vem o município de Chorozinho com 7%.

Neste momento, não foi feita uma análise sobre os resultados alcançados da aplicação destes recursos no território, pois esta análise encontra-se no eixo que trata da saúde no território.

As receitas tributárias dos municípios são compostas dos impostos por ele arrecadados, que são: Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxas diversas e Contribuição de Melhorias.

Estes impostos complementam a receita do município, já que maior parte destas vem dos repasses acima especificados. Abaixo descreveremos nos dados das tabelas como estes se comportam na série de três anos e serão descritos em mil reais.

ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA				
MUNICÍPIOS	2005	2006	2007	2008
Caucaia	9.449	12.538.236	14.952.651	18.476.952
Guaiúba	...	357.726	492.270	628.543
Itaitinga	525	687.605	651.418	1.755.191
Maracanaú	7.700	8.339.296	10.250.238	13.245.657
Maranguape	1.469.848	1.524.937	1.688.449	2.386.582
Pacatuba	900	1.197.439	1.276.077	1.760.245
<b>Total Micro I</b>	<b>1.488.422</b>	<b>24.645.240</b>	<b>29.311.104</b>	<b>38.253.171</b>
Chorozinho	440	675.503	701.330	1.343.646
Eusébio	5.869	6.674.273	8.148.181	11.263.417
Aquiraz	4.821	7.708.158	10.536.029	13.948.643
Horizonte	1.257	1.669.537	2.219.821	2.656.223
Pacajus	818	957.643	999.821	1.067.938
<b>Total Micro II</b>	<b>13.205</b>	<b>17.685.114</b>	<b>22.605.181</b>	<b>30.279.867</b>

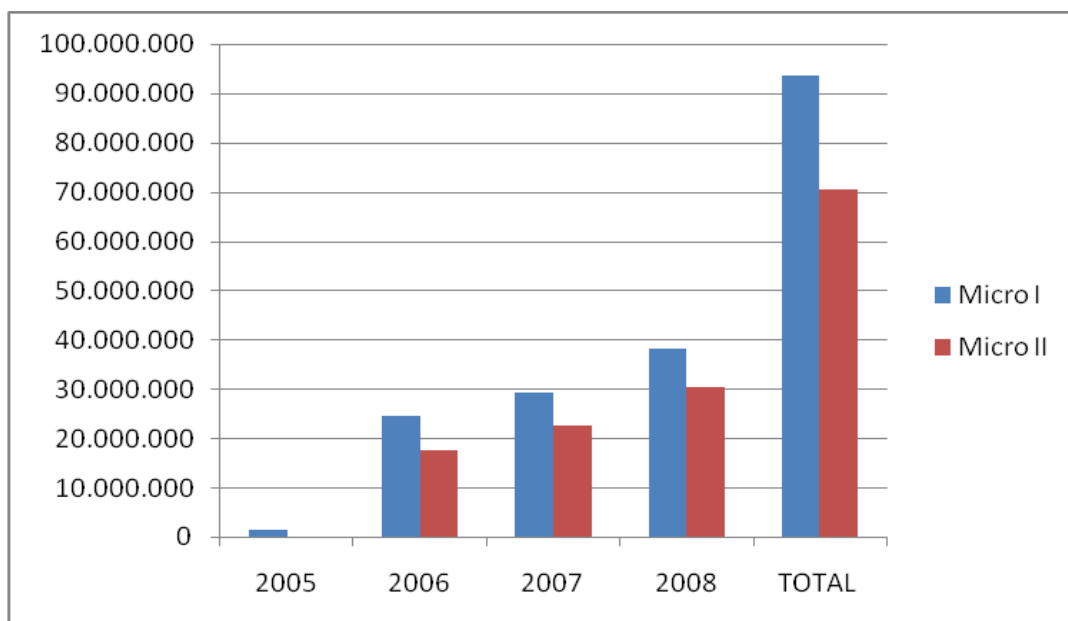
**Quadro 35:** Arrecadação Orçamentária dos Municípios

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará- Anos 2005, 2006, 2007 e 2008

MICRO	2005	2006	2007	2008	TOTAL
<b>Micro I</b>	<b>1.488.422</b>	<b>24.645.240</b>	<b>29.311.104</b>	<b>38.253.171</b>	<b>93.697.937</b>
<b>Micro II</b>	<b>13.205</b>	<b>17.685.114</b>	<b>22.605.181</b>	<b>30.279.867</b>	<b>70.583.367</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.501.627</b>	<b>42.330.354</b>	<b>51.916.285</b>	<b>68.533.038</b>	<b>164.281.304</b>

**Quadro 36:** Resumo da Arrecadação Orçamentária dos Municípios

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/01/2011



**Figura 19:** Resumo da Arrecadação Orçamentária dos Municípios

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/01/2011

De acordo com os números acima, constata-se que o micro território I arrecada 57,03% do volume total de recursos. Entre os municípios encontramos a seguinte: na Micro I, em primeiro lugar vem o município de Caucaia com 49,85%; em segundo Maracanaú com 34,52%; em terceiro Maranguape com 6,07%; em quarto Pacatuba com 4,59%, em quinto Itaitinga com 3,36 e por fim Guaiuba com 1,60%. Na Micro II, em primeiro vem o município de Aquiraz 45,62%, em segundo o município de Eusébio com 36,96%, em terceiro vem o município de Horizonte com 9,28%, em quarto Pacajus com 4,29% e finalmente vem o município de Chorozinho com 3,83%.

Assim como no item das transferências, as arrecadações têm relação direta com o número de habitantes de cada município, portanto, a liderança dos municípios entre os micros está relacionada diretamente com esta questão, uma vez que os municípios citados como maiores recebedores e arrecadadores de recursos são os que têm maior número de habitantes.

Porém, isso não significa que municípios de menor população não possa ampliar o seu nível de arrecadação, por exemplo ampliando a capacidade de prestação de serviços, maior consciência da sua população pelo pagamento do IPTU, enfim, existem possibilidades reais dos municípios ampliarem a sua capacidade de arrecadação.

### **22.3 Territorialização das Políticas Públicas (Município/Estado/União)**

Os elementos de diagnóstico acima e as reflexões que eles sugerem, indica que o Estado brasileiro ainda não conseguiu pensar as políticas públicas como condição de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e, nesse contexto, as políticas/programas assumem um caráter compensatório e reparador que, por sinal, não respondem aos direitos, na forma de lei, assegurados na Constituição democrática de 1988.

Por outro lado e, mais recentemente, tem-se observado a vontade político-administrativa das esferas de governo municipal, estadual e federal em estabelecer canais de articulação e cooperação para a execução de políticas públicas (ou ações sociais públicas). Um exemplo dessa vontade é o Pacto pela Territorialização do Estado do Ceará, onde a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em 2009, conjuntamente com o

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o compromisso de cooperar para a implantação integrada de políticas públicas, adotando a abordagem territorial em todo o estado do Ceará.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições existentes no território é muito particular e sutil para que se possa abordar de forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, o executivo estadual e a união, determinam a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos ou de políticas públicas para os municípios que conformam o Território Metropolitano José de Alencar.

O governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo uma iniciativa importante quanto ao Plano Plurianual que trata de promover debates junto a população, com vistas à priorização de ações, bem como para prestações de contas das ações implementadas pelo PPA. Para tanto vem promovendo este debate de forma participativa envolvendo representantes das oito macrorregiões de planejamento em conjunto com os territórios de identidade. A seguir as ações ofertadas por macrorregiões e por territórios de identidades para o exercício 2010.

### 22.3.1 Ações Públicas Ofertadas pelo Governo Estadual

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
<b>Tribunal de Contas do Estado – TCE</b>	<b>28.052.611,00</b>	<b>0,85</b>
Coordenação e Manutenção Geral	25.373.005,00	-
Modernização da Gestão Pública	2.280.606,00	-
Valorização do Servidor	100,00	-
Gestão da Tecnologia da Informação	396.000,00	-
<b>Tribunal de Contas do Município - TCM</b>	<b>305.097,00</b>	<b>0,01</b>
Coordenação e Manutenção Geral	305.097,00	-
<b>Tribunal Justiça - TJ</b>	<b>89.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação Judiciária	89.000,00	-

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
<b>Secretaria de Infra- estrutura – SEINFRA -</b>	<b>370.007.865,00</b>	<b>11,24</b>
Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III	14.367.156,00	-
Otimização de Segurança do trânsito	62.500,00	-
Programa de Telecomunicações do Estado	410.000,00	--
Complexo Industrial e Portuário do PECEM	6.917.000,00	-
Edificações e Obras Públicas	500.000,00	-
Rodoviário do Estado do Ceará	21.071.277,00	-
Gás natural	17.917.000,00	-
Habitacional	147.000,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	71.802.534,00	-
Transporte Metro ferroviário	213.291.902,00	-
Modernização da Gestão Pública	4.106.401,00	-
Encargos Gerais do Estado	15.498.395,00	-
Valorização do Servidor	830.000,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	3.086.700,00	-
<b>Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS</b>	<b>81.815.795,00</b>	<b>2,48</b>
Ronda	1.818.000,00	-
Promoção da Qualificação e Ressocialização do preso e egressos – proativos	725.676,00	-
Programa de Atenção a Pessoa com Deficiência	100.000,00	-
Programa de atendimento à pessoa idosa	160.000,00	-
Defesa Civil Permanente	12.000,00	-
Proteção às Crianças, Adolescentes, Mulheres e Minorias	737.000,00	-
Segurança Moderna e com inteligência	61.849.170,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	3.422.000,00	-
Valorização do Servidor	3.211.245,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	9.780.704,00	-
<b>Gabinete da Vice Governadoria</b>	<b>3.389.690,00</b>	<b>0,10</b>
Coordenação e Manutenção Geral	1.714.300,00	-
Gestão do Planejamento Estadual	1.595.390,00	-
Modernização da Gestão Pública	40.000,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	40.000,00	-
<b>Secretaria da Justiça e Cidadania - SEJUS</b>	<b>65.746.000,00</b>	<b>2,00</b>
Infra-Estrutura do Sistema	11.795.000,00	-

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Penitenciário do Ceará - INFRAPEN		
Gestão do Sistema Penitenciário – GESPEN	44.429.000,00	-
Promoção da Qualificação e Ressocialização do Preso e Egresso - PROATIVOS	3.590.000,00	-
-Cidadania	2.410.000,00	-
Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	80.000,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	1.142.000,00	-
Modernização da Gestão Pública	1.150.000,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	1.150.000,00	-
<b>Procuradoria Geral do Estado - PGE</b>	<b>4.365.948,00</b>	<b>0,13</b>
Regulação e fiscalização do serviços públicos concedidos/permitidos	281.299,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	2.177.222,00	-
Modernização da Gestão Pública	145.208,00	-
Valorização do Servidor	371.496,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	1.390.721,00	-
<b>Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA</b>	<b>15.221.940,00</b>	<b>0,46</b>
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária	12.200,00	-
Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural	5.488.628,00	-
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	1.918.343,00	-
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – SÃO JOSÉ III	1.845.000,00	-
Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	5.530.338,00	-
Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará – Projeto SÃO JOSÉ II	162.500,00	-
Ação Fundiária	272.931,00	-
<b>Secretaria de Educação – SEDUC</b>	<b>188.815.877,00</b>	<b>5,73</b>
Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino	86.616.843,00	-
Qualidades da Educação Básica Nas Zonas Rural e Urbana	4.882.294,00	-
Organização e Gestão Democrática da Educação Básica	1.418.620,00	-
Cooperação Entre Estado e Município	39.996.298,00	-
Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	868.283,00	-
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	324.135,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	17.000.732,00	-



<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de juventude	30.168.400,00	-
Valorização do Servidor	1.666.914,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	5.893.358,00	-
<b>Secretaria da Saúde - SESA</b>	<b>533.079.932,00</b>	<b>16,19</b>
Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	10.551.272,00	-
Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada – Empréstimo BID	17.937.295,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	788.068,00	-
Fortalecimento da Atenção e Saúde nos Níveis Secundário e Terciário	466.840.156,00	-
Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde	40.172,00	-
Gestão, Controle Social e Institucional do SUS	90.988,00	-
Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	20.198.342,00	-
Vigilância em Saúde	14.374.347,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	2.259.292,00	-
<b>Secretaria da Cultura - SECULT</b>	<b>28.550.339,00</b>	<b>0,87</b>
Biblioteca Cidadã	4.195.456,00	-
Programa de Incentivo às Artes e Culturas do Ceará	20.359.000,00	-
Memória Cultural	1.777.584,00	-
Modernização da Gestão Pública	1.987.142,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	231.157,00	-
<b>Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH</b>	<b>6.418.223,00</b>	<b>0,19</b>
Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos – PROGERIRH Adicional	2.197.223,00	-
Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais	426.000,00	-
Modernização da Gestão Pública	370.000,00	-
Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos	1.950.000,00	-
Valorização do Servidor	50.000,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	1.425.000,00	-
<b>Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG</b>	<b>116.706.568,00</b>	<b>3,54</b>
Gestão da Previdência Estadual	721.000,00	-
Gestão do Patrimônio Público Estadual	4.255.000,00	-
Modernização da Gestão Pública Estadual - SEPLAG	8.433.000,00	-
Ação Integrada para o Aposentado	380.000,00	-

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Gestão Estratégica de TIC para o Estado - ETICE	3.571.400,00	-
Gestão Estratégica de TIC para o Estado - SEPLAG	40.081.240,00	-
Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	220.000,00	-
Programa de Atenção à Pessoa Idosa	220.000,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	54.677.603,00	-
Gestão do Planejamento Estadual	1.345.000,00	-
Modernização da Gestão Pública	803.205,00	-
Valorização do Servidor	1.511.110,00	-
Gestão da Tecnologia da Informação	488.000,00	-
<b>Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE</b>	<b>46.563.134,00</b>	<b>1,41</b>
Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Regional Integrado	429.294,00	-
Ceará Digital	4.317.100,00	-
Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	50.000,00	-
Programa de Atenção à Pessoa idosa	50.000,00	-
Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento	14.732.474,00	-
Gestão do Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior	12.148.052,00	-
Pesquisa e Desenvolvimento Científico	3.000,00	-
Programa de Climatologia e Meio Ambiente- PROCLIMA	580.000,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	13.728.622,00	-
Valorização do Servidor	189.200,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	335.392,00	-
<b>Secretaria do Esporte – SESPORTE</b>	<b>23.341.494,00</b>	<b>0,71</b>
Esporte Educacional	2.656.648,00	-
Esporte de Rendimento	1.150.000,00	-
Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas	6.460.846,00	-
Esporte de Participação e Lazer	1.924.000,00	-
Copa 2014	11.150.000,00	-
<b>Secretaria das Cidades</b>	<b>513.962.200,00</b>	<b>15,61</b>
Estruturação e Requalificação Urbana	93.683.858,00	-

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Melhoria urbana e Ambiental do Rio Cocó	90.193.754,00	-
Habitacional	128.894.307,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	2.979.179,00	-
Desenvolvimento e Integração Regional	1.247.282,00	-
Saneamento Ambiental do Ceará	191.591.345,00	-
Modernização da Gestão Pública	839.970,00	-
Valorização do Servidor	130.000,00	-
Gestão da Tecnologia da Informação	4.402.505,00	-
<b>Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS</b>	<b>111.800.735,00</b>	<b>3,40</b>
Programa de Apoio as Reformas Sociais do Ceará – PROARES – FASE II	10.341.338,00	-
Segurança Alimentar Nutricional	512.128,00	-
Proteção Social Básica	20.468.071,00	-
Trabalho Competitivo, Alcançado a Empregabilidade	17.035.501,00	-
Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato	5.735.852,00	-
Programa de Atenção à Pessoa com deficiência	5.941.058,00	-
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	2.685.939,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	60.788,00	-
Desenvolvimento a Gestão de Políticas de Juventude	8.557.532,00	-
Proteção Social Especial	40.462.528,00	-
<b>Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE</b>	<b>10.420.815,00</b>	<b>0,32</b>
Gestão do fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará	8.000.000,00	-
Fortalecimento dos Setores Econômicos e Inovação Tecnológica	340.615,00	-
Fortalecimento da Infraestrutura	1.000.000,00	-

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Estratégica do Estado do Ceará		
Coordenação e Manutenção Geral	1.070.000,00	-
Valorização do Servidor	10.000,00	-
<b>Conselho Estadual de Educação</b>	<b>531.849,00</b>	<b>0,02</b>
Gestão de Políticas Públicas da Educação Básica	340.100,00	-
Modernização da Gestão Pública	31.749,00	-
Valoração do Servidor	160.000,00	-
<b>Casa Militar</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>0,04</b>
Segurança Institucional	600.000,00	-
Modernização da Gestão Pública	550.000,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	50.000,00	-
<b>Casa Civil</b>	<b>117.979.237,00</b>	<b>3,58</b>
Coordenação e Manutenção Geral	9.557.287,00	-
Coordenação da Comunicação Social do Estado do Ceará	93.854.750,00	-
Gestão do Planejamento Estadual	14.347.200,00	-
Modernização da Gestão Pública	100.000,00	-
Valorização do Servidor	20.000,00	-
Gestão da Tecnologia da Informação	100.000,00	-
<b>CONPAM</b>	<b>23.711.100,00</b>	<b>0,72</b>
Programa de Gestão Ambiental Estratégica	114.000,00	-
Programa de Controle Ambiental - PCA	1.690.000,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	15.037.100,00	-
Programa Estadual de Floresta - PEF	12.000,00	-
Programa da Biodiversidade - PROBIO	4.451.000,00	-
Modernização da Gestão Pública	649.000,00	-
Valorização do Servidor	100.000,00	-
Gestão de Tecnologia da informação	1.658.000,00	-
<b>Secretaria do Turismo- SETUR</b>	<b>179.896.600,00</b>	<b>5,46</b>
Desenvolvimento de Destinos e produtos Turísticos	101.675.000,00	-
Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Ceará- PRODETUR/CE	37.296.000,00	-
Programa de Desenvolvimento do Turismo PRODETUR NACIONAL	32.408.000,00	-

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Rodoviário do Estado do Ceará	4.800.000,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	3.426.600,00	-
Valorização do Servidor	2.000,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	52.000,00	-
<b>Encargos Gerais do Estado</b>	<b>815.241.435,00</b>	<b>24,76</b>
Encargos Gerais do Estado	815.241.455,00	-
<b>Controladoria do Estado</b>	<b>5.883.709,00</b>	<b>0,18</b>
Auditoria Governamental e Monitoramento de Contas Públicas	109.188,00	-
Fortalecimento do Controle Social	2.000,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	5.387.709,00	-
Modernização da Gestão Pública	2.000,00	-
Valorização do Servidor	380.812,00	-
Gestão da Tecnologia da Informação	2.000,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.293.097.193,00</b>	<b>100,00</b>

**Quadro 37:** Ações Ofertadas por Macrorregiões e por Territórios de Identidade para o Exercício 2010

**Fonte:** Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/01/2011

No debate do PPA tomou-se como referência a Macrorregião de Planejamento da Região metropolitana. Os números demonstram uma maior aplicação de recursos nas áreas da saúde com 16%; secretaria das cidades com 15,61%; infraestrutura com 11%; educação com 5,73 e secretaria de turismo com 5,46%.

O momento do PPA é avaliado pelos colegiados territoriais como de fundamental importância, uma vez que abre um espaço para a participação da sociedade, no entanto, os territórios clamam por oportunidades mais reais de deliberarem sobre os recursos ofertados pelo governo.

<b>Instituições com sede no Território</b>	<b>Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território</b>	<b>Municípios do território atendidos</b>	<b>Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território</b>
1º CREDE – Maracanaú		Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Guaiuba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba.	
9ª CREDE – Horizonte		Chorozinho, Horizonte e Pacajus.	Beberibe, Cascavel e Pindoretama.
	1ª CRES – Fortaleza	Eusébio, Aquiraz e Itaitinga.	
	CRES - Microrregião de Cascavel	Chorozinho, Horizonte e Pacajus.	Cascavel, Pindoretama e Ocara.
2ª CRES – Caucaia		Caucaia	Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo, São Luiz do Curu, Pentecoste, Itapajé, Apuiarés, Tejuçuoca General Sampaio.
3ª CRES – Maracanaú		Guaiuba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba e Pacajus.	Palmácia, Redenção, Acarape e Barreira.
Banco do Nordeste do Brasil – Maracanaú		Guaiuba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus e Pacatuba.	Pindoretama
	Banco do Nordeste do Brasil – Fortaleza Centro	Aquiraz, Chorozinho, Eusébio, Horizonte,	Cascavel e Fortaleza
	Banco do Nordeste do Brasil – Fortaleza Bezerra de Menezes	Caucaia	Fortaleza, Paracuru e São Gonçalo do Amarante.
	SEBRAE – Escritório Regional Metropolitano	Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus e Pacatuba.	Apuiarés, Canindé, Caridade, Fortaleza, General Sampaio, Itapajé, Paracuru, Paraipaba, Paramoti, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama.
EMATERCE –		Caucaia, Maranguape e Pacajus	Cascavel

<b>Instituições com sede no Território</b>	<b>Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território</b>	<b>Municípios do território atendidos</b>	<b>Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território</b>
Metropolitano Maracanaú			
INSS – Caucaia		Caucaia.	Apuiarés, General Sampaio, Paracuru, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante e Paraipaba.
INSS – Maranguape		Maranguape.	Palmácia
INSS – Pacajus		Chorozinho, Horizonte e Pacajus.	Ocara
INSS – Maracanaú		Maracanaú.	
INSS – Pacatuba		Pacatuba, Guaiúba e Itaitinga.	
	INSS – Fortaleza	Aquiraz e Eusébio	
	<b>SEPLAG Plano Pluri Anual – PPA</b> Macrorregião de Planejamento	Caucaia, Maracanaú, Eusébio, Aquiraz, Pacatuba, Itaitinga, Maranguape, Guaiuba, Horizonte, Pacajus e Chorozinho.	Cascavel, Pindoretama, Fortaleza e São Gonçalo do Amarante.
	<b>Regional da FETRAECE</b> – Metropolitano	Caucaia, Maracanaú, Eusébio, Aquiraz, Pacatuba, Itaitinga, Maranguape, Guaiuba, Horizonte, Pacajus e Chorozinho.	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Baturité, Barreira, Capistrano, Guaraciaba, Itapiúna, Mulungu, Pacoti, Palmácia e Redenção.
	<b>Comitê da Bacia da Metropolitano</b> – Sede Fortaleza.	Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus e Pacatuba.	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Beberibe, Capistrano, Cascavel, Choró, Guaramiranga, Ibaretama, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Pindoretama, Redenção, São Gonçalo do Amarante

**Quadro 38:** Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada

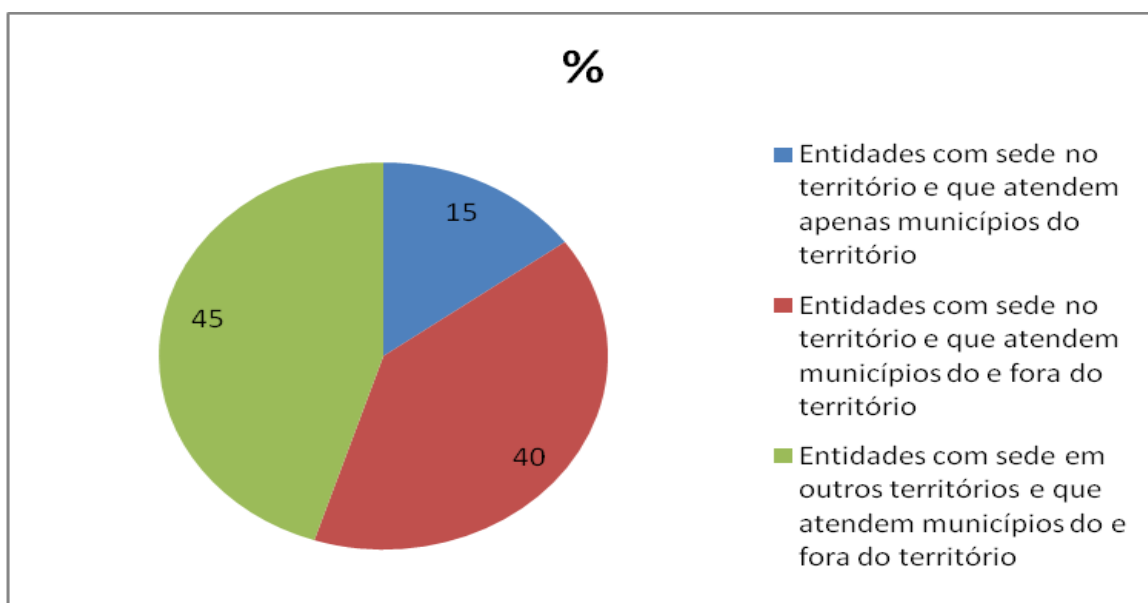
**Fonte:** Pesquisa junto às instituições e aos *site* e documentos oficiais

De acordo com o quadro acima se detectou a seguinte situação quanto a atuação das instituições de abrangência territorial:

### NÍVEL DE RELAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES COM O TERRITÓRIO

NÍVEL DE ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES	Nº	%
1. Instituições com sede no território e que atendem apenas municípios do território	03	15
2. Instituições com sede no território e que atendem municípios do território e fora do território	08	40
3. Instituições com sede em outros territórios e que atendem municípios do território e fora do território	09	45
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>15</b>

**Quadro 39:** Nível de Atuação das Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada  
**Fonte:** Pesquisa junto às instituições e aos *site* e documentos oficiais



**Figura 20:** Nível de Atuação das Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada  
**Fonte:** Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/01/2011

**Instituições com sede no território e que atendem apenas municípios do território:** 1º CREDE – Maracanaú, INSS – Maracanaú, INSS – Pacatuba,



**Instituições com sede no território e que atendem municípios do território e fora do território:** 9ª CREDE – Horizonte, 2ª CRES – Caucaia, 3ª CRES – Maracanaú, Banco do Nordeste do Brasil – Maracanaú, EMATERCE - Metropolitano Maracanaú, INSS – Caucaia, INSS – Maranguape, INSS – Pacajus.

**Instituições com sede em outros territórios e que atendem municípios do e fora do território:** 1ª CRES – Fortaleza, CRES - Microrregião de Cascavel, Banco do Nordeste do Brasil – Fortaleza Centro, Banco do Nordeste do Brasil – Fortaleza Bezerra de Menezes, SEBRAE - Escritório Regional Metropolitano, INSS – Fortaleza, **SEPLAG Plano Pluri Anual – PPA** Microrregião de Planejamento, **Regional da FETRAECE** – Metropolitano e **Comitê da Bacia da Metropolitano** – Sede Fortaleza.

De acordo com os números acima se pode constatar:

**Instituições do nível 1:** é bem provável que estas instituições tenham uma identidade mais forte com o território, ou seja, o fato de terem sede no próprio território e atenderem apenas os municípios do território, permite as mesma adquirir identidade e construir relações mais próximas com as dinâmicas territoriais.

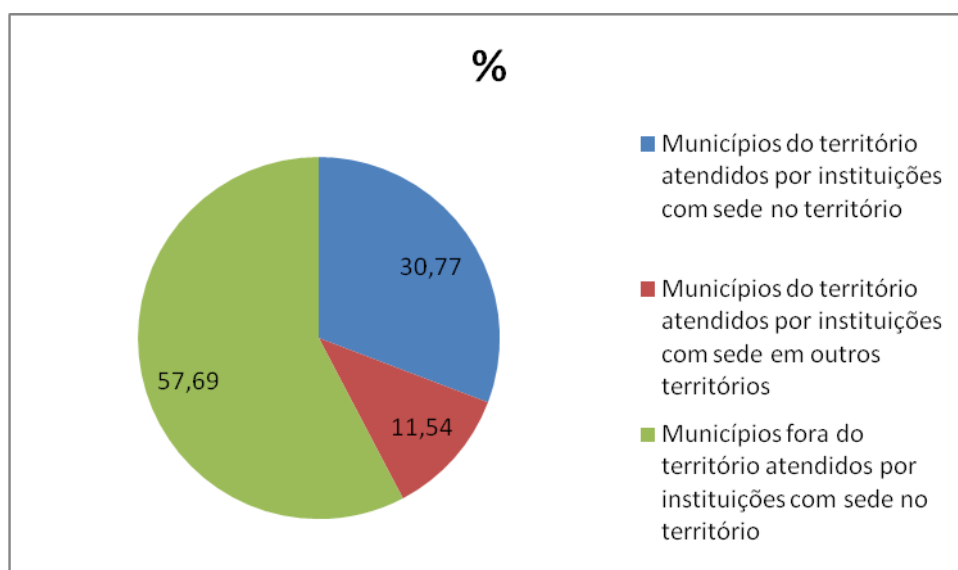
**Instituições do nível 2:** a situação assemelha-se com a anterior, uma vez que estas instituições também têm sede no território, no entanto, é possível que o fato de atuarem em municípios de outros territórios, a identidade adquirida no território não seja a mesma das instituições do nível 1. Do ponto de vistas das relações institucionais, é provável que estas instituições encontrem maior facilidade, visto que as possibilidades de ampliar os níveis de parcerias e intercâmbio entre outros territórios cria maiores facilidades e oportunidades do que as instituições do nível 1.

**Instituições do nível 3:** uma diferença básica das instituições nesta situação é que nenhuma tem sede no território, portanto, a identidade é conquistada, porém o fato de atuarem em mais de um território, e em alguns casos no estado todo, as possibilidades de articulação institucional em prol do desenvolvimento do território são muitos maiores do que as instituições do nível 1 e 2.

ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES	Nº	%
Municípios do território atendidos por instituições com sede no território	08	30,77
Municípios do território atendidos por instituições com sede em outros territórios	03	11,54
Municípios fora do território atendidos por instituições com sede no território	15	57,69
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

**Quadro 40:** Relações dos Municípios com a Atuação das Instituições

Fonte: Pesquisa junto às instituições e aos sites e documentos oficiais



**Figura 21:** Relações dos Municípios com a Atuação das Instituições

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/01/2011

#### **Municípios do território atendidos por instituições com sede no território:**

- **Por cinco instituições:** Maranguape e Pacajus.
- **Por quatro instituições:** Caucaia, Itaitinga, Maracanaú e Pacatuba.
- **Por três instituições:** Guaiuba.

- **Por duas instituições:** Chorozinho e Horizonte.
- **Por uma instituição:** Aquiraz e Eusébio.

**Municípios do território atendidos por entidades com sede em outros territórios:**

- **Por sete instituições:** Aquiraz e Eusébio
- **Por seis instituições:** Chorozinho e Horizonte,
- **Por cinco instituições:** Caucaia, Itaitinga e Pacajus
- **Por quatro instituições:** Maracanaú, Maranguape, Pacatuba e Guaiuba

**Municípios de outros territórios atendidos por instituições com sede no território**

- **Por duas instituições:** Cascavel, Pindoretama, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Pentecoste, Apuiarés, General Sampaio e Palmácia.
- **Por uma instituição:** Acarape, Beberibe, Ocara, São Luiz do Curu, Itapajé, Tejuçuoca, Redenção e Barreira.

Os números demonstram que a relação que se estabelece entre os municípios do território e as instituições é bastante variável, no entanto, pode-se tirar como um indicativo geral que é importante construir consensos mínimos para a atuação institucional, com vistas a melhorar os níveis de articulação e relações institucionais entre as instituições públicas e da sociedade civil com as dinâmicas territoriais.

## 23 GOVERNABILIDADE E GESTÃO SOCIAL

Entende-se por gestão social o processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos.

O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos (esfera pública), de descentralização político-administrativa, reafirmando, portanto, formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.

A gestão social constitui-se para o território Metropolitano José de Alencar um duplo desafio: de um lado, o de dar significado às novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial.

Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local, descentralização administrativa, aperfeiçoamento na utilização de recursos, participação ampla na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal, identificação e/ou recuperação do potencial produtivo, sociocultural e ambiental e fortalecimento e valorização da identidade territorial.

De outro lado, avançar na concretização das estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma

postura atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido plano. Como instrumento concreto de gestão social no território, dois macro processos vêm sendo desenvolvidos de forma articulada e simultânea: a constituição e funcionamento do colegiado de desenvolvimento de desenvolvimento territorial, e o processo de planejamento territorial tendo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável como ferramenta de gestão importante para o próprio colegiado.

### 23.1 Constituição e Atuação do Colegiado para a Gestão Social do Território



**Figura 22:** Diagrama Organizacional do Colegiado para a Gestão Social do Território  
**Fonte:** Documento Equipe Técnica Estadual/Consultores e Assessores Territoriais, 2009.

**A. PLENÁRIA GERAL:** Instância de decisão e deliberação sobre os rumos estratégicos do desenvolvimento do território. No PTRS tem papel fundamental em acompanhar a implementação do plano, com atenção especial no alcance e cumprimento da Visão de Futuro, Diretrizes e Objetivos Estratégicos.

**B. NÚCLEO DIRIGENTE:** Instância de coordenação política do colegiado, coordena o processo de implementação das deliberações da Plenária Geral. No PTDRS exercerá função fundamental na negociação de recursos e no acompanhamento do processo de implementação das ações e dos projetos.

**C. COMITÊS TEMÁTICOS:** Instância de proposições de ações e de projetos a serem deliberadas pela Plenária Geral do Colegiado Territorial. No PTDRS atua no acompanhamento ao processo de implementação das ações previstas nos projetos territoriais.

### 23.1.1 Composição da Plenária Geral do Colegiado Territorial

O colegiado territorial vem se consolidando como uma institucionalidade fundamental para a construção da gestão social do território. Constituído a partir de um processo participativo e de um amplo debate com os mais diversos segmentos da sociedade civil, a sua composição obedeceu aos critérios definidos pela paridade de representantes da sociedade civil e do Poder Público, ficando, portanto, assim formatado:

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÕES	SC	PP
Aquiraz	Prefeitura Municipal		1
	Câmara de vereadores		1
	STTR	1	
	Federações/fórum das associações	1	
	CMDS	1	1
	Igreja	1	
Caucaia	Prefeitura Municipal		1
	Câmara de vereadores		1
	STTR	1	
	Federações/fórum das associações	1	
	CMDS	1	1
	Igreja	1	
Chorozinho	Prefeitura Municipal		1

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÕES	SC	PP
	Câmara de vereadores		1
	STTR	1	
	Federações/fórum das associações	1	
	CMDS	1	1
	Igreja	1	
Eusébio	Prefeitura Municipais		1
	Câmara de vereadores		1
	STTR	1	
	Federações/fórum das associações	1	
	CMDS	1	1
	Igreja	1	
Guaiuba	Prefeitura Municipal		1
	Câmara de vereadores		1
	STTR	1	
	Federações/fórum das associações	1	
	CMDS	1	1
	Igreja	1	
Horizonte	Prefeitura Municipal		1
	Câmara de vereadores		1
	STTR	1	
	Federações/fórum das associações	1	
	CMDS	1	1
	Igreja	1	
Itaitinga	Prefeitura Municipal		1
	Câmara de vereadores		1
	STTR	1	
	Federações/fórum das associações	1	

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÕES	SC	PP
	CMDS	1	1
	Igreja	1	
Maracanaú	Prefeitura Municipal		1
	Câmara de vereadores		1
	STTR	1	
	Federações/fórum das associações	1	
	CMDS	1	1
	Igreja	1	
Maranguape	Prefeitura Municipal		1
	Câmara de vereadores		1
	STTR	1	
	Federações/fórum das associações	1	
	CMDS	1	1
	Igreja	1	
Pacajus	Prefeitura Municipal		1
	Câmara de vereadores		1
	STTR	1	
	Federações/fórum das associações	1	
	CMDS	1	1
	Igreja	1	
Pacatuba	Prefeitura Municipal		1
	Câmara de vereadores		1
	STTR	1	
	Federações/fórum das associações	1	
	CMDS	1	1
	Igreja	1	

**Quadro 41:** Representações de Abrangência Municipal

**Fonte:** Documento Equipe Técnica Estadual/Consultores e Assessores Territoriais, 2009.



INSTITUIÇÕES	SC	PP
COLÔNIA DE PESCADORES	2	
CDL		
QUILOMBOLAS	2	
INDÍGENAS		
MST	2	
SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS		
REPRESENTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	2	
ONG		
REPRESENTAÇÃO DE ARTESÃS	2	

**Quadro 42:** Representações de Abrangência Micro Territorial

**Fonte:** Documento Equipe Técnica Estadual/Consultores e Assessores Territoriais, 2009.

INSTITUIÇÕES	SC	PP
EMATERCE		1
BNB		1
CENTEC/ CVT		1
SEBRAE		1
BANCO DO BRASIL		1
CAIXA		1
EMBRAPA	1	
FETRAF	1	
FETRAECE		1
INCRA		1
SEMACE		1
IDACE		1
ADAGRI		1
SINE/ IDT		1
CEASA		1
CONAB		1
UECE		1

INSTITUIÇÕES	SC	PP
COGERH		1
COMITÊ DE BACIA	1	
DER		1
UVA		1
DENOCS		1
CPT		1
FUNAI	1	
FUNASA		1
IBAMA		1
INSTITUTO CHICO MENDES		1
UFC		1
INSTITUTO AGROPOLOS		1

**Quadro 43:** Representações de Abrangência Territorial

**Fonte:** Documento Equipe Técnica Estadual/Consultores e Assessores Territoriais, 2009.

## 24 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

O diagnóstico da Dimensão Político Institucional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 44, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: territorialização e gestão pública, infraestrutura institucional, governabilidade e gestão social que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
1. - Atuação dos sindicatos representativos das diversas categorias: trabalhadores/as rurais; dos servidores/as públicos... 2. - Existência de associações de desenvolvimento comunitário urbanas e rurais; 3. - Organizações de produtores, em cooperativas e associações; 4. - Atuação do núcleo dirigente; 5. - Melhoria no nível de articulação entre os municípios do território;	1. - Recursos financeiros insuficientes; 2. - As ações voltadas para a capacitação nas organizações ou nos movimentos sociais são deficientes ou simplesmente não existem; 3. - Falta de apoio da APRECE e não participação dos gestores municipais nas ações territoriais; 4. - Falta de condições infra-estruturais para funcionamento do escritório do ND do território; 5. - Falta de compromisso dos gestores públicos para com as organizações populares; 6. - Falta de legitimidade da maior parte das lideranças das organizações ou dos movimentos populares; 7. - Ausência de planejamento e gestão das ações das organizações populares.
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
1. - Cooperativas de trabalho; 2. - Existência de instituições e órgãos de apoio a movimentos e organizações populares nas esferas nacional e estadual; 3. - Consolidação dos processos participativos nos diagnósticos e planejamentos implementados pelos ministérios e secretarias; 4. - Existência de linhas de crédito disponibilizadas pelo Governo Federal	1. - Ausência de parcerias entre as instituições e destas com os movimentos sociais; 2. - Falta de conhecimento das oportunidades de participação nos processos decisórios por parte das organizações e movimentos sociais; 3. - A descontinuidade dos programas e ações no âmbito federal e estadual;

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	
aos trabalhadores rurais; 5. - Desenvolvimento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.	

**Quadro 44:** Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Político Institucional

**Fonte:** Arquivo do território (2010)



## **Parte III**

### **O PLANEJAMENTO**

**Visão de Futuro**

**Objetivos Estratégicos**

**Diretrizes Principais**

**Eixos Temáticos**

**Programas**

**Projetos**



## O PLANEJAMENTO

O planejamento das atividades relativas à qualificação dos PTDRS teve como embasamento o Guia de Planejamento Territorial que apresenta *As Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS*, bem como a matriz de variáveis do *Diagnóstico Territorial* e o apoio da Coordenação Nacional de Brasília.

Para estabelecer a direção das ações foi firmada a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Agropolos do Ceará, reunidos como Grupo Técnico de Apoio à Implementação da Estratégia de Desenvolvimento no Estado do Ceará, GTT.

Os encontros do GTT mobilizaram esforços no sentido de articular os territórios e estabelecer um elo de comunicação do Assessor Técnico Territorial com os atores municipais e territoriais, constituídos enquanto Colegiados e demais instancias. Outros profissionais contratados para organizar as informações e dados coletados deram suporte à materialização do plano.

O plano se origina a partir do diagnóstico e da matriz de análise do ambiente interno e externo, delineando os elementos próprios para implementação do planejamento, quais sejam: visão de futuro, Objetivos Estratégicos, Diretrizes Principais, Eixos Temáticos, Programas e Projetos e se efetiva através da criação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação denominado Sistema de Gestão do Plano.



## 25 VISÃO DE FUTURO

O Território Metropolitano José de Alencar, no que diz respeito a sua organização social, política e institucional possui uma intensa participação da comunidade nas políticas públicas. As instituições municipais têm compromisso no desenvolvimento de projetos que beneficiam a população, garantindo, assim, a sustentabilidade do rural. Políticas e programas voltam-se para o fortalecimento do associativismo e cooperativismo, contribuindo para a permanente interação entre o rural e o urbano. Os direitos fundamentais das pessoas são garantidos propiciando melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento do território. Os recursos disponíveis são utilizados de maneira correta nos projetos sociais prioritários. O Território é referência em agricultura sustentável, com forte interação e intercâmbio entre os municípios e oferece boas condições de sustentabilidade sócio-econômica para todos, criando oportunidades coletivas e individuais. A agricultura familiar é articulada e fortalecida, com projetos específicos estratégicos que dão suporte para incentivo à produção, beneficiamento e comercialização. Há intensa difusão da educação ambiental e a disseminação do aproveitamento sustentável dos mananciais hídricos e conservação das matas nativas.

## **26 DIRETRIZES PRINCIPAIS**

As Diretrizes Principais são as grandes linhas mestras que orientam e atraem o processo de desenvolvimento sustentável, neste sentido o fortalecimento da identidade territorial é imprescindível para o enfrentamento de grandes desafios no Território, dentre esses é importante destacar: as desigualdades sociais e regionais, mediante a inserção nas novas dinâmicas socioeconômicas e culturais com sustentabilidade. Lutar por um Brasil sem Miséria e com gente Feliz, lema mencionado em muitas Oficinas e na concretização dessas diretrizes, traçou-se cinco grandes linhas:

1. Assegurar a qualidade de condições sociais, econômicas, financeiras, culturais e ambientais para a permanência do trabalhador no campo;
2. Fortalecer o Pacto Social no território, buscando assegurar a atuação dos atores locais, promovendo assim, a qualidade da participação na gestão territorial;
3. Promover projetos comunitários voltados para a valorização e fortalecimento da cultura popular no território bem como do fortalecer das comunidades tradicionais, tais como, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores e outros;
4. Consolidar o conhecimento das populações tradicionais integrando-os às atividades produtivas da sociedade contemporânea, com aplicação dos princípios da economia solidária;
5. Uso racional dos recursos naturais, educação ambiental, pesquisa e extensão rural na agroecologia.

### **26.1 Valores e Princípios**

Os valores e princípios elencados pelo Território Metropolitano José de Alencar foram:

1. Respeito às ações de sustentabilidade, ética, equidade, cidadania, observando as tradições locais;

2. Dignidade humana, compromisso e envolvimento dos grupos representados;
3. Promoção do meio ambiente e à sua conservação;
4. Equidade étnica, gênero, idade, linguagem, religião;
5. Respeito às diferenças, às tradições socioculturais e à diversidade;
6. Promoção da interatividade, cooperação, legitimidade de participação, autonomia e responsabilidade coletiva, cultura da paz, solidariedade e democratização no acesso da população rural aos recursos tecnológicos direcionados à produção.

## 27 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos foram traçados levando em consideração as dimensões do desenvolvimento, refletidos e entendidos como os grandes propósitos a serem alcançados, transformando os sonhos em realidade.

Dimensões	Objetivos Estratégicos
<b>Sociocultural e Educacional</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Assegurar a execução da lei 10.639/03, incluindo a cultura afro-brasileira e africana na estrutura curricular da educação básica.</li><li>2. Apoiar a implantação de escola agrícola familiar com a inserção do jovem na atividade produtiva no território.</li><li>3. Assegurar a implementação da agenda 21 nos municípios do território.</li><li>4. Garantir a formação sócio-cultural e esportiva para a valorização da família no território;</li><li>5. Apoiar a implementação de bibliotecas públicas e centros culturais no território.</li><li>6. Assegurar a melhoria da qualidade do ensino na educação básica;</li><li>7. Garantir a valorização do professor e da educação.</li><li>8. Apoiar a descentralização do Ensino Médio para a Zona Rural;</li><li>9. Garantir a segurança alimentar e nutricional das comunidades no território.</li><li>10. Assegurar a saúde, saneamento e acesso a água garantindo a qualidade de vida da população do território;</li><li>11. Garantir o acesso a atenção primária a saúde.</li></ol>
<b>Ambiental</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Apoiar o combate ao desmatamento e desertificação.</li><li>2. Assegurar o tratamento de resíduos sólidos no território.</li><li>3. Apoiar as iniciativas de utilização das fontes de energia limpas</li><li>4. Garantir a qualidade da produção familiar com o acesso a terra.</li><li>5. Assegurar a qualidade da infra-estrutura dos assentamentos.</li></ol>
<b>Sócio-Econômica</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Assegurar a agregação de valor aos produtos da Agricultura Familiar.</li><li>2. Apoiar a organização de sistemas de produção de base familiar.</li><li>4. Assegurar a inserção da Juventude Rural como sujeito dos processos de desenvolvimento do</li></ol>

Dimensões	Objetivos Estratégicos
	território. 5. Apoiar o desenvolvimento da agricultura agroecológica no âmbito do território. 6. Garantir o resgate da cultura, da gastronomia e das belezas naturais do território. 7. Valorizar da diversidade cultural da produção no território.
<b>Político Institucional</b>	1. Apoiar o associativismo e cooperativismo e suas frentes de luta. 2. Apoiar a formação continuada para intervenção qualificada nos espaços plurais de participação e gestão de políticas públicas. 3. Apoiar o fortalecimento da diversidade cultural, aproveitando o potencial humano e produtivo de cada comunidade. 4. Assegurar o fortalecimento das Políticas Públicas de assistência pró-idoso 5. Assegurar aos jovens (na faixa etária dos 15 aos 29 anos) as políticas de assistência e ocupação; 6. Assegurar o acesso a políticas públicas de atendimento que envolvam o jovem e a família; 7. Garantir a funcionalidade da estrutura física, bens móveis, transportes, capacitação 8. Apoiar as alternativas de renda social, com foco voltado para as mulheres. 9. Assegurar o policiamento distrital unificado para descentralizar a segurança pública (Guarda Municipal, Policias Civil e Militar); 10. Assegurar a proteção para o patrimônio público ao cidadão; 11. Apoiar a conscientização e educação do trânsito no município;

**Quadro 45 – Objetivos Estratégicos**

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

## 28 EIXOS DO DESENVOLVIMENTO, PROGRAMAS E PROJETOS

Os Eixos de Desenvolvimento são as atividades norteadoras do desenvolvimento sustentável do Território, de acordo com os objetivos ou importância dentro de cada dimensão. Os eixos do desenvolvimento foram eleitos pela plenária geral, a partir de temas que refletiam as necessidades de cada dimensão, que possibilitaram a organização de Programas e Projetos em torno dos objetivos traçados pelas instâncias de planejamento do Colegiado, os Comitês Temáticos e Setoriais.

No tocante a dimensão sociocultural educacional foram eleitos quatro eixos: Educação; Saúde, Saneamento Básico, Acesso a Água e Segurança Alimentar; Cidadania e Desenvolvimento Social e Segurança Pública.

### 28.1 Eixo Educação

Neste eixo foram organizados oito objetivos estratégicos e para eles criados oito Programas que por sua vez geraram: o primeiro dois projetos, o segundo três projetos, o terceiro dois projetos, o quarto quatro projetos, o quinto três projetos, o sexto quatro projetos, o sétimo três projetos e o oitavo quatro projetos, conforme Quadro 46 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
01. Assegurar a execução da lei 10.639/03, incluindo a cultura afro-brasileira e africana na estrutura curricular da educação básica.	01. Readequação da estrutura curricular da educação básica inserindo o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação do Ensino Fundamental e Médio;	Projeto 1 : Ampliação da estrutura curricular da educação básica. Projeto 2: Melhoria da qualidade do ensino na educação básica.
02. Apoiar a implantação de escola agrícola familiar com a inserção do jovem na atividade produtiva no território.	02. Valorização do Jovem no meio rural, com dignidade e sustentabilidade;	Projeto 1: Valorização da juventude como protagonista do desenvolvimento Rural Sustentável com a revitalização da escola rural de Pacatuba (Abrangência Territorial) - Projeto2: Desenvolvimento sustentável rural. Projeto 3: Coleta seletiva,

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		reciclagem e outros, nas escolas.
03. Assegurar a implementação da agenda 21 nos municípios do território.	03. Agenda 21 e educação ambiental	Projeto 1: Agenda 21 e Educação Ambiental. Projeto 2: Implementação da educação para portadores de necessidades especiais.
04. Garantir a formação sócio-cultural e esportiva para a valorização da família no território;	04. Ampliação do programa segundo tempo.	Projeto 1: Formação sociocultural, educacional e esportiva; Projeto 2: Aquisição de material esportivo; Projeto 3: Realização de olimpíada inter-colegial; Projeto 4: Seleção de profissionais na área de esporte.
05. Apoiar a implementação de bibliotecas públicas e centros culturais no território.	05. Preservação e manutenção das atividades culturais	Projeto 1: Criação e instalação de bibliotecas públicas, brinquedotecas e centros culturais; Projeto 2: Formação de leitores; Projeto 3: construção da identidade sociocultural educacional
06. Assegurar a melhoria da qualidade do ensino na educação básica;	06. Conservação dos espaços educacionais.	Projeto 1: Alimentar e nutricional das comunidades do território; Projeto 2: Implementação do PROINFO; Projeto 3: Capacitação dos professores de informática; Projeto 4: Curso cozinha Brasil.
07. Garantir a valorização do professor e da educação.	07. Programa de carreira docente;	Projeto 1: Acesso aos cursos de Pós-Graduação; Projeto 2: Aquisição de notebooks para professores; Projeto 3: Premiação docente por resultado.
08. Apoiar a descentralização do Ensino Médio e Superior para a Zona Rural.	08. Manutenção de escola de ensino Médio na zona rural;	Projeto 1: Ampliação da escolaridade; Projeto 2: Educação continuada. Projeto 3: Cursos de nível superior (Universidade, cursos técnicos) Projeto 4: Ampliar o ProJovem Campo nos municípios do território.

**Quadro 46:** Eixo Educação

**Fonte:** Oficinas Territoriais, 2011.

## 28.2 Eixo Saúde, Saneamento Básico, Acesso a Água e Segurança Alimentar.

Este eixo foi organizado a partir de três objetivos estratégicos os quais geraram sete programas e para cada um desses foram pensados para o primeiro um projeto, o segundo cinco projetos, o terceiro outros cinco projetos, o quarto com quatro projetos, o quinto com dois projetos, o sexto com cinco projetos e o sétimo com três projetos, conforme quadro a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
01. Garantir a segurança alimentar e nutricional das comunidades no território.	01. Qualificação dos profissionais de atendimento para os serviços de saúde.	Projeto 1: Oficinas, cursos e treinamento sobre acolhimento para os servidores.
	02. Fortalecimento da estrutura de fiscalização na produção de alimentos.	Projeto 1: Implantação do Serviço de Inspeção Municipal; Projeto 2: Produção de alimentos seguros e saudáveis. Projeto 3 :Capacitação continuada de manipuladores de alimentos da agricultura familiar; Projeto 4 :Participação da sociedade civil organizada no CONSEA, CMDS e Conselhos de Saúde. Projeto 5: Implantação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar
02. Assegurar a saúde, saneamento e acesso a água garantindo a qualidade de vida da população do território;	03. Abastecimento d'água e saneamento básico.	Projeto 1: Implantar, implementar e ou manter saneamento básico nas sedes, distritos e comunidades; Projeto 2: Complementação do saneamento nas sedes municipais, distritos e comunidades Projeto 3: Criação dos códigos sanitários dos municípios; Projeto 4: Abastecimento de água tratada do Canal da Integração das comunidades do entorno. Projeto 5: Incentivos ao re-uso de água
	04. Controle do uso	Projeto 1: fiscalização do



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	de agrotóxicos.	receituário agrônomo e controle agrotóxico; Projeto 2: Recolhimento de embalagens de agrotóxicos em postos; Projeto 3: Capacitação continuada sobre o uso correto e seguro de agrotóxico; Projeto 4: Incentivo a produção de alimentos agroecológicos.
	05. Melhoria dos abatedouros municipais.	Projeto 1: Implantar, implementar e ou manter os abatedouros municipais; Projeto 2: Capacitação permanente dos profissionais do abatedouro;
03. Garantir o acesso a atenção primária a saúde.	06. Melhoria da atenção primária a saúde.	Projeto 1: Ampliação do acesso ao serviço de saúde através do terceiro turno e plantões diurnos para pronto atendimento nas unidades de saúde visando atender a saúde do trabalhador. Projeto 2: Implantação de policlínicas; Projeto 3: Implantar e fortalecer as farmácias vivas, com respectivos laboratórios. Projeto 4: Educação em saúde para todos os ciclos de vida; Projeto 5: Implementação do Projeto amigos da saúde, no formato do projeto já existente na educação amigos da escola.
	<b>07. Educação Ambiental</b>	Projeto 1: Criação de legislação que vise a aplicação de penalidade /multa para a coleta de lixo; Projeto 2: Projeto de coleta seletiva para a comunidade; Projeto 3: Adequação de transportes para coleta de lixo.

**Quadro 47:** Eixo Saúde, Saneamento Básico, Acesso a Água e Segurança Alimentar.

**Fonte:** Oficinas Territoriais, 2011.

### 28.3 Eixo: Cidadania e Desenvolvimento Social

O atual eixo apresenta seis objetivos estratégicos, para cada um deles um programa e estes apresentam: o primeiro três projetos, o segundo dois projetos, o terceiro um projeto, o quarto com quatro projetos, o quinto com três projetos e o sexto com um projeto, conforme Quadro 48 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
01. Assegurar o fortalecimento das Políticas Públicas de assistência pró-idoso.	01. Implantação do programa de valorização do idoso;	Projeto 1: Criação do Centro de Convivência para idosos. Projeto 2: Estruturação do Centro e de suas funcionalidades Projeto 3: Ampliação do Projeto Saúde, bombeiros e sociedade;
02. Assegurar aos jovens (na faixa etária dos 15 aos 29 anos) o acesso às políticas públicas existentes;	02. Integração dos jovens em programas de arte, cultura, esporte, educação e capacitação da demanda;	Projeto 1: Criação de um Centro multidisciplinar de trabalho das capacidades e habilidades da juventude do Território; Projeto 2: Estágio remunerado em áreas específicas.
03. Assegurar o acesso a políticas públicas de atendimento que envolvam o jovem e a família	03. Atendimento aos adictos (dependentes químicos);	Projeto 1: Tratamento nos Centros de atendimento, com reintegração (Convênio).
04. Assegurar a funcionalidade da estrutura física, bens móveis, transportes, capacitação	04. Estruturação dos Conselhos Tutelares;	Projeto 1: Estruturação física e humana dos conselhos tutelares do território; Projeto 2: Capacitação dos conselheiros; Projeto 3: Implantação do Conselho Tutelar no Distrito Policial. Projeto 4: Aquisição de unidades móveis;
05. Apoiar as alternativas de renda social, com foco voltado para as mulheres.	05. Organizar e capacitar grupos e associações voltadas para a geração de renda social	01. Criar condições de fomento/subsídios para projetos produtivos e comerciais; 02. Capacitar os grupos dentro das suas especialidades. 03. Visitas técnicas para compartilhamento de experiências.
06. Ampliação de	06. Atender a	Projeto 1: Tarifa social para água

<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>	<b>PROGRAMAS</b>	<b>PROJETOS</b>
tarifa social para água e telefonia no CAD único.	demanda do programa CAD único e Bolsa Família.	e telefonia

**Quadro 48:** Eixo Cidadania e Desenvolvimento Social

**Fonte:** Oficinas Territoriais, 2011.

## 28.4 Eixo Segurança Pública

O presente eixo apresenta oito objetivos estratégicos, e correspondem a estes nove Programas, que geraram o primeiro dois projetos, o segundo, o terceiro e até o sétimo um projeto, o oitavo dois e o nono um projeto, conforme Quadro 49 a seguir.

<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>	<b>PROGRAMAS</b>	<b>PROJETOS</b>
01. Assegurar o policiamento distrital unificado para descentralizar a segurança pública (Guarda Municipal, Policias Civil e Militar);	01. Programa de Unidades Policiais Distritais (máximo duas por município)	Projeto 1: Unidade de Policiamento Distrital Projeto 2: Criação do Disque Denúncia.
02. Assegurar a proteção para o patrimônio público ao cidadão;	02. Segurança Pública Municipal	Projeto 1: Criação da Guarda Municipal
	03. Atender a demanda de procedimentos policiais (ocorrências);	Projeto 1: Funcionalidade (estruturação) da delegacia plantonista.
03. Apoiar a conscientização e educação do trânsito no município;	04. Municipalização do Trânsito;	Projeto 1: Municipalização do trânsito junto ao DETRAN-CE; Projeto 2: Capacitação das habilidades específicas
04. Implantar a Delegacia Plantonista no município ou micro-território.	05. Atender a demanda de procedimentos policiais (ocorrências);	Projeto 1: Funcionalidade (estruturação) da delegacia plantonista.
05. Equipar o policiamento com transporte	06. Disponibilizar um maior numero de viaturas.	Projeto 1: Aquisição de veículos.
06. Implantar	07. Disponibilizar maior	Projeto 1: Aumento do

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
policciamento com efetivo maior	numero de policiais com 3º homem na viatura	contingente policial.
07. Criação de centros de referencia de atendimento a mulher	08. Proporcionar maior conforto e atenção às causas pertinentes	Projeto 1: Instalação da rede de equipamentos públicos de atendimento à mulher no combate à violência; Projeto 2: Estruturação e capacitação do pessoal técnico.
08. Implementação do juizado de menores nos municípios	09. Aumentar a rede de atendimento as crianças e adolescentes	Projeto 1: Capacitar e Habilitar um grupo de voluntários para exercer a função de juizado de menores.

**Quadro 49:** Eixo Segurança Publica

**Fonte:** Oficinas Territoriais, 2011.

## 28.5 Eixo Meio Ambiente

Os objetivos estratégicos traçados para a Dimensão Ambiental deram origem a três Programas: Uso sustentável dos recursos naturais, com dez projetos; o Programa Manejo adequado do lixo com dois projetos e o terceiro Programa de Utilização de energia alternativa (solar e eólica), com um projeto, conforme o Quadro 50 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Apoiar o combate ao desmatamento e desertificação.	01. Uso sustentável dos recursos naturais.	Projeto 1: Reflorestamento de áreas degradadas com plantas frutíferas e nativas, visando a recuperação da biodiversidade. Projeto 2: Recuperação e proteção de matas ciliares e nascentes. Projeto 3: Utilização de sistemas agroflorestais e agrosilvopastoris. Projeto 4: Implantação da Agenda 21 municipal. Projeto 5: formação de equipe técnica para captação de recursos dos fundos para incentivo para

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		manutenção de áreas de proteção ambiental. Projeto 6: Mapeamento de áreas degradadas e em processo de desertificação. Projeto 7: Preservação da diversidade florística (orquídeas e outras essências) Projeto 8: preparação do solo com práticas conservacionistas. Projeto 9: Formação para as comissões de bacias hidrográficas. Projeto 10: Zoneamento ecológico e ambiental regionalizado.
02. Assegurar o tratamento de resíduos sólidos no território.	02. Manejo adequado do lixo.	Projeto 1: Coleta seletiva de resíduos sólidos e destinação final adequada. Projeto 2: Construção de aterro sanitário
03. Apoiar as iniciativas de utilização das fontes de energia limpas.	03. Utilização de energia alternativa (solar e eólica).	Projeto 1: Captação de energia solar e eólica.

**Quadro 50:** Eixo Meio Ambiente

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

## 28.6 Eixo Agropecuária, Artesanato e Turismo

O eixo atual foi organizado a partir de sete objetivos estratégicos, que por sua vez originou outros sete Programas, cada um destes gerando quatro projetos para o primeiro; três projetos para o segundo programa; sete projetos para o terceiro programa; dois para o quarto; quatro projetos para o quinto; cinco para o sexto e três projetos para o sétimo, conforme o Quadro 51 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
01. Assegurar a agregação de valor aos produtos da Agricultura Familiar.	01. Implantação de agroindústrias no meio rural.	Projeto 1: Incentivos para implantação de agroindústrias para processamento de frutas, pescado, mel, bolos e doces. Projeto 2: Capacitação dos

		<p>produtores nas diversas cadeias produtivas às normas sanitárias (SIF).</p> <p>Projeto 3: Criação de uma marca para os produtos agrícolas do território.</p> <p>Projeto 4: Campanha de promoção dos produtos agrícolas do território.</p>
2. Apoiar a organização de sistemas de produção de base familiar.	02. Geração de oportunidades de trabalho e renda pelo fortalecimento das cadeias produtivas.	<p>Projeto 1: Fortalecimento da cadeia produtiva de avicultura caipira.</p> <p>Projeto 2: Desenvolvimento de sistemas de irrigação, para a horticultura, adequados ao potencial hídrico do território.</p> <p>Projeto 3: Fortalecimento da cadeia produtiva de ovinocaprinocultura.</p>
3. Garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar.	03. Comercialização direta dos produtos da agricultura familiar.	<p>Projeto 1: Capacitação, organização (gestão) e estruturação (nos setores armazenamento e transporte) das associações e cooperativas de produtores.</p> <p>Projeto 2: Estruturação de feiras municipais dos produtos da agricultura familiar.</p> <p>Projeto 3: Implantação e fortalecimento da base de serviço do território.</p> <p>Projeto 4: Capacitação sobre associativismo e cooperativismo para os produtores.</p> <p>Projeto 5: Criação de um sistema de informações permanente sobre Políticas Públicas de comercialização para agricultura familiar (PAA, PNAE).</p> <p>Projeto 6: Incentivar a socioeconomia solidária.</p> <p>Projeto 7: Viabilizar o acesso da produção de base familiar ao CEASA.</p>
4. Assegurar a inserção da Juventude Rural como sujeito dos processos de	04. Formação e capacitação da Juventude Rural.	<p>Projeto 1: Criação de escolas profissionalizantes voltada para a realidade do território.</p> <p>Projeto 2: Revitalização da escola agrícola de Pacatuba +</p>

desenvolvimento do território.		implantação de outra.
5. Apoiar o desenvolvimento da agricultura agroecológica no âmbito do território.	05. Transição da agricultura convencional para a agroecologia.	<p>Projeto 1: Capacitação teórica e prática, dos agricultores familiares em agroecologia.</p> <p>Projeto 2: Criação de uma rede territorial de ATER.</p> <p>Projeto 3: Campanha de conscientização da sociedade sobre importância da transição agroecológica.</p> <p>Projeto 4: Estruturação técnica e metodológica da Extensão Rural (integração Estado, Município e ONGs).</p>
6. Garantir o resgate da cultura, da gastronomia e das belezas naturais do território.	06. Valorização e dinamização do turismo ecológico no território	<p>Projeto 1: Recuperação das APP's e APA's para potencializar o turismo ecológico.</p> <p>Projeto 2: Elaboração de uma agenda territorial de eventos turístico-culturais.</p> <p>Projeto 3: Criação de uma rota turística territorial, respeitando a diversidade local.</p> <p>Projeto 4: Criação de estrutura de hospedagem, informação e orientação ao turista.</p> <p>Projeto 5: Capacitação para formação de profissionais do turismo.</p>
7. Valorizar da diversidade cultural da produção no território.	07. Desenvolvimento do artesanato.	<p>Projeto 1: Criação de um centro integrado de artesanato (capacitação, produção e comercialização).</p> <p>Projeto 2: Criação de uma Feira Territorial itinerante (arte, turismo e cultura).</p> <p>Projeto 3: Centro de Referência em Educação Ambiental, Turismo e Cultura.</p>

**Quadro 51:** Eixo Agropecuária, Artesanato e Turismo

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

## 28.7 Eixo Infraestrutura

Os objetivos estratégicos traçados para esse eixo deram origem a três Programas: o primeiro Acesso da população rural aos distritos, vilas e sedes municipais, que gerou três projetos; o segundo Programa Luz no Campo para as comunidades sem energia e viabilizar telefonia e água para as comunidades com um projeto e o terceiro Programa de Reflorestamento com apenas um projeto, conforme o Quadro 52 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Manutenção, melhoramento e recuperação das estradas vicinais	01. Acesso da população rural aos distritos, vilas e sedes municipais	Projeto 1: melhoramento das vicinais entre os distritos Projeto 2: manutenção das principais vias de acesso a sede Projeto 3: Recuperação de vicinais sem fluxo de veículos
2. Estender as redes de água, elétrica e telefônica na área rural	02. Programa Luz no Campo para as comunidades sem energia e viabilizar telefonia e água para as comunidades	Projeto 1: formalizar projetos nas comunidades sem energia, água e telefonia
3. Aumentar as áreas verdes nas zonas urbanas e rurais do território	03. Reflorestamento	Projeto 1: Arborização e urbanização com plantas nativas e frutíferas

**Quadro 52:** Eixo Infraestrutura

**Fonte:** Oficinas Territoriais, 2011.

## 27.8 Eixo Ação Fundiária

O eixo ação fundiária foi estruturado a partir de três objetivos, que por sua vez gerou quatro programas: Crédito fundiário com dois projetos; Regularização fundiária com um projeto; Capacitação profissionalizante e subsidio da agricultura familiar, com cinco projetos e o quarto programa: Ampliação dos programas de assentamento: São José, PAC e das Prefeituras Municipais com cinco projetos, conforme o Quadro 53 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
01. Garantir a qualidade da produção familiar	01. Crédito fundiário;	Projeto 1: Implementar os processos de titulação das áreas das comunidades tradicionais



com o acesso a terra.		(Dec. 487). Projeto 2: Desburocratização do crédito fundiário;
	02. Regularização fundiária;	Projeto 1: Revitalização e Ampliação (Emancipação) dos assentamentos para a agricultura familiar.
02. Assegurar a educação de qualidade no território.	03. Capacitação profissionalizante e subsidio da agricultura familiar.	Projeto 1: Substituição ao uso dos agrotóxicos com oferta de alternativas biológicas naturais. Transição da Agricultura convencional para agroecologia Projeto 2: Assistência Técnica; Projeto 3: Entrepasto para comercialização. Garantia da comercialização Projeto 4: Escolas agrícolas; Projeto 5: Educação ambiental;
03. Assegurar a qualidade da infraestrutura dos assentamentos	04. Ampliação dos programas de assentamento: São José, PAC e das Prefeituras Municipais.	Projeto 1: Recursos hídricos: construção de cisternas e pequenas barragens; Projeto 2: Habitação; Projeto 3: Saneamento básico; Projeto 4: Estradas (passagem molhada) Projeto 5: Eletrificação.

**Quadro 53:** Eixo Ação Fundiária

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

## 27.9 Eixo Gestão Territorial

O eixo gestão territorial foi organizado a partir de três objetivos estratégicos, a partir dos quais foram originados três programas: o primeiro de Integração das políticas públicas no território com envolvimento das associações, cooperativas e conselhos municipais, proporcionando participação nas decisões políticas em nível municipal, estadual e federal, a ser implementado a partir de 3 projetos; o segundo Programa de Organização e fortalecimento do território que gerou seis programas; e o terceiro programa de Fortalecimento dos movimentos sociais no território com dois projetos, conforme Quadro 54 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
01. Apoio ao Associativismo e Cooperativismo e suas frentes de luta.	01. Integração das políticas públicas no território com envolvimento das associações, cooperativas e conselhos municipais, proporcionando participação nas decisões políticas em nível municipal, estadual e federal.	Projeto 1: Criação de Fórum para a fomentação de Associativismo e Cooperativismo de acordo com a realidade do território. Projeto 2: Organização de grupos como forma de fortalecer o cooperativismo e associativismo no território. Projeto 3: Firmar parceria junto as instituições competentes (públicas e privadas) para desenvolvimento do empreendedorismo no território.
02. Apoiar a formação continuada para intervenção qualificada nos espaços plurais de participação e gestão de políticas públicas.	02. Organização e fortalecimento do território;	Projeto 1: Estruturação física, financeira e formação em planejamento e gestão do Núcleo Dirigente e das Câmaras Temáticas do Território; Projeto 2: Implantar comissão para diagnosticar sistematicamente as necessidades do território. Projeto 3: Capacitação de todos atores envolvidos nos processos destinados as políticas públicas e controle social no território. Projeto 4: Implantar Fórum de discussão permanente para fortalecimento da formação continuada dos agentes envolvidos nas políticas públicas do território. Projeto 5: Formação em planejamento e gestão do Núcleo Dirigente e das Câmaras Temáticas do território. Projeto 6: Apoio aos processos de propaganda e marketing das ações do território.
03. Apoiar o fortalecimento da diversidade cultural, aproveitando o potencial humano e produtivo de cada comunidade.	03. Fortalecimento dos movimentos sociais no território.	Projeto 1: Implantação da Câmara dos Conselhos Populares. Projeto 2: Formação de política das Associações, Sindicatos e Conselhos como forma de fortalecimento dos movimentos do território.

**Quadro 54:** Eixo Gestão Territorial

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

## 29 PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS PELO TERRITÓRIO

Levando-se em consideração o grande volume de demandas apresentadas pelo território, e diante da fragilidade do mesmo quanto à capacidade técnica de transformá-las em projetos viáveis e sustentáveis, o colegiado territorial priorizou três projetos estratégicos com potencial de acelerar o processo de desenvolvimento produtivo no território. Referidos projetos foram selecionados a partir das potencialidades locais e vantagens comparativas frente a outras regiões do país, e têm como objetivos finalísticos acelerar processo de geração de oportunidades de trabalho e renda.

<b>EIXOS/AREAS</b>	<b>PROJETOS</b>
<b>Organização Social da Produção e Comercialização</b>	Projeto 2: Incentivos para implantação de agroindústrias para processamento de frutas, pescado, mel, bolos e doces
<b>Educação e Cultura</b>	Projeto 3: Projeto de valorização da juventude como protagonista do desenvolvimento rural sustentável no campo com a revitalização da Escola Rural Agrícola de Pacatuba (abrangência territorial)
<b>Saúde</b>	Projeto 1: Implantar, implementar e manter os abatedouros municipais

**Quadro 55:** Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

## **Parte IV**

# **SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO**

## **Proposição**



## SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

O Sistema de gestão do plano caracteriza por dois processos simultâneos e interrelacionados, um *intrínseco* e outro *extrínseco*. Conforme as Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, *o processo intrínseco consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social que o colegiado se atribui ao assumir a gestão no sentido da materialização dos objetivos, metas e resultados e também no contínuo processo de qualificação do próprio sistema. Enquanto que o processo extrínseco consiste na competência social do colegiado buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores das diversas esferas de concertação possíveis da União.*

Os dois processos prescindem da ação efetiva dos colegiados assumirem a gestão social dos planos. Todavia os territórios carecem ainda de um amadurecimento de suas instancias colegiadas, por conta da transitoriedade de representação dessas instancias, tanto aqueles que elaboraram o plano quanto os que estão na fase de qualificação.

O plano de gestão a ser construído durante o processo de formulação da visão do futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes, dos eixos de desenvolvimento, dos programas e dos projetos estratégicos territoriais não contemplou os demais elementos de gestão territorial, quais sejam: os instrumentos para a implementação, o gerenciamento social, sua operacionalização (metas e resultados) e a governança sobre os acordos externos e seus instrumentos de controle social (indicadores).

A implementação dos PTDRS tem como ponto de partida a reestruturação das instancias colegiadas de forma que possibilite garantir sua representatividade e retome a formulação dos demais elementos necessários a gestão social do plano territorial.

A gestão social é um processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das

decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política. O processo viabilizará a promoção da legitimação de espaços da participação dos atores sociais no contexto da definição das políticas públicas de interesse do Território.

Nessa direção, a gestão aqui apresentada deve ser compreendida como uma proposta que estimula o surgimento de uma ambiência político-institucional favorável à construção de relações sociais mais horizontais e emancipatórias (relações de poder estabelecidas entre os arranjos institucionais locais).

O planejamento, a execução, e o controle (o monitoramento e a avaliação) são etapas imbricadas que compõem gestão, e se realizadas de forma participativa, envolvendo os distintos atores que compõem o Território, poderão produzir as transformações necessárias. Neste Plano toda a etapa de qualificação foi cumprida, com a mais ampla participação da sociedade civil, através de representações de segmentos presentes na Plenária do Território, assim como daquelas instituições públicas presentes na Plenária e Comitês Temáticos. A sua execução se efetivará em função das articulações realizadas pelo Colegiado Territorial e Rede de Colegiados Estadual com os governos Federal, Estadual e Municipal e ainda pelo envolvimento da sociedade organizada que, pelo que ficou demonstrado no processo de elaboração do Plano, já se organiza para sua efetivação. O controle é essencial para a realimentação do processo, assim se poderá tomar as medidas indicadas para o aperfeiçoamento permanente da gestão, daí a necessidade de um tratamento cuidadoso na sua implementação.

Os ciclos de gestão se iniciam por meio do monitoramento e avaliação (M&A), ou seja, antigos e novos atores são sensibilizados e mobilizados para discutir e refletir sobre as ações, bem como identificar o que pode ser redirecionado ou aperfeiçoado.

O papel fundamental das práticas de M&A é medir a eficiência e eficácia da implantação das políticas públicas. O PTDRS se apresenta como o instrumento de planejamento mais amplo e articulado, sem desconsiderar a

importância do diálogo com as demais experiências em andamento no território, subsidiando, permanente e gradativamente, a execução do já mencionado plano e seus resultados.

A gestão social é o responsável também pela identificação dos resultados e impactos, bem como pela formulação de medidas de aperfeiçoamento. O monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo e está mais relacionado ao andamento das etapas/atividades em si. A avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo de projeto, e tem como propósito analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo questionar a planificação. Já a monitoria serve para guiar um processo ou projeto sem sair do seu marco inicial. A avaliação, portanto, é mais profunda do que a monitoria e precisa de mais dados e de análises mais complexas.

Assim, a avaliação deve ser trabalhada através dos três indicadores abaixo relacionados:

- De avaliação de processo: verifica se as atividades previstas relacionadas com os produtos/objetivos e o modelo de gestão estão funcionando. Em geral chama-se de monitoria exatamente o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, ou, ainda, a avaliação do processo, os avanços e deficiências no processo de planejamento, execução e gestão.
- De avaliação de resultado: verifica se os produtos relacionados com os objetivos foram realizados e alcançados. A avaliação de resultados fornece elementos para a redefinição de objetivos e revisão da estratégia, ou seja, do caminho proposto para se chegar aos objetivos.
- De avaliação de impacto: verifica a contribuição dos produtos/resultados alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade, melhoria da qualidade de vida, ou seja, a materialização da visão de futuro. Tais impactos referem-se às



mudanças mais duradouras ou significativas e, portanto, mais difícil de medir. Muitas vezes requer um “marco zero” de informações sobre as condições de vida dos diversos segmentos, em particular da agricultura familiar para permitir a comparação posterior.

Nessa direção, o Colegiado Territorial irá construir o formato teórico-metodológico do controle para a gestão social do desenvolvimento territorial, bem como os mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação na perspectiva de elevar o patamar de participação cidadã dos atores que conformam o colegiado territorial e dos demais agentes sociais no controle social do PTDRS e nas ações sociais públicas. Em outras palavras, é preciso construir os arranjos institucionais para a gestão do PTDRS capazes de responder pelo processo de monitoramento e avaliação tanto do PTDRS, quanto dos projetos, desafios estes a serem coordenados por uma estrutura colegiada responsável pela gestão social do território.

Essa estrutura colegiada precisa dialogar com as demais estruturas existentes no território, a exemplo dos CMDS, conselhos setoriais, fóruns, e redes, no sentido de fomentar avanços significativos nos componentes que qualificam as relações entre Estado e sociedade civil, ou seja: um desenho institucional que atenda às exigências do projeto de desenvolvimento territorial, o estímulo à presença de uma sociedade civil mobilizada e o compromisso dos gestores públicos com o projeto de participação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano foi materializado com ampla participação do Colegiado Territorial de acordo com o papel atribuído a cada uma de suas instâncias. Portanto, do ponto de vista da apropriação do documento como ferramenta de gestão para a construção do desenvolvimento sustentável, o colegiado respeitando as definições da plenária geral, para implementação do mesmo assumiu:

Assegurar a execução da lei 10.639/03, incluindo a cultura afro-brasileira e africana na estrutura curricular da educação básica; Apoiar a implantação de escola agrícola familiar com a inserção do jovem na atividade produtiva no território; Assegurar a implementação da agenda 21 nos municípios do território; Garantir a formação sócio-cultural e esportiva para a valorização da família no território; Apoiar a implementação de bibliotecas públicas e centros culturais no território; Assegurar a melhoria da qualidade do ensino na educação básica; Garantir a valorização do professor e da educação; Apoiar a descentralização do Ensino Médio para a Zona Rural; Garantir a segurança alimentar e nutricional das comunidades no território; Assegurar a saúde, saneamento e acesso a água garantindo a qualidade de vida da população do território; Garantir o acesso a atenção primária a saúde.

Apoiar o combate ao desmatamento e desertificação; Assegurar o tratamento de resíduos sólidos no território; Apoiar as iniciativas de utilização das fontes de energia limpas; Garantir a qualidade da produção familiar com o acesso a terra; Assegurar a qualidade da infraestrutura dos assentamentos.

Assegurar a agregação de valor aos produtos da Agricultura Familiar; Apoiar a organização de sistemas de produção de base familiar.; Assegurar a inserção da Juventude Rural como sujeito dos processos de desenvolvimento do território; Apoiar o desenvolvimento da agricultura agroecológica no âmbito do território; Garantir o resgate da cultura, da gastronomia e das belezas naturais do território; Valorizar da diversidade cultural da produção no território.

Apoiar o associativismo e cooperativismo e suas frentes de luta; Apoiar a formação continuada para intervenção qualificada nos espaços plurais de participação e gestão de políticas públicas; Apoiar o fortalecimento da diversidade cultural, aproveitando o potencial humano e produtivo de cada comunidade; Assegurar o fortalecimento das Políticas Públicas de assistência pró-idoso; Assegurar aos jovens (na faixa etária dos 15 aos 29 anos ) as políticas de assistência e ocupação; Assegurar o acesso a políticas públicas de atendimento que envolvam o jovem e a família; Garantir a funcionalidade da estrutura física, bens móveis, transportes, capacitação; Apoiar as alternativas de renda social, com foco voltado para as mulheres; Assegurar o policiamento distrital unificado para descentralizar a segurança pública (Guarda Municipal, Polícias Civil e Militar); Assegurar a proteção para o patrimônio público ao cidadão; Apoiar a conscientização e educação do trânsito no município.

Por fim, destaca-se a importância do papel que o colegiado territorial irá desempenhar em conjunto com a rede estadual de colegiados territoriais na divulgação e na negociação de recursos visando à implementação das ações e dos projetos territoriais.

Caberá as instancias colegiadas dentro de seu papel construir os planos de ação de acordo com o seu nível de atuação e colocarem em prática os projetos conforme prioridades estabelecidas no cronograma de execução.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, CAPISTRANO. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: BRIGUET, 1930.

AFONSO, Cintia Maria. Sustentabilidade. Caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

AKERMAN, Marco. Saúde e Desenvolvimento Local – princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica - São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª Ed, 2005.

ARAÚJO, F.S. SAMPAIO, E.V.B.S; FIGUEIREDO, M.A; RODAL, M.J.N; FERNANDES, A.G. Composição florística da vegetação de carrasco, Novo Oriente, CE. In: Rev. bras. Bot. vol. 21 n. 2 São Paulo Aug. 1998.

ARENDT, HANNAH. O que é Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ARROIO, JOÃO CLÁUDIO TUPINAMBÁ. Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente).

BARROSO, Gustavo. À Margem da história do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.

BORZACCHIELLO, JOSÉ CAVALCANTE, TÉRCIA E DANTAS, EUSTÓGIO (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BRANT de Carvalho, Maria do Carmo. In: ÁVILA, Célia M. de (coord.) Gestão de Projetos Sociais - São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária – AAPCS, 1999, p.57-77.

Brasil. Capacita SUAS. Volumes 1, 2 e 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais do Pontífice Universidade Católica de São Paulo – 1ª Edição. Brasília: MDS, 2008.

Brasil. MDA/CONDRAF. Documento-base para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Documento-base para as Conferências Estaduais. Desenvolvimento Rural Sustentável: por um Brasil rural com gente. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 3. Brasília: 2006.

\_\_\_\_\_. Institucionalidade para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 1. Brasília: 2005.

Brasil. MDA/SDT/NEAD. Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e

cooperação do IICA. Brasília: CONDRAF, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRASIL. MDA/SDT. Documento do Guia de Orientações para elaboração e qualificação do PTDRS. Brasília, DF: MDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação, 2009. Disponível em: < www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <www.minc.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2010.

Brasil. MESA/FOME ZERO/CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Brasília: Documento Base, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Sistema de Avaliação e Monitoramento do PRONAF. Dados sistematizados do BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN e BNDES.

\_\_\_\_\_. Dados atualizados até BACEN: até 06/2008; BANCOOB até 09/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: até 09/2008; BASA: até 11/2008; BB: até 11/2008; BN: até 10/2008 e BNDES: até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos à alterações. Data da Impressão: 23 jan. 2009.

BRAVO, MARIA INÊS SOUZA E PEREIRA, POTYARA A.P. (Orgs.). Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez RJ - UERJ, 2007.

BRENO BRINGEL, MARIA VICTÓRIA ESPIÑEIRA (Orgs.). Dossiê: Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH 54: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA. Salvador: UFBA, 2008.

BRINGEL, BRENO E ESPIÑEIRA, MARIA VITÓRIA (Org). Dossiê Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH: revista 21 nº 54. Salvador: UFPB, 2008.

CÂMARA, Gilberto. Análise espacial de dados geográficos. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CÂMARA, Gilberto; MEDEIROS, José Simeão de; MONTEIRO Antônio Miguel Vieira. Geoprocessamento para projetos ambientais. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa ET AL (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2ª Ed. 2009.

CARVALHO, G.M.B.S; SOUZA, M.J.N; SANTOS, S.M. ALMEIDA, M.A.G; FILHO, M.R.F. Adaptado de Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará, 2000. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3707-3803.

CEARÁ, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Fortaleza, 2008/2011

CEARA. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Síntese dos Indicadores Sociais do Governo do Estado do Ceará, 2008. Fortaleza, 2009.

CEARÁ. Secretaria de Cultura do Estado, 2010. Disponível em:

<[www.secult.ce.gov.br](http://www.secult.ce.gov.br)>. Acesso em: 15 jun. 2010.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado, 2010. Disponível em: <[www.seduc.ce.gov.br](http://www.seduc.ce.gov.br)>. Acesso em: 20 jun. 2010.

CEARA. SEDUC / UNICEF. Censo Comunitário Educacional. Fortaleza, 1996.

CEARA. SEDURB. Informações Básicas Municipais de Quixeramobim. Fortaleza, 1998.

DUARTE, E. C. ET AL. Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo exploratório. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

EMBRAPA. Principais classes de solos do sistema brasileiro de classificação: classes usadas nos levantamentos pedológicos do Brasil. s.n.t.

Equipe Técnica da SDT e CONSULTORES Externos. Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: Guia para o Controle Social – Documento de Apoio Nº 4. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Brasília – 2006

Equipe Técnica Estadual do Programa Territórios da Cidadania - CE. (Orgs.) Documento para Discussão e Aprimoramento pelos Colegiados Territoriais Orientações para Pensar os Espaços e Estratégias Organizacionais com vistas à Estruturação, (Re) estruturação ou Fortalecimento dos Colegiados no Contexto do Desenvolvimento Territorial com Sustentabilidade. Fortaleza: Maio 2009 (Texto impresso)

FALCÃO, J.A.G. O Turismo internacional e mecanismo de circulação. In: YAZIGI et al. (Org.) Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 80

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. Plano de gestão urbano-ambiental integrada para o Município de Caucaia. Fortaleza: FUNCEME, 1994.

IDACE. Disponível em: <<http://www.idace.ce.gov.br/assessoriaimprensa>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

IPLANCE. Anuário Estatístico do Ceará 1998 / 99. Fortaleza, 2000.

MEDEIROS, José Simeão de. Bancos de dados geográficos e redes neurais artificiais: tecnologias de apoio à gestão do território. (Tese de Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 4ª Ed., 1998.  
Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.  
Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva- organização e funcionamento. Vol. 1., 3ª Ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2009.  
Ministério da Saúde. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – Relatório de Situação Ceará. Brasília: ministério da Saúde, 2009.

MIRANDA, CARLOS e COSTA, CRISTINA. Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005.

MONTAÑO, CARLOS. Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. Para Onde Vai o Mundo? Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

OFICINAS DE QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO. Em novembro de 2010.

PREFEITURAS dos municípios que formam o Território, informações sobre cultura e educação, 2010.

Publicação Especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Territórios da Cidadania: Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Brasília: Gráfica Santa Bárbara Ltda., 2009.

PACTO DAS ÁGUAS. Disponível em:< [www.cogerh.com.br](http://www.cogerh.com.br)> Acesso em: Novembro de 2010.

PREVINA. Disponível em:< [www.funceme.br](http://www.funceme.br)> Acesso em: Dezembro de 2010.

RABELO, Catarina Maria. Documento Técnico: Um sensível olhar sobre a atuação-relação entre o colegiado territorial e a equipe técnica no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial. Mimeo. Fortaleza, 2008/2009.

RELATÓRIO Periódico da Plenária Territorial, Ceará, 2009.  
\_\_\_\_\_. 2010.

RELATÓRIO do Encontro dos Comitês Temáticos da Cultura, Educação, Juventude e Mulheres, Ceará, 2009.

OPAS. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações.  
[ce.html](#)>. Acesso em: 23 out. 2009.

SOUZA, Simone. (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989.